



José Pedro Soares Martins

FEAC

Biografia de um pacto social

40 anos de integração, apoio e solidariedade

FEAC

Biografia de um pacto social

(40 anos de integração, apoio e solidariedade)

José Pedro Soares Martins



Editora
Átomo



DIRETOR GERAL
Wilson Mazalla Jr.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
William F. Mighton

COORDENAÇÃO DE REVISÃO
Roberto P. Gomes

REVISÃO DE TEXTOS
Ana Maria Assis Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Fabio Diego da Silva

REVISÃO DE FILMES
Antonia S. Pereira

FOTOS DO LIVRO
Arquivo FEAC e outros

FOTO DA CAPA
Humberto de Castro

CAPA
Fabio Cyrino Mortari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, José Pedro Soares
FEAC: biografia de um pacto social / José Pedro
Soares Martins. - - Campinas, SP: Editora Átomo, 2005

Bibliografia

1. Filantropia 2. Fundação FEAC - Brasil -
História 3. Mudança social I. Título.

05-4698

CDD-001.4406981

Índices para Catálogo Sistemático

1. Fundação FEAC: Brasil: História 001.4406081

ISBN85-7670-024-7

© José Pedro Soares Martins

Editora Átomo

Rua Tiradentes, 1053 – Guanabara – Campinas-SP
CEP 13023-191 – PABX: (19) 3232.9340 e 3232.2319
www.atomoonline.com.br

Impresso no Brasil

Fundação FEAC
Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
Fundação Odila e Lafayette Álvaro

Diretoria Executiva

Presidente – Edmir Bertolaccini
Vice-presidente Área Social – Flávio Lopes
Vice-presidente Administrativo e Financeiro – Peter Graber
Vice-presidente Área Patrimonial – Leôncio Menezes
Vice-presidente Relações Externas – Luis Norberto Pascoal
Vice-presidente Relações com Entidades – Martinho José Veiga de Luna Alencar (Presidente do Conselho das Entidades Filiadas – CEF)

Superintendente-executivo – Arnaldo Rezende

Conselho Curador FEAC

Presidente – Darcy Paz de Pádua
José Carlos Penteado de Freitas
Edmir Bertolaccini
João Loureiro
Leôncio Menezes
Donald Peter Graber
Saulo Monte Serrat
Roberto Mário R. Martins
Augusto F.B. Pimentel Filho
Hélio de Oliveira Santos
Edwards de O Demarco
Luis Norberto Pascoal
Gilberto Prado
Arthur Paes Leme Canguçu
Marcos Haaland
Antônio Leite Carvalhaes
José Augusto Marin
Rubens Andrade Noronha
José Luiz Nadalin
Rubens Duarte Segurado
José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho
Takuo Hashizume
Rute Campo Dall'Orto Simões
Benedicto Jorge Farah
Romeu Bornelli Filho

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11
Introdução	13
I - Cenário Social e Urbano nas Décadas de 1940, 50 e 60	15
II - Nasce a FEAC, em Pleno Regime Militar	31
III - A grande Campanha de Arrecadação e primeiras filiações	45
IV - A grande Campanha de Prevenção à Mendicância	53
V - Profissionalização e Voluntariado	65
VI - Casarão da Vila Brandina: vocação pela vida	71
VII - O Clube de Mães, Primeiro Projeto Social	79
VIII - Seminário Internacional projeta FEAC no Mundo	87
IX - A explosão populacional dos anos 70 e a área social	95
X - Plano Diretor e sede na Fazenda Brandina	103
XI - Enraizamento do trabalho social	109
XII - Propostas para a Mendicância e a Infância	117
XIII - PLIMEC: projeto que vira centro comunitário	125
XIV - O Shopping Center Igatemi, nas terras da FEAC	133
XV - A Década de 1980 e o Ano do Deficiente	143
XVI - Regionalização e os Cartões de Natal FEAC	153
XVII - ECA e a Cidadania da Criança e do Adolescente	161

XVIII - Terceiro Setor e melhoria da ação social.....	169
XIX - ISA: FEAC e Campinas contra a fome	181
XX - Meninos de rua – Programa BID: municipalidade e FEAC.....	189
XXI - Educação e Habitação, foco nos anos 90	197
XXII - Aliança de Campinas pela Educação	205
XXIII - Prêmios para a Ação Social e Voluntariado	225
XXIV - Os Desafios do Século 21, o Século do Conhecimento	235
Palavras Finais: FEAC, uma vocação para a defesa da vida	249
Colaboradores da FEAC em 2005	257
Anexos	259
Sobre o autor	269

Prefácio

O Brasil que chegou lá

*Antonio Carlos Gomes da Costa**

Li com emoção, orgulho e alegria o livro de José Pedro Soares Martins, *Biografia de um pacto social*, no qual ele relata a trajetória, a situação atual e as perspectivas da FEAC, uma organização social representativa do que – já faz alguns anos – eu venho chamando de o Brasil que chegou lá, o Brasil que deu certo.

É interessante observar que, em vários setores da atividade humana, nosso país já figura entre os exemplos de melhores práticas. Vejamos alguns deles e, depois, tentemos extrair algumas lições dessas histórias de sucesso:

- A história da cardiologia no Brasil pode ser dividida entre antes e depois do surgimento do INCOR de São Paulo;
- A nossa indústria aeroespacial, liderada pela EMBRAER, a única do Hemisfério Sul, é hoje motivo de orgulho nacional brasileiro;
- No campo do agronegócio, nossa evolução histórica pode ser, igualmente, dividida entre duas grandes etapas: o antes e o depois da EMBRAPA;
- A Publicidade brasileira figura hoje entre a melhores do mundo; os que entendem do assunto sabem que, sem a ESPM, isso, simplesmente, não teria ocorrido;
- Quem entende de televisão sabe também que a GLOBO, depois dos tempos primitivos e heróicos do pioneiro Assis Chateaubriant, elevou o Brasil a patamares de produção televisiva equivalentes ao que há de melhor no Planeta;

* É uma das principais referências no Brasil em Educação e Responsabilidade Social Corporativa. Atuou como consultor de várias organizações, como Unicef, OIT e Unesco. Teve grande envolvimento no processo de formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É conselheiro-suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Fundou e dirige a Modus Faciendi – Agência de Responsabilidade Social.

- O mesmo se passa com a PETROBRÁS, que se afirmou como a melhor empresa do mundo na prospecção e produção de petróleo em águas profundas, enquanto caminhamos a passos largos para a auto-suficiência.

Na área da assistência social, temos algum caso de tamanha envergadura do qual possamos dizer que ele deve e merece ser incluído no elenco das experiências, que devem e merecem ser incluídas no elenco das organizações que prefiguram a nossa destinação superior como povo e como nação?

Eu não tenho a menor dúvida em afirmar: Essa Organização existe e seu nome é *FEAC* – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. Para provar que essa não é uma afirmação gratuita, típica das obras comemorativas das grandes efemérides, vamos retornar aos exemplos – são apenas uma pequena mostra – de organizações que concretizam e expressam um Brasil que deu certo. Em vez de analisar caso a caso, pretensão descabida no curto espaço deste prefácio, vamos elencar os pontos comuns que marcam a trajetória das grandes organizações vitoriosas, emblemáticas de nossa destinação superior:

- Essas organizações nascem sempre em torno de uma liderança visionária, conhecida e reconhecida por suas qualidades de competência, caráter e compromisso com uma determinada causa;
- Tais líderes aglutinam em torno de si talentos dispostos a servir à causa abraçada, e não de servir-se dela para seus propósitos pessoais, setoriais, políticos ou corporativos;
- Nasce, entre esses grupos, um sentimento de comunidade de sentido, que os leva a compartilhar um mesmo rumo no médio e no longo prazos e a manter constância de propósito na busca da consecução de seus objetivos estratégicos;
- Existe sempre um forte compromisso com a educação de seus integrantes e a promoção da educação no contexto onde elas estão inseridas;
- Não obstante a troca regular de dirigentes, existe um quadro técnico estável, capaz de assegurar a continuidade, a qualidade e o aprimoramento das ações em meio à mudança no nível político-estratégico;
- Houve uma preocupação, desde o início, com a criação de mecanismos capazes de garantir a sobrevivência, o crescimento e a perpetuidade da Organização;
- Alianças e parcerias foram celebradas de modo a assegurar: conhecimento e reconhecimento por parte da opinião pública, alinhamento interno entre seus dirigentes e integrantes, estabelecimento de relações de qualidade com interlocutores e parceiros e, finalmente, exercício de poder de referência sobre as organizações congêneres.

Se observarmos os quarenta anos de evolução político-institucional da FEAC, veremos que a semente extraordinária e seminal plantada por Lafayette Álvaro de Souza e Odila Santos de Souza Camargo germinou, cresceu e deu muitos e muitos frutos, cultivados pelas mãos zelosas e competentes dos seus seguidores no tempo e ampliadores no espaço.

Se a política social, no novo paradigma pós-Constituição de 1988, e a legislação que a complementa podem ser entendidas como um conjunto articulado de ações

governamentais e não-governamentais nos níveis da União, dos estados, do distrito Federal e dos municípios, a FEAC pode ser considerada um grande exemplo da política pública não-estatal.

Por meio de uma ética de co-responsabilidade pelo todo, compartilhada pelas políticas públicas, pelo mundo empresarial e pelas organizações do terceiro setor, a Federação de Campinas dá-nos um exemplo de como produzir e colocar em circulação o capital social de uma cidade – Campinas – que se concretiza e expressa o que o Brasil tem de melhor em termos de sensibilidade ante as iniquidades sociais, consciência sobre as formas de enfrentá-las e responsabilidade por fazê-lo com o espírito de grandeza, que a nossa realidade, de forma tão dramática, necessita e requer.

Campinas, para dizer uma palavra um pouco relegada pela ditadura do chamado politicamente correto, é detentora de uma elite constelar comprometida com a emancipação econômica, a promoção social, a liberdade política, a ascensão cultural e a sustentabilidade ambiental do seu povo e de sua circunstância. Por tudo isso, a FEAC deve ser vista e entendida como um exemplo, não apenas para São Paulo, mas para todo o Brasil.

James Coleman, um dos grandes teóricos do capital social, afirma que, diferentemente do capital financeiro, esse tipo de riqueza multiplica-se na medida em que é utilizado. Capital social é um bem que não pode e nem deve ser poupado. O crescimento econômico e cultural de Campinas não é o fator responsável pela sua invulgar capacidade de solidariedade social. Ao contrário, é o capital social presente na sensibilidade e na consciência dos seus homens e mulheres de prol (elites responsáveis) que é, na verdade, grande responsável pela pujança material, cultural e pelo peso político desse extraordinário município brasileiro.

O dia em que organizações como a FEAC espalharem-se pelo nosso território, o Brasil terá aumentado suas chances de chegar lá, caminhando mais depressa, a passos mais largos. O livro de José Pedro Soares Martins é uma arma, para quem quiser lutar por esse ideal, e uma ferramenta para quem se propuser a trabalhar por ele no dia-a-dia.

Parabéns José Pedro!

Parabéns FEAC!

Parabéns Campinas!

Apresentação

*Darcy Paz de Pádua**

A biografia da Fundação FEAC insere-se na história da assistência social em Campinas, objeto da pesquisa de José Pedro Martins, abrangendo mais de um século, reunida em sua obra “Campinas, Vocação Solidária”.

Agora, neste livro, o autor relata, no trajeto percorrido nestes 40 anos, pela Fundação FEAC, os atos e fatos, seus momentos e circunstâncias, o início e a evolução da nova forma de relacionamento com as entidades assistenciais e com a comunidade, como parte de um grande Pacto Social.

Tudo se originou do ideal de Eduardo de Barros Pimentel de promover a integração das entidades e estabelecer para elas um novo sistema de captação de recursos: o Fundo Unido.

A primeira e providencial adesão à idéia foi a do Dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo que, generosamente, ofereceu a fundação “Odila e Lafayette Álvaro” para abrigar a Federação que surgia.

Tomou corpo e forma, em 14 de abril de 1964, a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação “Odila e Lafayette Álvaro” que teve, desde logo, a compreensão e o apoio da população, passando a contar com a participação de tantos personagens – nem todos identificados – que, ao longo do tempo, estiveram presentes nas atividades, nas campanhas, nos eventos, manifestando sua crença e esperança na concretização dos objetivos da nova instituição.

Estão registrados os nomes daqueles pioneiros, profissionais que, voluntariamente, emprestaram sua contribuição para estabelecer os fundamentos da organização,

* Presidente do Conselho Curador da Fundação FEAC

deixando o exemplo e balizando as ações futuras do Serviço Voluntário na Fundação FEAC e nas entidades.

A esse grupo juntaram-se, pouco a pouco, os que comporiam o quadro definitivo de colaboradores para prestar às entidades que se filiavam a orientação e os serviços necessários.

Deve ser notado o fato de que, na época, tanto o Estado de São Paulo como o município de Campinas não tinham, ainda, as suas Secretarias de Promoção Social. A Fundação FEAC, pelo seu corpo técnico, passou a ser referência, intensificados os contatos com outras organizações e autoridades.

Na primeira fase de sua história, durante 17 anos – de 1964 a 1981 –, todos os recursos da Fundação FEAC para o cumprimento pontual de seus compromissos com as filiadas eram arrecadados pelo “Fundo Unido”. Aos empregados na indústria e no comércio pedia-se a contribuição correspondente a uma hora de trabalho por mês. A essa prestação somava-se a dos funcionários públicos e a dos próprios empresários.

Somente com o desenvolvimento da área patrimonial, após a construção do Shopping Center Iguatemi, houve o incremento da receita, possibilitando ampliar o atendimento e implantar novos projetos e programas.

Às iniciativas anteriores, como a atenção ao indigente (Repressão à Mendicância), a reeducação do “menor infrator” (Escola Antônio Augusto de Almeida) e o Treinamento para o Serviço Voluntário (Cetrevo), outras foram acrescentadas, notadamente as dedicadas à criança, ao adolescente e à família. Podem ser destacadas o lançamento da Aliança de Campinas pela Educação e o desenvolvimento de programas como “Meninos de Rua”, “Ame a Vida sem Drogas”, “Qualidade na Escola” e tantas outras, intensificando parcerias e participação nos Conselhos Municipais, mantendo contato permanente com profissionais especializados em diferentes áreas e aproximação com Universidades.

Do apoio constante da imprensa resultou a instituição de prêmios estimulando a produção de matérias sobre questões sociais.

Afinal, é a “Biografia” que aponta os detalhes da longa jornada de quatro décadas da Fundação FEAC que no seu percurso teve a adesão de companheiros e a conquista de amigos.

Impossível é mencionar todos, mas a todos se estende a homenagem, que significa apreço e gratidão, dirigida ao estimado professor Antônio Carlos Gomes da Costa, autor do Prefácio que ilustra e mais valoriza esta obra que mostra, no movimento sequencial, na sucessão dos fatos e dos agentes, a permanência do espírito de solidariedade, de fidelidade à missão e da vocação de integrar para servir.

Introdução

Os pilares de quatro décadas de ação social

A Fundação FEAC completou, em abril de 2004, quatro décadas de ação social. Foi um período em que a instituição procurou responder aos desafios sociais nascidos de cada nova etapa de Campinas, uma das cidades brasileiras que mais vivenciaram na pele as profundas transformações derivadas da urbanização desordenada, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

Quatro pilares sustentaram o modelo inovador de ação social desenvolvido nesses quarenta anos pela FEAC, e são eles os responsáveis pelo êxito alcançado na maioria das iniciativas deflagradas, muitas delas ainda em curso, como os Grupos de Mulheres, atuantes desde o final da década de 1960.

O primeiro pilar é o *grande enraizamento comunitário*, perseguido desde o primeiro momento pelos idealizadores da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. O propósito era aglutinar o trabalho social que se encontrava pulverizado, visando uma atuação de modo ecumênico, suprapartidário e ressaltando os recursos e valores da comunidade campineira.

O uso *de ferramentas e tecnologias inovadoras na ação social* é o segundo pilar de sustentação do *modus operandi* FEAC. A instituição foi pioneira, por exemplo, no estímulo ao trabalho voluntário e à responsabilidade social empresarial, quando ainda eram temas incipientes na realidade brasileira e que não tinham a projeção alcançada a partir da década de 1990.

O terceiro e importantíssimo pilar é o *compromisso da FEAC*, ao longo de toda a sua história, com a *Educação de qualidade para todos*. Grande parte dos programas e projetos próprios implementados pela FEAC em suas quatro décadas está diretamente relacionada à compreensão de que apenas um gigantesco e permanente esforço

educacional proporcionará o desenvolvimento humano integral no Brasil, para cada um dos brasileiros e de modo coletivo.

E o quarto pilar, essencial para a sustentação dos demais: a grande obra da FEAC foi construída pelas mãos, pelas mentes e pelo coração de *pessoas especiais*, profundamente comprometidas com o ideal do bem comum, sejam os técnicos colaboradores voluntários que atuaram nos momentos iniciais e ao longo da história, sejam os funcionários que passaram e os que ainda integram o seu quadro profissional, sejam os beneméritos que doaram importantes recursos para transformar sonhos em realidade, sejam os dirigentes e conselheiros que sempre atuaram de forma voluntária, apenas movidos pelo interesse de servir, em coerência com a histórica vocação solidária de Campinas.

O objetivo deste texto é apresentar como esses quatro pilares foram sendo alicerçados e mesclados, para viabilizar uma história singular de solidariedade em um país que continua buscando o seu porvir, que continua perseguindo a sua utopia histórica como nação.

A história é tecida por múltiplas mãos e por sensibilidades diversas que se cruzam e se encontram. O desejo sincero do autor é que esse olhar próprio sobre como homens e mulheres de boa vontade ajudaram a desenhar uma bela história de respeito pela vida e pela humanidade sirva de exemplo e de estímulo, como uma gota de esperança em uma sociedade nova, biocêntrica e profundamente amorosa.



*Cenário Social
e Urbano nas Décadas
de 1940, 50 e 60*

O dia 7 de junho de 1941 foi marcante para o bispo d. Paulo de Tarso Campos e para todos os moradores de Campinas. Naquele dia frio e cinzento era inaugurada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instalada no casarão de Joaquim Polycarpo Aranha, o aristocrático Barão de Itapura. Ainda no segundo semestre de 1941, quando Campinas teve o prefeito nomeado Lafayette Álvaro de Souza Camargo, foi inaugurada a Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era o embrião do que viria a ser, futuramente, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, assim elevada por ato do Papa Paulo VI, em 1972. Mas desde 1955 a instituição criada pela Diocese de Campinas já era considerada como Universidade Católica pelo Conselho Federal de Educação, tendo incorporado a Faculdade de Ciências Econômicas.

Um ano depois, em 1956, foi incorporada pela Universidade a Faculdade de Serviço Social, que havia sido criada pelo mesmo d. Paulo em setembro de 1949. A Faculdade – inicialmente Escola de Serviço Social – foi dirigida preliminarmente pelo Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado de Campinas.

A primeira diretora da Escola, entre 1950 e 1952, foi a Irmã Enny Guarnieri. A Escola funcionava em um prédio da rua Benjamin Constant, conhecido como “Casa Mãe”. Em 1952 foi formada a

primeira turma da Escola, já sob a direção de Madre Maria de Mesquita Sampaio. Quatro anos depois viria a incorporação à Universidade Católica.

Todas essas datas e todos esses fatos representavam um claro indicativo do crescimento urbano acelerado em Campinas a partir da década de 1940. E mais do que isso, a criação de Faculdades e de uma Universidade ratificava a tradição educacional de Campinas, uma das explicações para a vocação solidária que a cidade construiu em mais de dois séculos de existência, desde a sua fundação, a 14 de julho de 1774, como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso.

Além do sistema educacional, que sempre andou de mãos dadas com a ciência e a tecnologia, os outros dois pilares da vocação solidária de Campinas foram, ao longo de sua história, a sua rede de entidades sociais e os seus serviços de saúde. Esses três elementos – que foram fundamentais para salvar a cidade, por exemplo, durante o grande surto de febre amarela em 1889 – desenharam o perfil que se tornaria marcante para Campinas, como uma cidade progressista, sempre de olho no futuro e aberta para migrantes de vários países europeus e de estados brasileiros.

A criação de uma Universidade Católica representava, assim, um passo à frente para a vocação educacional campineira, e a abertura de

uma Faculdade de Serviço Social era um sinal da preocupação em aprimorar a rede de assistência em um momento em que a cidade explodia em termos demográficos, o que naturalmente criava desafios sociais cada vez mais sérios.

Todos esses ingredientes – o crescimento demográfico e a dilatação urbana, aliados ao aparecimento de instituições universitárias, incluindo uma Faculdade de Serviço Social, o que possibilitava uma nova visão sobre a realidade social – foram fundamentais para o lançamento das sementes do que viria a ser uma das experiências mais inovadoras em ação social do Brasil, a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC). E não por acaso, a própria PUC-Campinas, e em especial a Faculdade de Serviço Social tiveram papel relevante na criação e na estruturação da FEAC.

Verificar o que aconteceu com Campinas nas décadas de 1940 e 50 é fundamental, então, para compreender como foi possível o nascimento e o espetacular crescimento da FEAC a partir do início dos tumultuados anos 60. Relembrar a trajetória da cidade nesse período ajuda, enfim, a explicar por que a proposta da FEAC foi tão bem recebida, e por que ela gerou tanta mobilização.

Uma nova cidade após a crise do café

Do ciclo da Cana-de-Açúcar, que marcou a fase inicial da Freguesia e, depois, da Vila de São Carlos (criada em dezembro de 1797), a cidade de Campinas – assim batizada finalmente, em fevereiro de 1842 – cresceu e se projetou no cenário nacional, ao longo do século 19, como o principal pólo cafeeiro do Brasil, em grande parte devido ao uso intensivo da mão-de-obra escrava.

O “ouro negro” do café possibilitou a implantação de importante pólo educacional – em torno de instituições como o Colégio Culto à Ciência, onde estudou Santos Dumont – e moti-

vou o desenvolvimento de importante pólo científico e tecnológico, a partir da criação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em 1887, inicialmente como Estação Agrônoma Imperial.

A riqueza do café também repercutiu na política, a ponto de Campinas ter se transformado em um dos alicerces do movimento republicano, afinal vitorioso a 15 de novembro de 1889. A eleição de um campineiro, Manoel Ferraz de Campos Salles, como segundo presidente civil do Brasil, justamente na transição dos séculos 19 e 20, era a confirmação do papel de destaque assumido pela cidade no cenário brasileiro.

Naturalmente, Campinas como todas demais cidades ligadas ao café foram muito impactadas com a crise da economia cafeeira que se seguiu à queda da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929. Com o café em crise a elite que tinha proclamado a República também entrou em xeque, o que abriu caminho para a ascensão de Getúlio Vargas, que dominou a cena política nacional nas décadas de 1930 até a metade da década de 1950.

Os dois mandatos de Getúlio Vargas – o primeiro, como ditador, e o segundo, eleito pelas urnas – foram marcados pela bandeira do desenvolvimento nacional. Era o momento de fortalecimento da indústria brasileira, de modo concomitante com o fomento à vida e à cultura urbanas.

Todo esse panorama se repetia em Campinas, que superou a crise de 1929-30 pela força de seu incipiente parque industrial e da substituição do café por outras culturas, como o algodão, a partir de espécies melhoradas no IAC. E para preparar a cidade para outra característica central do período – a ascensão do automóvel, em detrimento das ferrovias – Campinas também procurou se adequar, através do Plano de Melhoramentos Urbanos entregue ao escritório do arquiteto Francisco Prestes Maia, nascido em Amparo mas que se projetou em São Paulo, cidade da qual foi prefeito.

O Plano Prestes Maia, como ficou conhecido, foi concluído em 1938 – ano em que assumiu a Prefeitura paulistana, onde ficou até 1945 – e provocou uma revolução no cenário urbano de Campinas, e sobretudo na área central. Várias construções foram derrubadas, como a Igreja do Rosário, em 1956, para dar lugar à ampliação das ruas e avenidas. Estava pronto o cenário para o crescimento urbano/industrial de Campinas, e ele realmente ocorreu, de modo mais marcante do que provavelmente se previa.

A população local saltou de 129.940 moradores em 1940 para 152.547 em 1950 e 219.303 em 1960. Somente entre 1946 e 1954 a área ocupada cresceu de 16 milhões para 53,6 milhões de metros quadrados, ou mais de três vezes o espaço ocupado em 170 anos de história da cidade. O índice de urbanização, que já era considerado alto na época em São Paulo, de 53% para 63% entre 1950 e 1960, evoluiu em Campinas de 70% para 84% no mesmo período.

Era decididamente uma nova cidade aquela que via o nascimento da Universidade Católica, que assistia à inauguração (em 1942) de novas e amplas sedes do Centro de Ciências, Letras e Artes e da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), vibrava com a reinauguração (em 1944) do Hipódromo do Bonfim e se entristecia, no mesmo ano, com o incêndio que destruiu o Cine República, no centro – prenúncio da grande tristeza com a tragédia do desabamento do Cine Rink, a 16 de setembro de 1951.

O crescimento era inevitável, e em 1947 era instalado em Campinas o Batalhão de Carros de Combate Leves, em 1948 eram inaugurados a linha comercial da Companhia Central Aérea entre Campinas e Rio de Janeiro e o Estádio “Moisés Lucarelli”, da Associação Atlética Ponte Preta, em 1949 era fundada a Faculdade de Odontologia, em 1953 eram abertos o Estádio Brinco de Ouro da Princesa (do Guarani Futebol Clube) e vários cinemas, como o Casablanca e o

Cine Rex na Vila Industrial, e o Cine São Jorge no São Bernardo.

Com ares cada vez mais cosmopolitas, Campinas estava pronta para receber um grande número de empresas de capital multinacional. Esse foi outro dos fatores fundamentais que criaram as condições favoráveis para o futuro nascimento da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

Tempo de multinacionais e da UNICAMP

A primeira grande empresa multinacional instalada no município foi a Rhodia, em 1942, em Paulínia, então ainda um distrito de Campinas. A Rhodia deu o primeiro passo para a estruturação em Paulínia de um dos mais poderosos pólos petroquímicos da América Latina, sedimentado com a Refinaria inaugurada na década de 1970, quando Paulínia já era autônoma e tinha prefeito nomeado por ser considerada área de segurança nacional.

Outras grandes empresas de capital multinacional foram instaladas entre as décadas de 1940 e 1950, como a Singer e Duratex em 1951, Pirelli, Hiplex e IBRAS/CBO em 1953 e a Robert Bosch em 1954. Na região se instalaram a Rigesa e Clark em Valinhos, Chicago Bridge em Paulínia, 3M, IBM e Wabco em Sumaré – todas essas empresas teriam papel relevante na estruturação da FEAC ao longo da década de 1960.

Mais do que recursos financeiros, as empresas de matriz estrangeira chegaram a Campinas e região com uma nova mentalidade em termos de ação social, além de uma noção de desenvolvimento que ajudou a impulsionar o pólo científico e tecnológico que a cidade tinha vocação de sediar.

Um dos nomes capitais nesse sentido foi o do engenheiro Eduardo de Barros Pimentel, que se instalou em Campinas em 1956 para trabalhar inicialmente na Fogões Dako. Depois ele dirigiu a

unidade da Bendix do Brasil, e foi nomeado diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/FIESP).

Casado com Maria Thereza de Barros Pimentel, Eduardo Pimentel tornou-se um dos principais líderes do grande movimento que resultou na criação da Faculdade de Ciências Médicas e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi uma mobilização muito semelhante àquela que levaria à criação da FEAC, e se constituiu em outro importante ingrediente do ambiente favorável à constituição da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

A campanha pela criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas foi deflagrada em 1946 pelo jornalista Luso Ventura, através do Diário do Povo. Em 1953 o governador Lucas Nogueira Garcez, pela Lei nº 2154, criou a Faculdade de Medicina de Campinas. Mas não foram materializados os instrumentos para viabilizar a instituição, e nesse momento houve resistência pela instalação. Um dos opositores era Zeferino Vaz, com o argumento de que São Paulo já contava com Faculdades de Medicina em número suficiente.

Mas a sociedade continuou mobilizada, principalmente através do Conselho de Entidades de Campinas, criado em 1955 por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), na presidência de Ruy Rodriguez. Em 1958 o professor Cantidio de Moura Campos foi nomeado diretor *pro tempore* da Faculdade. Foi nesse momento que a participação de Eduardo de Barros Pimentel se tornou decisiva.

A mobilização agora liderada por Pimentel resultou na criação em 1962 da própria Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), uma entidade autárquica, através da Lei nº 7655, de 28 de dezembro. A UNICAMP acabou incorporando a Faculdade de Medicina, que na prática foi sua primeira unidade, e Cantidio de Moura Campos foi o primeiro reitor provisório. O primeiro diretor da

Faculdade de Ciências Médicas, finalmente funcionando a partir de 1963, em prédio da Maternidade de Campinas, foi o oftalmologista Antônio Augusto de Almeida, uma indicação de Eduardo de Barros Pimentel ao governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto. Almeida daria contribuição preponderante em muitas iniciativas na fase inicial da FEAC, e por isso seria reconhecido pela instituição.

Foi também por indicação de Eduardo Pimentel que Zeferino Vaz – que havia sido opositor da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas – tornou-se novo reitor da UNICAMP, no lugar de Mário Degni, que havia substituído Moura Campos. O governador Ademar de Barros consultou pessoalmente Pimentel sobre um sucessor para Degni, e a sugestão de Zeferino foi aceita. O próprio Zeferino mostrou-se reticente, em função do episódio da Faculdade de Medicina, mas foi convencido por Pimentel a aceitar o cargo. Zeferino Vaz assumiu o cargo de reitor da UNICAMP no final de 1965 e ele é considerado um dos grandes responsáveis pela Universidade ter alcançado o *status* de uma das melhores do país.

Campinas, como todo o país, sentia na época o tenso clima político em função da crise que cercou a renúncia do presidente Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, e praticamente todo o mandato do seu sucessor, o vice João Goulart, encerrado com o golpe militar de 31 de março de 1964. Entretanto, o entusiasmo não deixava de contaminar a cidade, por causa de fatos como a criação e a instalação de uma nova Universidade e da própria Faculdade de Medicina. Era uma atmosfera totalmente propícia a uma nova grande mobilização comunitária, mesmo durante o regime militar, como a que levaria à criação da FEAC.

Mas um outro ingrediente, de algum modo vinculado ao momento político e social nacional, acabaria contribuindo para o movimento que resultou na FEAC. Era o avanço, em amplos setores

da comunidade, da nova Doutrina Social da Igreja, e de modo muito próximo dela o crescimento da Democracia Cristã como alternativa política.

Doutrina social, democracia cristã e Maritain

A Doutrina Social da Igreja Católica sofreu grandes transformações durante o papado de João XXIII. Em sua Encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, ele faz uma dura advertência sobre os perigos nascidos das grandes desigualdades sociais existentes no interior de vários países, e também entre países muito ricos e países muito pobres. A próxima Encíclica, *Pacen in Terris*, de 1963, é um grande apelo pelos direitos humanos individuais e coletivos.

Foram documentos que calaram fundo nas consciências dos cristãos. E nesse momento muitos deles estavam se engajando politicamente pela melhoria das condições de vida de suas respectivas comunidades. Eram grupos como da Ação Popular, criada em 1962 por jovens como o depois sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e também Francisco Whitaker, que continuaria tendo uma ação social e política muito próxima dos grupos cristãos e que seria, recentemente, um dos criadores do Fórum Social Mundial do início do século 21.

Também havia os membros da Democracia Cristã, uma linha nascida na Europa como alternativa à doutrina marxista, de um lado, e ao individualismo/materialismo capitalista, de outro lado. Por isso a Democracia Cristã era considerada a Terceira Via, e tinha entre seus principais ideólogos pensadores como o francês Jacques Maritain.

Nascido em 1882, Jacques Maritain era filho de pais protestantes liberais e republicanos. Estudou em Paris, na Sorbonne, e em 1904 casou-se com Raissa Oumansouff, judia de origem russa. O casal converteu-se ao catolicismo em 1906, por influência de León Bloy, autor entre outros de *A*

mulher pobre. A personagem central da novela, Clotilde, também passou por uma conversão profunda, como descreve Bloy no trecho final do livro, que deixou uma impressão marcante em Maritain, assim como em todos os seus admiradores, e portanto os de León Bloy:

(Clotilde) Vendeu tudo que possuía e doou o que arrecadou aos pobres, convertendo-se da noite para o dia em uma mendiga. – Você deve ser muito infeliz, minha pobre senhora – lhe disse uma vez um sacerdote, que por fortuna era um verdadeiro padre, ao vê-la em lágrimas junto ao Santo Sacramento exposto. – Sou completamente feliz – ela respondeu. – Não se entra no Paraíso amanhã, nem depois de amanhã, nem dentro de dez anos, mas se entra hoje, quando se é pobre e se está crucificada....

Algumas obras de Maritain – falecido em 1973 – exerceram grande influência e inspiração nos grupos cristãos que passaram a atuar politicamente, como no caso de *Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã*, em que ele defende um “ideal histórico concreto”. Outros livros, como *A pessoa e o bem comum*, *Os direitos do homem e a lei natural* e *O homem e o Estado* foram essenciais para inspirar a Democracia Cristã européia e latino-americana.

Como Terceira Via, a Democracia Cristã chegou a encontrar muitos seguidores em vários países. E vários de seus membros acabaram chegando ao poder. Caso do presidente chileno Eduardo Frei Montalva (1964-1970), que centrou esforços no que chamou de Política de Promoção Popular, ou de Rafael Caldera Rodríguez, também eleito presidente da Venezuela pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), de orientação democrata-cristã.

No Brasil o Partido Democrata Cristão (PDC) foi criado em 1945, em São Paulo, no contexto da reformulação partidária que seguiu ao fim do Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas. O primeiro líder do PDC no Brasil foi Cesarino Júnior, professor de

Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo. Também era uma espécie de Terceira Via, entre o PSD e o PTB que deram apoio a Vargas, e a UDN, de oposição.

Passaram pelo PDC nomes importantes da política brasileira, como Franco Montoro, Paulo de Tarso, Juarez Távora, Ney Braga, José Richa, Nelson Marchezan, Chopin Tavares de Lima, José Felício Castelano e mesmo personagens que tomaram caminhos tão díspares como Plínio de Arruda Sampaio (que seria um dos fundadores e expoentes dos autênticos do PT) e o coronel Jarbas Passarinho, um dos principais nomes do governo militar.

O Manifesto Político Mundial dos Democrata-Cristãos faz uma boa síntese do pensamento do movimento:

Os democrata-cristãos assumimos no mundo de hoje a missão de construir uma sociedade de homens e povos livres e solidários. Nesta ação, nos inspiramos nos valores espirituais e éticos do cristianismo, particularmente em nossa visão do homem e da sociedade.

Campinas também teve um diretório muito atuante do PDC. E se a história da FEAC foi absolutamente apertadária – a Federação, na visão de todos os seus idealizadores, apenas prosperou por causa da independência política –, conceitos da Democracia Cristã e da Doutrina Social da Igreja tiveram influência nos gestos que culminaram em sua criação e em sua estruturação.

Uma vida de solidariedade

O crescimento urbano exagerado e desordenado (gerando desafios sociais inéditos), a instalação de indústrias de capital multinacional, a criação da Universidade Católica e da UNICAMP, os novos ventos na ação social e política soprados a partir da Doutrina Social da Igreja e da Democracia Cristã – todos esses elementos se mesclaram para gerar as

condições de florescimento de um grande movimento comunitário que resultou na Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

Mas também foram decisivos os gestos individuais, de desprendimento, de pessoas como Eduardo de Barros Pimentel. Outro nome foi determinante, o de Lafayette Álvaro de Souza Camargo, o mesmo que fora prefeito nomeado em 1941, ano de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o embrião da PUC-Campinas, que representou um novo patamar na área educacional e social da cidade.

Nascido em Campinas a 1º de novembro de 1887, em plena efervescência do movimento republicano, Lafayette Álvaro de Souza Camargo teve uma infância marcada pela transição entre monarquia e república no país. Seus pais, Antônio Álvaro de Souza Camargo e Olympia Lapa de Souza Camargo, eram filhos de tradicionais famílias de cafeicultores da cidade.

Lafayette casou-se com Odila Egídio de Souza Santos Camargo, também filha de família de cafeicultores, e o casal viveu durante algum tempo na Usina Ester, em Cosmópolis. Lafayette era gerente da Usina e sua mulher dava aulas na escola rural.

O convite para Lafayette assumir a gerência da Usina Ester partiu do próprio Paulo de Almeida Nogueira, dia 8 de janeiro de 1926. Desde então os dois se tornaram grandes amigos e a passagem de Lafayette pela Usina Ester teve peso na futura aquisição, por Lafayette, da área total da Fazenda Vila Brandina, que depois doaria em patrimônio à FEAC.

Espírito empreendedor (foi por exemplo um dos líderes da Ferrovia Funilense, inaugurada a 18 de setembro de 1899), benemérito como toda família (participou de campanhas em benefício das Santas Casas de Campinas e São Paulo e Sociedade Amiga dos Pobres, em Campinas) e muito organizado, Paulo de Almeida Nogueira registrou em pormenores o seu cotidiano durante décadas. Os registros, de uma

pessoa que viveu intensamente o seu tempo, foram publicados em livro em 1955, sob o título *Minha vida* (Diário de 1893 a 1951).

O registro da contratação de Lafayette Álvaro está devidamente indicado no diário. Lafayette vai à usina tomar posse na gerência, afirma o registro de 17 de janeiro de 1926, uma semana depois do convite feito para assumir o cargo. Já em maio de 1926 a competência de Lafayette Álvaro era sentida – a Usina Ester tinha participado com brilho em exposição agropecuária na Mooca, em São Paulo.

Lafayette participaria de várias negociações com terras, feitas por Paulo de Almeida Nogueira. Quando o seu gerente ficou doente, com “febre de 40 graus e tremores”, em maio de 1932, Paulo afirma ter ficado “muito triste”. O mesmo quando Lafayette foi operado, de apendicite aguda, no hospital do Circulo Uniti (depois Casa de Saúde de Campinas), a 8 de dezembro de 1934, por Arlindo de Lemos.

Um dos momentos mais críticos vividos pelos dois foi durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Com o recrudescimento dos combates, Paulo e Lafayette combinaram como seria a defesa da Usina, em caso de invasão pelas tropas fiéis a Getúlio Vargas.

No início de 1933, Nogueira intermediou um significativo empréstimo a Lafayette, de 90 contos (página 418 de *Minha vida*). Lafayette estava comprando partes de outros herdeiros, como ele, da Fazenda Vila Brandina, onde os dois – Lafayette e Nogueira – almoçariam a 20 de abril de 1933. A Fazenda Vila Brandina, conforme registra o historiador Celso Maria de Mello Pupo, em “Campinas, Município no Império”, compunha-se de terras destacadas do Engenho do Mato Dentro (que também incluía a área onde seria instalado o Parque Ecológico “Monsenhor Emílio José Salim” e a área da Fazenda Lapa, onde se instalou a Sociedade Hípica de Campinas) e doadas pela Viscondessa de Campinas à filha Maria Brandina, casada em 1836 com Álvaro Xavier da Silva Camargo. A Viscondessa de Campinas era Maria Luzia de

Camargo, filha do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, proprietário do Engenho do Mato Dentro original e casada com Francisco Egídio de Souza Aranha.



Odila e Lafayette Álvaro.

Em 1885 a Fazenda Brandina – então chamada de Fazenda do Mato Dentro de Baixo – pertencia à viúva Maria Brandina de Souza Aranha, com 230 mil pés de café em terra massapé, dispondo de máquina de benefício a água e terreiros atijolados (Pupo, Celso Maria de Mello, “Campinas, Município no Império”, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1983, página 184). Com o falecimento de Maria Brandina, a fazenda passaria em 1900 aos irmãos Cândido Álvaro e Antônio Álvaro de Souza Camargo, pai de Lafayette Álvaro. A produção atingia 9 mil arrobas de café.

Em 1914 a fazenda pertencia a Antônio Álvaro & Bueno, mas depois apenas a Antônio, que a deixou para os filhos. O nome Vila Brandina

foi dado por Lafayette Álvaro após ele ter adquirido as outras partes, transformando a fazenda em área de criação de gado puro holandês. Lafayette e Odila Santos de Souza Camargo, que era sua prima, eram proprietários ainda das fazendas Santa Luzia e Santa Odila. Estas foram, depois, herdadas pelos respectivos parentes, enquanto a Fazenda Vila Brandina seria destinada à Fundação com o nome do casal, criada para continuar a obra de benemerência do casal (Lapa, op. cit., página 184).

Lafayette Álvaro tinha se encantado com a Escola Feminina que funcionava na Usina, desde 1916, e onde a esposa Odila dera aulas. Os amigos Lafayette e Paulo de Almeida Nogueira participariam, juntos, de vários momentos de solidariedade, como da distribuição de doces e brinquedos para 220 crianças moradoras próximas da Fazenda Brandina, na Páscoa de 1935.

Lafayette Álvaro de Souza Camargo deixou a gerência da Usina Ester a 31 de dezembro de 1936, sendo substituído por Guilherme Pompeu Nogueira. Perde a Usina um grande e eficientíssimo administrador, anota Paulo (op.cit., página 457). Curiosamente, os amigos haviam se tornado vizinhos de propriedade rural, após novas aquisições feitas por Lafayette, na proximidade da Fazenda São Quirino. O reconhecimento à contribuição de Lafayette aconteceria de várias maneiras, como na inauguração de um retrato seu na Usina, a 8 de maio de 1937.

Ainda em 1937 um antigo sonho de Paulo de Almeida Nogueira, muito discutido com Lafayette Álvaro, tornou-se realidade, a inauguração de uma nova escola rural na Usina Ester e outra no Bom Retiro, além de uma biblioteca infantil e do Copo de Leite, projeto de doação de leite para as crianças pobres de áreas próximas – sem dúvida foi um grande incentivo para o olhar que Lafayette também daria para as crianças a partir da Fazenda da Vila Brandina.

Após deixar a Usina, Lafayette passou a se dedicar integralmente a suas propriedades em

Campinas e de atividades como a reabertura, a 7 de agosto de 1938, do Hipódromo Campineiro. Em 1941, Lafayette foi prefeito de Campinas, como um dos nomeados à época do Estado Novo, quando as eleições estavam suspensas. Nesse início da década de 1940, Lafayette já tinha a noção dos problemas sociais derivados do crescimento urbano e populacional de Campinas. Estava particularmente preocupado com a proliferação de cortiços na região central, em razão da falta de moradias para famílias de baixa renda. Foi fundamental nesse sentido o contato com o amigo Estanislau Ferreira de Camargo, que era um rico fazendeiro na região de Lins. Os dois amigos planejaram a construção de uma vila operária no Cambuí, entre a rua dos Alecrins e a avenida José de Sousa Campos. É a Vila Estanislau, cujas casas foram adquiridas pelos moradores, em razão do empenho de Lafayette em obter empréstimo junto a um banco local. Homem de visão, Lafayette trocou o plantio de café pela produção de leite tipo A na Fazenda Brandina. Boa parte do leite era destinada a crianças de famílias pobres. A doação da Fazenda Brandina para a Fundação Odila e Lafayette Álvaro, depois integrada à FEAC, foi o grande gesto de benemerência do casal. No mesmo ano da fundação da FEAC, 1964, dona Odila faleceu. O falecimento de Lafayette Álvaro ocorreu três anos depois, mais precisamente a 13 de setembro de 1967. O legado do casal à ação social foi um dos atos mais expressivos da história da vocação solidária em Campinas.

Os laços entre Lafayette Álvaro e Paulo de Almeida Nogueira de certo modo continuaram. Um dos netos do amigo, Paulo Nogueira Neto, foi um dos nomes indicados por Lafayette para compor o Conselho Deliberativo da Fundação FEAC, após a fusão com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro. O mesmo com seu sucessor na gerência da Usina Ester, Guilherme Pompeu Nogueira. Era a vez de Lafayette reconhecer a amizade e o papel da família Nogueira em sua vida e na de Odila.

Além de benemérito, Lafayette Álvaro era um homem profundamente amoroso com sua família. O sobrinho-neto Gil Leite de Barros se lembra com carinho das longas férias passadas na Fazenda Santa Luzia, em Joaquim Egídio, para onde os sobrinhos e demais familiares iam geralmente com o bonde verde, número 13, que fazia a rota entre o Taquaral e a Serra das Cabras. A Fazenda Santa Luzia teve instalações projetadas pelo arquiteto Ramos de Azevedo, grande amigo de Lafayette e da família. O pai de Gil, Cid Leite de Barros, foi o responsável por uma das reformas da Fazenda Vila Brandina.

A Fundação Odila e Lafayette Álvaro

O contato com pessoas como Paulo de Almeida Nogueira e membros do PDC em Campinas, entre outros, reforçou em Lafayette Álvaro o sentimento de solidariedade, principalmente com crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. E acabou germinando nele e na esposa, Odila, ao longo da década de 1950, a ideia de criação de uma Fundação que pudesse continuar o seu trabalho social.

A ideia foi discutida, entre outros, com o médico Mário Altenfelder Silva, que exerceria cargos importantes na área da Promoção Social nas décadas de 1960 e 1970, como a presidência da Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (Funabem). Altenfelder costumava dizer, aliás, que a dedicação de Lafayette e das lideranças envolvidas na criação da FEAC foi um dos estímulos para que ele continuasse a luta pela Infância e Juventude brasileiras.

Uma conversa entre Altenfelder e Lafayette Álvaro, no casarão da Vila Brandina, onde o casal vivia, foi decisiva para os rumos da futura criação da Fundação Odila e Lafayette Álvaro (FOLA). De próprio punho Altenfelder enviou uma carta a Lafayette, com as impressões deixadas pela conversa. Este é o conteúdo da carta, de grande valor para a história social de Campinas:

Dr. Mario Altenfelder
Al. Cleveland 601
São Paulo - Tel. 52-75-89-62-49-04

Resposta ao Dr. Lafayette

Trago e trarei bem nutrida no meu pensamento a impressão que recebi na visita - los, no dia 7º. A beleza do lugar, a revelação de um fuso gótico, o aproveitamento do solo, o apuramento de um gado impecável, o trato com um homem muito inteligente e com uma Senhora altamente distinta, tudo me emocionou.

Mas o que me comoveu e me fez ver nesse casal qualidades bem acima da mediocridade humana foi a maneira de olhar para o futuro e trabalhar para ele, orgulhosos de um passado instrutivo que longe de os deixar numa leiterança longínqua, os transfere numa linha propulsora levando-os à frente numa estupefata ansia de progredir e encarregando gerações inteiras a cumprir o seu ideal de valores e trabalho.

Eu sou capaz de compreender o seu ideal. Ver isso me instigou em que os conheci passei a cheirar um respeito profundo.

Carta para Lafayette (página 1).

os Deus não têm filhos. Mas Deus em sua infinita bondade concedeu-lhes uma graça especial, dada a pouca gente, a graça de poder; no coração, não em cada criança um filho ou uma filha. Nos desígnios de Deus que nós já não penetramos, há sempre um destino de elevação. Ele os fez instrumentos seus. Reservou-os para uma tarefa por demais nobre - cuidar dos que precisam; agasalhar os que têm frio; alimentar os que têm fome; instruir os ignorantes; tornar firmes os que hesitam, preparando-os para o avanço de nossa terra; amar aqueles que humilha a miséria! São missão nobilíssima!

Não vejo no Senhor só o homem que venceu, eu vejo como um homem que continuava vencendo e que vencerá o próprio futuro.

Suas vidas serão para muitos milhares um

Carta para Lafayette (página 2).

exemplo fora do comum.
A bendizer seus nomes haverá milhares de
jovens que perpetuarão em seus lares aquela que
tanto benefício lhes trouxeram.
Felizes os que podem sentir no silêncio de seus
pensamentos um desejo de constante elevação.
São eles os chamados - os escolhidos de
Deus. A luz que os ilumina é diferente. A
força que os envolve é mais suave e mais
pura.
Não sou muito dado à Lafayette, a fazer
confidências. Meu temperamento é de pouca
fala.
Mas esta noite me tomei de um entusiasmo
frio e grande de ante de seu programa que me
dei por mim já havia escrito estas linhas.
Tomei o que fiz como um gesto amigo de
pequena coisa não realizada uma obra
de tão largo alcance.

Carta para Lafayette (página 3).

Não sei de que forma lhes poderei ser
útil mas sei com a maior segurança
que posso contar com meu apoio decidido.
Ao terminar esta carta relembro os instan-
tes em que sublevo junto um plano to-
tal.
E insistentemente me vem à memória uma
noite de vida há muitos anos me
~~acompanha a vida em suas experiências~~
e uma realidade -
"Ao nascer serás tu a chorar e nós
todos estaremos rindo a tua volta. Quando
a tua vida de tal forma que ao morrer
serás tu a sorrir e nós todos estaremos
chorando ao teu redor".

Conheço-lo, foi, sem dúvida, um privilégio.
Um abraço atencioso ao
estudo de 1956 R. Mário Altenfelder

Carta para Lafayette (página 4).

De: Mário Altenfelder, Al. Cleveland 601 - SP

Trago e trarei bem nítida no meu pensamento
a impressão que recebi ao visitá-los, no dia 20. A
beleza do lugar, a revelação de um fino gosto, o
aproveitamento do solo, o apuramento de um
gado ímpar, o trato com um homem muito
inteligente e com uma senhora altamente distinta,
tudo me emocionou.

Mas o que me comoveu e me fez ver nesse
casal qualidades bem acima da mediocridade
humana foi a maneira de olhar para o futuro e
trabalhar para ele, orgulhosos de um passado
construtivo que longe de asfixiá-los numa
lembrança longínqua, se transforma numa força
propulsiva levando-os à frente numa estupenda
ânsia de progredir e encorajando gerações
inteiras à conquista de um ideal de valoroso
trabalho.

Eu sou capaz de compreender o seu ideal. Por
isso no instante em que os conheci passei a lhes
votar um respeito profundo.

Os vrs. não têm filhos. Mas Deus em sua
infinita bondade concedeu-lhes uma graça
especial, dada a pouca gente, a graça de poder, no
coração, ver em cada criança um filho ou uma
filha. Nos desígnios de Deus que nós jamais
penetramos, há sempre um destino de elevação.

Ele os fez instrumentos seus. Reservou-os
para uma tarefa por demais nobre - cuidar dos
que precisam; agasalhar os que têm frio; alimentar
os que têm fome; instruir os ignorantes; tornar
firmes os que hesitam, preparando-os para o
amanhã de nossa terra; amar aqueles que nunca
tiveram amor! Que missão sublime!

Não vejo no senhor só o homem que venceu,
eu o vejo como um homem que continua
vencendo e que vencerá o próprio futuro.

Suas vidas serão para gerações vindouras um
exemplo fora do comum.

A bendizer seus nomes haverá milhares de
jovens que perpetuarão em seus lares aqueles que
tanto benefício lhes trouxeram.

Felizes os que podem sentir no silêncio de
seus pensamentos um desejo de constante
elevação. São eles os chamados - os escolhidos de

Deus. A luz que os ilumina é diferente. A brisa que os envolve é mais suave e mais pura.

Não sou muito dado, Dr.Lafayette, a fazer confidências. Meu temperamento é de pouca fala.

Mas desta vez me tornei de um entusiasmo tão grande diante de seu programa que quando dei por mim já havia escrito estas linhas. Tome o que faço como um gesto amigo de quem deseja ver realizada uma obra de tão largo alcance.

Não sei de que forma lhes poderei ser útil mas sei com a maior segurança que podem contar com meu apoio decidido. Ao terminar esta carta relembro os instantes em que sonhamos juntos um plano tão belo.

E insistentemente me vem à memória uma regra de vida que há muitos anos me acompanha e que em suas existências é uma realidade -

'Ao nascer serás tu a chorar e nós todos estaremos rindo à tua volta. Conduz a tua vida de tal forma que ao morrer serás tu a sorrir e nós todos estaremos chorando ao teu redor'.

Conhecê-los foi, sem dúvida, um privilégio. Um abraço atencioso do Dr.Mario Altenfelder.

(Outubro de 1956)

Pessoas próximas a Lafayette e que conheceram o conteúdo da carta afirmam que ela foi o empurrão que faltava para o casal se decidir pela criação da Fundação. E ela acabou sendo criada em reunião a 16 de outubro de 1958, às 20 horas, na sede do Partido Democrata Cristão (PDC), dirigido por Carlos Foot Guimarães e Darcy Paz de Pádua. A sede estava localizada no Edifício, na rua Benjamin Constant, 3º andar (onde hoje funciona a Rádio Globo/CBN).

A Assembléia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Fundação foi convocada para

a criação dessa entidade como pessoa jurídica de direito privado, através da leitura, discussão e aprovação de seus estatutos, bem como da eleição de sua primeira diretoria à qual caberá lançar as bases materiais desse grande empreendimento de natureza assistencial e filantrópica que tem por

nome os de seus insígnies patronos, d.Odila Souza Santos Camargo e o Dr.Lafayette Álvaro de Souza Camargo.

Participaram da reunião 13 conselheiros: Edmundo Barreto, Carlos Foot Guimarães, Silvio do Amaral, Múcio Drummond Murgel, João Lech Júnior, Heitor Nascimento, Sérgio Barros Barreto, José Mércio Xavier, Avelino Anthero de Oliveira Valente, Celso Maria de Mello Pupo, coronel José Ferreira Penteado, Marcos Álvaro de Souza Santos e Pedro Estevam de Siqueira. Justificaram ausência os conselheiros Paulo Nogueira Neto e Guilherme Pompêo Nogueira.



Carlos Foot Guimarães, um dos pioneiros da Fundação Odila e Lafayette Álvaro e FEAC.



Sérgio Barros Barreto.
(Foto álbum de família
Leite de Barros)

Indicado como presidente dos trabalhos, Edmundo Barreto expôs as razões da assembléia e fez um pequeno histórico da idéia de criação da Fundação. Barreto propôs que a Fundação levasse o nome de Lafayette Álvaro e que o nome de

Odila Souza Santos Camargo fosse dado ao prédio do abrigo ou Instituto que se planejava construir. Sérgio Barreto propôs que a Fundação recebesse a denominação de Vila Brandina, em homenagem à propriedade doada pelo casal. Mas acabou prevalecendo a proposta do historiador Celso Maria de Mello Pupo, de que a Fundação fosse batizada de "Odila e Lafayette Álvaro".

Em seguida foram lidos e discutidos os estatutos, conforme projeto de Edmundo Barreto. O artigo 3º dos estatutos finalmente aprovados estipula a finalidade da Fundação – e que daria um norte à atuação futura da FEAC – como a de

dar assistência a menores abandonados, abrigando-os e mantendo os necessários cursos de instrução e oficinas, onde receberão educação moral e profissional.

Em atendimento ao desejo dos patronos, a Fundação também deveria manter,

enquanto for possível, em pleno funcionamento a Granja Vila Brandina, com produção de leite higienizado, estabelecimento este que será doado à Fundação, com todas as suas instalações e gado, assim que viver a instituição existência legal.



Vila Brandina em 1934, com mulheres da família Sousa Camargo.
(Foto álbum de família Leite de Barros)

O artigo 4º estipulava por sua vez que o patrimônio da Fundação seria constituído por todos os bens a lhe serem doados pelos seus patronos, além dos bens e direitos que, a qualquer título, futuramente

vier a adquirir. Pelos estatutos, a diretoria seria composta de seis membros, com mandato de três anos, havendo ainda um Conselho de Administração composto por 15 membros, com mandato "por tempo indeterminado": Edmundo Barreto, advogado; Carlos Foot Guimarães, advogado; João Lech Júnior, médico; Heitor Nascimento, médico; Sylvio Amaral, promotor público; Paulo Nogueira Neto, industrial; Guilherme Pompêo Nogueira, industrial; José Mércio Xavier, veterinário; coronel José Ferreira Penteado, proprietário; Sérgio Barros Barreto, advogado; Marcos Álvaro de Souza Santos, corretor de seguros; Múcio Drummond Murgel, médico; Avelino Anthero de Oliveira Valente, lavrador; Pedro Estevam de Siqueira, bancário; Celso Maria de Mello Pupo, classificado como "funcionário público". Com o destaque: todos brasileiros, casados e domiciliados em Campinas.

As vagas do Conselho, pelo artigo 9º, seriam preenchidas mediante votação secreta e por unanimidade, sendo expressamente vedadas as indicações por aclamação. Pelo artigo 10º as vagas seriam abertas em caso de morte, destituição judicial e renúncia expressa ou tácita, neste caso pela falta do diretor ou conselheiro a cinco reuniões consecutivas ou, em caso de diretor, a dez reuniões durante um ano. A justificacão posterior ao não-comparecimento deveria ser feita em 30 dias.

O artigo 11º indicava que as reuniões da diretoria seriam semanais ou quinzenais, ou em caso de convocação pelo presidente, podendo funcionar quando estivessem três diretores presentes. As decisões seriam tomadas por maioria, tendo o presidente, no caso de empate, além do seu, o voto de qualidade.

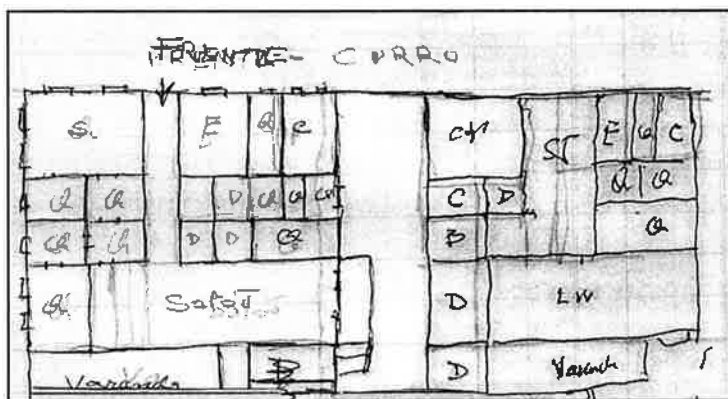
O Conselho se reuniria, pelo artigo 12º, na segunda quinzena do mês de fevereiro ou, em caráter extraordinário, se convocado pelo seu presidente, pelo presidente da diretoria ou pela maioria dos membros.

As atribuições da diretoria foram indicadas pelo artigo 13º, e as do Conselho, pelo artigo 14º, como as de conhecer e votar o relatório e contas da diretoria e deliberar sobre a venda de bens imóveis da Fundação.

O artigo 20º salientava que a dissolução da Fundação apenas ocorreria

por aprovação do Conselho, especialmente convocado para esse fim, e desde que obtenha a aprovação de três quartos dos votos dos conselheiros presentes.

Se a Fundação fosse dissolvida, o seu patrimônio, por vontade do casal instituidor, seria incorporado à Santa Casa de Misericórdia de Campinas.



Esquema do Casarão da Fazenda Vila Brandina, elaborado para reforma por Cid Leite de Barros.

Após a aprovação dos estatutos foi eleita a primeira diretoria, com Edmundo Barreto para a presidência, recebendo 12 dos 13 votos do total, e o 13º ao coronel José Ferreira Penteado. Para vice-presidente foi eleito Carlos Foot Guimarães, com cinco votos, contra dois dados a Silvio Amaral e João Lech Júnior, além de um voto para coronel José Ferreira Penteado, Pedro Estevam de Siqueira, Celso Maria de Mello Pupo e Múcio Murgel.

A primeira diretoria da Fundação Odylla e Lafayette Álvaro ficou, então, assim constituída; Edmundo Barreto, presidente; Carlos Foot Guimarães, vice-presidente; Silvio Amaral, primeiro secretário; Sérgio Barros Barreto, segundo secretário; Celso Maria de Mello Pupo, primeiro tesoureiro; Heitor Nascimento, segundo tesoureiro.



Casarão da Brandina depois da reforma, em 1938.
(Foto álbum de família Leite de Barros)

Uma semana depois, dia 23 de outubro de 1958, no Cartório do 1º Ofício, foi oficializada a doação da Granja Vila Brandina para a Fundação Odila e Lafayette Álvaro,

inclusive gado ali existente, instalações, construções, veículos, imóveis e utensílios e tudo o mais que ali houver, com exclusão dos móveis e semoventes que por instrumento particular ou testamento, oportunamente, forem expressamente excluídos.

O casal também doava no mesmo ato 50 mil cruzeiros, e reiterava o desejo que a entidade fosse exercida por Conselho de Administração, tendo à frente Edmundo Barreto. Exigia ainda que a entidade mantivesse o seu “caráter leigo, não se fazendo menor discriminação entre os menores internados, em razão de sua raça ou religião”. E também pedia a manutenção, enquanto fosse possível, da Granja Vila Brandina, “encaminhando para as suas diversas secções, todos os menores internados que ali desejarem trabalhar”, e que também fosse mantido na direção do estabelecimento o “antigo empregado e amigo” José Vettori, além da direção espiritual dos menores à irmã-cunhada dos outorgantes, Madre Zilda Maria da Divina Paz, das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. As testemunhas do registro foram Yara Françoso Christ e Joviano Nouer Filho. Carmine Campagnone era o oficial maior do Cartório.

Edmundo Barreto era homem de confiança de Lafayette Álvaro de Sousa Camargo. Era casado com Dona Augusta, sobrinha de Lafayette, e exerceria enorme influência no momento da fusão da Fundação Odila e Lafayette Álvaro com a futura Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

O mesmo acontecia com Carlos Foot Guimarães, casado com outra sobrinha de Lafayette, Dona Dirce, e que foi diretor da Faculdade de Direito da PUC-Campinas. Os dois, Edmundo Barreto e Carlos Foot Guimarães, mantinham um escritório de advocacia em sociedade com Sérgio Barros Barreto, filho de Edmundo. O escritório estava localizado na rua General Osório, em frente à praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), no Edifício Arruda Camargo. Os três integrariam o Conselho de Administração indicado por Lafayette Álvaro para a Fundação Odila e Lafayette Álvaro.



*Lafayette e Odila, em cerimônia da família.
(Foto álbum de família Leite de Barros)*

Com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro estava fincado um dos alicerces da futura FEAC. Começava a ser escrito um capítulo da história que mudaria para sempre a ação social em Campinas, servindo de inspiração para várias cidades brasileiras, bem no início dos turbulentos, nervosos e de alguma forma esperançosos anos 60.



*Nasce a FEAC,
em Pleno Regime Militar*

Se o crescimento urbano e industrial foi grande nas décadas de 1940 e 50, foi ainda mais acelerado na década de 1960, e com isso os desafios sociais também se multiplicaram. Em 1960 Campinas já tinha 219.303 moradores, o que significava um aumento de 65% em comparação com 1950. A taxa de urbanização, de 85, 88%, era uma das maiores do País. Durante os anos 60, a taxa anual média de crescimento populacional em Campinas atingiria 5,5%, muito superior aos 3,2% no Estado de São Paulo e 2,9% no Brasil.

Os sinais apontando para um crescimento ainda maior podiam ser vistos em todas as partes. A 19 de outubro de 1960 foi inaugurada a pista de 3200 metros do Aeroporto Internacional de Viracopos, com pouso de aviões da Varig e VASP. A companhia Cruzeiro do Sul também oferecia vôos regulares. O primeiro vôo internacional foi registrado a 21 de outubro, com o pouso de um DC 8 da Pan American, procedente de Nova York. A 11 de dezembro do mesmo ano foi lançada a pedra fundamental do Colégio Notre Dame. A criação da UNICAMP, por sua vez, impulsionou a ocupação de Barão Geraldo, e logo a Cidade Universitária seria um novo indutor de crescimento da cidade, no sentido de Paulínia, cidade emancipada de Campinas a partir de 1964.

Os rumos do desenvolvimento pareciam ser, neste sentido, inevitáveis, com todos os seus efeitos, positivos e negativos. A mendicância era uma

realidade que incomodava cada vez mais. A inquietação local ficou clara em reportagem do *Correio Popular*, na edição de 17 de janeiro de 1964, com o título *Pedintes e retirantes invadem a cidade*.

Além da situação local, o País vivia uma grande turbulência política no início dos anos 60, com forte repercussão na chamada questão social. A renúncia de Jânio Quadros em 1961, o plebiscito que confirmou o presidencialismo em 1962, as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart e o golpe militar de 31 de março de 1964 foram fatos que incendiaram a conjuntura política nacional.

Nesse contexto de muita efervescência em todas as áreas, bem característica dos atribulados anos 60, era cada vez mais urgente uma iniciativa destinada a reunir e coordenar os diversos trabalhos sociais que já eram realizados em Campinas, por grupos comunitários, Igrejas, instituições beneficentes e outros segmentos, mas que às vezes representavam duplicação e desperdício de esforços. Do mesmo modo, as diferenças religiosas e eventualmente políticas dificultavam uma ação social mais eficaz e de alcance maior, como o momento de explosão populacional da cidade exigia.

A FEAC viria cumprir esse papel aglutinador e, para sua criação, concorreram diversas lideranças locais. Algumas pessoas tiveram um papel central no processo de instituição da FEAC. Duas delas tiveram

participação especial, o engenheiro Eduardo de Barros Pimentel e o advogado Darcy Paz de Pádua, além de Ruy Rodriguez, presidente da ACIC.

A criação da FEAC

Em Campinas, desde meados da década de 1950, Pimentel não tinha história de trabalho em promoção social, o que apenas aconteceria com a sua nomeação, em 1961, como presidente da Comissão de Serviços à Comunidade do Rotary Club de Campinas-Norte.

Nessa função manteve correspondência com núcleos do Rotary em cidades de vários países, com o objetivo de conhecer como eram realizados os respectivos trabalhos sociais. Pimentel estava insatisfeito com a atividade de assistência social tradicional, que às vezes se resumia na realização de jantares para arrecadação de fundos destinados a obras sociais, e procurou então conhecer alternativas de trabalho comunitário. Ele ficou especialmente sensibilizado durante a campanha de arrecadação de recursos para a Maternidade de Campinas, em 1961, quando constatou as dificuldades de sobrevivência das entidades sociais.

Duas formas de promoção social, praticadas nos Estados Unidos, chamaram a atenção de Pimentel. Eram o United Fund (Fundo Unido) e o Community Chest (Caixa Comunitária), que simbolizavam a longa experiência norte-americana em ação comunitária, ao contrário de Países como a França, onde historicamente a promoção social é feita pelo Estado.

Por meio do Fundo Unido, os moradores de determinada cidade dos Estados Unidos contribuíam anualmente com recursos destinados aos trabalhos de assistência social. Reunidos nesse Fundo, os recursos eram repassados às entidades com projetos habilitados a receber as verbas. O sistema possibilitava a destinação de

recursos para projetos prioritários, evitando o desperdício e a duplicação de esforços.

No caso da Caixa Comunitária, tratava-se essencialmente de uma reunião de profissionais e lideranças comunitárias, na busca de orientação para um trabalho mais eficiente das entidades assistenciais.

As experiências do Fundo Unido e da Caixa Comunitária inspiraram Pimentel a promover reuniões com representantes dos vários segmentos, na tentativa de estruturação de trabalhos semelhantes em Campinas. Os encontros, iniciados em 1962, eram realizados na Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), na rua José Paulino, 1.111, com Ruy Rodriguez na presidência.

Na época funcionava ativamente o Conselho das Entidades de Campinas, constituído por dirigentes dos três Rotary Clubs, dois Lions Clubs, delegacia do CIESP, ACIC, Clube dos Engenheiros e entidades de agrônomos, médicos, engenheiros, cirurgiões-dentistas, advogados, entre outros setores (inclusive Associação Campineira de Imprensa, Associação Campineira de Rádio, Centro de Ciências, Letras e Artes e Fundação Campineira de Vigilância Pública), em um total de 23 instituições.

O Conselho foi o fórum de mobilização que criou o ambiente favorável à constituição da FEAC. Um clima propício ao entendimento sempre foi a marca do Conselho, que chegou a discutir, em abril de 1955 (quando Ruy Rodriguez era secretário-executivo do órgão), a proposta de criação de um fundo unido para as entidades sociais de Campinas – justamente um dos pilares que inspiraram a criação da FEAC em 1964.

Em 1962 houve amplo trabalho de sensibilização na comunidade em torno da idéia de uma entidade aglutinadora das ações sociais. Houve divulgação pela imprensa, realização de palestras e contatos com poder público, empresas e vários segmentos da comunidade.

Em pouco tempo as idéias de Pimentel chamaram a atenção da comunidade, e o executivo foi convidado a presidir a representação regional em Campinas da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Pimentel procurou adequar a atuação da entidade às necessidades locais.

Em uma das reuniões na ACIC, já como presidente local da LBA, Pimentel manteve o primeiro contato com Darcy Paz de Pádua, que era professor da Faculdade de Serviço Social e integrava o Lions Club. Casado com Lucia Bierrenbach de Castro Pádua, Darcy Paz de Pádua também tinha atuação no meio empresarial, como diretor da Construtora Freitas Barros s/a.

A dupla, Pimentel e Pádua, tornou-se ideóloga da instituição que se tornaria a FEAC e que durante os debates preliminares era chamada de Federação de Assistência Social. Foram ventilados ainda os nomes Associação de Entidades Assistenciais (AEAS) ou União das Entidades Assistenciais. A quatro mãos, a dupla Pimentel e Pádua redigiu a primeira versão dos estatutos, que seria apresentada e proposta à comunidade no início de 1964.

Para conduzir as discussões prévias foi constituído um Grupo de Trabalho do Conselho das Entidades. A primeira grande reunião pública, para marcar a criação da Federação de Assistência Social, foi realizada a 20 de janeiro de 1964, na sede da ACIC. No encontro foram apresentados os objetivos gerais da Federação, que seriam precisamente os de integrar o trabalho social, articular e centralizar a arrecadação de fundos para as entidades e proporcionar orientação técnica, contábil e jurídica às obras sociais.

Foram ainda formadas na reunião 20 comissões de trabalho, para conduzir as ações de estruturação efetiva da Federação. Uma comissão coordenaria os estudos gerais e outras tratariam dos aspectos relacionados à arrecadação de recursos, e da função de relações públicas com a imprensa e a comunidade. As demais comissões tratariam das diferentes áreas

de atendimento social, a idosos, crianças carentes e adolescentes, hospitais e outras. Outra importante reunião foi realizada na sede da Sociedades Reunidas, com participação de vários setores, da Faculdade de Serviço Social e do Centro Acadêmico 7 de Março. A Sociedades Reunidas estava localizada na rua Dr. Quirino, esquina com rua Thomaz Alves, no alto do edifício da Caixa Econômica.

Independência partidária

Em todos os momentos das etapas de sensibilização e mobilização da comunidade, os idealizadores da Federação das Entidades Assistenciais procuraram deixar claro que o movimento não tinha cunho partidário ou doutrinário no sentido estrito. A independência partidária, na visão dos idealizadores, foi fundamental para garantir o sucesso da iniciativa, considerando que toda a mobilização comunitária ocorreu em um dos momentos políticos e sociais mais tensos da história brasileira.

De fato, os passos finais para a fundação da Federação foram dados justamente no período de grande ebulição política que culminaria com o movimento militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Como todo grande centro urbano brasileiro, Campinas estava atordoada com a movimentação militar, e a presença do mais importante aeroporto internacional na época apenas alimentava as inquietações locais – basta citar que decolou de Viracopos, na tarde de 1º de abril, o Coronado 990 da Varig que levaria o presidente deposto do Rio de Janeiro para Brasília, última etapa antes da viagem para Porto Alegre, de onde depois seguiria para o exílio.

O cenário local estava, então, naturalmente voltado para a repercussão do golpe liderado pelos generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes. Com certo atraso em relação a

outras localidades, Campinas teve até sua Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade, reunindo mais de 70 mil pessoas na avenida Francisco Glicério a dia 7 de abril – cerca de 30% da população na época.

Essa atmosfera não impediu que justamente naquelas “semanas quentes” estivesse em ritmo acelerado a gestação da FEAC, fruto de ação comunitária que de certa forma ia na contramão das dificuldades do que o regime militar representaria no cerceamento de organizações sociais.

De certo modo, ainda que indiretamente, os ideólogos da Federação de Entidades procuraram ressaltar à opinião pública que a mobilização comunitária ia justamente em outra direção. Nas palavras de Eduardo de Barros Pimentel:

Nesta época de choque de ideologia, de conflitos sociais, de Campinas pode surgir um exemplo que poderá frutificar, não só aqui, como em muitos outros lugares. Dentro da livre iniciativa se resolve melhor os problemas, mesmo sendo eles na área da assistência social.

A doação da Vila Brandina

O movimento militar, que depôs o presidente Goulart e levou o general Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência, com efeito não teve impactos na mobilização pela criação da Federação das Entidades, que ocorria de modo paralelo. Pelo contrário, naqueles dias de enorme temperatura política aconteceu um episódio que alterou os rumos da mobilização e que teria enormes conseqüências futuras.

Enquanto as diferentes comissões trabalhavam, o presidente da comissão executiva provisória da Federação, Eduardo de Barros Pimentel, logo que voltou de uma viagem à Argentina foi procurado por Lafayette Álvaro, que queria manifestar o seu apoio à iniciativa de articulação e integração da ação social em Campinas.

Dizendo-se “extremamente motivado” pela iniciativa da Federação, o ex-prefeito queria saber do interesse em junção com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro, que já havia sido criada, com considerável patrimônio já constituído – a Fazenda Vila Brandina – mas que de fato apenas funcionaria após a morte do casal. O patrimônio seria então destinado aos trabalhos de promoção social de Campinas.

A única condição que Lafayette Álvaro apresentou, em caso de aliança oficial entre as suas iniciativas, era que os membros da direção de sua Fundação integrassem pelo menos provisoriamente a direção do novo órgão que seria constituído. A proposta foi apresentada ao seu Conselho na reunião de 5 de abril de 1964. O Conselho aceitou a propositura, e marcou para o dia 14 de abril nova Assembléia, para adequar os estatutos da Federação e da Fundação Odila e Lafayette Álvaro (FOLA).

Nesse mesmo dia 5 de abril foi realizada, na residência de Edmundo Barreto, reunião do Conselho de Administração da Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Compareceram os conselheiros Edmundo Barreto, José Mercio Xavier, Avelino Anthero de Oliveira Valente, Sérgio Barros Barreto, João Lech Júnior, Marcos Álvaro de Souza Santos, Sylvio do Amaral e Carlos Foot Guimarães.

Na reunião foi explicitado, por Edmundo Barreto, o desejo dos patronos da Fundação de alteração dos seus estatutos, viabilizando a ligação com a Federação de entidades sociais que vinha sendo discutida pela comunidade. O argumento da aglutinação de esforços foi o utilizado para convencer os conselheiros, mesmo os mais reticentes, conforme acentuado na ata da reunião:

Em lugar da Fundação OLA vir a se constituir em outra entidade assistencial a mais, dentre as que proliferam na cidade, passaria, desde que tal alteração fosse aprovada pelo seu Conselho Administrativo, a configurar uma organização de cúpula, uma verdadeira federação das demais entidades, no

sentido de não apenas centralizar todo o trabalho de arrecadação de donativos, colaboração e fundos junto à população campineira, bem como seu comércio e indústria, além de proporcionar às mesmas entidades a mais completa orientação financeira, contábil, fiscal, jurídica e social.

A proposta dos patronos foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros, e o anteprojeto dos novos estatutos seria levado à apreciação do Conselho em nova Assembléia Geral, realizada a 14 de abril, quando ocorreria a provável fusão com a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

De fato, no dia 14 de abril, na sede da ACIC, foi promovida assembléia conjunta da Federação e da Fundação. O Conselho da Fundação Odila e Lafayette Álvaro aprovou na ocasião as alterações estatutárias, ficando assim definida a missão da antiga FOLA, de acordo com os artigos 1º e 3º:

CAPÍTULO I – Art. 1º – A Fundação Odila e Lafayette Álvaro, criada mediante fundos fornecidos por seus patronos, o casal Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila Santos de Souza Camargo obedecerá aos seguintes estatutos e às disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art 3º – A Fundação terá como finalidade contribuir para a mais perfeita e mais eficiente promoção da assistência social na região de Campinas, especialmente a relativa a menores, propiciando a criação, mantendo e assegurando o funcionamento da Federação das Entidades Assistenciais, com o objetivo de a) Centralizar a arrecadação de fundos, b) Proporcionar a cada entidade federada assistência jurídica, contábil, de serviço social, de relações públicas e outros, c) Estimular a criação de obras de bem estar social que atinjam setores da comunidade carentes de recursos.

O dia 14 de abril, de aprovação dos novos estatutos da Fundação Odila e Lafayette Álvaro – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), é considerado então a data oficial de fundação da instituição.

De acordo com os estatutos, a FEAC atuaria de modo prioritário na área de proteção às crianças de famílias de baixa renda. Outro item dos

estatutos, que singulariza a atuação da FEAC no campo da ação social no Brasil, é o fato de que a Federação ofereceria às entidades filiadas 20% a mais do que os recursos arrecadados por cada uma junto à comunidade, como forma de estimular a busca de novos sócios. Essa proporção foi mantida até o início do século 21.

A direção executiva provisória – também chamada de Comissão Executiva – da FEAC-Fundação Odila e Lafayette Álvaro, em atendimento ao desejo do patrono e doador da fazenda Vila Brandina, foi então presidida por Edmundo Barreto, que já presidia a Fundação criada pelo ex-prefeito. Eduardo de Barros Pimentel foi nomeado vice-presidente e Darcy Paz de Pádua segundo vice-presidente. O primeiro tesoureiro era Nivaldo Novais; o segundo tesoureiro José Mércio Xavier; o primeiro secretário, Sérgio Barros Barreto; o segundo secretário, Rubens Duarte Segurado. Como presidente do Conselho Deliberativo foi indicado Carlos Foot Guimarães. A diretoria provisória tomou posse a 27 de abril de 1964.

Depois do período de transição foi eleita a primeira diretoria definitiva, presidida por Barros Pimentel e integrada, ainda, por Darcy Paz de Pádua (1º vice), Jorge de La Torre, diretor gerente geral da Equipamentos Clark S/A (2º vice), Mário Cândido Pedroso, comerciante (1º secretário), Antônio Orlando, sócio gerente da Indústria Vedatex Ltda (2º secretário), José Pugliesi Filho, exator federal (1º tesoureiro) e Gilberto Prado, comerciante, sócio gerente de Prado Porto & Cia Ltda (2º tesoureiro). A diretoria, para o biênio 1966/68, tomou posse a 5 de maio de 1966. Gilberto Prado, que desempenharia papéis importantes na história da FEAC, está então presente desde o início da organização.

Pelos estatutos, a Federação estaria estruturada em três Conselhos. O Conselho das Entidades (depois intitulado Conselho Administrativo) reuniria os dirigentes das entidades sociais – inicialmente de 16 entidades. O Conselho Deliberativo seria integrado por membros de destaque da comunidade.



Primeira eleição da diretoria da FEAC, em 1964: Ruy Rodrigues, Sérgio Barros Barreto, Ely Vianna e Vicente Montero.

O Conselho de Contribuintes foi idealizado, por sua vez, para congregar pessoas da comunidade e instituições representando os contribuintes e colaboradores. A primeira convocação foi a 15 de junho de 1965. O presidente da Comissão Executiva, Edmundo Barreto, presidiu a reunião, expondo as propostas gerais da FEAC e respondeu a dúvidas dos membros do Conselho.

Especificamente, cada Conselho tinha as seguintes composição e atribuições:

- a. Conselho de Contribuintes – Composto de 20 membros eleitos por um período de dois anos entre todos os contribuintes. Cada contribuinte, independentemente de sua contribuição, tem direito a um voto. Atribuições:
 1. Dar parecer, anualmente na 2ª quinzena de março, sobre as contas da diretoria.
 2. Opinar sobre a alienação de bens imóveis, quando solicitado pelo Conselho Administrativo.
 3. Eleger 2 representantes para participar da diretoria.

b. Conselho Administrativo – Composto pelo presente de todas as obras federadas. Reúne-se mensalmente. Atribuições:

1. Opinar sobre o relatório de atividades.
2. Analisar proposta da diretoria para aplicação dos fundos destinados à assistência social.
3. Sugerir à diretoria medidas de ordem administrativa.
4. Apreciar outros assuntos em a diretoria lhe houver encaminhado.
5. Uma vez por ano, na primeira quinzena de abril, manifestar-se sobre os relatórios de eficiência que as entidades filiadas devem apresentar à FEAC.
6. Eleger 2 membros para participar da diretoria.

c. Conselho Deliberativo – Composto de 20 membros vitalícios designados pelos patronos da Fundação. Atribuições:

1. Julgar as contas da diretoria, encaminhadas pelo Conselho de Contribuintes.

2. Decidir sobre a alienação de bens imóveis proposta pela Diretoria, com parecer do Conselho de Contribuintes.
3. Deliberar sobre a dissolução dos seus membros, por proposta da diretoria, ouvido o Conselho Administrativo.
4. Decidir sobre a proposta da diretoria para aplicação de fundos à assistência social, no caso de ser contrária a essa proposta o parecer do Conselho Administrativo e não houver acordo entre diretoria e Conselho Administrativo.

Dos 20 membros do Conselho Deliberativo, depois Conselho Curador, 15 foram indicados por Lafayette Álvaro. Os outros cinco foram nomeados por Lafayette, a partir de uma lista submetida pelos integrantes da FEAC (ver Anexo 2).

Ainda segundo os estatutos, as condições para filiação eram:

1. Ser obra de bem-estar social na região de Campinas (depois apenas do município de Campinas).
2. Ter personalidade jurídica.
3. Ser de utilidade pública ou permitir que a FEAC providencie para que se torne.
4. Deixar de receber mensalidades ou donativos periódicos de seus associados.
5. Seguir orientação técnica do Departamento de Serviço Social da FEAC.
6. Manter contabilidade segundo padrão fixado pela FEAC.

Estruturação e convencimento

As primeiras reuniões da diretoria e Conselho Deliberativo da FEAC-Fundação Odila e Lafayette Álvaro foram no escritório de Edmundo Barreto, situado na rua General Osório, 971, 5º andar. Os dirigentes pensavam uma estratégia de convencimento

da comunidade, sobre a importância de integração das entidades de assistência social, como forma de garantir maior eficácia e rapidez de resultados. Ainda havia, na época, resquícios de desconfiança mútua sobretudo entre as instituições mantidas por denominações religiosas, que ainda não praticavam o ecumenismo da forma como seria conhecido posteriormente.

Em todas as suas manifestações públicas, pela imprensa ou em conferências, Eduardo Pimentel procurou ressaltar que a filiação à FEAC não representaria perda de autonomia da entidade. Em suas palavras na época:

As entidades assistenciais, ao se filiarem à Federação, continuarão de posse de inteira liberdade de ação e de administração. Poderão ter os seus estatutos, seu sistema de administração da maneira que entenderem.

A orientação da autonomia se manteria ao longo de toda história da instituição.

Outro desafio aos dirigentes era a estruturação da FEAC, incluindo a arrecadação de recursos para financiar os projetos sociais. Para executar todas essas tarefas, os dirigentes contavam com as diversas comissões de trabalho constituídas no início de 1964.

A manutenção de um fundo único, para todas as entidades sociais, representava uma completa mudança de paradigmas em relação ao que existia até então. Por isso era um desafio especial e o compromisso da FEAC, em destinar mensalmente à entidade 20% a mais do que essa entidade recebia normalmente antes da filiação, era importante ingrediente motivador. Assim Eduardo Pimentel explicou à época o funcionamento do mecanismo de arrecadação de recursos para o fundo único das entidades:

A Federação procurará arrecadar de cada indústria, de cada comerciante ou de cada indivíduo o máximo que as suas respectivas condições

permitirem, desobrigando-os, através de propaganda junto à opinião pública, de qualquer outra contribuição para qualquer outra entidade assistencial, uma vez que eles já contribuam com o máximo de sua capacidade para a Federação, como se supõe. Além disso, será fornecido diploma para se fixar no quadro, dizendo que a indústria contribui para a Federação, ficando por isso dispensada de qualquer auxílio nesse setor. Será fornecido aos contribuintes, indústria, comércio ou indivíduo, impresso apropriado para que qualquer entidade ou pessoa que vá pedir auxílio nessas fontes seja encaminhada, através desse impresso, à Federação, para que esta faça então as pesquisas e estudos para eventualmente dar o auxílio que a solicitante possa merecer.

Para facilitar a comunicação com os dirigentes de empresas estrangeiras com filiais em Campinas, foi providenciada a tradução para o idioma inglês dos estatutos da FEAC.

Em suas manifestações, Pimentel sempre ressaltou quatro principais benefícios para a ação social em Campinas, decorrentes da estruturação de uma Federação de Entidades Assistenciais:

1. Incremento da arrecadação de recursos, decorrente da organização de um fundo único e da aglutinação das entidades. Aqueles que já contribuíam poderão fazê-lo mais. Os que não contribuíam por falta de oportunidade passarão a fazê-lo e os que tinham oportunidade de escapar a contribuições terão maior dificuldade em continuar escapando. Teremos, conseqüentemente, um volume muito maior de arrecadações e cada contribuinte terá a satisfação de estar cumprindo o seu dever de solidariedade humana e terá a certeza de que o seu concidadão também estará fazendo o mesmo com a sua mesma intensidade, guardadas as devidas proporções.
2. Passará a haver interesse real a obtenção de fundos por contribuições mensais. Será fácil se ter um trabalho de arrecadação bom, por ser bem remunerado, e custará este trabalho muito pouco percentualmente. Quantas vezes uma entidade

jurídica contribui pouco ou deixa de contribuir para entidade de méritos reais, porque não a conhece bem. Quantas vezes uma entidade jurídica ou indivíduo contribui para uma entidade fantasma ou entidade menos correta, ou para uma entidade mal administrada, também porque não a conhece bem.

3. Tais riscos, obviamente, na visão dos idealizadores, seriam atenuados com a criação de uma Federação de Entidades e a constituição de um fundo único, com critérios rígidos de distribuição dos recursos: Nenhuma dessas duas hipóteses ocorrerá mais, porque os departamentos jurídicos, econômicos e de assistência social farão os levantamentos e a fiscalização necessários que propiciarão o auxílio real e suficiente para a entidade que o merecer e recusará auxílios aos desonestos e aos ineficientes, estes últimos, se não quiserem receber junto como auxílio financeiro o auxílio de ordem administrativa e funcional.
4. A criação de uma Federação de Entidades e de um fundo único consolidariam amplo movimento comunitário, evoluindo-se da tradicional dependência do Estado, que historicamente marcou a ação social no Brasil: A assistência social, muitos dizem, é função do Estado, mas num país com as nossas características, onde a falta de capital, de recursos se faz sentir em todos os setores, vemos desde logo que não podemos cruzar os braços e pensar que isto exime a nossa responsabilidade de cidadãos para com a nossa comunidade. Mas se o Estado se dispuser, sozinho, a suprir todas as necessidades da assistência social, verificaremos que terá ele que lançar mão de impostos e taxas que irão recair em nós mesmos, como agravante de que a máquina burocrática, que será então necessária, absorverá uma parcela ponderável desses recursos. Cabe a nós este dever social e é a maneira mais eficiente e mais barata de cumprirmos com este dever.

A assistentes sociais voluntárias foi solicitado um anteprojeto de criação do Departamento de Serviço Social, que seria o órgão executivo da Federação. A proposta foi entregue à diretoria no dia 20 de julho de 1964. Foi feito ainda convite a advogados e contadores, para organizar os setores jurídico e administrativo da FEAC. O setor jurídico teve o apoio dos advogados Nhentala Andery e Milton Camargo Minieri.

A comissão que elaborou o anteprojeto do Departamento de Serviço Social foi coordenada pela assistente social-chefe da LBA, Dirce Marcondes, e teve a participação voluntária das assistentes Maria de Lourdes A. Surian, Norma Damasceno, Elsie Tepedino (SESI), Leonor Amstalden, Ondina Bordin (que era vinculada ao INCRA) e a Irmã Perolina Almeida Souza, ligada à Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

O anteprojeto do regulamento interno do Departamento de Serviço Social da FEAC destacava as duas finalidades principais do órgão, conforme o artigo 1º: a) assessorar os órgãos de direção, em matéria de serviço social; e b) executar e coordenar as atividades da Federação, no seu setor especializado.

O artigo 3º indicava que o Departamento goza de autonomia no tocante à aplicação dos princípios de Serviço Social ao executar os programas devidamente aprovados. O artigo 4º sublinhava que os técnicos do Departamento têm acesso às reuniões dos Conselhos, sem direito a voto.

O Departamento tinha duas divisões: Divisão de Serviço Social e Divisão de Defesa Social (Artigo 5º). A Divisão de Serviço Social abrangia os campos: Serviço Social de Família, de Menores, Médico e do Trabalho (Artigo 6º). O Serviço Social teria como objetivo estudar, planejar e executar programas (Artigo 7º). A Divisão de Defesa Social teria como finalidade

- a) efetuar pesquisas das condições socioeconômicas da área, dos recursos e necessidades no setor do bem-estar social e das atitudes, opiniões e conceitos sobre qualquer aspecto da situação social; b) manter

serviço de informação sobre a situação social, recursos e necessidades do meio; c) formar a opinião pública sobre a realidade local, estimulando a promoção de recursos; d) desenvolver programas preventivos, através dos diversos meios de comunicação; e) organizar e manter determinado serviço carente na comunidade e atender provisoriamente pessoas ou famílias atingidas por causas de calamidade pública ou por outras situações de emergência ou força maior (Artigo 8º).

Desde o início, portanto, a FEAC se preocupou com a necessidade de elaboração de pesquisas para embasar sua ação social. E esta seria uma das únicas áreas em que a instituição acabou não atingindo completamente seus objetivos originais, em quatro décadas de atuação.

Pelo artigo 10º do anteprojeto, o Departamento de Serviço Social teria um chefe e um responsável por divisão. Junto ao Departamento funcionaria uma Comissão Técnica, integrada por assistentes sociais, voluntários da comunidade (Artigo 13º). A Comissão Técnica teria como funções:

- a) Apresentar ao Departamento os problemas encontrados nos respectivos campos de trabalho, no setor do bem-estar social, estudando seus aspectos específicos e as técnicas de trabalho indicadas para solucioná-los; e b) garantir efetiva articulação de recursos e coordenação de programas no setor do bem-estar social (Artigo 14º).

Pelo artigo 18º, o DSS teria, entre outras atribuições, de dar pareceres sobre processos de filiação das obras;

- proporcionar às obras federadas orientação técnica, estimulando a instalação de departamento de Serviço Social e atuar como organismo de consulta, quando as obras solicitarem, dentro de suas possibilidades;

dar parecer sobre relatório de entidades; opinar sobre distribuição de verbas;

- manter fichário central de todas as pessoas ou grupos familiares que recebem ajuda das Obras Sociais, colocando-o à disposição das Obras filiadas, para consulta;

propor planos de coordenação de programas de bem-estar para evitar a duplicidade de esforços; manter serviços de informação sobre as áreas e setores da comunidade, carentes de recursos de obras sociais e estimular a promoção desses recursos;

treinamento de pessoal das obras; cursos e palestras para a comunidade em geral; conceder bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de técnicos; oportunidade de estágio para alunos da Faculdade de Serviço Social de Campinas;

coordenar seu trabalho com outros serviços, instituições ou órgãos públicos ou particulares que desenvolvam atividades similares, a fim de complementar devidamente sua ação.

Fica claro, pelo anteprojeto, que eram amplas as finalidades pretendidas para o Departamento de Serviço Social da FEAC. Muitas de fato seriam concretizadas, e outras, por falta de recursos humanos e financeiros, na fase inicial da instituição, acabaram não sendo executadas.

Outra comissão ficou encarregada de elaborar anteprojeto de regimento interno. Integravam a comissão a LBA, Serviço Social do Estado, Faculdade de Serviço Social, Prefeitura, APASP e Secretaria de Governo do prefeito de Campinas, Ruy Hellmeister Novaes, representada por Claudio Novaes.

No final de julho a LBA, presidida por Eduardo de Barros Pimentel, colocou a sede da instituição à disposição para receber provisoriamente as instalações da Federação. A partir de 3 de agosto de 1964, a FEAC passou a ocupar o espaço nobre da sede da LBA, na rua Padre Vieira, 563. De qualquer modo, esta foi a primeira das seis sedes da história de 40 anos da Fundação FEAC. A nova instituição social de Campinas já contava, então, com a mínima estrutura para colocar em prática as suas propostas, muito inovadoras para a ocasião.

O débito da FEAC para com a LBA seria eterno. Barros Pimentel, por exemplo, como presidente das duas instituições, também solicitou aos médicos da LBA que, dentro de suas jornadas de trabalho, prestassem serviços às entidades filiadas.

As primeiras iniciativas

Várias providências foram tomadas pela comissão executiva provisória que, no dia 27 de abril de 1964, fez sua primeira reunião, no escritório de Edmundo Barreto. Darcy Paz de Pádua e Sérgio Barros Barreto foram incumbidos de redigir um manifesto (aprovado na terceira reunião, a 11 de maio) para ampla divulgação da FEAC junto à opinião pública. O manifesto foi traduzido para o inglês, para facilitar o contato com os dirigentes de empresas estrangeiras localizadas em Campinas. Os primeiros contatos com as grandes empresas foram planejados. Outra decisão importante foi marcar a apresentação da FEAC para julho de 1964, quando seriam divulgados os primeiros resultados obtidos.

A primeira atividade, conforme havia sido decidido na reunião inaugural, foi a catalogação das entidades assistenciais e demais instituições de Campinas e a realização de uma enquête, entre essas instituições, para apurar as prioridades do trabalho social na cidade. O levantamento das instituições, mais completo do que a pesquisa preliminar, indicou a existência de 166 entidades assistenciais (públicas e privadas), 146 educacionais, 74 recreativas, 12 clubes de serviço e associações cívicas, 25 sindicatos e 55 instituições ligadas a cultos religiosos.

O resultado do questionário sobre as prioridades da ação social ficou pronto em novembro e apontou que os principais problemas sociais em Campinas, na metade da década de 1960, já eram, pela ordem:

1. Menor abandonado;
2. Mendicância;
3. Habitação.

Para cada uma dessas prioridades, seria desencadeada uma ação.

Outra atividade foi a concessão de uma série de entrevistas aos jornais e rádios locais. Houve contato pessoal com diretores de redação dos principais jornais, *Diário do Povo*, *Correio Popular* e *O Jornal de Campinas*. Os jornalistas Julio Oliveira Barreto, Homero de Camargo e, sobretudo, Francisco Isolino

de Siqueira tiveram papel destacado nos primeiros momentos da FEAC. O primeiro assessor de Imprensa da FEAC, atuando voluntariamente, foi José Gomes, que trabalhava no SESI.

Ainda em 1964, por deliberação da comissão executiva, tomada na 6ª reunião, dia 3 de agosto, na sede da LBA, o conselheiro Pedro Estevam de Siqueira foi encarregado de obter, junto ao fisco estadual, a isenção de SISA pela doação do patrimônio do casal Odila e Lafayette Álvaro à FEAC. A 6ª reunião foi, assim, a primeira na sede da FEAC, no espaço oferecido pela LBA, na rua Padre Vieira, 563. Na 7ª reunião, dia 10 de agosto, o presidente do Sindicato dos Economistas de Campinas, professor José Roberto Lucas, prometeu

a colaboração da categoria para o planejamento das entidades federadas.

O encontro da comissão executiva com os dirigentes de empresas estrangeiras localizadas em Campinas foi o tema da 9ª reunião, dia 14 de setembro de 1964. As empresas haviam recebido o manifesto encaminhado pela FEAC e estavam estudando as formas de colaboração com a entidade criada para racionalizar o trabalho social na cidade. Com o mesmo objetivo, as assistentes sociais visitaram empresas de menor porte. A abertura de conta em banco e a elaboração de uma placa identificando a sede da FEAC foram outras providências deliberadas nessa reunião. O segundo secretário, Rubens Duarte Segurado, foi o encarregado de confeccionar a placa.



*A grande Campanha
de Arrecadação
e primeiras filiadas*

A Comissão Coordenadora da Campanha de Arrecadação de Fundos foi integrada por Lafayette Álvaro de Souza Camargo, d. Paulo de Tarso Campos (arcebispo de Campinas), João Mendes (juiz diretor do Fórum), vereador Romeu Santini (presidente da Câmara Municipal), coronel Zimmerman, (comandante do 1º BCCL), tenente-coronel Caio Campos Montes (comandante do 8º BC), Armando Bastos (gerente do Banco do

Brasil), Modesto de Camargo (presidente do Centro das Indústrias), Antonio Orlando (presidente do Centro Kennedy) e Aristides Lopes Monteiro (delegado de Polícia).

O lançamento oficial da Campanha de Arrecadação aconteceu na residência de Lafayette Álvaro, no "casarão" da Fazenda Vila Brandina. Posteriormente, houve sessão solene no Clube Semanal de Cultura Artística, com a presença do Coral Pio XI.



Reunião de componentes da Campanha de Arrecadação: General Boa Vista, Edmundo Barreto, Modesto de Camargo (presidente da FIESP), delegado Lyzandro Bartolo, Eduardo de Barros Pimentel, Darcy Paz de Pádua e Ruy Rodriguez (último à direita).

De fato, logo foram registradas as primeiras doações de grandes empresas à FEAC, para encaminhamento ao Fundo Único, em função do contato mantido com os dirigentes. A primeira doação foi realizada pela Bendix, onde Eduardo de Barros Pimentel atuava. O presidente da Bendix do Brasil, George Philipi, foi também indicado para integrar o primeiro Conselho de Contribuintes da Federação (na realidade o representante seria o próprio Pimentel). Foi uma doação de 5 milhões de cruzeiros anuais, em parcelas mensais.

A segunda doação – a primeira de uma empresa campineira – foi do Curtume Cantusio, que ofereceu 1 milhão de cruzeiros. Outras empresas também deram a sua contribuição logo em seguida, como a Merck Sharp & Dohme, 3M e Clark, localizada em Valinhos. A Merck foi a primeira empresa a doar grande quantidade de gêneros alimentícios para repassar às entidades, por meio da FEAC, como forma de reforçar a sua função articuladora. A doação foi feita no início de dezembro de 1964, em uma antecipação do que posteriormente seria conhecido como Natal Sem Fome. A campanha foi coordenada por José Antonio Maranhão, relações industriais da Clark. Tema Terra e IBAF também estiveram entre as primeiras empresas contribuintes.

Outras ações sociais em 1964

Negociações visando aprimorar o atendimento à infância e à juventude em Campinas foram deflagradas pela FEAC, logo após a sua constituição, em abril de 1964. O presidente Edmundo Barreto encontrou-se, nesse sentido, no Tribunal de Justiça do Estado, com o desembargador Euclides da Silveira, tratando do Serviço de Colocação de Menores. A idéia era estruturar um espaço em Campinas para receber os infratores. Verba existia, faltava pessoal adequado.

O desembargador prometeu uma visita a Campinas para continuar a conversa, o que ocorreria meses depois. A retomada do debate sobre a situação das crianças na cidade, no ano de criação da FEAC, coincidiu com a criação também em 1964 do Conselho Municipal de Assistência ao Menor. O segundo secretário Rubens Duarte Segurado foi eleito para integrar a primeira composição desse Conselho.

Outra frente de atuação direta da FEAC, nos primeiros meses de constituição, foi o envolvimento na discussão sobre as primeiras favelas surgidas em Campinas. Havia sido criado um Movimento Universitário de Desfavelamento.

O início das doações e as primeiras atividades concretas da FEAC criaram, naturalmente, um clima altamente favorável e otimista entre as entidades que realizavam serviço social em Campinas. As primeiras filiações de entidades à Federação eram questão de tempo. O *primeiro pedido de filiação* partiu do Instituto dos Cegos Trabalhadores, encaminhado oficialmente na reunião da comissão executiva de 12 de novembro de 1964.

A nota triste do ano de fundação da FEAC foi o *falecimento de Odila Santos de Souza Camargo*, esposa do benemérito Lafayette Álvaro. Todos os membros da comissão executiva provisória participaram dos funerais. Na ocasião, o vice-presidente Eduardo de Barros Pimentel discursou, ressaltando o nobre gesto do casal em benefício da comunidade e, principalmente, das crianças de famílias de baixa renda. Pimentel salientou que a vida inteira de Odila Santos de Souza Camargo fora um exemplo de dignidade e retidão. No mesmo ano, também faleceram dois membros do primeiro Conselho Deliberativo da FEAC, coronel José Ferreira de Camargo Penteado e João Lech Júnior.

O ano de 1964 terminou para a FEAC com uma grande reunião, no dia 10 de dezembro, na sede da ACIC, com várias organizações sociais da comunidade. O objetivo do encontro foi explicitar os objetivos da FEAC, no sentido da aglutinação das ações sociais. Falaram nesse sentido o presidente

Edmundo Barreto e o vice Eduardo de Barros Pimentel, Dirce Marcondes Pereira, a assistente social da LBA que respondia voluntariamente, a título provisório, pela coordenação do Departamento de Serviço Social da Federação, apresentou os resultados das primeiras ações e colocou o órgão à disposição do Movimento Universitário de Desfavelamento de Campinas e do recém-criado Conselho Municipal de Assistência ao Menor.

Participaram da reunião na sede da Associação Comercial e Industrial de Campinas: Sociedade dos Amigos de Bairros, Movimento Universitário de Desfavelamento de Campinas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro-Termelétrica, Sociedade Beneficente dos Motoristas, Igrejas, União Cívica Feminina, Paróquias, Delegacia de Profilaxia da Lepra, Faculdade de Serviço Social, Sindicato de Bancários e Associação Assistência aos Tuberculosos. O encontro foi a confirmação de que, no ano em que o Brasil assistiu a uma grande reviravolta em termos políticos, em função do golpe militar de 31 de março, em Campinas a FEAC simbolizava e liderava uma grande mobilização comunitária no sentido de união de esforços – acima de barreiras e divisões ideológicas – por uma sensível melhoria na ação social, rompendo-se o ciclo de assistencialismo e amadorismo que vinha caracterizando historicamente a ação nessa área. Campinas começava a se preparar para os novos tempos, que seriam marcados pela explosão populacional e multiplicação dos desafios sociais em uma cidade em rápido processo de metropolização.

FEAC impulsiona serviço social

Quando a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas surgiu, não havia Secretaria de Promoção Social no governo estadual e

nem no município. No Estado, as atividades sociais eram vinculadas, de modo pulverizado, às Secretarias da Justiça, da Saúde e da Agricultura.

Esses e outros órgãos deram total apoio à constituição da FEAC, inclusive cedendo funcionários para algumas atividades iniciais, como Norma Damasceno, do Serviço Social da Secretaria da Justiça; Maria de Lourdes Azevedo Surian, do Serviço Social do Menor da Secretaria da Saúde; Leonor Amstalden e Josele de Paiva Salomão, da Secretaria da Agricultura (DATE).

A mobilização desencadeada em Campinas, visando à aglutinação de esforços na área social – um dos objetivos da criação da FEAC – foi nesse sentido decisiva como *estímulo à criação da Secretaria de Estado da Promoção Social*, o que ocorreria em dezembro de 1967, no governo de Roberto de Abreu Sodré. O primeiro secretário foi José Felício Castelano.

O mesmo aconteceu em Campinas. A ação social era até então vinculada à Secretaria de Governo, cujo titular, Cláudio de Souza Novaes, acompanhou o movimento pela criação da FEAC – tendo depois se integrado à sua direção por vários anos, sendo principalmente responsável pela área de patrimônio.

Em 1966, a pasta até então ocupada por Novaes transformou-se em Secretaria de Governo e Assistência Social, e a primeira secretária foi a professora Eneá Caldato Raphaelli, que *solicitou à FEAC o apoio de um técnico para ajudá-la na estruturação do novo órgão*. Dirce Marcondes Pereira foi a nomeada.

A secretária Eneá Caldato Raphaelli também foi incumbida da contratação das primeiras assistentes sociais para a Prefeitura. Em ofício encaminhado ao vice-presidente da FEAC, Darcy Paz de Pádua, o secretário municipal de Negócios Jurídicos, Elvino Silva Filho, em nome do prefeito municipal, solicitou colaboração para organizar o *primeiro concurso público* para a escolha das assistentes sociais.

Organizada a Comissão Técnica, constituída por especialistas nas áreas de Serviço Social, Jurídica e Administrativa, foram realizadas as provas e anunciados os nomes das cinco aprovadas em primeiro lugar, logo contratadas. A comissão foi coordenada pela assistente social Leonor Amstalden.

As primeiras filiadas

Depois da ativa fase de sensibilização, mobilização e início da estruturação, em 1964, a FEAC procurou fortalecer suas ações e sua imagem junto à comunidade em 1965. Campinas e todo país ainda viviam o clima tenso provocado pelo movimento militar de março de 1964, mas as ações relacionadas à FEAC continuaram normalmente, sem interferências de ordem político-partidária. As primeiras filiações e a Campanha de Repressão à Mendicância de fato consolidariam a FEAC ao longo de 1965.

Campinas também prosseguia em seu rumo acelerado de urbanização e crescimento demográfico. 1965 ficou marcado pela polêmica demolição do Teatro Municipal "Carlos Gomes", no segundo mandato de Ruy Novaes na Prefeitura. Era o segundo teatro de Campinas demolido – o primeiro foi o Teatro São Carlos, um dos principais símbolos da pujança cafeeira.

No mesmo período, começou a construção do novo Paço Municipal, na avenida Anchieta, em terreno negociado com a Santa Casa de Misericórdia, para abrigar a Câmara Municipal e a Prefeitura. E as linhas de bonde elétrico continuavam sendo substituídas pelas linhas de ônibus, em um dos principais reflexos das modificações do espaço urbano no

sentido do predomínio do transporte por via automotiva. Nesse sentido também aconteceram desapropriações atingindo mais de 150 imóveis na região central, para alargamento das avenidas Francisco Glicério, João Jorge e Moraes Salles e da rua José Paulino, ainda como consequência do Plano Prestes Maia, de 1938.

E a FEAC cresce

Em janeiro de 1965, a FEAC pediu o reconhecimento de utilidade pública pelo Município, Estado e governo federal. Em fevereiro apareceram novos pedidos de filiação, pela Creche "Madre Anastácia", Creche "Bento Quirino", Orfanato Nossa Senhora do Calvário, Federação Mariana, Asilo dos Inválidos (depois Lar dos Velhinhos), Instituto "Dom Nery", Clube da Paz Notre Dame e Paróquia Santa Cruz.

Solicitaram filiação em março a Casa dos Menores de Campinas, Sanatório "Cândido Ferreira" e Fraterno Auxílio Cristão. As primeiras entidades filiadas, em maio de 1965, eram a Creche "Bento Quirino", Creche "Madre Anastácia", a Casa dos Menores, Instituto Paulista Adventista de Educação e Assistência Social Adventistas e a Creche "Maria Luisa Hartzler".



Uma das primeiras reuniões das obras federadas, sob presidência de Eduardo de Barros Pimentel (no centro) e presença de Darcy Paz de Pádua, Enea Caldato Raphaelli e Zoe Valente Belocchio (à direita), da Creche Bento Quirino.

O processo de filiação seguia cinco passos principais:

- a. Requerimento dirigido à Diretoria da FEAC, em papel timbrado ou com carimbo da obra;
- b. Cópia dos estatutos em seu inteiro teor, devidamente registrada e autenticada em cartório, com prova de personalidade jurídica;
- c. Relação nominal dos sócios contribuintes, com seus endereços e respectivas contribuições (especificando se a contribuição é mensal, trimestral, semestral ou anual);
- d. Balanço patrimonial e financeiro do ano anterior;
- e. Programação do ano em curso e relatório anual de atividades realizadas;
- f. Preenchimento de questionário com dados gerais.

Integram a documentação do processo os pareceres dos Departamentos Técnicos. São elaborados após visita à entidade e exame da documentação enviada à Federação, servindo como base para a emissão do parecer final da Diretoria Executiva.

Estes são os compromissos estabelecidos da entidade para com a FEAC:

- Participar das reuniões mensais do Conselho Administrativo, bem como colaborar com as demais entidades federadas quando necessário.
- Estabelecer contatos com os serviços colocados à disposição das entidades pela Federação (assistente social, psicóloga, advogado, contador e outros)
- Ao final de cada mandato da diretoria da entidade, comunicar à FEAC a composição da sucessora, bem como convidar os técnicos e diretores da Federação para interpretação de seu sistema.
- Encaminhar ao Departamento de Serviço Social e Psicologia no período de 1 de janeiro a 31 de março de cada ano relatório de atividades realizadas no ano anterior e a programação do ano em curso.

- Orientar-se pela Política do Departamento de Comunicações e Recursos quanto ao recebimento de mensalidades ou donativos regulares assim como quanto à realização de campanhas e promoções.

Por sua vez, estes são os compromissos indicados da FEAC com as entidades filiadas:

- Centralizar a arrecadação de fundos.
- Dar às entidades filiadas recursos financeiros mensais, nunca inferiores a 20% sobre a importância arrecadada através de seus contribuintes.
- Conceder aumentos periódicos de verbas ou quando se fizer necessário.
- Proporcionar a cada entidade filiada: assessoria jurídica, contábil, de psicologia, serviço social e outras que se fizerem necessárias.
- Realizar visitas periódicas às entidades.
- Analisar e comentar a programação do ano em curso bem como os relatórios anuais de atividades.
- As primeiras 17 entidades filiadas à FEAC, até 1966, somavam 51.934 pessoas atendidas. Foram elas:

Quadro 1. Primeiras filiadas à FEAC.

1. Asilo dos Inválidos (depois Lar dos Velhinhos)
2. Instituto D. Nery
3. ABC – 2000 – Assistência Médica e farmacêutica
4. Hospital "Álvaro Ribeiro"
5. Casa da Criança de Sosas (2 mil crianças pobres do distrito e da zona rural)
6. Casa dos Menores
7. Centro Kennedy
8. Ambulatório São Roque
Creche Madre Anastácia
9. Lar Escola Nossa Senhora do Calvário
10. Lar Evangélico Alice de Oliveira
11. Maternidade de Campinas
12. "Cândido Ferreira"
13. Instituto Adventistas
14. Albergue Noturno – assistência aos pobres necessitados 15 mil (depois se desfilhou)
15. Creche "Bento Quirino"
16. APAE
17. Soc. Benef. Amiga dos Pobres (depois se desfilhou)

A filiação de algumas das principais entidades sociais de Campinas na época, logo nos primeiros meses, mostra como a proposta da FEAC vinha encontrando eco. A Campanha de Repressão à Mendicância contribuiria para projetar ainda mais a FEAC na comunidade.



Creche Bento Quirino, primeira entidade filiada, teve prédio tombado pelo patrimônio histórico (foto Humberto de Castro).



IV

A Grande Campanha de Prevenção à Mendicância

Em maio de 1965, começou a ser articulado o primeiro grande programa social com a participação da FEAC, e que consolidaria o nome da instituição na comunidade. Era a Campanha de Repressão à Mendicância, um dos três grandes desafios sociais da cidade, como indicado na pesquisa de 1964.

A decisão pela realização de uma iniciativa na área da mendicância foi tomada em reunião da Comissão Executiva provisória, dia 13 de maio de 1965. Uma semana depois, a 20 de maio, foram aprovadas as propostas da Comissão de Planejamento, incluindo “levantamento por amostragem da situação do problema da mendicância em Campinas”. O levantamento foi realizado entre 25 e 29 de maio, por meio de ronda policial e planejamento para triagem social e estatística. O local utilizado foi a sede da Sociedade Campineira do Comércio e Indústria Amiga dos Pobres, sob responsabilidade de dois assistentes sociais do SESI e dois voluntários.

Primeiros passos

A partir dos resultados do levantamento foram discutidos, em reunião da Comissão Coordenadora da Campanha, dia 31 de maio, no SESI (esquina das ruas Benjamin Constant e Barão de Jaguara), os próximos passos da

Campanha, com base no plano de trabalho que havia sido aprovado a 20 de maio:

1. Um plano para funcionamento de Casa de Triagem;
2. Um programa básico de atuação da entidade, em relação aos problemas encontrados, no sentido de mobilização das forças comunitárias para o enfoque global do problema.

Os dados apurados, entre os 121 entrevistados, mostraram que 72,6% dos mendicantes tinham de 22 a 50 anos, e 6,6% de 15 a 18 anos. Quanto à cor da pele, havia “ligeira predominância de pretos (14%) sobre os brancos”. Outros dados:

- Ligeira predominância de homens (7%) sobre mulheres;
- Predominância de solteiros (36,8%), contra casado civil e religioso (19%);
- 47,8% estavam desempregados, 34,1% não tinham documentos;
- Tamanho médio das famílias de 6 pessoas;
- Razões de permanência na cidade: trânsito (22,3%) e procura de emprego (21,4%), seguidos de motivos de doença (15,7%), maior incidência é de permanência de 1 a 7 dias e de 1 a 6 meses;
- Problemas econômicos generalizados e desajustamento familiar na maioria dos casos;

- 31 profissões diferentes, predomínio de lavradores (24) e domésticas (28);
- Falsa mendicância em 51,2% dos casos, mendicância circunstancial em 23,1% e verdadeira em 14,8%, considerando “idades, habilitação profissional e o estado aparente de saúde”;
- Em termos educacionais, maioria de analfabetos (57,8% dos casos), 1º primário (19,8%), apenas 1 entrevistado tinha ginásial (0,8%);
- Os que se declararam católicos eram maioria absoluta (92,6%);
- 49,5% estavam sós no momento da pesquisa, 31,4% estavam com a família e 19,1% não declararam a situação.

Com base nos dados obtidos, foi planejada a campanha. Foram mobilizados vários segmentos sociais, na linha do amplo envolvimento comunitário que caracterizava os momentos iniciais da FEAC. O vice-presidente Darcy Paz de Pádua foi encarregado de dirigir toda a Campanha. O professor Armando dos Santos, membro da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, foi convidado a integrar o grupo de trabalho. Entre outros, foram convocados para participar da campanha, de acordo com a área de atuação e para compor as 14 comissões constituídas:

- a. Setor de atendimento à família – LBA, Serviço Social do Estado, Colocação familiar, Dispensários, Centro Kennedy;
- b. Setor de atendimento a menores – Juizado de menores, educandários, creches, parques infantis, escolas maternais, escolas vocacionais e profissionais;
- c. Setor de assistência médica – Santa Casa de Misericórdia, Postos de Puericultura, Hospitais Gerais, Pronto Socorro, Farmácia, Hospitais Especializados (DPL, Dispensário TB e DA Psicopatas), Centros de Saúde;

- d. Setor de Assistência em geral – Agência de emprego, albergue, Asilo dos Inválidos, Assistência Jurídica do CA XVI de Abril, Delegacia de Polícia para passes, Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Várias reuniões foram realizadas na Escola Erasmo Braga, da Igreja Presbiteriana, com acolhimento pelo reverendo Osmundo Afonso Miranda. Outros locais de encontros preparatórios foram a Associação dos Dentistas e o SESI, localizado na rua Benjamin Constant, no Edifício Prudência, primeiro andar – mesmo edifício onde estava a sede do PDC. Entre outros, se integraram ao grupo inicial representantes dos coronéis Zimmermam e Célio e de Cláudio Novaes, secretário municipal de governo.

Como parte do processo preparatório, a voluntária Noêmia Rodrigues, que liderava um grupo de mulheres, visitou várias obras que poderiam se integrar à Campanha. Lembrou-se ainda da necessidade de um dispensário para alcoólatras e de um serviço específico de amparo à mulher. Um asilo provisório de mendigos existente em São Paulo, o Plade, foi visitado por membros da Campanha.

O presidente do Asilo de Inválidos, Raphael de Souza Queiroz, informou que a instituição poderia receber “mendigos inválidos e idosos”, desde que o serviço existente fosse ampliado com apoio comunitário. Queiroz lembrou que havia na Santa Casa “20 pessoas inválidas”, ocupando leitos de doentes, que deixam de ser atendidos, por falta de lugar no Asilo. O secretário de governo Cláudio Novaes afirmou na ocasião que no exercício seguinte a Prefeitura poderia destinar recursos para a ampliação do serviço de atendimento.

Foram pensadas ações diferenciadas, para cada situação encontrada na pesquisa preliminar com os mendicantes. As ações, que seriam tomadas após a passagem pela Casa de Triagem, estão relacionadas a seguir, considerando cada situação:

Problemas relacionados com o motivo de permanência na cidade

- 1º Pessoas em trânsito por Campinas.
 1. Encaminhar para o lugar de destino;
 2. Encaminhar para abrigo e alimentação durante o tempo em que as causas do trânsito determinem a permanência na cidade.
- 2º Procura de emprego.
 1. Criar agência de empregos;
 2. Interpretar a agência junto a indústria, comércio e entidades;
 3. Criação de condições para habilitação profissional através de treinamento.
- 3º Índice elevado de domésticas.
 1. Criar uma obra especializada em assistência à doméstica, visando integrá-la em uma categoria profissional.
- 4º Casos de doença.
 1. Encaminhar para as diversas clínicas, ambulatórios e hospitais especializados;
 2. Promover o entrosamento dessas obras entre si e com a casa de triagem.
- 5º Pedir esmolas.
 1. Identificar o tipo de mendicância, proporcionando o encaminhamento adequado.
- 6º Vadiagem
 1. Identificar as causas (doenças, falta de capacidade, vadiagem propriamente dita etc.) e fazer encaminhamento adequado.

Problemas relacionados à situação familiar

- 1º Casos de união ilegal.
 1. Disseminação das oportunidades de preparação para o casamento .
 2. Estudar as causas da situação e encaminhar para as obras sociais no setor de

atendimento à família, para providências de documentação e orientação, legalizando os casos possíveis.

- 2º Casos de viuvez.
 1. Providências no sentido de amparo moral e material à família, com garantia de estabilidade da família.
- 3º Casos de mãe solteira.
 1. Providências no sentido de amparo e orientação às mães solteiras.

Problemas relacionados à situação econômica

- 1º Desemprego.
 1. Problema de origem estrutural, cujas causas não estão ao alcance da ação desta Campanha;
 2. Medidas de caráter paliativo serão representadas pela agência de empregos e capacitação de mão-de-obra.
- 2º Falta de documentos
 1. Encaminhamentos para serviços e obras especializados.

Problemas relacionados com o grau de instrução

- 1º Alto índice de analfabetismo.
 1. Incentivar a instalação de classes de alfabetização de adultos e de educação de base.

Problemas relacionados com o tipo de mendicância

- 1º Alto índice de falsa mendicância.
 1. Campanha de repressão
 2. Esclarecimento da opinião pública no sentido de não dar esmolas.

*Problemas relacionados
com os recursos necessários
para o desenvolvimento do trabalho*

1. Instalação e funcionamento de uma casa de triagem.
2. Dinamização das obras sociais e serviços específicos envolvidos pelo trabalho.

As duas autoras do estudo preliminar com os mendicantes, Maria Aparecida Chaib e Josele de Paiva Salomão, no final do relatório datado de 14 de junho de 1965, sugerem a execução do presente programa básico através de programas e projetos de tempo determinado para execução a curto prazo, com o adendo: Este trabalho não é definitivo, sofrerá as alterações que se fizerem necessárias mediante a mudança das circunstâncias determinantes dos problemas básicos. Alguns princípios fundamentais orientaram o desenvolvimento de toda a Campanha, como o respeito ao direito humano de escolher a cidade e o seu destino.

O envolvimento comunitário foi significativo. Os diferentes segmentos foram sensibilizados e atenderam ao apelo da FEAC e aos objetivos desenhados para a campanha. Havia um monitoramento permanente sobre as ações desenvolvidas, para possível correção de rumos. Durante a campanha, descobriram-se, por exemplo, ações inadequadas de um funcionário com os albergados. Ele foi demitido e teve os direitos respeitados.

Uma pré-campanha foi desenvolvida entre maio e setembro de 1965, com o propósito de avaliação dos serviços existentes, dos recursos mobilizados e das correções que deveriam ser feitas. Essa fase preliminar já indicou o grau de mobilização, envolvimento e de seriedade da campanha, que visava na realidade romper o ciclo da pura mendicância, na linha de busca de soluções concretas para os considerados mendigos, “falsos” ou não. A campanha nesse sentido era pioneira, pois posteriormente outras iniciativas, em diferentes

regiões brasileiras, também passaram a estimular os cidadãos a não dar esmolas.

Foram feitas, entre maio e setembro de 1965, 2914 entrevistas, com estes dados apurados:

- *Procedência* – Campinas – 12,08%, outras cidades – 63,37%, outros estados – 24,17%, não declarado – 0,35%
- *Situação pessoal dos entrevistados* – Passes para trânsito – 41,61%, pernoites – 18,59%, desemprego – 20,24%, doença – 11,44%, velhice desamparada – 1,44%, menor – 1,86%, mendicância – 0,56% e outros – 4,57%.
- *Providências tomadas, em relação a 2370 casos* – Distribuição de passes – 44,93% (1065 casos), pernoite – 15,44%, encaminhamento para emprego – 13,20%, para Santa Casa – 5,99%, para Juizado Menores – 1,89%, para Casa de Saúde Dr. Bierrenbach de Castro – 1,77%, para Dispensário de Tuberculose – 0,92%, Recâmbio – 0,67%, outros – 15,14%.

Uma avaliação preliminar havia sido feita em agosto pelas assistentes sociais Maria Aparecida Chaib – chefe do Setor do Serviço Social do Estado – e Josele de Paiva Salomão. Os próprios dirigentes da Campanha reconheceram que em certos momentos faltava a retaguarda necessária para atender a verdadeira avalanche de mendigos, “falsos” ou não, que eram recolhidos. Entretanto, a Campanha seria um sucesso em termos de fixação do nome da FEAC na comunidade. Havia um reconhecimento cada vez maior das intenções e objetivos com os quais a Federação havia sido idealizada e em fase de estruturação.

Mais e mais adesões

O desenrolar da Campanha teve vários episódios que confirmavam o alcance e a mobilização obtida. Em agosto de 1965, a FEAC

procurou dirigentes e funcionários da Cohab, como Ana Maria Affonso Ferreira e Arthur Paes Leme Canguçu, obtendo a informação de que poderiam ser construídas até 20 casas no loteamento Vila Rica, para abrigo temporário de famílias. No mesmo mês, a secretaria da Campanha passou a ser exercida pela assistente social Elsie Tepedino, cedida pelo SESI, em substituição a Rafael Mila Bueno.

Ainda na etapa preparatória, o novo delegado regional da Polícia Civil, Lysandro Bártolo, foi visitado pelo coordenador-geral, Darcy Paz de Pádua. O delegado compreendeu os objetivos e aceitou a participação da Polícia em várias atividades. Uma viatura chegou a ser cedida pelo delegado, sem a identificação da origem policial, para ser utilizada no recolhimento, com a presença de uma policial feminina. Outras quatro policiais femininas foram mobilizadas pela fundadora e comandante da Polícia Feminina, Hilda Macedo, após visita feita por Eduardo de Barros Pimentel e Rafael Mila Bueno, em São Paulo. As policiais ficaram alojadas no Colégio Progresso, na avenida Julio de Mesquita.

No início de outubro de 1965, dias antes do lançamento oficial da Campanha, o prefeito municipal Ruy Novaes não atendeu ao pedido da cessão de duas assistentes sociais, mas anunciou que destinaria a verba correspondente ao salário de uma profissional. Posteriormente, com a Campanha em andamento, o prefeito colocou a assistente social Maria Helena Caruso Alcocer à disposição. Também em outubro de 1965 a Sociedade Beneficente do Comércio e da Indústria, dirigida por Fioravante Otávio Ceccato, que mantinha dispensário de remédios, anunciou a participação na Campanha.

Depois de vários preparativos, e de ensaios práticos, a Campanha de Repressão à Mendicância foi oficialmente lançada, a 15 de outubro de 1965. Foram distribuídos milhares de cartazes pela cidade, nas casas de comércio e unidades de ensino, apelando aos cidadãos para que não dessem esmolas a pedintes, mas telefonassem à FEAC para providências necessárias.

O apoio foi maciço, com envolvimento de comércio e indústria, dos professores primários e do povo em geral. A Polícia Civil forneceu passes ferroviários, a Força Pública colaborou no policiamento do Albergue, Inspetores de Quarteirão e Guarda Civil também contribuíram. O Instituto dos Cegos Trabalhadores atenderia aos deficientes visuais que passassem pela triagem no Albergue Noturno. As dependências do Albergue foram desinfetadas, para o melhor atendimento dos mendigos recolhidos, pelo secretário municipal de Saúde, Roberto Angelo Barbosa.

Doações e colaborações

Várias doações foram feitas, e gestos individuais foram fundamentais. Gilberto Prado conseguiu a doação de panos e tecidos para o Albergue. Eduardo Nunes Silva Filho, gerente do Banco Comercial, enviou circular aos clientes, pedindo colaboração. O mesmo ocorreu com a Delegacia de Ensino, em relação a professores e dentistas escolares, e com o reitor da PUC-Campinas, monsenhor Emílio José Salim, em relação aos Centros Acadêmicos.

Honório Chiminazzo se dispôs a trabalhar na Campanha. Rafael Mila Bueno manteve contato com a Diretoria do Serviço de Psicopatas, em São Paulo, que receberia os casos encaminhados por Campinas em função da Campanha.

Os idosos foram atendidos especialmente pela assistente social Maria Aparecida Chaib. O Lar Nossa Senhora das Graças, em Jundiaí, por insistência de Rafael de Souza Queiroz, recebeu um idoso paralítico. Luiz Rocato, da Cidade dos Meninos, colocou a instituição à disposição para os casos de jovens.

Fotógrafos e o Sindicato dos Cabeleireiros se comprometeram em atender os casos encaminhados, por exemplo para a confecção de documentos de identidade. A Casa de Saúde

Dr. Bierrenbach de Castro e Instituto Penido Burnier atenderam graciosamente os casos encaminhados. A Maternidade de Campinas doou maquinário de lavanderia, autoclave, camas e colchões. A Faculdade de Medicina da UNICAMP, através do médico colombiano Dr. Tobar, também colaborou com a doação de vacinas, através do Centro de Saúde, dirigido pelo Dr. Benjamim. O Juizado de Menores cedeu veículo para transporte de mulheres e crianças.

Os primeiros resultados

Após 30 dias de Campanha, foi feito um balanço para a diretoria da FEAC. Havia sido atendidas 766 pessoas, com o devido encaminhamento. Do Programa *Aliança para o progresso*, apoiado pelo governo dos Estados Unidos, foi obtido o fornecimento contínuo de alimento para o Albergue Noturno. O Pastificio Anhangüera também colaborou.

Depois de um mês de Campanha, as policiais femininas retornaram a São Paulo. Mas sua participação ativa motivou o início de conversas para a instalação de um Posto da Polícia Feminina em Campinas. A distribuição de cartazes prosseguia, agora por universitários voluntários.

Gradualmente, as entidades envolvidas na Campanha passaram a assumir e intensificar os serviços oferecidos durante a iniciativa. Enfim, os objetivos da Campanha tinham sido atingidos, no sentido de despertar a comunidade para a situação da mendicância e de mobilizar recursos no sentido de promover uma real inserção social do mendigo, erradicando o ciclo de dependência que a simples esmola favorecia.

A Campanha teve, de fato, várias consequências práticas, com repercussão direta na melhoria da ação social em Campinas. A Prefeitura

de Campinas aproximou-se muito da FEAC. O mesmo ocorreu com a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, através da diretora Irmã Maria Mesquita Sampaio. Durante muito tempo, mesmo após o encerramento da Campanha, o *Correio Popular* publicou anúncios com o slogan “Não dê esmolas, dê esperança”. A Rádio Educadora também deu grande apoio à mobilização. Na Rádio Cultura, o cônego Geraldo Azevedo, da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, falou várias vezes da Campanha no seu programa das 18 horas, a *Hora de Maria*.

Uma nova e ampla avaliação foi realizada no dia 22 de outubro de 1965, na sede da ACIC, com a presença dos secretários municipais Cláudio Novaes, do governo, Roberto Angelo Barbosa, da Saúde, e Antônio Leite Carvalhaes, de Obras, além de assistentes sociais, dirigentes das entidades e todas as instituições envolvidas.

A grande dificuldade apontada era com relação ao alojamento e encaminhamento dos mendigos. O secretário de governo Cláudio Novaes lembrou ter enviado ao prefeito Ruy Novaes estudo para desapropriação da Fazenda Barreiro, onde já havia construções e que poderiam ser destinadas a receber famílias retiradas das ruas.

Uma das principais conclusões a que chegaram os dirigentes da FEAC e demais envolvidos na campanha foi a necessidade de estruturação de um local para recuperação integral, educação profissional e reintegração à comunidade. Foram considerados expressivos os resultados de encaminhamento para emprego: dos 257 encaminhados, 57 conseguiram uma vaga. A idéia era então montar um serviço de capacitação dos considerados mendigos, para inserção no mercado profissional. Posteriormente, a FEAC chegou a ceder 83.360 m² da Fazenda Vila Brandina para a instalação de um Centro de Recuperação e Integração Social (CRIS), o que não se concretizou.

Continuidade da campanha

Outras providências foram propostas para que o propósito básico da Campanha tivesse continuidade, através de serviços permanentes. Uma delas seria a melhor estruturação da Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno. Outra idéia era a criação de uma Agência de Empregos, reunindo esforços do SESI, Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), ACIC e Sociedade dos Portadores de Defeitos Físicos.

No início de 1966, haviam sido registrados 1760 atendimentos de pessoas em situação de mendicância em Campinas. O relatório foi encaminhado, pelas assistentes sociais Leonor Amstalden e Josele de Paiva Salomão, do DATE – Secretaria de Agricultura, ao governo estadual. Foram elaboradas fichas cadastrais, processadas por máquinas automáticas tabuladoras, tipo Hollerit, que representavam a última geração em tecnologia na época.

Com relação aos dados obtidos, verificou-se que apenas 10% dos atendidos eram de Campinas, 20% de outros Estados e 60% de outras cidades paulistas, e em 10% dos casos não foi possível apurar a procedência dos mendigos. Uma situação especialmente grave foi detectada: conhecendo o recolhimento, o atendimento e o encaminhamento oferecido em Campinas, as Polícias de outras cidades, como Igarapava, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Bauru, entre outras, remetiam os mendigos para Campinas. O fato foi comunicado ao delegado regional de Polícia.

Para garantir que os propósitos originais da Campanha fossem mantidos, a assistente social da FEAC, Maria José Mangili, passou a atuar em tempo integral, durante vários dias, no Albergue Noturno. Enfim, estavam sendo mantidas novas bases para o prosseguimento dos objetivos, com

base no *slogan* que motivou a Campanha: “Não dê esmola, dê esperança”.

A repercussão externa foi grande. Vários convites para exposição dos objetivos e resultados da campanha foram encaminhados aos dirigentes da FEAC. Darcy Paz de Pádua proferiu a palestra principal, sobre “Mendicância: causas e conseqüências”, no V Congresso Nacional de SOS, em Piracicaba, 25 de agosto de 1972. Ou seja, sete anos depois, a Campanha de Repressão à Mendicância ainda era comentada. O Congresso foi coordenado pelo Serviço Social do Centro de Obras Sociais de Piracicaba, presidido por Mario Sturion.

Entre outros resultados, a campanha de Campinas motivou a primeira-dama do Estado, Zilda Natel, a criar em nível estadual a Campanha “Um mendigo a menos, um trabalhador a mais”. Na Assembléia Legislativa, o deputado Chopin Tavares de Lima, democrata cristão de origem, fez um emocionado discurso de louvor à Campanha, e sugeria que o governo estadual fizesse o mesmo. O texto foi publicado no Diário Oficial do Estado.

Em termos de conteúdo, a Campanha de Repressão à Mendicância idealizada e conduzida pela FEAC foi implementada à luz do Evangelho. Darcy Paz de Pádua sempre citava em suas apresentações trechos do Evangelho, como MT V 43-48, MT XXI – 31-32, MC II – 13-17.

Em relação às outras duas prioridades de ação social, detectadas na enquête junto às entidades sociais atuantes na cidade – “menor abandonado” e “habitação” – houve encaminhamentos distintos. Grande parte da ação da FEAC foi efetivamente voltada para a área de crianças e adolescentes. As ações no campo da habitação foram muito mais limitadas. Foram mantidos contatos preliminares com o Banco Nacional de Habitação (BNH), mas não houve prosseguimento.

Mobilização pós-campanha da mendicância

A projeção alcançada pela FEAC com a Campanha de Repressão à Mendicância foi instantânea. Logo apareceram *novos pedidos de filiação*, como da Maternidade de Campinas. A campanha de arrecadação de fundos também encontrava resposta da comunidade, com a doação de somas expressivas por outras empresas – além daquelas que contribuíram nos momentos inaugurais – com sede ou filiais em Campinas.

Os próprios funcionários das empresas, após o sucesso da Campanha da Mendicância, ampliaram o interesse em colaborar com a Federação, através da doação de horas de serviço. Essa modalidade de ajuda havia sido sugerida pelo padre Haroldo Rahm, em reunião da comissão executiva provisória dia 8 de outubro de 1964. O padre Haroldo tinha acabado de chegar dos Estados Unidos, e relatou aos dirigentes a experiência de que participou em El Paso, no Texas, onde os trabalhadores de várias empresas doaram o equivalente a uma hora de trabalho por mês, para projetos sociais locais. Essa doação estava chegando a 1 milhão de dólares por ano.

Em Campinas, o *êxito da campanha de arrecadação* foi tão grande que os dirigentes da FEAC tiveram de interceder em muitos casos, para a redução das doações, porque funcionários humildes chegavam a se comprometer em contribuir acima de suas possibilidades. Em 1965, primeiro ano completo de contribuição, a FEAC tinha pouco mais de 3 mil contribuintes. Eram funcionários de 43 bancos, 28 pequenas indústrias, 14 hospitais e clínicas e 8 repartições públicas (ver quadro ao lado). Em 1966 já eram 5 mil contribuintes, saltando para 12 mil em 1967 e nada menos que 20 mil em 1970. Ou seja, *cerca de 6% da população de Campinas, de 375 mil pessoas em 1970, estavam colaborando diretamente com a FEAC na ocasião*, em uma clara confirmação

do grande envolvimento comunitário, viabilizado pelas propostas e pelas ações realizadas pela instituição em seus primeiros anos. Posteriormente, com a contratação de Pedro Zaghi para conduzir a Campanha Permanente de arrecadação, em setembro de 1975, houve o expressivo aumento de 100% na contribuição dos operários da Clark, que passou a representar 20% de toda a captação na comunidade. Em reconhecimento, foram convidados na época seis representantes dos operários da empresa, para visitarem a FEAC, em reunião com a diretoria.

A primeira campanha de doação foi realizada ainda no final de 1964, junto aos funcionários da 3M do Brasil. Por sugestão do Dr. Teixeira Mendes, Sérgio Pereira de Souza se encarregou de elaborar o plano de centralização das arrecadações e captação junto à comunidade.

Empresas colaboradoras da FEAC em 1965²

- **Bancos** – do Brasil (98), Brasul (29), Nacional da Lavoura e Comércio (11), Federal do Crédito de Itaú (43), Noroeste do Estado de São Paulo-Bonfim (21), Noroeste-Centro (17), Sul Americano (12), Bradesco (44), Moreira Sales-13 de Maio (19), Leme Ferreira (8), de Boston (23), Auxiliar de São Paulo (26), da América (19), Ialó Belga (6), da Bahia (23) City Bank (26), Português do Brasil (30), Nacional de Minas Gerais (30), Francês e Italiano (16), Segurança-Centro (32), Libanês de Comércio (13), Comercial do Estado de São Paulo (60), Bandeirantes (31), Lar Brasileiro (19), Moreira Sales (30), Segurança-Vila Industrial (7), Segurança-Mercado (6), Cidade de Campinas (24), Crédito Real de Minas Gerais (29), Comércio e Indústria de Santa Catarina (20), Alfomares (6), Mercantil da Metrópole (3), América do Sul (18), São Paulo (3), Bandeirantes-Taquaral (14), Comércio e Indústria-Andrade Neves (13), Comércio e Indústria - 13 de Maio (22), Bandeirantes-Vila Industrial (9), do Estado de São Paulo (62), da Lavoura de Minas Gerais (25), Crédito Nacional (7) e Mercantil do Estado de São Paulo (65). 43 agências bancárias, com 1088 contribuintes.
- **Pequenas indústrias** – Cervejaria Columbia (114), Cia Antártica (97), Nativa – Construções Elétricas (68), Bebidas Vannucci (58), Casa Edson (6), Belima (10), Lix da Cunha (12), Comercial Fanelli (13), Sanitária Guarani (19), Balas Aoki (5), Nestlé (9), Leão do Preço (10), Coca-Cola (97), Cia Curtidora Campineira (139), Sonata (5), Super-doméstica (10), Supergaz (37), Curtume Cantúcio (118), Equipasca (31), R.S. Queiroz & Cia (4), Curtume Firmino Costa (100), Donald Graber – Indústria e Mecânica de Precisão (30), Pastificio Selmi (91), Ótica Conceição (13), Ollivetti (13), Empresa Capirolli (82), Lojas Nova América (35), Lojas Garbo (17). 28 pequenas indústrias, com 1.246 contribuintes.

2. Com número de funcionários contribuintes entre parênteses.

• **Hospitais e clínicas** – Hospital Vera Cruz (3 médicos e 96 funcionários), Clínica Infantil (7 médicos e 16 funcionários), Clínica Santo Antônio (5 médicos e 109 funcionários), Casa de Saúde Dr. Bierrembach de Castro (61), Clínica Eduardo Lane (16), Hospital Penido Burnier (15 médicos e 135 funcionários), Casa de Saúde de Campinas (3 médicos e 136 funcionários), Real Sociedade Beneficência Portuguesa (106) Sanatório Santa Isabel (1 médico e 26 funcionários), Clínica Dr. Pardo Meo (3), Clínica de Olhos Campinas (4), Clínica Dr. Paulo Eduardo (1), Clínica Dr. Immo Morelli (2), Clínica Dr. Bittar (2 médicos e 3 funcionários). 14 hospitais e clínicas, com 741 contribuintes.

• **Repartições públicas** – Instituto Adolfo Lutz (15), Caixa Econômica Estadual (26), DATE-DPA (46), Caixa Econômica Estadual-Edifício Rios (6), Departamento Estradas e Rodagem (103), Guarda Civil, Serviço Social do Estado (6), Sericicultura (43). 8 repartições públicas, com 245 contribuintes.

Outras ações em 1965

Além da Campanha de Repressão à Mendiância, a FEAC desenvolveu várias outras atividades no seu primeiro ano e meio de atuação, entre abril de 1964 e final de 1965. Apesar de recém-criada, e com escassos recursos financeiros, foi uma etapa em que a instituição manteve um perfil muito pro-ativo, assegurando um protago-

nismo de vanguarda na área social de Campinas e região.

Do governo estadual foi obtido aumento da verba de Cr\$ 30 milhões para Cr\$ 240 milhões para o serviço de colocação familiar (atendimento ao menor). Para tratar do assunto, a FEAC trouxe a Campinas os secretários de Justiça e da Segurança do Estado, o delegado especializado do Menor, o curador de menores e o diretor do Serviço Social do Menor. Ao presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Rafael de Barros Monteiro, foi solicitada a Vara Privativa de Menor, o Cartório Privativo de Menores e Serviços Auxiliares. O presidente se comprometeu a fazer. A Vara seria instalada alguns anos depois.

Na mesma linha, houve o início de um planejamento global de assistência social do menor, com a participação do Juiz de Menores, Secretaria de Serviço Social da Prefeitura e da Faculdade de Serviço Social de Campinas. Também houve o início do planejamento da área de 184 alqueires da Fazenda Vila Brandina, que os idealizadores desejaram transformar em futura “Cidade do Coração”.



Sede da FEAC no prédio da LBA, entre 1965 e 1970.

Os dirigentes participaram de palestras e conferências em várias cidades, para explicar a metodologia de funcionamento da FEAC. Cidades no Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara, entre outros estados, foram visitadas.

Em São Paulo, ainda em 1965, Pimentel e Darcy Paz de Pádua participaram, na residência de Ermelindo Matarazzo, com o cardeal d. Agnelo Rossi e destacados membros da sociedade paulista, de encontro para discutir formação de trabalho semelhante à FEAC na capital paulista. Chegou a ser constituída uma comissão de sete elementos para estudar o assunto, com a reconstituição e ampliação das funções da FOS (Federação de Obras Sociais) de São Paulo, que tivera em sua fundação a contribuição de professores da Escola de Serviço Social de São Paulo, como José Pinheiro Cortez.

A FEAC foi também co-promotora do 1º Seminário Regional para o Bem-Estar do Menor em

Campinas. E até estabeleceu uma representação no Rio de Janeiro para tratar de recebimentos e pedidos de verbas previstas em lei para as instituições filiadas.

Uma nova etapa da vida da FEAC, consolidando a sua implantação, começou com a cessão dos direitos hereditários definitivos de Lafayette Álvaro sobre a Fazenda Vila Brandina. Os papéis chegaram a cartório no dia 26 de agosto de 1965. Em novembro, foi confirmada a inscrição da FEAC no Serviço Social do Estado. Em dezembro, a FEAC participou dos trabalhos de fundação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o que aconteceria com uma assembléia a 10 de dezembro de 1965, no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Um dia antes, 9 de dezembro, fora lavrada a escritura de doação à FEAC dos direitos sucessórios de Lafayette Álvaro.



V

*Profissionalização
e Voluntariado*

Janeiro de 1966 marcou o início da profissionalização dos quadros da FEAC, com o começo da atuação da assistente social Maria José Mangili, contratada para chefiar o Departamento de Serviço Social, com Dirce Marcondes na coordenação geral. No mesmo sentido da profissionalização, foi contratado em 1966 o primeiro gerente administrativo da FEAC, Rafael Mila Bueno.

No mesmo mês de janeiro de 1966, acontecia uma reunião decisiva para os rumos da FEAC. Era mais uma reunião do Conselho Administrativo, em que se decidia a destinação dos recursos arrecadados junto à comunidade e, no encontro, ainda na sede da LBA, a religiosa que representava a Creche “Madre Anastácia” solicitou empréstimo para reformar o teto da instituição, que apresentava avarias em pleno período de fortes chuvas.

Presente à reunião, Elisa Bittencourt, representante da Associação Beneficente Campineira (ABC), ligada à Igreja Metodista, disse que era contrária ao empréstimo, sendo favorável, sim, à doação integral dos recursos para a Creche. E acrescentou: “Se a FEAC não tiver recursos suficientes, retire um pouco de cada uma de nossas obras”.

“Neste momento nasceu a FEAC”, afirmou imediatamente o vice-presidente Darcy Paz de

Pádua, que presidia a reunião. O dirigente estava se referindo ao sinal de que as barreiras religiosas estavam sendo dissolvidas no âmbito da FEAC, que confirmava seu papel de integração efetiva da ação social em Campinas, com o testemunho da solidariedade e da fraternidade. O ecumenismo sempre foi, com efeito, uma das características centrais da FEAC, o que ajudou em muito, por exemplo, nas iniciativas pioneiras de estímulo ao voluntariado, que projetaram a instituição em âmbito internacional.

Estímulo pioneiro ao voluntariado

Em fevereiro de 1966, no dia 10, a diretoria apreciou um Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário em Trabalho de Bem-Estar Social, elaborado por comissão coordenada por Leonor Amstalden e secretariada por Elsie Tepedino e Antonio Molina Serralvo, todos assistentes sociais.

O Plano teve grande repercussão na comunidade local e também em São Paulo, onde o serviço social estava mais estruturado e desenvolvido na época. Logo em seguida à divulgação do Plano, a FEAC foi visitada por Maria da Glória Ferraz,

presidente do Centro de Promoção e Integração do Menor (CEPIM), localizado em Taboão da Serra. Ela comunicou à direção da FEAC ter recebido convite para participar em Rosário, na Argentina, da 15ª Conferência Internacional da Unesco sobre Serviço Voluntário. Como não podia comparecer, consultou a FEAC sobre seu interesse em *representar o Brasil no evento*.

O convite apareceu justamente no instante em que o tema do voluntariado era tratado com entusiasmo na FEAC, que aceitou a oferta e indicou um representante para a Conferência na Argentina, entre 20 e 27 de fevereiro. Foi Darcy Paz de Pádua, que também representou na ocasião o Centro Regional da LBA Campinas, conforme carta do seu presidente, Eduardo de Barros Pimentel. Pádua teve a oportunidade de expor as idéias gerais que levaram à criação da FEAC e os esforços no sentido de criação de um serviço de voluntariado. A exposição despertou grande interesse nos participantes e o diretor do Comitê Internacional do Serviço Voluntário da Unesco, Jean Michel Bazinet, visitou a FEAC já em março de 1966, quando foi discutida a intenção da organização de se filiar a essa organização internacional. Durante a estada na Argentina, o representante da FEAC foi convidado para uma palestra no Rotary Club de Maciel, próxima à cidade de Rosário.

O êxito do trabalho da FEAC em apenas dois anos de atividades e a projeção internacional a credenciaram a participar da criação da ABRAVO – Associação Brasileira de Voluntários. *E a FEAC tornou-se, de fato, a primeira entidade brasileira – e a segunda na América Latina – a se filiar ao Serviço Voluntário Internacional da Unesco*, cuja representação na América Latina foi estruturada a partir do encontro em Rosário.

Desde então, a instituição campineira tornou-se – na transição dos turbulentos anos 60 e 70 – referência nacional e internacional em trabalho voluntário. E, claro, procurou estimular o voluntariado na cidade e região.

Entre 25 e 29 de abril de 1966, a FEAC foi a promotora da 1ª Semana do Voluntário em Campinas. Uma das atividades foi a elaboração e ampla distribuição de questionário para levantamento de interesse de atuação em voluntariado nas entidades filiadas.

Participaram diretamente das atividades da Semana 176 pessoas – assistentes sociais, professores, empresários, entre outros. Da Semana nasceu o Centro de Treinamento do Voluntário (CETREVO) na Vila Brandina, sob responsabilidade inicial do padre Haroldo Rahm. Somente em maio, o serviço de voluntariado foi procurado por 117 pessoas.

Contribuição às filiadas

Em março de 1966, aconteceu a primeira promoção da Fundação FEAC, no Clube Semanal de Cultura Artística. No mesmo mês, foi efetuado o primeiro pagamento a obras filiadas: Lar Escola N.S. Calvário (Cr\$122.000), Ambulatório São Roque (Cr\$88.000,00), Creche Bento Quirino (Cr\$180.000), S.A Dorcas (Cr\$80.000), Cândido Ferreira (Cr\$200.000). Em abril, foram feitos pagamentos a outras obras: Instituto D.Nery, São Roque, Centro Kennedy, Hospital Álvaro Ribeiro, Sociedade Protetora dos Pobres, Casa dos Menores, Maternidade de Campinas.

O trabalho de mobilização, sensibilização e profissionalização prosseguiu em 1967. O resultado dos esforços de aglutinação das ações sociais foi uma credibilidade cada vez maior e, com isso, também houve a expansão das contribuições financeiras das empresas e da comunidade. Conseqüentemente, aumentou substancialmente nos primeiros anos a contribuição às próprias entidades filiadas (ver Quadro 2).

Quadro 2. Arrecadação financeira e contribuição às filiadas.

1965	CR\$ 13.707,35 (6.878,96)
1966	CR\$ 79.980,66 (39.718,32)
1967	CR\$ 133.373,03 (73.759,62)

Na medida do aumento da arrecadação financeira – via fundo único – e da contribuição às filiadas, também evoluiu o número de pessoas atendidas pelas entidades filiadas. Eram 51.934 pessoas atendidas em 1966, e o contingente subiu para 80.114 em 1967. A comunidade respondia de modo absolutamente positivo às idéias e propósitos da FEAC. Em pleno regime militar, a população de Campinas estava mobilizada para buscar a qualidade de vida e evitar o agravamento do quadro de miséria que avançava com o crescimento exagerado e desordenado da cidade.

O aumento progressivo do interesse pela filiação à FEAC refletia a credibilidade e o entu-

siasmo despertados. Entre outros, chegaram a pedir filiação: Associação dos Escoteiros, Conferências Vicentinas, Posto de Saúde do Estado, Exército da Salvação, Ação Social do Colégio Notre Dame e várias Sociedades Amigas de Bairros.

A nota mais triste em 1967 foi o falecimento, no dia 13 de setembro, do benemérito Lafayette Álvaro de Sousa Camargo. Desde então, a data foi lembrada anualmente pela diretoria, pelos grandes serviços prestados por Lafayette para a ação social em geral em Campinas e para a Fundação FEAC e suas entidades filiadas em particular.



VI

Casarão da Vila Brandina: vocação pela vida

Uma foto histórica, depois exposta com destaque na principal sala de reuniões da sede da FEAC, mostra o momento em que era oficializada a doação da Fazenda Vila Brandina para a Fundação FEAC. Estão na foto Carlos Foot Guimarães, Dirce de Barros Foot Guimarães, Lurdes Valenti, Zuleica Santos Leite de Barros, Edmundo Barreto, Augusta Barros Barreto, Lafayette Álvaro e Eduardo Barros Pimentel.



Figura na sede da Fazenda Vila Brandina: símbolo da vocação para a defesa da vida.

Todo grupo está reunido sob a extensa copa de uma enorme figueira localizada ao lado do “Casarão da Vila Brandina”, onde o casal Odila e Lafayette Álvaro residiu por vários anos. A figueira e o casarão tornaram-se, com o tempo, símbolos da história de luta da FEAC pela vida. E nesse sentido foi muito importante a contribuição de um jesuíta nascido nos Estados Unidos.



Momento histórico marcando doação da Fazenda Vila Brandina para a FEAC.

Um plano para o casarão

1968 foi o ano mais turbulento da agitada década de 1960. Foi o ano do Maio de 1968, um marco na mobilização da juventude mundial que “sonhava com o impossível”. Nas ruas do Quartier Latin, em Paris, nas colinas de São Francisco, nos Estados Unidos, ou na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, estudantes, hippies e operários manifestavam-se em massa por transformações sociais e por melhorias substanciais na área educacional, particularmente no âmbito universitário.

A juventude também estava mobilizada em Campinas, mas na realidade a cidade estava unida, em grande parte em torno dos ideais de aglutinação de esforços, em uma perspectiva ecumênica e suprapartidária, apresentados pela Fundação FEAC. E foi nesse ano quente que a Fazenda Vila Brandina, a área que havia sido doada pelo casal Odila e Lafayette Álvaro para a instituição, começou a se consolidar como um grande espaço em defesa da vida. A atuação do jesuíta texano Haroldo Rahm tem muito a ver com isso.

O padre Haroldo havia trabalhado entre 1952 e 1964 com jovens marginalizados no *Our Lady's Youth Center*, que fundou na cidade texana de El Paso. No início de 1964, quando a idéia de criação da FEAC estava amadurecendo, próxima de dar frutos, o religioso chegou a Campinas.

Em 1965, o padre Haroldo fundou o Centro Social “Presidente Kennedy”, no bairro São Bernardo, com o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes e outros serviços a jovens de famílias de baixa renda. A área onde foi instalado o Centro Kennedy, de propriedade do município, foi cedida graças ao empenho da sra. Ana Maria Affonso Ferreira e de Cláudio de Souza Novaes, ambos participantes do governo municipal.

Entre outros, participaram da estruturação do Centro Kennedy os religiosos Roberto Hillingsworth e Antônio Coco. O religioso também deu início nesse ano ao Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), que teve a participação inicial, entre outros, de Antônio Orlando, Maria Lamego, Clarice Pires e Neli Babini. No dia 8 de dezembro daquele ano, o padre Haroldo apresentou à diretoria da FEAC um plano para desenvolvimento de atividades em área da Fazenda Vila Brandina.

O plano consistia essencialmente na utilização das duas casas existentes na Fazenda – a sede e uma casa adjacente – para realização de cursos, encontros e outras atividades de capacitação. Pelo plano, a casa da sede foi batizada de Casa Loyola e a menor, de Casa Guadalupe, destinada a atividades específicas com mulheres. O espaço onde os dois imóveis estavam foi denominado Campo Boa Nova.

Uma reunião decisiva para o desenvolvimento do plano, aprovado pela direção da FEAC, foi realizada a 5 de janeiro de 1968, com a presença de Eduardo de Barros Pimentel e Darcy Paz de Pádua (FEAC), Antônio Orlando (ABAC), Ranulpho Campos Salles (Centro Kennedy), Venâncio Pereira



Foto aérea do Casarão da Vila Brandina, na década de 1970: espaço de cursos e criação de vários movimentos

Dantas, Carlo Dodi, Mario Pedroso e Luiz Fausto Ferreira (TLC), Maria Lamego (Campo Boa Nova) e os religiosos Roberto, Antônio e Eduardo Dougherty, além do próprio padre Haroldo, que dirigiu a reunião.

Na reunião foram discutidos os passos que estavam sendo dados para dotar as duas casas da infraestrutura necessária para receber os participantes de cursos e encontros. E de fato a utilização do espaço cedido pela FEAC foi fundamental para alavancar várias atividades, como o próprio TLC, que a partir do início de funcionamento na Vila Brandina, em 9 de julho de 1968 (a data foi escolhida propositalmente, como uma lembrança da data da Revolução Constitucionalista de 1932), alcançou repercussão cada vez maior no universo católico brasileiro.

Milhares passam pelo casarão

Em pouco mais de três anos, mais de 4 mil pessoas participaram dos cursos do TLC, e a ampliação do movimento levou à criação de unidades regionais em estados como Paraná, Minas Gerais e Bahia. Posteriormente, outras atividades comandadas pelo padre Haroldo seriam executadas na área doada em patrimônio à FEAC pelo casal Odila e Lafayette Álvaro. Nessa época, a FEAC estava na segunda sede, na rua Ferreira Penteado, 1331, ainda em espaço da LBA.

Entre outras iniciativas nascidas a partir de discussões no Casarão da Vila Brandina, segundo o próprio padre Haroldo (no artigo *Doação beneficia milhões de pessoas*, publicado no Boletim da FEAC, janeiro de 2001), estão a Experiência de Oração no Espírito Santo (embrião da Renovação Carismática Católica do Brasil), por Divino Frare e Irmã Vanira Varassin; a Associação do Senhor Jesus e Canção Nova, pelos padres Eduardo Dougherty e Jonas Abib; as Fazendas do Senhor Jesus, a partir de voluntários como Luiz Vitor Bezerra dos Santos; o curso

Relaxamento Psicossomático e Auto- Conhecimento, por Núbia Maciel França; o Curso Sadhana, por D.Lazara e Francisco Castro; o TLC para Pais, por Edésio Oliveira Neto e Maria Emilia Dalprat Nery; atividades relacionadas à Campanha da Fraternidade 2001 “Vida Sim, Drogas Não”, com a participação de Luis Antônio e Dona Mônica Bortolin; o Amor Exigente (em 1988), dirigido nacionalmente por Mara Silvia Carvalho de Menezes; a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract), em 1990, com a *ativa participação do professor Saulo Monte Serrat*.

O padre Haroldo cita ainda a Clínica Psicológica, aberta por Laura Fracasso, Margaret Krafth Barbosa, Vera Trinkl e Tessa Draxler Rippers; a Casa do Meio, Casa Jimmy e Escola Profissional para Adolescentes e Meninos e Meninas de Rua, por Maria Lúcia Costa, Doraci Soares da Silva, Sueli Jocalelli e Lúcia Maria Scheffer; a Casa Guadalupe para o Sexo Feminino, pela irmã Celina e Maria de Fátima P.Almeida e Márcia Coutinho; o Centro Social do Itatinga, em 1984, pelas irmãs Fátima e Ana Maria.

Merece destaque a rápida e impressionante evolução do Movimento da Renovação Carismática, que teve seu embrião brasileiro nas reuniões da Experiência de Oração no Espírito Santo lançada pelo padre Haroldo no casarão da Vila Brandina, em agosto de 1969, com a participação do padre Eduardo Dougherty. O livro *Batizados no Espírito*, lançado por padre Haroldo na virada dos anos 1960/70, foi fundamental para alavancar o movimento. Em 1973 a primeira equipe nacional foi organizada pelos dois religiosos jesuítas, Haroldo e Eduardo – de novo os jesuítas, que estiveram nos primeiros momentos de evangelização na Terra de Santa Cruz, com padres Anchieta e Manoel da Nóbrega, estavam renovando a ação evangelizadora no país, a partir do núcleo original na área da FEAC...

Com o avanço no Brasil a Renovação Carismática – que teve suas sementes lançadas nos Estados Unidos, e recebeu grande impulso com o Concílio Vaticano II, encerrado em 1965, sob a

liderança do papa João XXIII – alcançou uma repercussão internacional, deixando sua influência nos rumos da Igreja Católica em escala global. A partir das reuniões iniciais em Campinas, a Renovação Carismática Católica passou a ter coordenações em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. Os Cursilhos de Cristandade, Grupos de Oração, Encontros de Casais e Grupos de TLC, que tiveram seus momentos iniciais também no casarão da Vila Brandina, foram cruciais para a expansão da doutrina da Renovação Carismática, baseada “nos dons do Espírito Santo” e, por isso, conhecida como “pentecostalismo católico”, seguindo uma linha diversa por exemplo das comunidades eclesiais de base, inspiradas pela Teologia da Libertação.

Muitos nomes citados por padre Haroldo, e que participaram das atividades na Vila Brandina, alcançariam destaque em várias áreas. Caso do padre Eduardo Dougherty, nascido em New Orleans, Louisiana, Estados Unidos, em janeiro de 1941. O padre Eduardo chegou ao Brasil em 1965, também como sacerdote jesuíta, e logo foi um dos principais difusores da Renovação Carismática, e em 1980 fundou a Associação do Senhor Jesus, que funcionava inicialmente em uma garagem de 50 metros quadrados. A missão da Associação seria a evangelização através dos meios de comunicação de massa. O crescimento foi grande, acompanhando a evolução da Renovação Carismática. No início do século 21, a Associação ocupa uma área de 24 mil metros quadrados em Valinhos, cidade vizinha a Campinas, onde mantém uma editora e a TV Século 21, que opera desde 1999.

O padre Jonas Abib, que também participou das primeiras atividades na Fazenda Vila Brandina com o padre Haroldo, teve igualmente uma trajetória de sucesso. Nascido em dezembro de 1936, em Elias Fausto, na região de Campinas, foi o fundador da Comunidade Canção Nova, em 1978. Em 1980 estava no ar a Rádio Canção Nova. Em 1989 a Canção Nova chegou à televisão. A TV Canção Nova instalou geradoras em Cachoeira

Paulista (SP), Brasília (DF), Aracaju (SE) e Belo Horizonte (MG). O padre Jonas Abib tornou-se outro expoente da Renovação Carismática Católica do Brasil, sendo membro de seu conselho.

As sementes lançadas na Vila Brandina, então, prosperaram. Em todos os momentos principais das iniciativas surgidas no casarão, o padre Haroldo Rahm teve um grande companheiro e apoio, o do empresário Antônio Orlando, que desempenhou papel central em vários momentos cruciais para a vida da FEAC.

Vida solidária

Antônio Orlando foi um dos principais nomes da ação social em Campinas nas últimas quatro décadas do século 20. Nasceu a 26 de outubro de 1926, no bairro da Barra Funda, em São Paulo. Seus pais, João e Therezza, vieram novos da Itália, se casaram em São Paulo e tiveram dois filhos: Maria e Antônio.

Aos 18 anos, Antônio ingressou na Aeronáutica, onde serviu por seis anos, atuando no Recife, onde se formou como telegrafista e meteorologista. Trabalhou a bordo de um destróier ancorado próximo a Natal e Fernando de Noronha. Em 1950, a família mudou para Campinas, onde em 1957 Antônio se casou com Iara Contessotto. O casal teve quatro filhos.

Desde o início da década de 1960, a atuação social de Antônio Orlando foi intensa. Foi presidente do Centro Kennedy, entre 1965-66, a convite do padre Haroldo Rahm, com quem manteve forte amizade. Os dois atuaram juntos em várias iniciativas, como Cursilhos de Cristandade e Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC). Orlando deu grande apoio ao trabalho de evangelização que o padre Haroldo iniciou no Jardim Itatinga, onde está localizada a zona de prostituição de Campinas.

Era um grande leitor, admirador de escritores como Umberto Eco, Tristão de Athayde e Leonardo Boff. E gostava de música, indo da ópera ao samba. “O batuque mexe comigo”, confessou.

Antônio Orlando integrou-se, junto com o amigo Mário Pedroso, ao grupo que estruturou a Fundação FEAC. Orlando participou da reunião em que Lafayette Álvaro de Souza Camargo selou a doação da Fazenda Vila Brandina como patrimônio da Fundação FEAC.

Por 12 anos, até seu falecimento, foi presidente do Conselho Diretor do Serviço de Saúde “Cândido Ferreira”. Ele foi uma das peças-chave do processo interno que quebrou paradigmas e tornou o Cândido referência internacional no tratamento de distúrbios mentais. Orlando dizia que no dia em que conheceu, a convite de Nelson Noronha, o trabalho realizado no “Cândido Ferreira” com portadores de distúrbios emocionais, resolveu que seria “uma voz para essas pessoas que não têm voz na sociedade”.

Antônio Orlando também era membro do Conselho Curador da FEAC, e participou de vários atos relacionados aos 40 anos da instituição. Em sua última entrevista, concedida para elaboração deste livro, ele disse que “via muita poesia” na história da FEAC. “É uma história feita por pessoas que sempre pensaram em fazer o bem”, afirmou.

O falecimento de Antônio Orlando foi a 23 de junho de 2004. Membros da diretoria da FEAC destacaram a sua grande contribuição para a ação social em Campinas, como um exemplo de solidariedade com os excluídos.

Os primeiros eventos na Fazenda Vila Brandina foram acompanhados de perto pela segunda diretoria executiva da FEAC, eleita para o biênio 1968/70 e que tomou posse a 9 de abril de 1968, com estes componentes: Darcy Paz de Pádua (presidente), Jorge de La Torre (1º vice), Antonio Orlando (2º vice), Walter Gabetta (1º secretário), Múcio Drummond Murgel (2º secretário), Gilberto Prado (1º tesoureiro) e Avelino Anthero de Oliveira Valente (2º tesoureiro). Note-se a ausência na diretoria de Eduardo de Barros Pimentel, que nesse ano fixaria residência com a família em São Paulo, onde passou a trabalhar. Pimentel seria em São Paulo um grande sustentáculo da FOS e da Fundação Rotarianos, com forte atuação na área educacional, como na manutenção de uma Escola Especial para Crianças Surdas, do Instituto de Tecnologia Avançada em Educação (dedicado a



Posse diretoria da FEAC em 1968, no salão nobre do prédio do Jockey Club de Campinas, com as presenças de: Gilberto Prado, Antônio Orlando, Paulino da Costa Eduardo, Darcy Paz de Pádua (de pé), Eduardo Pimentel, coronel Cerqueira Lima, Maurides Ribeiro, padre Haroldo, reverendo Ragy Cury e cel. Sidney Teixeira Álvares.

pensar novos métodos educacionais) e do Colégio Rio Branco (que oferece ensino de alto padrão para mais de 5 mil alunos). Mas o nome de Pimentel sempre foi lembrado com muito carinho e respeito pela FEAC, que o homenagearia em várias oportunidades.

Em 1968 as contribuições da comunidade atingiram Cr\$ 163.182,12, enquanto as entidades filiadas receberam Cr\$ 107.647,31. As 20 entidades sociais filiadas ao final de 1968 estavam realizando

120 mil atendimentos, correspondendo a quase um terço da população de Campinas.

A 29 de outubro de 1968 a direção da FEAC manteve contato com o governo de São Paulo, visando o estabelecimento de convênio para a realização de Seminários de Capacitação Líderes de Serviços Voluntários. Foi um passo adiante no grande estímulo ao voluntariado dado pela Federação, em processo que atingiria um momento especialmente marcante em 1969.



VII

O Clube de Mães, Primeiro Projeto Social

Os anos de 1967 e 1968 viram o nascimento do primeiro grande projeto social mantido pela FEAC, e que se tornaria permanente na vida da instituição. Foi o Clube de Mães, que visava estimular a formação de grupos de mulheres, principalmente entre a população de baixa renda. O projeto era inspirado no Movimento Arrastão, realizado em São Paulo por Luci Montoro, Maria Tereza Coutinho Nogueira e Lúcia Vidigal. O Arrastão mobilizava voluntárias para promover trabalhos de ação social junto a mulheres da periferia paulistana.

Ações do Movimento Arrastão foram acompanhadas por Maria Aparecida Souza Pinto, a Cidinha, uma das primeiras assistentes sociais da FEAC e que esteve à frente de seu Departamento de Serviço Social por vários anos. Entre 1967 e 1968 Cidinha idealizou com Maria José Mangili, então a chefe do Departamento, uma atividade semelhante ao Arrastão em Campinas.

Nasce o projeto

O Programa de Educação de Base – Projeto Clube de Mães considerava, entre outros, esses fundamentos que caracterizavam a realidade social na cidade, nos termos usados pelas idealizadoras:

- Marginalização de famílias de comunidades periféricas e precariedade de condições socioeconômicas das mesmas.
- Sistema assistencialista de atendimento ao usuário por parte de obras sociais.
- Subemprego e desemprego e, como consequência, nível de aspirações caracteristicamente baixo.

Os Clubes de Mães surgiram para ajudar a alterar essa realidade, através da reunião e capacitação de mulheres de baixa renda para desenvolver atividades de geração de renda, mas também para possibilitar a abertura de espaços para o debate sobre sua posição na sociedade e para a discussão de temas como sexualidade, relacionamentos interpessoais e até sobre questões mais complexas do quadro político.

A Metodologia do Projeto Clube de Mães tinha cinco pontos principais:

1. Assessoramento a cargo de assistente social da FEAC – Departamento de Serviço Social – Divisão de Defesa Social.
2. Coordenação dos núcleos de Clubes a cargo de voluntárias treinadas.
3. Supervisões individuais e grupais realizadas periodicamente.
4. Encontros mensais com voluntárias coordenadoras.

5. Contatos periódicos do assessor com os núcleos de Clubes de Mães.

O primeiro Clube de Mães criado com supervisão da FEAC, em 1967, reuniu mulheres que tinham filhos atendidos pelo Hospital Álvaro Ribeiro. O segundo, e o mais antigo em atividade no início do século 21, é o do Jardim São Vicente. O Clube começou a partir de um trabalho, que já existia no bairro, de distribuição de alimentos para famílias de baixa renda.

Da distribuição de alimentos, o Clube de Mães do J.São Vicente evoluiu para a reunião de mulheres em torno da produção de artesanato e do resgate da auto-estima. Logo já reunia 60 mulheres. Como foi o primeiro, fora de uma entidade filiada, o Clube de Mães do J.São Vicente foi uma espécie de "laboratório" para o projeto da FEAC. O Clube do J.São Vicente chegou a ter três núcleos.

O Clube da Paróquia Santa Tereza também nasceu de atividades já realizadas desde 1962, com a participação de Nair Dias Lopes Teles, Esmeralda Ramalheira e Benedita Lazara Ferreira Donadon, inicialmente como Grupo de Senhoras da Paróquia, na Vila Industrial. Depois que o projeto Clube de Mães foi criado, o Grupo de

Senhoras se incorporou à iniciativa. Os Clubes do Ambulatório São Roque (na Vila Industrial), do Santa Mônica (criado em 1970, sob a coordenação de Célia de Barros Pimentel, e que passou a ter apoio da União Cristã Feminina), da APAE, Castelo Branco, Sociedade Beneficente Adventista Dorcas, Posto de Puericultura Santa Odila, Creche Vila Lemos (Lions Clube) e Vila Tofanelo estão entre os pioneiros, no final dos anos 60 e início dos 70.

As primeiras voluntárias treinadas pela FEAC, para atuar nos Clubes de Mães, foram: Ana Lia Morais Novais, Maria Ignez Chagas Schwarzstein, Ana V.Ginefra Braz da Silva, Maria Cristina Fakiani, Lygia E.Martins, Maria Luisa P.Silva, Sônia Vicente Azevedo, Iracema Stanis Lopes, Zélia Camargo, Aparecida Seva, Maria Luisa Sevá, Maria do Carmo Castro Andrade, Maria Alice Lacerda, Yolanda Bertolini, Iracema Damasceno, Otilia Forster.

Outras voluntárias pioneiras foram Lia Munhoz Svarman, Dirce Griesi, Zélia Bueno, Anita B.Silva, Maria Elisa Focesi, Heloisa Soares de Camargo, Dolisa Pereira da Silva, Rosana Rheimboldt, Terezinha Pena, Irene Bertolini e Edna Landgraf.



Capacitação de voluntárias dos Clubes de Mães no SESI, em 1969.

Mudanças pessoais

O depoimento das voluntárias e das mulheres das comunidades que passaram a atuar junto aos Clubes de Mães, depois Grupos de Mulheres, é unânime. A vida pessoal de cada uma delas mudou para melhor após participar do Projeto.

Nas palavras de Otilia Forster, uma das fundadoras do Grupo do Jardim São Vicente: *"Hoje as coisas estão mudadas, a televisão leva mais informação para as pessoas, mas naquela época era diferente. Essas mulheres não tinham muita noção sobre as coisas importantes para suas vidas. Acho que o Clube de Mães foi uma escola muito bonita e prática para elas"*.

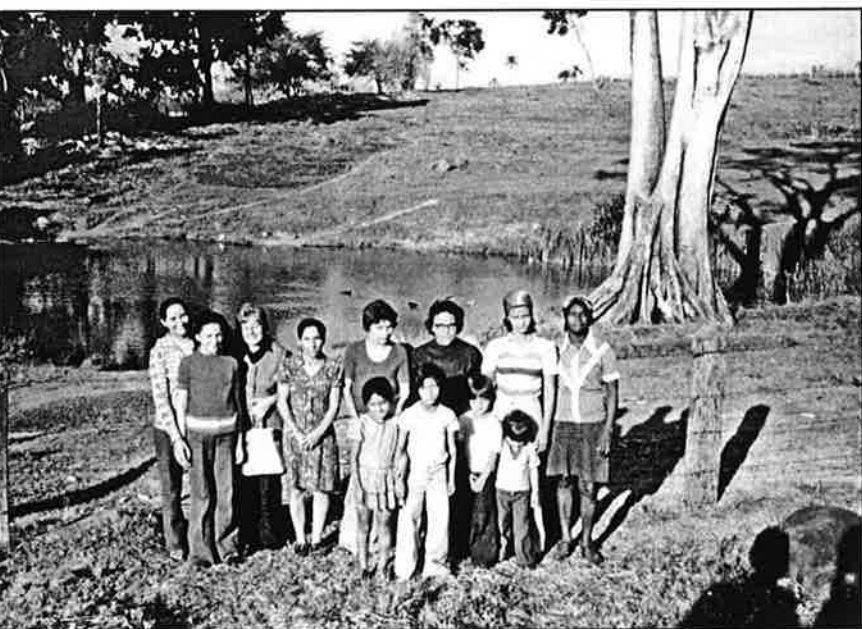
O papel educativo dos Clubes de Mães é igualmente acentuado por Maria Aparecida Souza Pinto, a assistente social da FEAC que acompanhou toda a trajetória do projeto e que trabalhou na instituição por 30 anos, de 1967 a 1997: *"Os Clubes de Mães nasceram em um período crítico para a vida do país. 68 foi o ano do AI-5 (Ato Institucional número 5, que arrefeceu a repressão política). Por várias vezes, tive de explicar o que estávamos fazendo para as principais autoridades militares em Campinas. Nesse sentido, acredito que os Clubes de*

Mães foram algo de fato revolucionário para a vida das mulheres que passaram a participar. E o projeto continuou, amadureceu e cresceu porque tínhamos bem claro o que queríamos, desde o início".

Outra voluntária pioneira, Maria Luiza Sevá, confirma como os Clubes de Mães serviram de espaço de formação para a cidadania, para dezenas de mulheres de bairros de famílias de baixa renda em várias regiões de Campinas: *"Acho que o Clube de Mães tem sido fundamental para muita gente. É muito importante, por exemplo, quando se fala de política, mas sem nenhuma tendência partidária. As mulheres ficam sabendo o que é um prefeito, um vereador, um deputado, coisas que geralmente a escola não ensina, se é que elas passaram por alguma escola"*.

Ao lado da formação para o pleno exercício da cidadania, os Clubes e Mães e, depois, Grupos de Mulheres foram relevantes para o resgate da auto-estima de muitas integrantes, o que contribuiu para elevar a sua qualidade de vida integral. A afirmação é de Terezinha Pena, no Grupo do Jardim São Vicente desde 1969: *"Nós sempre falamos de tudo no grupo, mas principalmente sobre a valorização da mulher, desde a manutenção dos cuidados mais simples de aparência, como um corte de cabelo ou um batom. Eu me sentia muito bem passando alguma coisa para elas, e cresci com elas. Meu marido e meus filhos sempre me respeitaram pelo trabalho que eu faço"*.

Ex-integrantes acabam se tornando coordenadoras dos Grupos de Mulheres, como Rita Pereira da Silva, coordenadora em 2004 do núcleo atuante no Grupo Comunitário "Criança Feliz". Ela conta: *"Entrei para o Grupo em 1992. Fiquei sabendo que as mulheres estavam se reunindo no Grupo Comunitário. Apreendi a fazer bordado, ponto de cruz e crochê,*



Visita de Clube de Mães São Roque a fazenda em Jaguariúna.

mas principalmente aprendi os meus direitos de cidadã. Além de tudo, o que fazemos é vendido e ajuda na renda de casa. O Grupo é para mim uma grande motivação”.

Uma nova motivação, para novos projetos de vida. Esta tem sido a importância sensível dos Grupos de Mulheres para todas as suas integrantes, coordenadoras ou participantes das comunidades. Esta é a percepção de Nair Dias Lopes Teles, coordenadora do grupo de Santa Tereza D’Ávila desde o início, em 1962: *“O Grupo de Mulheres foi muito importante para mim, principalmente nos últimos dez anos. Perdi meu marido e a maior parte da visão e o grupo é tudo para mim. Nele eu me completo”.*



Uma das Feiras de Artesanato no Shopping Iguatemi.

Feiras de artesanato

A partir de 1970, seriam realizadas Feiras de Artesanato anuais, para expor os trabalhos confeccionados pelas mulheres nos Clubes de Mães. As Feiras foram importantes para dar visibilidade ao projeto e para incrementar a criação de novos grupos. Em 1978, dez anos depois de iniciado o projeto, já eram 22 núcleos em funcionamento. A localização de cada um deles mostra como eles se espalharam por diversas regiões de Campinas:

Quadro 3.

Núcleo	Bairro
Hospital Álvaro Ribeiro	Ponte Preta
Instituto de Menores Dom Nery	Taquaral
Ambulatório São Roque	Vila Industrial
Centro Social Presidente Kennedy I	São Bernardo
Centro Social Presidente Kennedy II	São Bernardo
APAE	Parque Itália
Associação Beneficente Campineira I	São Bernardo
ABC II	J.São Marcos
Centro Romília Maria	Vila Ipê
Capela São José	J.São Vicente
Sociedade das Senhoras dos Rotarianos	J.S. Cândida
Centro Comunitário Jardim Campos Eliseos	J.C.Eliseos
Paróquia Santa Tereza	Pque. Industrial
Centro Comunitário Vila Costa e Silva	V.Costa e Silva
Associação de Ensino Crescer	Jardim Santana
União Cristã Feminina I	J.Sta Mônica
União Cristã Feminina II	J.Sta Mônica
Sociedade Espirita de Trabalho e Assistência	Taquaral
Servidores do Lar Pobre I	J.São Pedro
Centro Comunitário Imão Pedro Biancone	J.Pacaembu
Colégio Lúmen Christi (Vila Brandina)	J.das Paineiras
Sociedade Amigos de Bairro Jd.Conceição	Jd.Conceição

As Feiras de Artesanato foram realizadas em vários locais. Entre 5 e 6 de dezembro de 1978, a IX Feira foi no Clube Fonte São Paulo da rua José Paulino, 2138. Depois as Feiras passariam a ser realizadas no Shopping Center Iguatemi.



FEAC comemora Dia dos Clubes de Mães, em 1982, na Lagoa do Taquaral.

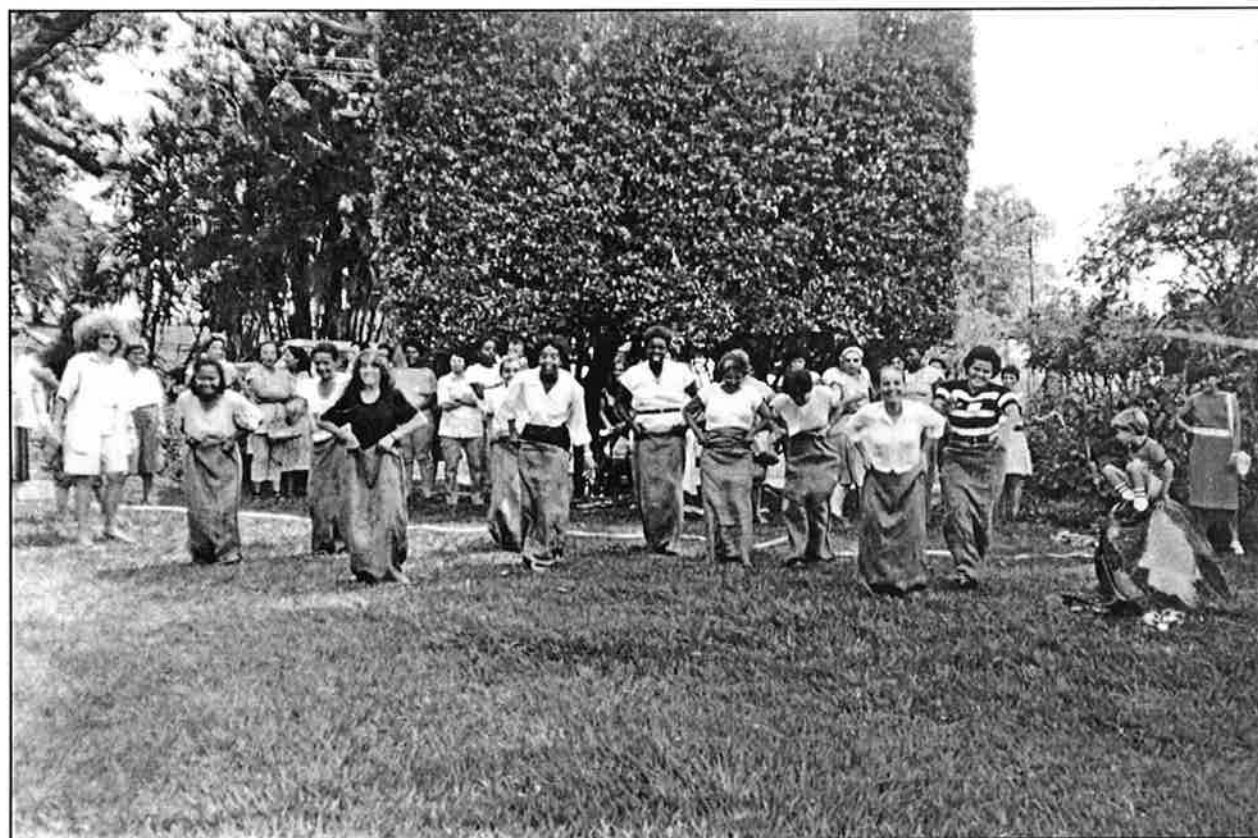
Preocupação com cidadania

O Projeto Clube de Mães teve importância sensível para a vida da FEAC. Foi por causa dele que a instituição conquistou e manteve várias isenções fiscais durante bom período. O projeto sempre teve muito carinho da direção e dos profissionais da FEAC, e as alterações que sofreu, a partir da década de 1990, foram no sentido de aprimorá-lo e adequá-lo aos novos tempos, em coerência com a preocupação permanente com a melhoria da ação social desenvolvida pela instituição em quatro décadas de existência. Os Clubes de Mães passaram a se chamar Grupos de Mulheres e, a partir de 1999, o projeto passou a se denominar Mulher, Arte e Cidadania, tendo como objetivo primordial ter lideranças dos grupos capacitadas a desencadear o exercício de cidadania.

Os 23 Grupos de Mulheres existentes em 2004, nos 40 anos da FEAC, reunindo mais de 500 mulheres, eram:

Quadro 4.

Núcleo	Bairro
Andorinhas	Santa Odila
Castelo Branco/Reviver	Vila Castelo Branco
Cristo Ressuscitado	Vila Teixeira
Jardim Conceição	Jardim Conceição
Jardim Novo Maracanã	J.Novo Maracanã
Jardim São Vicente	J.São Vicente
Romília Maria/Martas e Marias	Vila Ipê
Padre Manoel da Nóbrega	Vila P.M.da Nóbrega
Santa Genebra	Parque S.Genebra
Lea Duchovni	J. São Pedro
União Cristã Feminina	J.Santa Mônica
Caminhando com Jesus	J. Campos Eliseos
Grupo Comunitário Criança Feliz	Vila Brandina
Mulheres em Ação	J. Novo Campos Eliseos
Jardim Nova Mercedes	J.Nova Mercedes
Renascer	J.São Fernando
Jesus de Nazaré	Parque Itajaí II
Nossa Senhora Misericórdia	Mansão Santo Antônio
Paróquia Santa Tereza	Parque Industrial
São João Vianney	Jardim Cura Dárs
Vila Perseu	Vila Perseu



Confraternização dos Clubes de Mães na Fazenda Vila Brandina, em dezembro de 1988.



VIII

Seminário Internacional Projeta FEAC no Mundo

1 969 foi marcado para a FEAC por dois fatos principais. O primeiro é o início das atividades concretas no casarão e demais instalações da Vila Brandina, que haviam sido reformadas com parte dos recursos arrecadados na comunidade. A idéia era que as instalações reformadas fossem destinadas a várias atividades comunitárias, como as propostas pelo padre Haroldo, e também outros eventos promovidos por organizações que locariam o espaço.

A inauguração aconteceu a 4 de maio de 1969, com o término de um curso de dinâmica de grupo que havia sido iniciado em São Paulo. Os participantes do curso vieram a Campinas, e foram os primeiros a utilizar móveis e utensílios que haviam sido adquiridos em campanha liderada por Antônio Orlando e Mário Demário dos Santos.

Participaram da reunião, na sede da Fazenda, com os demais, André Franco Montoro (então na Democracia Cristã), que viria a ser senador da República e governador do Estado de São Paulo, e sua esposa, a assistente social Luci Montoro.

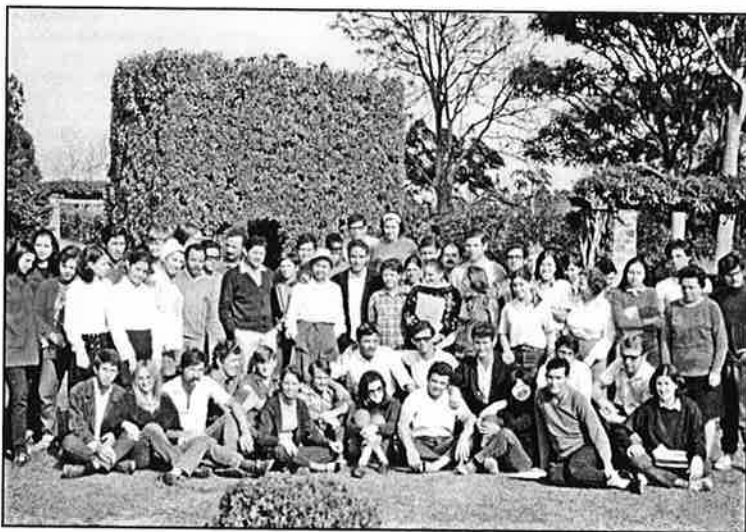
O grande seminário regional

O evento que consolidou o casarão e outras instalações da Fazenda Vila Brandina como espaço de reflexão e de várias atividades em defesa da vida foi o Seminário Regional de Capacitação de Líderes

em Serviço Voluntário. Foi nos dias de julho de 1969 em que o mundo estava ligado na primeira caminhada do homem na lua (Neil Armstrong e Edwin Aldrin pisaram o solo lunar no dia 20), reunindo mais de 70 profissionais, de vários estados brasileiros e de países como Argentina, Bolívia, Chile, Suécia, Bélgica e Estados Unidos, além de consultores do Centro Regional Latino-Americano do Serviço Voluntário (Centrosev), ligado à Unesco, que promoveu o evento. O Seminário foi realizado em Campinas pela projeção internacional da união de esforços despertada pela criação da FEAC, cinco anos antes, e em especial pela experiência do CETREVO.

A FEAC se filiou ao Centro Regional e ao Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional, ambos vinculados à Unesco. Nessa condição, sediou o Seminário Regional. Os participantes estiveram hospedados em acampamento na Fazenda Brandina, sede das discussões. Os participantes de São Paulo eram moradores de Campinas, São Paulo, Capivari, Indaiatuba, Itu, Pinhal e São José dos Campos.

O Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário do Brasil foi realizado de 29 de junho a 30 de julho de 1969, na Vila Brandina. O evento contou com apoio financeiro do governo de São Paulo, para estudos teóricos e trabalhos práticos nas comunidades urbana (Jardim Conceição) e rural (Fazenda São José).



Grupo que participou do Seminário Internacional na FEAC.

O foco do Seminário era o fomento ao voluntariado entre jovens de 18 a 25 anos, que servissem de líderes multiplicadores em suas comunidades. O Plano inicial de atividades práticas envolvia a promoção de Estudo da comunidade e construção de centro social (no Jardim Conceição) e fossas (na Fazenda São José). Mas depois o Estudo revelaria que não havia necessidade de fossas, mas de alfabetização entre os membros das comunidades-alvo. O projeto de construção do centro social no Jardim Conceição foi oferecido pelo voluntário arquiteto Gilberto Pascoal, que viria a ser um dos principais profissionais em sua área em Campinas.

A pesquisa no Jardim Conceição, pela equipe do projeto urbano, foi realizada no local próximo à Fazenda São Quirino e Jardim Boa Esperança, ferrovia Mogiana e rodovia Campinas-Mogi. Era uma comunidade com 170 famílias, 68 das quais foram pesquisadas (40%), com 434 pessoas.

Os resultados mostraram que 70% tinham menos de 30 anos, 54 eram analfabetos e 261 tinham curso primário. Havia 5 técnicos e 16 com curso secundário. A pesquisa apontou 15 famílias com horta familiar e 7 com pomar. Não havia rede esgoto. O lixo era depositado em terreno baldio, e por isso “há necessidade de uma orientação para a queima do mesmo”, conforme a avaliação da equipe. A conclu-

são dos pesquisadores: a educação de base era a prioridade máxima. Havia grande número de domésticas e a necessidade de cursos rápidos de adestramento de mão-de-obra. Ações de educação de base, seguindo os conceitos defendidos por Paulo Freire, foram iniciadas entre as comunidades da zona rural e urbana atingidas. O trabalho na Chacrinha, na Fazenda São José, envolveu 16 famílias, com 81 moradores. Em 14 famílias pesquisadas, havia seis pessoas em média por família. Também foi executado levantamento socioeconômico completo.

Na avaliação feita pelos próprios participantes, ao final do encontro, houve a constatação de que teria faltado “conexão entre as idéias expostas no seminário”. O evento não chegou, então, a uma conclusão, pois várias questões discutidas permaneceram em aberto. De qualquer modo, para todos os participantes, o Seminário foi um momento único, sobretudo pela circunstância em que viviam os seus países, de grande turbulência política e social. Nesse sentido, o Seminário Regional de Capacitação de Líderes foi considerado um sucesso, por ter permitido um amplo panorama sobre a situação social na América Latina e por ter indicado com clareza as oportunidades de multiplicação do trabalho voluntário.



Jovens de vários países e cidades brasileiras participaram do Seminário, que também teve atividades no Instituto Agrônomo de Campinas

Os trabalhos teóricos apresentados no Seminário foram de alta qualidade, permitindo uma reflexão crítica sobre a realidade social e política do continente. A temática geral do Seminário foi a “Participação de Jovens Voluntários no Desenvolvimento e Integração na América Latina”. Foram debatidas várias experiências: FEAC, Projeto Rondon, ULAJE, ONSEV e Grupo de Promoção Humana do bairro Pinheiros. Subtemas ou unidades:

1. A juventude e a problemática do desenvolvimento e integração da América Latina.
2. Processos de Mudança Social na América Latina.
3. Desenvolvimento global e de comunidade.
4. O serviço voluntário e a ação juvenil.
5. Técnicas de trabalho com indivíduos e grupos.
6. O Serviço Voluntário como instrumento de Justiça e Paz.
7. Revisão e avaliação do acampamento-curso.
8. Perspectivas do serviço voluntário no Brasil e América Latina – 42 horas no total.

Entre os trabalhos apresentados, destaque para *O Desenvolvimento urbano e suas implicações: realidades urbanas do Grande São Paulo*, por Mário Laranjeira de Mendonça. Já o tema *A Juventude e a problemática do desenvolvimento e integração na*

América Latina foi desenvolvido por Juarez Rubens Brandão Lopes, que fez uma análise incisiva sobre itens como a destruição das comunidades indígenas, a evolução do latifúndio, o processo de mestiçagem, as diferenças de renda *per capita*, a relação entre patronagem e coronelismo na política. Lopes acentuou que o “tipo de desenvolvimento em Cuba é único na América Latina, independente da ideologia que se tenha”, afirmação que indica como a discussão no Seminário foi relativamente livre, apesar do período de fechamento político no Brasil que se seguiu à edição do Ato Institucional número 5 em dezembro de 1968.

Outra conferência de destaque foi pronunciada por Luci Montoro, sobre “O Serviço Voluntário e a ação juvenil”. Ela explicou os princípios do Movimento de Promoção Humana, criado em São Paulo, em setembro de 1965 e que já nasceu voltado para a “conscientização dos perigos do assistencialismo e das vantagens da promoção humana”. O MPH tinha como lema uma adaptação do velho ditado chinês: “Não dê o peixe ao homem, ensine-o a pescar”.

Tendo a educação de base como principal fundamento, o MPH criou em 1968 um Departamento do Interior e promovia cursos de capacitação e estímulo ao voluntariado. Luci Montoro deixou claro que a causa final do voluntariado, no contexto brasileiro, deveria ser sempre o desenvolvimento, mas de um novo formato, do desenvolvimento humano.

Esse desenvolvimento não se limita a um conceito puramente econômico mas humano. Não queremos criar uma civilização materialista, mas, personalista e comunicária. Acreditamos na dignidade pessoal do homem e na possibilidade de seu desenvolvimento. Não há um homem que não possa melhorar. Não há um ser que não possa progredir, por mais rudimentar que sejam suas condições de vida.



Atividades em grupo durante o Seminário Regional da UNESCO.

Ela citou uma afirmação de Jacques Maritain, em apresentação em Congresso da UNESCO, confirmando a influência da democracia-cristã e da Encíclica *Populorum Progressio* nos rumos da ação social nas décadas de 1950 e 1960:

Assim, poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas.

Um plano para Campinas

Foi apresentado no Seminário um Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário em Trabalhos de Bem Estar Social, formulado por assistentes sociais de Campinas, ainda em setembro de 1965. O trabalho começava assim:

Assim como a FEAC não visa contar com as obras sociais, quanto aos seus recursos materiais, de forma estática, mas sim, de forma dinâmica, no sentido de fazê-los evoluir cada vez mais em prol duma perfeita equação entre problemas e recursos; não pode também contar com o material humano, pura e simplesmente, como o encontra, na sua tentativa de dinamização e racionalização da assistência social.

Na prática, o Plano indicava várias medidas que já haviam sido tomadas pela FEAC, e que serviam como referência para o trabalho voluntário em outras localidades.

O Plano sugeria:

- a. Primeira etapa – Levantamento de voluntariado de Campinas.

Semana do Voluntário como motivador, Centro de Treinamento (Cetrevo).

- b. Segunda etapa – Treinamento de voluntários.

O Plano também incluía considerações sobre Voluntário Técnico, Comissão Técnica, Disponibilidades Técnicas e Materiais, Zoneamento Geográ-

fico, Fichário Central e Aplicação do Plano, de responsabilidade *in totum* da FEAC. A capacitação pelos voluntários era feita, no caso da FEAC, por assistentes sociais e outros profissionais: Cleyde Mary Baroni Steiger, Maria de Lourdes Campos Leite Oliveira, Ondina Bordin, Jacy Padilha Accordi, Elsie Tepedino, Maria C. Silveira, Antonio Molina Serralvo, Dirce Marcondes Pereira, Leonor Amstalden, Mirim DÍ Salvi, Carmen E. Teixeira, Zulzi A Coelho, Célia Penteado Kuhlmann, José Hitler de Souza, Maria Aparecida Chaib, Maria Lucia Santos Almeida e pessoal da FEAC.

O encerramento festivo do Seminário, dia 26 de julho de 1969, um sábado, foi emocionante. Na presença do prefeito Orestes Quércia (MDB), do secretário estadual da Promoção Social, José Felício Castelano, e do comandante do 5º GCAN, do Exército, coronel Cerqueira Lima, foi promovida uma homenagem especial aos voluntários e serventes da própria FEAC que trabalharam durante o evento. Homenagem especialíssima foi dirigida à cozinheira Adelaide, que foi servida pelo próprio grupo de participantes nessa cerimônia. Adelaide Cezar de Moraes havia sido funcionária durante anos do casal Odila e Lafayette Álvaro no casarão da Fazenda Vila Brandina. Por ocasião da doação da Fazenda como patrimônio à FEAC, Lafayette Álvaro encaminhou carta à direção, manifestando o desejo de que a cozinheira continuasse sendo contemplada com um auxílio mensal de 50 cruzeiros, além de medicamentos, durante toda a sua vida. O desejo foi atendido e Adelaide continuou residindo em uma casa na Fazenda até seu falecimento. O mesmo ocorreu com seu filho, Aristides de Moraes, que era motorista da granja que funcionava na Vila Brandina. A homenagem no final do Seminário de Capacitação reforçou o carinho merecido por Dona Adelaide.

Mas a emoção na cerimônia festiva de encerramento (o Seminário terminou de fato no dia 30) não parou por aí. No momento em que estava sendo servida a sobremesa, os participantes entoaram

nada menos do que a canção *Para não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, que havia se tornado um hino da oposição ao regime militar brasileiro. O constrangimento dos militares presentes foi imediato, e posteriormente o coronel Cerqueira Lima louvou a realização do encontro e fez uma ressalva em relação ao canto da música de Vandré, gesto que chamou de “provocação”.

Durante muito tempo, o Seminário realizado na área da FEAC continuou gerando frutos, em esfera local, regional e internacional. Ainda a 30 de julho, no último dia do encontro, foi promovida uma Palestra sobre Serviço Voluntário na Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, com a participação da FEAC e Guilherme Giacosa, secretário geral para a Argentina do MAGINU, que participou do evento em Campinas.

A FEAC manteria durante anos estreita ligação com o Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional. Uma lista de 20 de julho de 1977 das organizações filiadas ao Comitê indicava a FEAC como uma das duas únicas representantes do Brasil (a outra era a Associação Brasileira de Voluntários – Abravo, com sede em São Paulo) e ao lado de organizações de dezenas de países, como a Associação Togolesa de Voluntários Cristãos (Togo), Associação dos Voluntários de Bangladesh (Bangladesh), Centro de Estudos e de Cooperação Internacional (Canadá), Comitê de Coordenação e Organização do Serviço Voluntário – COSV (Itália), Cooperação Internacional ao Desenvolvimento – INTERCODEV (Bélgica), Comitê de Organizações da Juventude (URSS), Movimento Cristão pela Paz (França), Movimento Argentino de Juventude pelas Nações Unidas (Argentina), União Socialista da Juventude (Checoslováquia), União Socialista dos Estudantes Poloneses (Polônia), Conferência dos Voluntários da Coreia (Coreia do Sul), Comitê Nacional das Brigadas Voluntárias (Bulgária), Serviço Internacional Voluntário pela Solidariedade (Hungria), Programa de Intercâmbio de

Voluntários (Lesotho), Conselho Mundial de Igrejas (Suíça) e Voluntários para o Desenvolvimento Internacional – VID (Estados Unidos).

O final da década

A questão da mendicância, que havia sido alvo de grande mobilização local nos momentos iniciais da FEAC, voltou a inquietar a comunidade no final da década de 1960. Década turbulenta, de elevada temperatura social e política, agravada em Campinas por um processo de crescimento desordenado da área urbana. Entre 1960 e 1970, a população aumentou de 219.303 moradores para 375.864. O aparecimento dos *primeiros grandes núcleos de favelas*, a evolução da presença de crianças e adolescentes nas ruas, os primeiros sinais de uma criminalidade crescente – todos esses fatores compunham um quadro preocupante na transição de décadas.

De qualquer modo, Campinas ainda respirava a esperança, e em grande parte ela se devia ao despertar de um forte sentimento comunitário associado à constituição da Fundação FEAC. Em 1970, o número de contribuintes do Fundo Único chegaria a 20 mil pessoas. Era um contingente muito expressivo, demonstrando a confiabilidade e a esperança suscitadas pelos primeiros anos de atividades da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

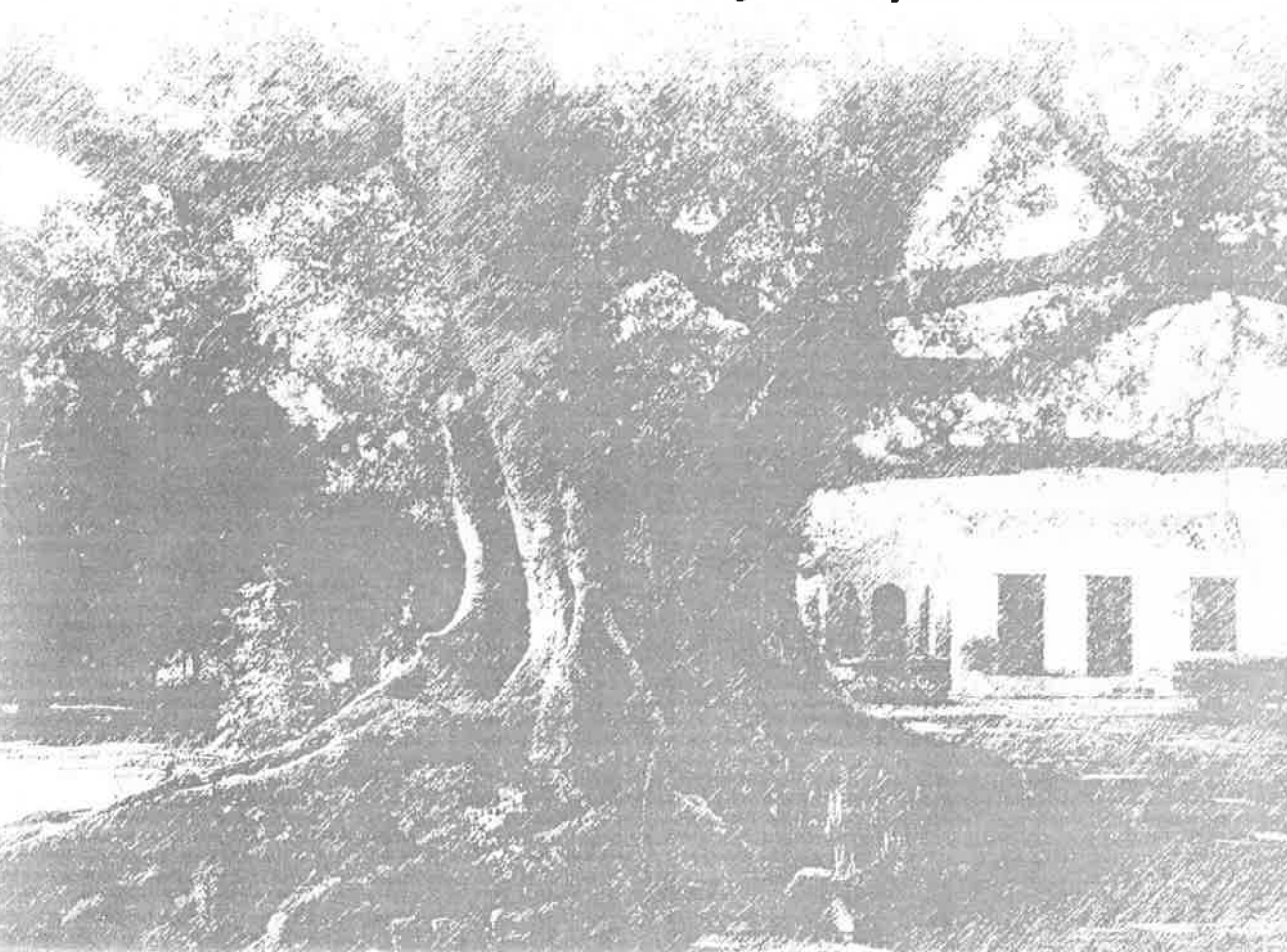
No início da década de 1970, já eram 24 filiadas, incluindo Centro Cultural Louis Braille e Obra do Berço.

A sede da FEAC no início dos anos 70 ficava na avenida Francisco Glicério, 610, em prédio alugado. Essa sede começou a funcionar em julho de 1969, coincidindo com o Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário. Era a primeira sede própria da FEAC, depois de a instituição funcionar no escritório de Edmundo Barreto na rua General Osório, 971 (de abril a

agosto de 1964) e nos espaços cedidos pela LBA, na rua Padre Vieira e, a partir de janeiro de 1966, na rua Ferreira Penteadado, no mesmo edifício onde depois funcionaria a Casa dos Conselhos Municipais de Campinas.



Sede da FEAC na avenida Francisco Glicério, centro de Campinas, desde julho de 1969 até 1972.



IX

A explosão populacional dos anos 70 e a área social

Em 1970, a população de Campinas era de 375.864 habitantes, com uma taxa de urbanização de 89,33%, uma das maiores do País. Nessa década, a expansão da mancha urbana e a explosão populacional foram estimuladas por medidas de sucessivas administrações municipais. Nos anos 70, a taxa média anual de crescimento populacional em Campinas seria de 5,9%, contra a média de 3,6% em São Paulo e 2,5% no Brasil.

Uma das seqüelas do crescimento desordenado foi o aumento da população favelada em Campinas, que era de 0,87% da população total em 1970. Nos anos 70 (assim como nos anos 80), a população favelada cresceria em média 5,84% ao ano, contra o aumento médio da população total, de 2,2% ao ano.

Em 1972, a Prefeitura anunciou o Plano de Desfavelamento da Cidade de Campinas, visando suprimir a médio e longo prazo os 32 núcleos de favelas. Na realidade, somente 9 destes foram erradicados, enquanto muitos outros se instalaram. Em 1977, no primeiro mandato de Francisco Amaral (1976-1982), foi criado o Serviço de Assistência Habitacional, que mudou o enfoque da erradicação das favelas para a implantação de um programa de melhorias urbanas nos próprios núcleos.

A propagação da miséria foi, então, uma das marcas dos anos 70 em Campinas, em um momento em que o regime militar reprimia qualquer possibilidade de crítica. A cidade se expandiu em

especial nas regiões Oeste e Sul, de acordo com orientações expressas no Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas (PPDI), publicado em 1971, ainda na administração de Orestes Quércia, e que era uma atualização das medidas de planejamento esboçadas no Plano Prestes Maia da década de 1930. Com a explosão populacional, agravaram-se os problemas sociais, gerando respostas imediatas da comunidade. A situação da criança e do adolescente, foco principal de sua atuação, continuou inquietando a FEAC.

Semana do Menor e seus efeitos

Entre os dias 6 e 11 de abril de 1970 – pouco antes, portanto, de as atenções do Brasil, no auge da ditadura militar, se voltarem para a Copa do Mundo do México – no anfiteatro da Prefeitura de Campinas foi realizada a Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas. A Comissão Organizadora do evento foi integrada por FEAC, Juizado de Menores, Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo – Divisão Regional de Campinas e Secretaria da Promoção Social de Campinas. A Semana teve apoio das bebidas Coca-Cola e Fanta.

As atividades foram realizadas das 19h45 às 22h, entre os dias 6 e 10, e das 8h45 e 11h, no dia

11 de abril. A seguir, os temas abordados, com os nomes dos respectivos coordenadores de grupos de trabalho “local” e “da capital”:

- Dia 6 – Abandono e marginalização do menor, assistente social Nadir Torquatto e Dra. Zuleika Sucupira Kenworthy.
- Dia 7 – Menor excepcional, professora Terezinha Von Zuben e sra. Carmelita Malheiros.
- Dia 8 – Menor infrator, sra. Maria Cândida Lopes e Dr. Divaldo Azevedo Sampaio.
- Dia 9 – Trabalho do menor, sra. Maria Angélica Tavares Barreto Pyles e João Batista de Arruda Sampaio.
- Dia 10 – Colocação familiar, sr. Luiz Meirelles e Dr. José Pinheiro Cortez.
- Dia 11 – Legislação do Menor, Dr. Renato Carlos Burity e Dr. Arthur de Oliveira e Costa.

Um documento preparado com apoio técnico da FEAC, para a Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas, em abril de 1970, sinaliza como muitas questões levantadas posteriormente, em relação ao trabalho social com crianças e adolescentes, já eram indicadas na ocasião. A Semana foi realizada em preparação a um encontro estadual, entre 27 e 31 de julho, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado. O texto explicita como, se muitos avanços já foram obtidos na área, inclusive o próprio avanço do termo menor para crianças e adolescentes, muitas inquietações antigas ainda persistem, acenando para a necessidade de mudanças mais profundas na abordagem do tema.

O texto *Marginalização Social e Abandono do Menor* observa inicialmente que

a tentativa de tratar um tema como o proposto, dada a sua amplitude, nem sempre é bem-sucedida, pois, existindo poucas pesquisas mais profundas sobre o assunto, temos, muitas vezes, que nos basear em dados incompletos,

indicando, já na época, a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Em seguida, o texto aborda o conceito de “marginalização social e abandono do menor”:

A nosso ver, o conceito de marginalização social, de modo geral, envolve o desajustamento, desadaptação ou desarticulação de um indivíduo ou grupo em relação aos processos sociais básicos como econômicos, religiosos, políticos, educacionais em uma determinada sociedade. Mais explicitamente, o menor estaria marginalizado, quando ocorresse uma ruptura nos processos acima mencionados. Geralmente, quando se trata de marginalização, o ponto de referência é a família, pois sobre esta unidade incidiriam pressões das mais diversas ordens, e que, provocando o seu desequilíbrio, chegando até a um ponto crítico de desorganização, o reflexo dessa desordem recairia principalmente sobre aquele elemento que possui menor capacidade de defesa.

Depois o texto passa a caracterizar aquela que seria a “população marginal de Campinas” na época:

Tomando-se o conceito de marginalização social em um sentido amplo e, de acordo com os dados do “Levantamento Sócio-Econômico das Populações Marginais”, realizado pela Fundação Plano de Amparo Social – 1969, estimou-se que a população marginal de Campinas é de 82.427, correspondendo a 31,25% da população social (263.758 habitantes).

São números que chamam a atenção, considerando que, segundo pesquisa da Fundação Seade, divulgada em setembro de 2003, com base no Censo 2000, a população morando em “áreas fragilizadas” era de 311 mil pessoas, ou 32,7% da população total. É a população de baixa renda, morando em área com deficiência no saneamento básico, entre outras carências.

Outros dados citados no texto, sobre a “população marginal” de Campinas: “predominância de jovens na faixa etária de 0 a 15 anos numa proporção de 49,5% da população total”, idade média de 21,6 anos”, 59,3% vivendo em casa própria e 32,7% em casa alugada, 84,67% das casas com fossas precárias, 68,2% das habitações com um 1 ou 2 cômodos (“o que redundará em promiscuidade,

pois 6,2 é a média de pessoas por domicílio”), 62% das pessoas consideradas com alguma doença, 24,5% de analfabetos e 48,3% com primário incompleto.

O texto passa a analisar na sequência as “medidas de proteção adotadas pela sociedade” em relação à “população marginal”. Primeira constatação: a carência da estrutura de atendimento.

Se compararmos a porcentagem de população marginal com as instituições que oferecem serviços, verificamos que são insuficientes. Do total da população marginal de 0 a 19 anos (49.756), encontramos que somente 5,5% são, no momento, atendidos por instituições tais como creches, orfanatos e outros serviços (que totalizam em Campinas 20 instituições).

Essa rede de 20 instituições estava atendendo, na época, a 2767 pessoas.

Como o texto enfocava não apenas o Município de Campinas, mas toda a região, este foi o diagnóstico geral, considerando que somente 5.914 menores estavam sendo atendidos, naquele momento, em 59 instituições de 14 Municípios:

Depreende-se que há carência de instituições em muitos municípios. Os problemas apresentados pelas instituições são de ordem econômica (falta de recursos); falta de orientação técnica, problemas quando da época do desligamento da instituição. Fato que pode ser ressaltado é a ausência da iniciativa local (município) na criação da entidade para o menor.

Diante dos números apresentados, o texto indica então uma série de sugestões, encaminhadas pelos técnicos dos Municípios da região de Campinas, para discussão na Semana de Estudos do Problema do Menor: criação de oficinas-escolas nos grupos escolares; necessidade de pessoal especializado para o trabalho; criação de um abrigo regional para o menor infrator; criação de oficina pedagógica e iniciação profissional do menor excepcional; transferência da verba destinada ao Serviço de Colocação Familiar às

instituições de amparo ao menor; necessidade de se atualizar ou modernizar a legislação do menor; criação de centros comunitários; criação de uma instituição regional para menores excepcionais; organização de serviços de orientação e colocação profissional; ampliação de instituições abrangendo menores em todos os grupos de idade, enfatizando os menores de 0 – 14 anos.

Também são citadas “Sugestões Gerais”, e uma delas se destaca pelas repercussões futuras: a criação em âmbito federal de um Ministério de Promoção Social com o objetivo de traçar uma Política de Bem Estar Social na qual o setor de menores tivesse um lugar de projeção. Foi uma das primeiras vezes em que se falou de um Ministério de Promoção Social.

Outras Sugestões Gerais citadas no documento: atendimento regional aos problemas de menores; criação de centros comunitários nas periferias das cidades, desenvolvendo atividades educacionais, ocupacionais e recreativas; associar aos Planos Habitacionais planos de atendimento ao menor de maneira a atingir populações marginalizadas.

Os relatores foram Everardo Duarte Nunes (sociólogo) e Ana Maria Canesqui (assistente social). Demais participantes: Ana Maria Canesqui, Benedito Gonçalves Nascimento, Célia Siqueira Farjallat, Drausio Camargo, Everardo Duarte Nunes, Pe. José Del Monaco, Lucio Mielo, Luiz Rocatto, Lupércio Silveira, Maria Lúcia de Souza Coelho, Mario Tamassia, Nestor Mendes Rocha e Zalmino Zimmermann. Coordenadora: Nadir Torquato.

Um projeto de integração

Nesse início da década de 1970, em que a questão do menor se tornava cada vez mais desafiadora, uma iniciativa interessante contou com o apoio da FEAC. Foi o projeto de integração de atividades entre o Instituto D.Nery e a

Associação de Educação do Homem do Amanhã “Guardinha”. A idéia era a de que, a partir da integração, as duas instituições poderiam melhorar o atendimento dos respectivos usuários, além de criar as condições para “o preenchimento das lacunas que são apresentadas pelas atuais condições de funcionamento”, nas palavras contidas no plano de trabalho.

O plano estipulava que a composição das respectivas diretorias permaneceria a mesma. Seriam criadas pontualmente comissões para aprofundar os esforços em áreas de carência que fossem identificadas. A contabilidade continua sendo processada na Fundação FEAC, mas a aplicação dos recursos “visará a obra integrada”. Seriam criados seis Departamentos para viabilizar a ação integrada: Manutenção Geral, Secretaria e Contabilidade, Jurídico e Relações Públicas, Saúde, Educação e Serviço Social. O voluntariado continuaria sendo estimulado pelas duas entidades.

A curto prazo o plano previa:

1. Treinamento do pessoal técnico disponível, nas diversas áreas de serviços.
2. Restauração dos prédios e adaptação aos serviços propostos.
3. Planejamento específico e estruturação dos departamentos.
4. Pôr imediatamente em funcionamento o plano educacional em todos os seus itens.
5. Trabalho de Educação de Base junto às famílias dos menores.
6. Reuniões periódicas com as diretorias para que a reestruturação seja imediatamente efetivada.
7. Promoções sociais que elevem o nome da obra integrada através de jornais, rádios, televisão etc.

O esforço de integração não evoluiu como previsto, mas a própria existência do plano indicava preocupação com a integração e aproximação entre as entidades, iniciativa não muito comum na história da ação social no Brasil. Foi, então, uma iniciativa de qualquer modo pioneira, influenciada pelo próprio ambiente propiciado pela formação de uma rede de

ação social a partir da FEAC que, no início da década de 1970, tinha sua sede na avenida Francisco Glicério, em casa alugada de Raul Siqueira.

A Semana de Estudos foi um marco para a ação social na região de Campinas. A partir dela muitas ações foram iniciadas ou alavancadas. A preocupação com o destino das crianças e adolescentes passava a ser cada vez mais incorporada pela comunidade. Outras ações viriam no período.

A 17 de setembro de 1971, por exemplo, o juiz da Primeira Vara Criminal e de Menores, Roberval Baptista Sampaio, assinou a portaria 13/71, criando comissão para colaborar no planejamento de atividades voltadas para a melhoria das ações destinadas à Infância e Juventude. Uma das justificativas apontadas pelo juiz era a necessidade de

preservar a infância e a juventude, na simplicidade dos nossos costumes, afastando-as nos limites das possibilidades dos desregramentos, das más influências e dos lugares nocivos à sua formação e educação, porque assim agindo estaremos defendendo a própria nacionalidade e a Pátria.

Os nomes para compor a comissão foram escolhidos “pela cultura e vivência no campo do menor”. Os nomes foram: Marília Amaral (da Secretaria da Promoção Social da Prefeitura), Alduino Zini (Câmara Municipal), Darcy Paz de Pádua (FEAC), reverendo José Coelho Ferraz (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), Maria Angélica Barreto Pyles (Juizado de Menores), Maria Aparecida Chaib (Divisão Regional da Promoção Social do Estado) e Ruy Rodriguez presidente da Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”.

O mesmo Ruy Rodriguez foi autor, no início da década de 1970, da proposta de uma “Cruzada” para equacionar “o problema do menor” na cidade. A menção a uma “Cruzada” é esclarecedora a respeito de como o agravamento do “problema do menor” era sentido pela elite campineira.

Em um documento intitulado *Somos todos responsáveis*, Rodriguez assim justificava a necessidade da Cruzada:

Se é verdade que a sua total solução nos parece difícil, é verdade, também, que entendemos existir possibilidade de amenizá-lo em considerável porcentagem. E é justamente por assim pensarmos que nos ocorre a idéia de uma grande campanha em busca das melhores soluções. Cruzar os braços é que não podemos. Seria o mesmo que assistirmos indiferentes ao jogo no qual se decide o destino da Nação, uma vez que estamos conscientes de que as esperanças de desenvolvimento do país e da autodeterminação do povo repousam na infância e na juventude.

A Cruzada não foi realizada nos moldes preconizados por Ruy Rodriguez, mas está claro que muitas idéias inseridas na proposta acabariam sendo de alguma forma praticadas posteriormente no campo da ação social, o que demonstra a sua clara visão da temática da criança e do adolescente. A divisão da cidade em regiões, a criação de Centros Comunitários, o cadastramento das famílias e, principalmente, a noção de que a comunidade toda deveria assumir a questão da criança e do adolescente são princípios que efetivamente norteariam a ação social, encontrando ressonância inclusive nas doutrinas defendidas pelo ECA, de 1990, que modificaria radicalmente a forma de ação com a Infância e Juventude no país.

Fruto concreto do ambiente gerado pela *Semana de Estudos do Problema de Menores* da Região de Campinas e por propostas como a Cruzada sugerida por Ruy Rodrigues foi o Plano de Coordenação de Entidades Para Promoção do Menor. As linhas gerais do Plano foram aprovadas em reunião na FEAC a 9 de julho de 1971 – data significativa, quando se lembravam os 39 anos da Revolução Constitucionalista de 1932.

O documento final com as linhas do Plano foi firmado pelos presidentes das quatro instituições envolvidas: Luiz Roccato, da Casa dos Menores de

Campinas; Gilberto Prado, da Associação de Assistência e Proteção aos Menores – Instituto Dom Nery; Ruy Rodriguez, da Associação de Educação do Homem de Amanhã “Guardinha”; e Darcy Paz de Pádua, da FEAC.

As entidades se comprometeram “a executar, pelo espaço de dez anos”, o Plano de Coordenação, cujas atividades seriam baseadas em um Regimento Interno do funcionamento integrado, com supervisão do Departamento de Serviço Social da FEAC. Entre outras medidas o Plano sugeria melhorias nas condições de infra-estrutura nas três entidades de atendimento direto, em termos físicos, ambientais, organizacionais e humanos. Várias medidas foram efetivamente implantadas, e a idéia de integração do trabalho das entidades permaneceu, embora na prática a sua execução tenha encontrado vários obstáculos.

Cresce o apoio à FEAC

Ao longo de 1970, várias manifestações foram registradas na Imprensa local, de personalidades campineiras, ressaltando o trabalho e solicitando maior apoio à instituição. Entre outros se pronunciou o reitor da PUC-Campinas, Benedito José Barreto Fonseca, curador de Menores da Comarca:

O assistencialismo está ultrapassado como simples benefício. O homem precisa mais. A FEAC orienta suas filiadas no sentido de promover o homem, educá-lo, profissionalizá-lo. Luta para que ele deixe de ser um marginal buscando integrá-lo na sociedade.

Do mesmo modo se pronunciou Guilherme Campos, presidente da ACIC e membro do Conselho de Contribuintes da FEAC. Ele pediu maior apoio público à FEAC, lembrando que 80% dos recursos eram derivados do apoio do comércio, da indústria e da comunidade. Campos lembrou que o Orçamento do Município de Campinas para 1970, de Cr\$ 70 milhões, reservava somente 2,9% para

Promoção Social. Para 1971, de um orçamento de Cr\$ 100 milhões, somente 2,56% estavam previstos para promoção social. Daí a necessidade de maior apoio, sobretudo ao Fundo Único. No ano de 1970, a Fundação FEAC contabilizou doações derivadas da indústria (39%), particulares (36%), comércio (20%), hospitais (3%) e bancos (2%).

Em 1970, a FEAC desenvolvia alguns projetos principais, como Clube de Mães, Coordenação de Recursos Sociais e Coordenação de Entidades para a Promoção do Menor (envolvendo a Associação Instituto D.Nery, Casa dos Menores de Campinas e Associação de Educação do Homem de Amanhã). Também foi discutido um projeto de colocação de empregadas domésticas, indicado às famílias, orientando e cuidando dos filhos em creches. No Rio de Janeiro, o Serviço era feito pela Secretaria de Segurança. A FEAC designou uma pessoa para visitar o trabalho no Rio de Janeiro, mas apesar de todos os esforços, serviço semelhante não foi estruturado em Campinas.

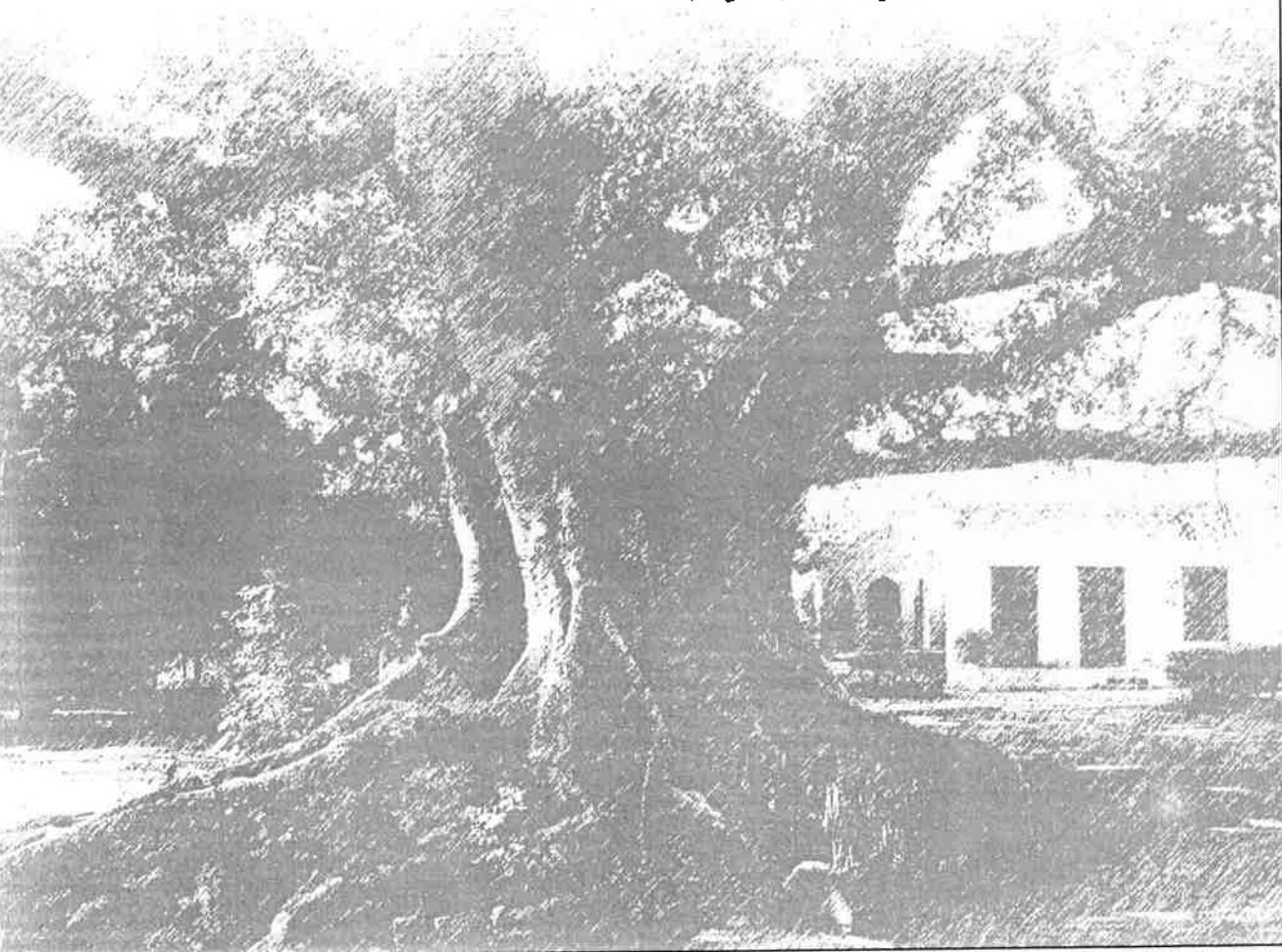
Representantes da FEAC participaram de vários eventos em 1970. Em agosto, houve um Debate sobre Relações Públicas no Trabalho, pela

Delegacia de Ensino Básico de Campinas, através do Setor Regional de Orientação Pedagógica.

No dia 23 de novembro de 1970, no Paço Municipal, tomou posse a nova diretoria da Fundação FEAC para o período 1970-1972. A diretoria era constituída por Darcy Paz de Pádua na presidência, 1º vice – Sergio Barros Barreto, 2º vice – Afrânio Affonso Ferreira, 1º tesoureiro – Gilberto Prado, 2º tesoureiro – Carlos Novaes, 1º secretário – Antônio Orlando, 2º secretário – Mário Demário Santos.

A projeção alcançada pelo trabalho da FEAC repercutia, entre outras vertentes, na indicação de membros da diretoria para outros cargos em organizações importantes na cidade.

No início da década de 1970, a FEAC era composta por estes profissionais: Vicente de Paulo Montero, gerente administrativo e contador; Maria José Mangili, assistente social; Elydia P.V.Oliveira, caixa, pessoal; Lidia de C.N.Marques, secretária; Newton B.Penna – Auxiliar de caixa e escritório; Lucila B.Brandão, auxiliar de escritório; Maria E.de Souza, auxiliar escritório e arquivista; Rosa Helena Ginefra – Serviços gerais (meio expediente); Maria Neusa Aurichio – Voluntária (meio expediente).



X

*Plano Diretor e sede
na Fazenda Brandina*

As primeiras discussões sobre um Plano Diretor para a ocupação adequada da Fazenda Vila Brandina, visando a arrecadação de recursos para as entidades filiadas e a ação social na cidade, marcaram os primeiros anos da década de 1970 para a FEAC. Também foi o momento de instalação de sedes próprias e de buscar o enraizamento das atividades, através do estímulo a ações comunitárias, nos próprios bairros.

Foi um período rico e desafiador, considerando o momento político nacional e a realidade local, cada vez mais marcada por desafios derivados do crescimento urbano exagerado.

Nasce o Plano Diretor

O início de discussão de um Plano Diretor para o desenvolvimento da Fazenda Vila Brandina, em benefício das entidades filiadas e da ação social em Campinas, marcou o ano de 1971. Várias outras ações foram desenvolvidas no ano, no sentido de fortalecer a marca da FEAC e como contribuição à ação social na cidade e em esfera nacional.

A FEAC colaborou, por exemplo, na formulação de projeto do deputado Francisco Amaral (MDB), encaminhado

ao Congresso Nacional, isentando entidades filantrópicas de contribuições ao INPS. A isenção era antes condicionada à apresentação de certificado do Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura, válido por 2 anos. O projeto revogava, portanto, a Lei 3577, de 4 de julho de 1959. O projeto foi aprovado, com algumas alterações, mas mantida a essência inicial.

Em 1971 ainda era intensa a correspondência entre a FEAC e o Centro Regional Latinoamericano do Serviço Voluntário, ligado à Unesco. Em carta de 22 de setembro de 1971, o diretor do Centro, Juan Martinez Coronado, pede sugestões sobre a proposta dos Estatutos da instituição, sediada em Santiago do Chile.



Treinamento de voluntárias pela FEAC em 1971.

De acordo com os Estatutos, o Centro Regional tinha por objetivo

a promoção na América Latina do Serviço Voluntário. Entendendo por tal um método de ação tendente a criar tanto no voluntário, como na comunidade que trabalha, uma consciência crítica frente à realidade que os rodeia, permitindo a ambos uma reinterpretação de dita realidade, que origine uma permanente transformação.

Os Estatutos ainda afirmavam:

Neste sentido, o Serviço Voluntário não constitui um fim em si mesmo, mas um meio através do qual o voluntário se converte em agente de mudanças. Entende-se por mudanças o processo de libertação que permite ao homem como indivíduo e, em consequência, a sociedade a que ele pertence serem sujeitos de sua própria história. O Centro Regional também alentará e fortalecerá as organizações ou instituições locais do Serviço Voluntário.

A ligação da FEAC, assim como de outras instituições da América Latina, com o Centro Regional do Serviço Voluntário da Unesco seria mantida por alguns anos, *até o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile, a 11 de setembro de 1973*. Várias atividades que eram realizadas a partir da capital chilena, Santiago, foram suspensas ou, geralmente, interrompidas em definitivo com o golpe militar. Caso de muitas atividades relacionadas ao trabalho das Nações Unidas, como o Centro Regional do Serviço Voluntário da Unesco.

Ao lado da continuidade do trabalho com voluntariado, a FEAC promoveu em 1971 um concurso para a elaboração do *slogan* e do símbolo da instituição. O encerramento das inscrições foi a 10 de julho. O julgamento foi em setembro. Os vitoriosos ganharam de prêmio uma viagem ao Rio de Janeiro, concedida pela Empresa Nossa Senhora Aparecida de Turismo (Ensatur), co-patrocinadora do concurso, ao lado do “Correio Popular”.

Uma *Comissão de Estudos do Plano Diretor para a Fazenda Vila Brandina* foi constituída a 4 de

setembro de 1971, tendo sido mantidas reuniões regulares na sede do Tênis Clube de Campinas, cedida pelo seu presidente *José Roberto Magalhães Teixeira*, que depois viria a ser prefeito de Campinas em duas gestões. Integravam a Comissão o presidente Darcy Paz de Pádua e mais Carlos Novaes, Ruy Rodrigues, Potiguara, Daniel Jordão, José Carlos Penteado de Freitas, Raphael Souza Queiroz e Gilberto Prado, nomeado presidente da Comissão. A primeira reunião foi a 4 de dezembro, quando se discutiu a primeira iniciativa para o desenvolvimento da Fazenda Vila Brandina, a construção de um posto de gasolina na Rodovia D. Pedro I. O posto seria efetivamente construído, mas em outra área da Fazenda.

Em 1971, a diretoria da FEAC decidiu pela compra de um imóvel, da Casa da Criança Paralítica, na rua Luzitana, 369, para a instalação da primeira sede própria da Federação. O imóvel tinha 697 metros quadrados e custou Cr\$ 75 mil, pagos em títulos da dívida imobiliária do BNH. A sugestão da compra foi feita por Nivaldo Novaes. A reforma foi feita pela construtora BHM, sob a coordenação de Carlos Novaes. A inauguração da primeira sede própria da FEAC aconteceria a 14 de setembro de 1972, com uma simples cerimônia iniciada às 17h30.

Sede definitiva, pelo esforço de Gilberto Prado

Não teve grande duração essa propriedade, objeto de desapropriação pela Prefeitura Municipal. A solução encontrada foi, então, alugar provisoriamente, do engenheiro José Carlos Penteado de Freitas, dependências de um imóvel na rua General Osório, 1473.

Entretanto, o então presidente da FEAC, Gilberto Prado, obteve da diretoria e do Conselho Deliberativo inteira aprovação à sua intenção de construir uma sede que, localizada nos terrenos da Vila Brandina, fosse definitiva.

Seria com os recursos da desapropriação do imóvel da Luzitana que a Fundação pôde finalmente construir essa sede definitiva. A casa da rua Luzitana foi uma das dezenas desapropriadas pelo prefeito Lauro Péricles para possibilitar a construção da avenida Aquidabã, ligando as avenidas Princesa D'Oeste e Suleste.

A FEAC também recebeu na época recursos procedentes de desapropriações feitas na Fazenda Vila Brandina pela CPFL, para a passagem de uma linha de transmissão de energia, mas no momento da construção da nova sede, os fundos ainda não eram suficientes.

A Fundação teve de contar com o apoio comunitário para a construção e implantação da sede, com o incentivo da determinação e o esforço de Gilberto Prado e a colaboração de Carlos Novais. Muitos móveis foram doados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Com a inauguração da nova sede, a 11 de dezembro de 1976, a FEAC passava a ter o seu endereço próprio, na avenida José Bonifácio, 2281, no Jardim das Paineiras, bairro na época ainda em estruturação. O endereço seria depois modificado, quando a Prefeitura oficializou a implantação da rua Odila Santos de Souza Camargo. O endereço passou a ser rua Odila Santos de Souza Camargo, 34 – Vila Brandina.



Inauguração da sede própria na Vila Brandina, com arcebispo D. Antonio Maria Alves de Siqueira, Gilberto Prado, Pedro Zaghi, Luiz Keller, Gustavo Arruda Botelho, Ruy Rodriguez, Augusta Barreto e Edmundo Barreto.



Casal Augusta e Edmundo Barreto.



Carlos Novais, administrador da Fazenda V.Brandina, e Vavá, motorista do Dr.Lafayette e depois residente na Fazenda.



Plantio de árvores no jardim da sede própria na Vila Brandina, pelas entidades filiadas em 1976.

Funcionários e diretores da FEAC na solenidade de inauguração: Margarete Cavalheiro, Regina Célia Osti, Maria Aparecida Souza Pinto, Anita Genefra, Ely Vianna, Laércio Frezatto, Vicente Paulo Montero, Gilberto Prado, Luiz Keller, Pedro Zaghi, Sérgio Barreto, Zuleika, Pedro Paulo, Ulisses.



D.Zoe Valenti, presidente da Creche Bento Quirino, planta árvore no jardim da sede da FEAC.



A cerimônia de inauguração foi emocionante. Participaram, entre outros, representantes de todas as entidades sociais filiadas, os quais foram convidados a plantar uma árvore no espaço externo, onde foram projetados o estacionamento e o jardim.

Nessa altura, já contava com quase 30 filiadas, incluindo Lar Escola Jesus de Nazaré, Conselho Comunitário de Campinas, Convívio Aparecida e União Cristã Feminina.

Além do trabalho direto com as entidades, a Fundação FEAC continuava fomentando ampla discussão sobre a questão social em Campinas, extrapolando os limites do mero assistencialismo. Durante visita a Campinas, a 21 de outubro de 1971, do presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), Mário Altenfelder Silva, o presidente da FEAC, Darcy Paz de Pádua, defendeu, no encontro, a criação imediata da Vara Privativa de Menores e de um Centro de Recuperação para atender os menores infratores. O presidente manifestou o apoio às iniciativas e em meados da década seria inaugurada a Vara Privativa de Menores, tendo Rubens de Andrade Noronha como primeiro juiz-titular e Hermano Santamaria como Curador de Menores. A organização Patrulheiros Mirins – Juizado de Menores também participou da campanha pró-Vara Privativa de Menores.



XI

Enraizamento do trabalho social

O ideário e a mobilização despertados pela FEAC possibilitaram um enraizamento cada vez maior do trabalho social. Havia um nítido esforço no sentido de capacitar a comunidade para que ela pudesse equacionar os seus próprios desafios, rompendo o círculo do paternalismo e do assistencialismo. 1972 foi nesse sentido um ano-chave, porque acentuou cinco grandes eixos de atuação despertados pelas propostas desenvolvidas pela FEAC.

O primeiro eixo era a capacitação de lideranças que pudessem aprimorar as ações em curso em suas respectivas comunidades. Nesse sentido foi significativo o Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), promovido desde 1968 a partir do casarão da Vila Brandina, por estímulo inicial do padre Haroldo Rahm. Até 1972, milhares de pessoas já haviam passado pelos cursos no casarão, de vários estados brasileiros.

O próprio padre Haroldo afirmava, em carta à direção da FEAC de 26 de janeiro de 1972: "Temos tido sempre cursos semanais, e, muitas vezes, dois cursos por semana. Temos também orientado cursos nos extremos do Brasil, como no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Mais de 20 mil jovens de ambos os sexos passaram pelos nossos encontros de 50 horas, e a maioria deles conhece a generosidade do

Dr. Lafayette e de D. Odila, que permitiu a expansão desse movimento fecundo. Estou certo que o TLC tem sido uma das melhores propagandas da ação da FEAC, graças a esses encontros em Vila Brandina. Por isso, damos muitas graças a Deus".

Na mesma carta o padre Haroldo pedia a regularização da situação da nova cozinha, com salário e registro pela FEAC, o que já havia acontecido com a cozinheira anterior, Adélia. O religioso também acentuava a contribuição da FEAC ao movimento da juventude, e advertia para a necessidade do "conserto imediato da casa grande", visando a melhoria das instalações das milhares de pessoas que procuravam os cursos oferecidos. A FEAC recebia o equivalente a 5 cruzeiros por cada estada mantida na Vila Brandina.



Sede própria na Vila Brandina, logo após a inauguração.

A FEAC nos bairros

O outro eixo de atuação, muito vinculado ao sentido da primeira, era o fortalecimento dos Clubes de Mães, o projeto social iniciado em 1967 e que a FEAC manteria de modo ininterrupto a partir de então. Em 1972, já eram 15 Clubes de Mães mantidos pela instituição, em diferentes bairros. Eram Clubes geralmente ligados a uma obra filiada ou não à FEAC: Santa Mônica, São Vicente, Nova Europa, Creche Vila Lemos, Creche Vila Tofanelo, Ambulatório São Roque, Vila Boa Vista, Hospital Álvaro Ribeiro, Lar Escola N.Sra do Calvário, APAE e Sociedade Adventista Dorcas.

Com o treinamento de lideranças, o estímulo ao voluntariado e a visão de que era necessário fortalecer as próprias comunidades, a FEAC se preparava para o terceiro eixo de atuação, que era o respaldo a iniciativas sociais em bairros e regiões específicas de Campinas, onde os desafios sociais se concentravam de modo mais preocupante. Uma dessas regiões, para onde o olhar da FEAC se voltou com mais intensidade em 1972, era a Vila Ipê.

No segundo semestre de 1972, foi deflagrada uma grande discussão, com a participação de voluntários e dos técnicos da FEAC, visando a melhoria das condições sociais dos moradores da Vila Ipê. Havia o temor de favelização na área. Os rumos da ação social deflagrada na Vila Ipê tiveram como base a experiência acumulada nos primeiros anos da FEAC, em iniciativas como a Campanha de Repressão à Mendicância e *no trabalho de campo* dos participantes do Seminário de Capacitação de Líderes Voluntários, em 1969. Em todos esses momentos, houve a preocupação de executar ações com base em pesquisas visando a elaboração de um diagnóstico claro da realidade social enfocada, seja a dos mendigos que se desejava inserir na sociedade, seja a das comunidades urbana e rural, objeto das ações dos líderes voluntários.

Pesquisa na Vila Ipê

Nesse sentido, entre dezembro de 1972 e fevereiro de 1973, o grupo de jovens voluntários da FEAC fez uma pesquisa socioeconômica na Vila Ipê, visando coleta de dados para subsidiar plano de ação social e de saúde no bairro e adjacências. A pesquisa foi coordenada pela assistente social Regina Coeli Osti, do Centro Social “Romília Maria”/FEAC.

Foram preenchidos 117 formulários, equivalentes a 117 moradias e 675 moradores da Vila Ipê. Alguns dados: 92,1% se declararam católicos e 7,1%, protestantes. 61,5% declararam ter casa própria e 21,4% pagavam aluguel. 78,6% das habitações eram de alvenaria e 21,4%, de madeira. Considerando o número de cômodos em cada casa, constatarem famílias de 6 a 8 membros, “significando promiscuidade habitacional”. Foram registradas 375 camas para 675 habitantes, “comprovando assim a promiscuidade existente”.

A água encanada servia a 90,6% dos moradores, e 55,5% depositavam lixo em terrenos baldios e/ou outros lugares determinados, enquanto 34,2% queimavam os resíduos e 10,3% enterravam. Um dado interessante: 53,8% possuem horta ou pomar e 22,9%, animais domésticos. Os esgotos eram em 60% depositados em “fossa negra”, 30% em fossa séptica e somente 3,4% da população possuía rede de esgoto. 14 casas, ou 12%, não tinham eletricidade.

As crianças de 56 casas estavam matriculadas em postos de puericultura, 47 não estavam. À pergunta última vez que consultaram dentista, 8 responderam dias, 27 meses, 42 anos, 27 estavam em tratamento. 44 escovavam o dente após cada refeição, 69 uma vez por dia. Usavam calçados 78 dos adultos (39 não) e 62 das crianças (31 não). 82 acreditavam em benzimentos (70%), 56 procuram curandeiros e 77 acreditam em quebranto ou mau-olhado (65%).

Dizia ainda o relatório final da pesquisa:

Estatisticamente, os aspectos carenciais de maior ênfase, apontados pela população, são: asfalto, atenção médica, escolas, policiamento, lixo, transporte, prostituição e promiscuidade, esgotos e a existência em alta escala de "malandros", ladrões, brigas e "maconheiros". Em tese, esses problemas podem ser evidenciados como características próprias e estruturais de uma realidade socioeconômica carente.

Ou seja, apesar de a maioria ter casa própria, os problemas sociais já existiam. 85% da mão-de-obra não era qualificada e 70% da população viviam com no máximo 1 salário mínimo "para uma média predominante de 6 a 8 pessoas por família".

Em termos de instrução, 277 dos 675 (41,1%) eram analfabetos, 348 (51,5%) tinham nível primário e 50 (7,4%) nível secundário. Ninguém tinha nível superior de instrução. Das 117 casas, 109 tinham fogão a gás, 17 fogão a lenha, 29 chuveiro elétrico, 85 rádio, 40 TV, 30 geladeira, 39 liquidificador, 86 ferro elétrico, 18 ferro a brasa, 34 filtro, 66 máquina de costura, 16 enceradeira.

A pesquisa indicou até os locais procurados para atenção médica pelos moradores da Vila Ipê: INPS, Santa Casa, Pronto Socorro, Centro Romilia, Cruzada das Senhoras Católicas, Sanatório Santa Isabel, Médicos Particulares, Clínica Infantil Campinas, Casa de Saúde, Soc. Amiga da Vila Marieta, Centro de Saúde, Clínica Pierro, Hospitais em Uberaba, Poços de Caldas, Piracicaba, Samcil, IAMSPE, Hospital S. Lucas (SP), Cia. Antarctica, e ainda 17 respostas nulas.

Uma nova pesquisa, para aprofundar o diagnóstico, seria realizada a partir de 28 de março de 1973, pela Divisão de Defesa Social da FEAC. Mais importante, o diagnóstico permitiu a realização de várias ações na Vila Ipê, em coordenação com o Centro Romilia Maria, na linha do eixo seguido pela FEAC de fortalecimento da comunidade, o que também ocorreria com outros bairros e regiões de

Campinas, como o Jardim Santa Mônica e Jardim Santa Lúcia.

O Centro Assistencial Romilia Maria (CARM) tinha nascido em 1972, por iniciativa da Conferência de São Luiz Gonzaga, grupo de São Vicente de Paulo, liderado pelo grande benfeitor Nelson Noronha Gustavo Filho. A intenção não era ser meramente assistencial, por isso vinculou-se à FEAC, que designou técnicos para elaboração, execução e avaliação de programas e projetos de promoção social enquanto processo de intervenção na realidade do bairro.

Em 1976 foi proposta nova pesquisa para a Vila Ipê. Alunos do 4º ano B do Instituto Superior de Psicologia da PUC-Campinas sugeriram nova pesquisa psicossocial, em área de barracos, em 1976, Cadeira de Métodos e Técnicas de Pesquisa Psicológica, para avaliar impacto da introdução do asfalto, até então inexistente. Foi uma pesquisa pioneira nesse sentido em Campinas e em uma grande cidade desse porte no Brasil.

A equipe responsável pela pesquisa foi Márcia H. Maudonnet, Maria Cristina Mendes, Maria Dorildes Palhares, Maria Elizabeth G. Pirolla, Maria Teresa Pelegrini, Marisilda Sant'Ana de Souza, Regina Célia de Souza Lotufo, Regina Coeli Osti, Sonia Elizabeth S. Valente e Virginia Braga Filártiga.

Estruturas permanentes

O quarto eixo de atuação era justamente a criação de estruturas permanentes de atuação, sempre na linha de romper o paternalismo e/ou assistencialismo. Nessa perspectiva, evoluiu em 1972 a idéia de criação de uma estrutura permanente de atendimento e reinserção social dos mendigos, ainda como reflexo da Campanha de 1965/66.

A nova idéia era desenvolver um novo plano, em parceria com a Prefeitura, incluindo a instalação de uma Casa de Triagem, já em funcionamento de modo precário na Sociedade Amiga dos Pobres, e a

construção de um Centro de Recuperação, Capacitação e Promoção dos Mendigos, na Vila Brandina, em área de cerca de 80 mil metros quadrados, para no mínimo 50 famílias e solteiros.

Na prática, a idéia do Centro de Recuperação era um reconhecimento de que, por falta de recursos humanos e materiais, o objetivo da Campanha de Repressão, de 1965 e 1966, não tinha sido completamente atendido. O número de migrantes em situação de mendicância era cada vez maior na cidade, conforme notou a jornalista Célia Siqueira Farjallat na reportagem *FEAC. Seu trabalho e realizações*, publicada na edição de 13 de dezembro de 1972 do “Correio Popular”.

A jornalista fez na reportagem um balanço sobre a atuação da FEAC em oito anos de existência, destacando todas as suas iniciativas e indicando como a questão da mendicância permanecia um desafio:

Campinas é a meca dos mendigos. De outras cidades, por vezes, de distantes localidades mineiras, baianas, nordestinas, são despejadas aqui pobres criaturas marginalizadas pela doença, pelo desemprego, pelo despreparo total para o trabalho e a vida numa cidade como a nossa.

Na mesma reportagem, Célia Farjallat – que sempre apoiou as ações da FEAC e era filha de Pedro Estevam de Siqueira, que esteve nas primeiras diretorias – citou as entidades sociais então filiadas à FEAC e que constituíam o quinto e principal eixo de atuação da instituição. Em 1972, já eram 25 entidades, atendendo de modo permanente a 12 mil pessoas basicamente de baixa renda.

No dia 2 de maio de 1972 a FEAC passou a ter um novo funcionário. Era Laércio Frezatto, contratado para trabalhar no setor de contabilidade, que depois passaria a chefiar. Nas palavras de Laércio:

Eu estava na época da construção da sede nova e impressionou o estímulo do presidente

Gilberto Prado e outros dirigentes para que participássemos das obras e da montagem. Era uma forma de aumentar nosso envolvimento. Nós ajudamos a limpar, a transportar os móveis doados pela Caixa Econômica e a plantar árvores. Acompanhei toda evolução. O começo era tudo na caneta, à mão.

No dia 13 de dezembro de 1972, às 20h30, no auditório do Centro de Ciências, Letras e Artes, houve reunião dos Conselhos Deliberativo, Contribuintes e Administrativo, para eleição da diretoria 1973-74 da Fundação FEAC. Foi eleito presidente do Conselho Deliberativo: Heitor Nascimento. E como membros da diretoria executiva: presidente – Gilberto Prado, vices – Sérgio Barros Barreto, Antonio Orlando e Saulo Monte Serrat, secretário Lino Tato, financeiro – Trento Coluccini, tesoureiro – Hilário Vannucci Netto, Serviço Social – Darcy Paz de Pádua, Patrimônio – Carlos Novaes, Diretor de Relações e Divulgação – Ruy Rodrigues.

FEAC e a segurança nacional

Os cinco eixos centrais de atuação da FEAC tiveram prosseguimento em 1973, ano em que 18 mil pessoas contribuíram com o Fundo Unido. Nesse ano, houve uma curiosa declaração do coronel Milton Paulo Teixeira Rosa a respeito da FEAC e do apoio que ela merecia do Exército brasileiro.

Disse o militar:

A FEAC vem bem demonstrar o sentido cívico do município, interessado em prestar serviços, promovendo atividades ligadas ao campo social.

E mais:

Hoje, tempo em que o governo da Revolução procura dinamizar o desenvolvimento do País ao mesmo tempo em que soluciona problemas sociais, uma entidade desse tipo bem comprova a promoção humana que se pretende.

Para o coronel Rosa,

colaborar com a FEAC é também uma maneira de colaborar para com a Segurança Nacional que está a cargo de todos e não só daquele que é militar. Seja no campo da mendicância, no problema do menor abandonado, no problema da falta de mão-de-obra especializada, isso vai gerar um capital de produção ou consumo e também o bem-estar social que está ligado à Segurança Nacional, pois traz tranqüilidade.

E mais:

A ACISO (Ação Cívico Social) realizada pelas Forças Armadas encontra na FEAC uma organização montada para realizar seus objetivos. As unidades militares de Campinas já têm trabalhado em conjunto algumas vezes com a entidade e mesmo a Escola colabora, enviando toda a sobra de alimentos para o Albergue Noturno, obra filiada à FEAC.

O Brasil vivia o momento mais crítico da ditadura militar, com o endurecimento da repressão à oposição e, particularmente, à luta armada. Toda e qualquer movimentação no seio da sociedade civil era naturalmente acompanhada de perto pelos órgãos de informação. Nesse cenário, a Delegacia Regional da Polícia Civil de Campinas pediu informações à FEAC sobre as atividades relacionadas ao Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC) e ao seu responsável, o padre Haroldo J.Rahm.

Os esclarecimentos foram feitos oficialmente pela direção da FEAC, através de documento encaminhado ainda em julho de 1972 ao delegado auxiliar da Delegacia Regional da Polícia, Fernando Feres Rajil. No documento, assinado por Darcy Paz de Pádua, Sérgio B.Barreto e Antônio Orlando, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário da FEAC, a diretoria assinalou ter dado todo o apoio, desde o início, à iniciativa do padre Haroldo em criar o TLC. Espaço da Fazenda Vila Brandina, de propriedade da FEAC, foi inclusive cedido ao religioso para o desenvolvimento das atividades do Treinamento de Lideranças Cristãs, movimento de repercussão nacional.

Este maravilhoso movimento de engajamento da nossa juventude consciente, na redescoberta dos verdadeiros ideais da religião e da figura do Cristo, contou, desde o seu início, com o entusiasta apoio da FEAC,

afirmaram os dirigentes da instituição, assinalando que, com o crescimento do TLC, a FEAC resolveu

fixar uma importância "per capita", a título apenas da manutenção e conservação da própria sede, além das despesas decorrentes do consumo de água, luz etc.

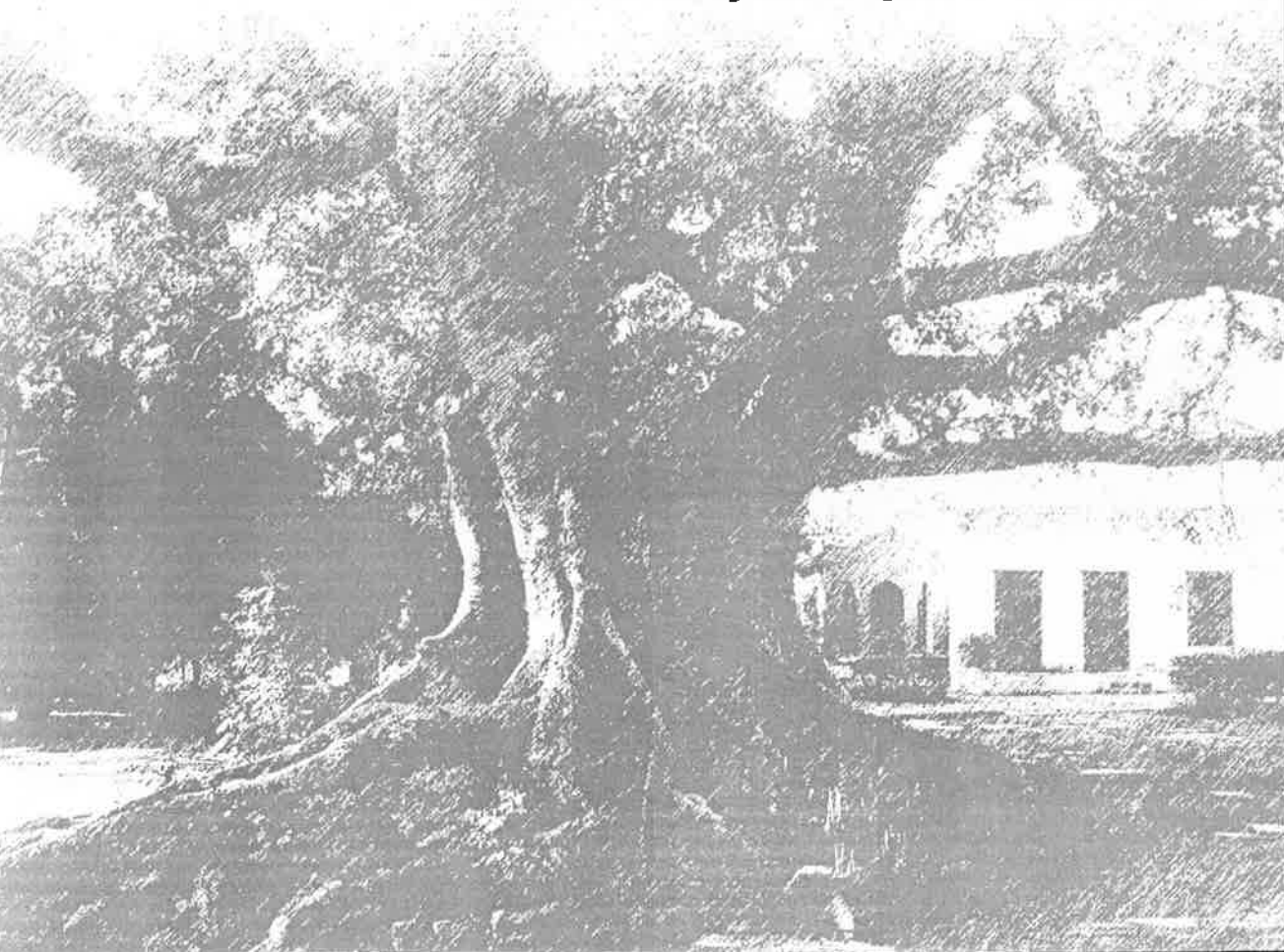
Os dirigentes da FEAC acentuaram ainda o trabalho do padre Haroldo na criação do Centro Kennedy e seu apoio à realização do evento latinoamericano de voluntariado em Campinas, em 1969. E acrescentaram, não deixando dúvidas sobre seu apoio incondicional às atividades do padre Haroldo:

Por todas estas atividades, a FEAC sempre hipotecou e continua prestigiando, com a máxima solidariedade, a pessoa humaníssima do pe.Haroldo J.Rahm, cuja missão entre os jovens tem projetado Campinas no cenário nacional, mercê de várias reportagens da Manchete e de Fatos e Fotos. Além do mais, tornava-se absolutamente necessária a criação de um movimento de tal envergadura e idealismo de molde a desviar a atenção dos jovens dos condenáveis excessos do álcool, sexo e tóxicos, sem prejuízo de uma motivação mais sadia para um nacionalismo autêntico, aberto e pujante de entusiasmo.

E mais:

Todavia, a cruzada deste pastor de almas e moldador de caracteres é toda ela baseada na Verdade dos Evangelhos e da Palavra do senhor e visa, sobretudo, despertar nos seus aliciados o sentido de responsabilidade comunitária, derrubando falsos ídolos tão próprios dos arroubos da mocidade, sacudindo-se da inércia e tirando-os de uma perigosa ociosidade, mãe de todos os vícios.

São palavras que não deixam, com enorme sutileza, de fazer referência ao delicado momento político que o Brasil vivia.



XII

Propostas para a Mendicância e a Infância

1. The first part of the paper discusses the importance of the study of the history of the Jewish people in the United States. It is noted that the Jewish people have made significant contributions to the American society in various fields, including science, literature, and the arts. The paper also mentions the challenges faced by the Jewish community in the United States, such as anti-Semitism and the Holocaust. The author argues that a better understanding of the Jewish history and culture is essential for a more inclusive and tolerant society.

2. The second part of the paper focuses on the role of the Jewish community in the American society. It is argued that the Jewish community has played a significant role in the development of the American nation, particularly in the fields of education, science, and the arts. The author also discusses the impact of the Jewish community on the American culture and the role of Jewish organizations in the United States.

3. The third part of the paper discusses the challenges faced by the Jewish community in the United States. It is noted that the Jewish community has faced significant challenges, including anti-Semitism and the Holocaust. The author argues that a better understanding of the Jewish history and culture is essential for a more inclusive and tolerant society.

4. The fourth part of the paper discusses the role of the Jewish community in the American society. It is argued that the Jewish community has played a significant role in the development of the American nation, particularly in the fields of education, science, and the arts. The author also discusses the impact of the Jewish community on the American culture and the role of Jewish organizations in the United States.

5. The fifth part of the paper discusses the challenges faced by the Jewish community in the United States. It is noted that the Jewish community has faced significant challenges, including anti-Semitism and the Holocaust. The author argues that a better understanding of the Jewish history and culture is essential for a more inclusive and tolerant society.

6. The sixth part of the paper discusses the role of the Jewish community in the American society. It is argued that the Jewish community has played a significant role in the development of the American nation, particularly in the fields of education, science, and the arts. The author also discusses the impact of the Jewish community on the American culture and the role of Jewish organizations in the United States.

7. The seventh part of the paper discusses the challenges faced by the Jewish community in the United States. It is noted that the Jewish community has faced significant challenges, including anti-Semitism and the Holocaust. The author argues that a better understanding of the Jewish history and culture is essential for a more inclusive and tolerant society.

8. The eighth part of the paper discusses the role of the Jewish community in the American society. It is argued that the Jewish community has played a significant role in the development of the American nation, particularly in the fields of education, science, and the arts. The author also discusses the impact of the Jewish community on the American culture and the role of Jewish organizations in the United States.

9. The ninth part of the paper discusses the challenges faced by the Jewish community in the United States. It is noted that the Jewish community has faced significant challenges, including anti-Semitism and the Holocaust. The author argues that a better understanding of the Jewish history and culture is essential for a more inclusive and tolerant society.

10. The tenth part of the paper discusses the role of the Jewish community in the American society. It is argued that the Jewish community has played a significant role in the development of the American nation, particularly in the fields of education, science, and the arts. The author also discusses the impact of the Jewish community on the American culture and the role of Jewish organizations in the United States.

Na primeira metade da década de 1970, a FEAC apresentou à comunidade duas propostas concretas, de criação de estruturas para prevenir a escalada da mendicância e das situações de risco social para as crianças e adolescentes. São iniciativas que, se tivessem obtido o devido apoio do poder público, teriam evitado o grave recrudescimento da exclusão social em Campinas nas décadas de 1980 e 1990, período em que houve a explosão dos índices de violência.

O projeto do CRIS

A proposta de criação do Centro de Recuperação e Integração Social – CRIS, para triagem e reinserção social de mendigos e suas famílias, deu o tom em grande parte das atividades da FEAC em 1974, ao lado das ações nos cinco eixos de atuação. O próprio CRIS estava relacionado a um desses eixos, o da criação de estruturas permanentes de combate à exclusão, contra o paternalismo e o assistencialismo.

Faltava apenas a aprovação pela Câmara Municipal para que a Prefeitura recebesse em comodato área de mais de 80 mil metros quadrados, colocada à disposição na Vila Brandina, pela FEAC. O CRIS receberia pessoas entrevistadas na Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno,

em duas categorias, as residentes nas áreas periféricas ou em barracos, com baixa renda familiar e as pessoas sem capacitação profissional.

O projeto previa a construção de 60 casas, de 1 a 3 quartos, famílias com ou sem filhos, pavilhão para solteiros masculinos e femininos. Também incluía: enfermaria, pavilhão profissionalização, escola, creche, área para lazer, centro social, cozinha, lavanderia e refeitório. E havia uma grande preocupação com a capacitação e orientação profissional. Os salários ganhos seriam “poupados para compra de casa ou terreno”. As mulheres seriam preparadas para prestação de serviços domésticos, capacitando-se para auxiliar no orçamento familiar. O CRIS teria apoio das Polícias Civil e Militar e entidades assistenciais.

No ano em que a FEAC completava 10 anos de fundação, o balanço era totalmente positivo, mas apareceram críticas isoladas, que foram rebatidas por Sérgio Barros Barreto na coluna *Rosa dos Ventos*, do “Correio Popular”, em artigo com o título *Dez anos de Fé, Esperança, Amor e Caridade*. Ao seu estilo, Sérgio Barreto usava as letras da sigla FEAC para expressar, no título do artigo, a sua visão do trabalho que a instituição vinha fazendo.

Barreto comentou, a respeito das críticas derivadas do fechamento de duas entidades sociais na cidade, no período de criação e crescimento da FEAC:

Talvez o insucesso não lhes tivesse batido às portas se, a exemplo do que fizeram suas co-irmãs acima citadas, se tivessem filiado à FEAC, única solução racional para o problema assistencial de toda comunidade, porque representa justamente a soma de esforços de todas as obras num único sentido comum: a da obtenção de meios para o atendimento das suas mais elementares necessidades, além de constituir a Federação uma força de atuação de maior projeção política junto às autoridades e aos governos.

Os dez anos de fundação foram comemorados com um churrasco na Fazenda Vila Brandina, no dia 27 de abril. O crescimento das iniciativas foi comemorado, como no caso dos Clubes de Mães, que já estavam em 28 núcleos. Do mesmo modo, avançava a ação no sentido da criação de Centros Comunitários, onde, nas palavras de Sérgio Barreto,

se começa a tomar consciência do poder e da força que cada comunidade possui em si mesma, em termos de reservas humanas que prescindem até mesmo da só prometida ajuda dos poderes públicos, de feição meramente eleitoreira.

É uma afirmação que diz muito do espírito comunitário que sempre presidiu a trajetória da FEAC, na linha do combate ao paternalismo e ao assistencialismo, além de ser uma crítica à ação social de cunho eleitoreiro. Enfim, está contida nessa afirmação de uma pessoa que acompanhou todo o processo de criação da FEAC o próprio sentido do que seria depois batizado de capital social, mas que, na prática, é apenas a reiteração do potencial existente em cada comunidade.

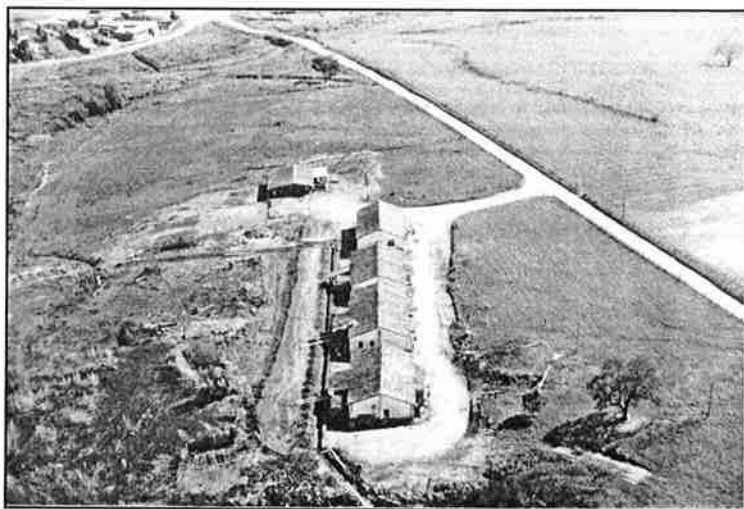
No ano em que completava 10 anos, a FEAC continuava executando suas ações sociais essencialmente pelo Departamento de Serviço Social, com duas divisões: Serviço Social e Defesa Social. A instituição contou em 1974 com o apoio de técnicos do Instituto de Serviço Social de São Paulo para a reestruturação dos serviços, vislumbrando a criação de uma Divisão de Execução de Projetos Especiais (DEPE), Divisão de Ação

Institucional (DAI), Serviço de Documentação e Informação e Serviço de Estudos e Pesquisas. A FEAC também mantinha parcerias com instituições como o SESI, na área do Centro de Aprendizagem Doméstica, e com a PUC-Campinas, para cursos nas áreas de enfermagem e saúde mental em benefício dos usuários de entidades filiadas.

Nesse ano de 1974, a Fazenda Vila Brandina continuava sendo administrada no sentido de manutenção e melhoria dos pastos, para viabilizar a comercialização de gado e parte do leite. Houve o plantio de oito alqueires de algodão, mais milho, quiabo e pimentão. A sede e as casas de colonos e meeiros foram reformadas, com a orientação de Carlos Novais, e um trator recém-adquirido entrou em funcionamento.

Um garoto acompanhava atentamente toda a movimentação na área da Fazenda e a construção da nova sede. Era Antônio Carlos da Silva, que ingressou na FEAC em 1974 aos 15 anos, como “guardinha” da Associação dos Homens de Amanhã e desde 1976 trabalharia no setor contábil da FEAC, junto com Laércio Frezatto e outros. Antônio Carlos comenta:

As minhas primeiras funções foram nas cobranças das contribuições da comunidade. Nós íamos em várias empresas e era muito grande a participação dos funcionários, que queriam ajudar a FEAC.



Vista aérea Fazenda Vila Brandina na década de 1970.

Antônio Carlos da Silva é um dos funcionários que tiveram a vida praticamente ligada à FEAC. Minha vida foi quase toda na FEAC e devo muito a ela. Cresci como a FEAC cresceu, sempre preocupada com o ser humano, ele afirma.

Sempre tendo o foco na juventude, a FEAC convidou para uma visita a Campinas o presidente e criador da Fundação para o Bem-Estar do Menor (Funabem), Mário Altenfelder. O objetivo era a discussão da melhoria dos serviços de atendimento à criança e à juventude. Ainda em 1974, a 27 de abril, foi lançada com apoio da FEAC a pedra fundamental da sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas (APAE).

No final do ano, foi eleita uma nova diretoria, para o biênio 1975-76, composta por: Gilberto Prado (presidente), Sérgio Barros Barreto (primeiro vice), Antonio Orlando (segundo vice) e Saulo Monte Serrat (3º vice). Trento Coluccini (diretor financeiro), Hilário Vanucci Neto (tesoureiro), Lino Tato (secretário), Rui Rodrigues (dir. de Relações e Divulgação), Carlos Novaes (diretor de patrimônio), Darcy Paz de Pádua (diretor Serviço Social).

O colégio "Antônio Augusto de Almeida"

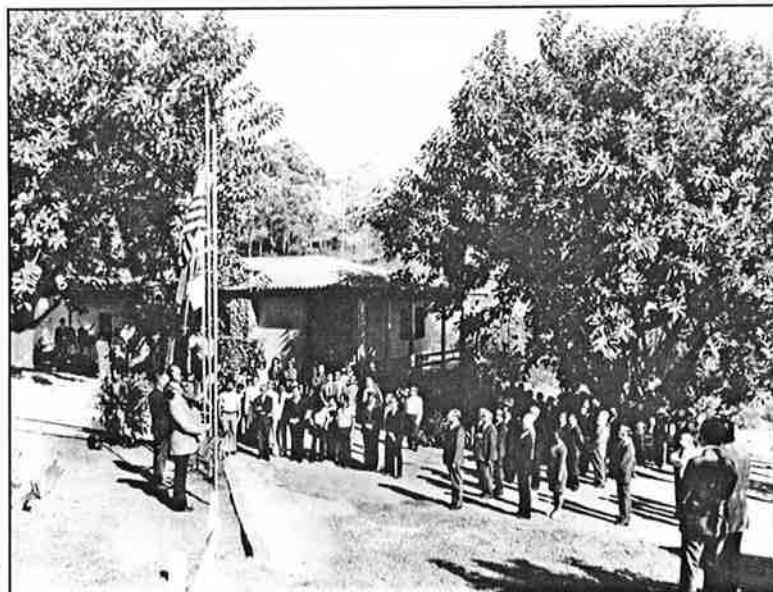
A FEAC teve a iniciativa de criar em 1975, junho, um Colégio para Reeducação do Menor Infrator, batizado de "Dr. Antônio Augusto de



Sérgio Barros Barreto, entusiasta dos Centros Comunitários.

Almeida", assim batizado em homenagem ao médico oftalmologista que foi o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e havia conduzido em Campinas uma *pioneira Campanha de Erradicação da Cegueira*, no final da década de 1960, com a ativa participação da FEAC e voluntários. Antônio Augusto de Almeida era médico oftalmologista do Instituto Penido Burnier, e coordenou a pesquisa *solicitada pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Conselho de Oftalmologia de São Paulo*.

O objetivo era avaliar a incidência da cegueira em Campinas, com o objetivo de elaboração de uma política pública preventiva para todo país. A FEAC participou ativamente, com os Clubes de Mães e voluntários universitários, encarregados de distribuir os questionários e catalogar os resultados. Mais de 50 mil pessoas foram atendidas e encaminhadas para os serviços responsáveis nos casos mais graves. A FEAC recebeu voto de congratulações do governo paulista pela participação ativa na pesquisa.



Solenidade de inauguração do Colégio "Antônio Augusto de Almeida".

O Colégio "Antônio Augusto de Almeida" foi uma iniciativa estimulada e orientada pela Funabem, com apoio de Dr. Mário Altenfelder e Febem de São Paulo. Com a importante liderança de Gilberto Prado e Saulo Monte Serrat, foi instalado em chácara alugada na periferia de Campinas, para 20 internados.

A chácara não era cercada por muros, cercas ou grades e, no entanto, não houve fugas nem evasões dos jovens internados em nenhum momento. O objetivo é retirar o menor do ambiente que lhe é nocivo, evitando as prisões sucessivas e o conseqüente aperfeiçoamento nas atividades delituosas, dando-lhe condições de se integrar na sociedade como elemento útil e capaz de se desenvolver por si próprio,

nas palavras do presidente Gilberto Prado, em documento de 24 de maio de 1976, encaminhado

ao general Gustavo Moraes Rego Reis e ao presidente Ernesto Geisel.

O Colégio tem professora primária e cinco estagiários em psicologia. Alguns freqüentam o Grupo Escolar do bairro e outros, a escola profissional dos Salesianos, e três já foram encaminhados a empregos.

Em 1976, o prefeito cancelou a contribuição dada no ano anterior. Apareciam as dificuldades e a

contingência de encerrar as suas atividades, com evidente prejuízo para os menores infratores assistidos e para a própria sociedade.

A chácara de 40 mil m² era no Jardim São Gabriel, avenida 1, s/n. Capitão Joaquim Barbosa Neto era diretor administrativo. Um grupo de trabalho da FEAC esteve nesse ano na Funabem no RJ, para apoio

da instituição e conheceu trabalho nas unidades. Visita também foi feita à instituição semelhante em Ribeirão Preto. A equipe recebeu treinamento de Saulo Monte Serrat, em prédio da PUC-Campinas.

A FEAC estava ainda propondo a construção de prédio "especialmente projetado para abrigar até 50 menores



Mesa na inauguração do Colégio, com Dr. Benedito Barreto Fonseca (reitor da PUC-Campinas), Gilberto Prado, Dr. J. Augusto Marin (juiz de Direito do Fórum de Campinas), d. Antonio M. A. de Siqueira, arcebispo de Campinas, Dr. Ângelo Mendes, Darcy Paz de Pádua e, sentados, Dr. João Benedito Azevedo Marques (diretor da Secretaria de Promoção Social do Estado) e Ruy Rodriguez.



Na inauguração do Colégio, Maria Aparecida Chaib, chefe do Departamento Regional de Promoção Social, Dr. Mário Altenfelder, Gilberto Prado, Darcy Paz de Pádua e Vicente Montero.

infratores do sexo masculino”, em área doada pela FEAC, custo estimado de 2 milhões de cruzeiros, 45 mil mensais de manutenção.

A 21 de julho de 1975, foi feito, pelo diretor Joaquim Barbosa Neto, primeiro registro de punição a aluno, por série de ações, como desrespeito aos jovens e agressão a monitores, culminando com episódio na noite de 16 para 17, em que MAB “jogava água, com uma bisnaga, em outros alunos menores”. O monitor LF fez uma advertência e também recebeu jato de água. Como punição “aplicou-lhe jato d’água também”. O diretor nota que o aluno percebeu suas faltas e prometeu não incorrer nos mesmos erros.

A 25 de junho, a assistente social Rosimary Bueno Netto fez uma lista de necessidades, de geladeira, armário de escritório e toca-discos até kongas ou k-chutes (31 a 39), quadro negro, máquina de escrever e revistas (“apenas” Monica, Pato Donald, Zé Carioca, Cebolinha, Brotoeja e Tio Patinhas). A orientadora educacional era Rachel Dias, e o psicólogo, Cesar Santos.

A 13 de maio de 1975, o Colégio recebeu visita de Frei Agostinho, da Casa das Mangueiras de Ribeirão Preto. Experiência pioneira de Ribeirão com menores infratores foi discutida.

Nasceu da disposição de se terminar o encarceramento de menores em condições desumanas e da vivência do Frei Agostinho com menor carente, abandonado e infrator.

Adota a pedagogia da confiança no homem. Campinas deve adotar a pedagogia da confiança na obra. Campinas deve se preparar para a incompreensão da polícia, do juizado e da comunidade.

Grupo de trabalho com reunião no dia 29.10.1974, na rua Coronel Quirino 1030, com Gilberto Prado, Saulo Monte Serrat, Ruy Rodriguez, Darcy Paz de Pádua, Gustavo V.ABotelho, Felix e irmãos Paulo e Robert do Colégio Notre Dame. Os religiosos tinham experiência com reeducação de menores infratores nos EUA, especialmente

Califórnia, onde existia Centro aberto, com monitor para cada dez meninos, grande reincidência por causa das gangs organizadas. Os padres apóiam projeto e prometem apoio. E sugerem procurar outras organizações religiosas.

Ruy Rodriguez procurou terras, e sugeriu no Santa Lúcia. Discutiu-se compra de terras, com recursos da venda de terras na Vila Brandina e desapropriação da CPFL.

A proposta educacional era o diferencial do Colégio “Dr.Antônio Augusto de Almeida” para Reeducação do Menor Infrator, que tinha vinculação com a Associação de Educação do Homem de Amanhã “Guardinha”. Em um ambiente de liberdade, sem muros e guardas armados, os jovens infratores tinham aulas com uma professora primária e eram acompanhados por psicólogo e cinco estagiários de Psicologia. Alguns jovens freqüentavam o Grupo Escolar do bairro e outros a escola profissional dirigida pelos salesianos. Três deles foram inseridos no mercado de trabalho em menos de um ano de passagem pelo Colégio.

O Colégio era mantido com recursos da FEBEM, da Prefeitura Municipal e da própria FEAC. Já em 1976, a Prefeitura havia comunicado, entretanto, que havia cancelado a sua contribuição, o que justificava a solicitação de recursos ao governo federal, diante da

grande dificuldade atual de obtenção dos meios necessários à manutenção do Colégio que pode, por isso, ver-se na contingência de encerrar as suas atividades, com evidente prejuízo para os menores infratores assistidos e para a própria sociedade,

segundo o relatório encaminhado ao presidente Geisel.

De qualquer modo, o Colégio despertou a atenção da comunidade, e várias pessoas e instituições contribuíram com a proposta inovadora para a época. Um relatório com a “Relação de Doações”, de 20 de junho de 1975, assinado pela assistente so-

cial Rosimary G.L.Bueno Netto, ilustra como o Colégio recebeu várias contribuições da comunidade.

Fechado o Colégio alguns de seus alunos retornaram às suas famílias. Outros foram acolhidos numa casa residencial dirigida por um casal que desempenhava o papel de pais substitutos, continuando a receber a orientação de um psicólogo. Foi criada uma obra que passou a responsabilizar-se pela casa, que tempos depois foi desativada.

Ano do menor em Campinas

Com a falta de apoio necessário para viabilizar o empreendimento, infelizmente o Colégio Antônio Augusto de Almeida teve de ser fechado, embora de alguma forma os jovens continuassem sendo atendidos. De qualquer modo, a discussão em torno do Colégio "Antônio Augusto de Almeida" foi muito propícia porque 1975 foi considerado como *Ano do Menor em Campinas*.

A FEAC e suas filiadas apresentaram na época um Projeto de Integração do Menor na Comunidade, com estes itens:

1. Implantação do Centro do Menor Infrator,
2. Criação da Casa de Triagem,
3. Apoio às obras de assistência e promoção, interessadas na sua adaptação ao plano;
4. Organização de um Centro Educacional "Instituto Lafayette Álvaro", destinado à infância e à juventude.

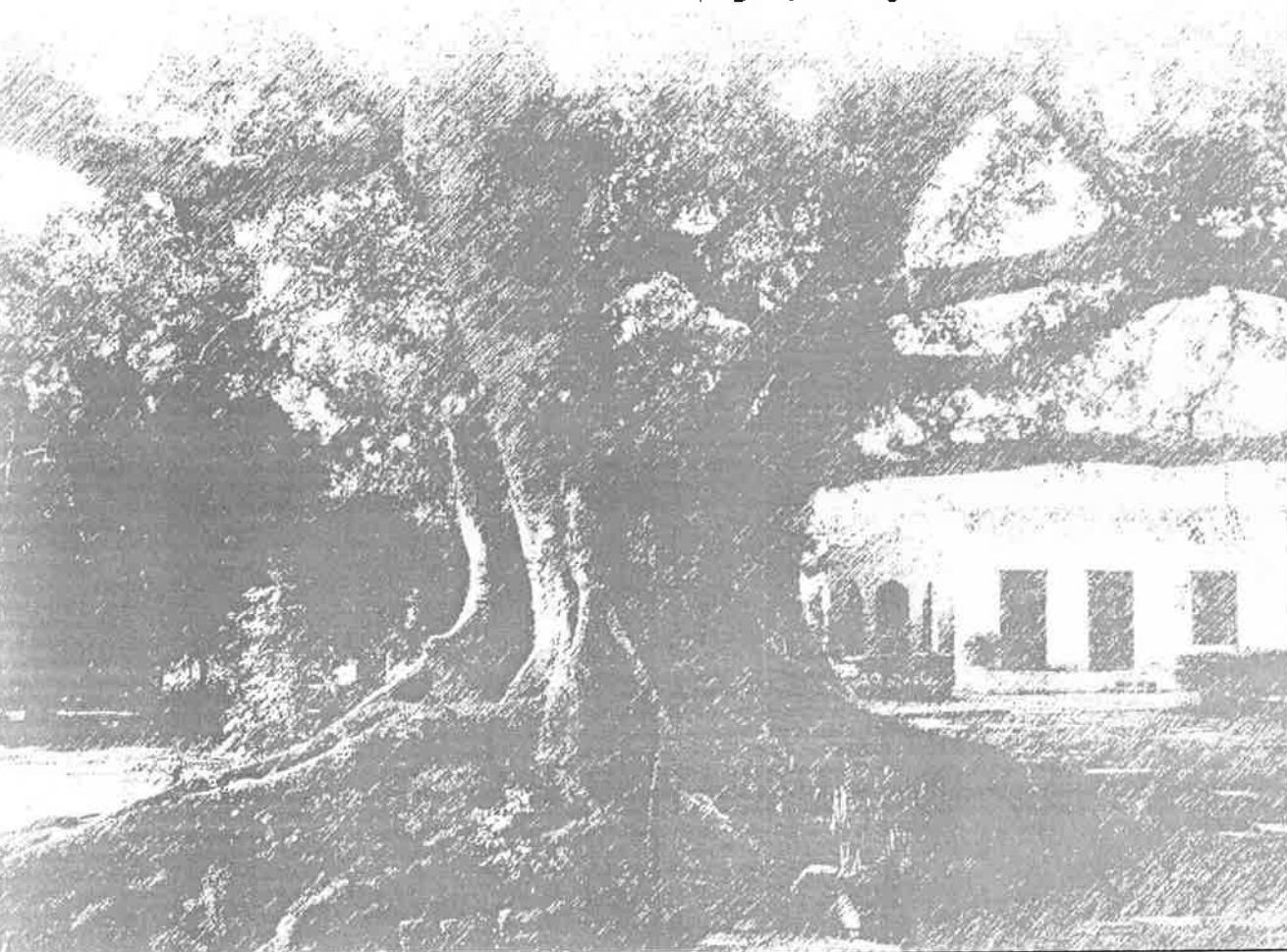
Foi elaborado planejamento administrativo, com controle financeiro, contabilidade etc. pelo gerente administrativo Vicente de Paulo Montero em 26 de setembro de 1975. Foram realizadas várias reuniões, com a participação da Secretaria da Promoção Social do Estado.

Reunião a 7 de julho de 1975, quando se discutiu seminário do menor de fevereiro de 1973. Estimativa de 250 mil menores em Campinas, 70 mil vulneráveis moral e socialmente.

Em 1975 começou a funcionar na FEAC a Divisão de Ação Institucional (DAI), responsável pelo Programa de Desenvolvimento Institucional, Saúde e Lazer, que prestava assessoria às entidades Obra do Berço, União Cristã Feminina, Casa da Criança de Sosas e SETA (Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência), filiada desde 1974 com duas unidades.

A Divisão de Execução de Projetos Especiais (DEPE) desenvolvia projetos em Educação de Base (Clubes de Mães), Ação Comunitária (Vila Ipê e Jardim São Marcos - Centro Social Jardim São Marcos).

Várias empresas e respectivos funcionários continuavam contribuindo com a FEAC em 1975, com destaque para: Equipamentos Clark, Bendix do Brasil, Dako do Brasil, Robert Bosch do Brasil, Tema Terra, Singer do Brasil, Duratex, Expambox, Refrigerantes Campinas, Rigesa Celulose, Supergasbrás, Ind.Com.Maq.Agric., Equipesca, Frigorífico Tavares, Otilub, Curtume Cantusio, Minasa, Purina, Pastificio Selmi, Nativa, Chapéus Vicente Cury e IBM do Brasil.



XIII

PLIMEC:
projeto que vira
centro comunitário

Em 1976, a FEAC continuava propondo a construção de Centro de Educação e Profissionalização do Menor, em área de 20 a 40 hectares doada pela instituição na Vila Brandina. “Está a FEAC consciente de que é a prevenção o melhor programa de amparo ao menor carente. E será através da educação que se há de obter o seu desenvolvimento integral, dando-se-lhe condições humanas, espirituais, morais, cívicas, profissionais, para integrá-lo na comunidade em que vive”, afirmou a diretoria em um comunicado. Eram previstos pavilhões de ensino, praça de esportes, teatro, ambulatório, refeitório e sistema de transportes para os alunos.

O ano marcou o início do convênio da FEAC com duas importantes iniciativas do governo estadual, o CEAP e o PLIMEC. A trajetória do PLIMEC, que acabou se transformando em um dos mais atuantes Centros Comunitários localizados em Campinas, foi muito ilustrativa sobre a vocação da FEAC em estimular ações comunitárias, para que as próprias comunidades se tornem protagonistas de seus destinos, na linha da cidadania ativa.

Primeiros passos do PLIMEC

Em 1976 a FEAC foi contratada para administrar em Campinas o Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC), para 960

menores, nos próprios bairros, atingindo especialmente os que estavam nas ruas vendendo ou cuidando de carros e incluía trabalho com famílias. O modelo era o trabalho desenvolvido pela Funabem em Recife (PE), no bairro Mangabeira.

O PLIMEC era desenvolvido em três níveis: Programa de Educação Complementar para Menores (Precom), Programa de Educação Complementar para Pais (Precop) e Programa de Atuação Indireta (PRAI). Inicialmente foram atendidos 400 crianças e adolescentes, com envolvimento de 30 pais. Os núcleos eram coordenados por voluntárias engajadas. A partir de 1977, o PLIMEC iniciou a sua atuação no Jardim Santa Lúcia.

A 14 de junho de 1976 o presidente da FEAC, Gilberto Prado, enviara ao secretário da Promoção Social do Estado, Mário Altenfelder Silva, carta com informações sobre os monitores do PLIMEC, em fase de contratação, em regime de bolsa de estudos: Lauter Fontana Ferreira (Psicologia), Gracia Maria de Carvalho Camarinha (Educação Física), Elza Liliana Mazzuca (Psicologia), José Antonio Fares (Psicologia), José Cesar Castelli (Matemática), Miriam Penteado Kuhlmann (Comunicação Social), Heloisa Santos Menegário (Educação Artística), Roberto Fedel (Engenharia Elétrica), Maria Thererza Lunardi Caruso (Psicologia), Maria Elizabet Grecchi Pirolla

(Psicologia), Joana D'Arc de Paula (Pedagogia), Margaret Aparecida Moysés (Pedagogia), Antonio Augusto Santos (Engenharia Civil), Maria do Carmo Marcello (Psicologia) e Jussara Gomes de Pinho (Psicologia). Esta era a relação dos funcionários administrativos do PLIMEC: Maria Aparecida Lealdini (coordenadora geral), Paulo Cesar R. Nogueira (auxiliar de escritório), Vera Lúcia Costa Jesus (auxiliar de contabilidade) e Divina Machado de Campos (servente).

Área e plano para o PLIMEC

No dia 1º de fevereiro de 1979, a FEAC passava a contar com uma nova funcionária, contratada para trabalhar no PLIMEC, no Jardim Santa Lúcia. Era Maria Bernadete Gonçalves de Souza, nascida em Oswaldo Cruz (SP) e que havia se mudado para Campinas para estudar Pedagogia na PUC-Campinas. Depois de formada, ela deu aulas em escola rural na região do Campo Grande (onde depois atuaria, pela FEAC, no final da década de 1990, no âmbito da Aliança de Campinas pela Educação), além de Paulínia e Sumaré.

Maria Bernadete também já havia trabalhado no PLIMEC em Capivari e Rafard (em Itatiba em substituição à coordenadora) antes de ser contratada pela FEAC, tendo acompanhado todo o processo de transformação do projeto no Jardim Santa Lúcia, até sua formatação como Centro Comunitário. No início do século 21, Maria Bernadete assumiria o cargo de gestora do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE), responsável pelo contato com as entidades e pelos programas e projetos próprios. Maria Bernadete foi atuante em episódios importantes relacionados ao PLIMEC, como a concessão de área para as suas atividades e a

elaboração de um programa específico e multidisciplinar para o Jardim Santa Lúcia.

A FEAC assumiu em 1981 o PLIMEC, porque temia deixar abandonadas as crianças que participavam do projeto no Jardim Santa Lúcia. A FEAC custeou todas as despesas que eram de responsabilidade do Estado, pois o programa foi interrompido pelo governador Paulo Maluf. O Estado ainda ficou devendo Cr\$ 1,3 milhão para a FEAC por investimentos feitos no PLIMEC.

Antes, em 1980, no dia 21 de agosto, a FEAC inaugurou a Casa Comunitária, espaço onde seriam desenvolvidas as atividades ligadas ao PLIMEC e que seria o embrião do Centro Comunitário. Uma pesquisa sobre as condições socioeconômicas no bairro orientou os trabalhos.



Inauguração da Casa Comunitária no Santa Lúcia, em agosto de 1980.

Em 1983, foi lavrada Escritura Pública de Concessão de Uso, em que a Prefeitura Municipal de Campinas concedeu à Fundação FEAC o direito de uso de prédio localizado no loteamento Jardim Santa Lúcia, com área de 1.030 m² (escritura lavrada em 25.08.55, em notas do 3º Tab., livro 207, fls.59, e registrada na 3ª Circ.Imob., sob no 18.209, livro 3-M, fls.185 aos 7.11.55), com o objetivo de implantação e manutenção em Campinas do PLIMEC, ainda em convênio com a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo.

A concessão de uso seria a título gratuito por 10 anos, prorrogável por período idêntico, conforme a Lei 4814 de 13 de outubro de 1978, regulamentada pelo decreto 5626, de 9 de fevereiro de 1979. A minuta da Escritura foi lavrada a 9 de março de 1983 pela procuradora municipal, Eneide Dias Jonas.

Programa para o Santa Lúcia

No mesmo ano de 1983, o Departamento de Promoção Social da FEAC elaborou o Programa Comunitário do Jardim Santa Lúcia (Projeto de Iniciação Profissional), com as justificativas:

baixo nível socioeconômico-cultural, baixo nível de escolaridade, falta de capacitação profissional, despreparo para a vida do trabalho, necessidade de contribuir, muito cedo, para a renda familiar, índice crescente de desemprego, existência de trabalho já implantado pela FEAC.

O documento seria a base teórica das discussões e da mobilização que resultaria na estruturação do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

Prossegue o documento afirmando que,

apesar de a cidade de Campinas possuir muitos recursos profissionalizantes, eles não atendem a realidade desta população, pelas seguintes razões: exigência de idade e escolaridade, distância, horário inadequado.

O documento incluía em seguida a ilustração de um "círculo vicioso" com as expressões ligadas por setas, nesta ordem:

falta de capacitação profissional – desemprego e subemprego – baixa renda ou ausência de renda familiar – má alimentação – subnutrição – incapacidade de desempenho de qualquer função – falta de capacitação profissional.

O objetivo do projeto seria então

implantar cursos de iniciação profissional, artesanato e atividades de educação para o trabalho, garantindo



Idosos do Santa Lúcia participam de Oficina de Brinquedos da FEAC em 1981.

à clientela envolvida uma atividade produtiva, ocupacional ou terapêutica.

A população que seria atingida pelo projeto:

grupo de idosos, grupo de mães (Pró-Nutri), grupo de mulheres, grupo de adolescentes, grupo de jovens e menores, comunidade em geral.

O desenvolvimento do projeto previa um “sistema de acompanhamento, controle e avaliação”, com reuniões freqüentes com a população, técnicos e monitores. Estas eram as etapas previstas para implantação do projeto:

1. Estudo diagnóstico da realidade. 2. Elaboração do anteprojeto de iniciação profissional. 3. Apresentação ao diretor do DPS. 4. Redação do projeto. 5. Reapresentação e apreciação do grupo designado pela diretoria executiva da FEAC. 6. Execução – liberação de verba, seleção e contratação de técnico de campo, divulgação na comunidade e abertura de inscrições, adequação de instalações físicas, aquisição de equipamentos e material de consumo, seleção e contratação de instrutores e/ou estagiários, elaboração do programa dos cursos, funcionamento dos cursos – horário, turmas, 7 – Operacionalização da oficina de trabalho, 8 – Avaliação.

A transformação em centro comunitário

Em 1985, a 20 de outubro, foi finalmente fundado o Centro Comunitário do Jardim Santa

Lúcia, dando continuidade aos trabalhos do PLIMEC que havia sido rompido pelo governo de Paulo Maluf. A FEAC não queria abandonar os projetos desenvolvidos no Santa Lúcia, o que deixaria centenas de jovens e adultos desamparados.

Alexandre Augusto Ceccon, morador há décadas no bairro e ex-usuário do Projeto Capoeira do antigo PLIMEC e depois do Centro Comunitário, constata o papel relevante da FEAC na estruturação da entidade que se tornou referência para o Jardim Santa Lúcia. “O Centro Comunitário é fruto direto do envolvimento da população, e foi fundamental a participação da FEAC para garantir que um projeto que vinha se tornando referência fosse mantido”, diz Ceccon, integrante da diretoria do Centro Comunitário no momento dos 40 anos da FEAC.

Ceccon lembra que, ao contrário de outros bairros próximos, que já nasceram praticamente com estrutura mais planejada, o Jardim Santa Lúcia “recebeu melhorias apenas pela mobilização dos moradores, e os encontros anteriores a passeatas por asfalto e outras obras sempre aconteciam no Centro Comunitário”. A instituição tomou-se o espaço de reunião de vários grupos, como comunidades de base da Igreja Católica. A importância do PLIMEC foi tão relevante nesse processo que durante muito tempo a linha de ônibus que servia a região era denominada “Jardim Santa Lúcia, Via PLIMEC”.

Depois da transformação em Centro Comunitário, a instituição se consolidou como uma das mais ativas em bairros periféricos de Campinas, tendo sempre se integrado aos projetos da FEAC, da qual se tornou filiada em 1987. O Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia participou, por exemplo, do Projeto BID, entre 1994 e 1998, integrou-se ao Projeto Educação Para o Trabalho e passou a oferecer oficinas profissionalizantes



Inauguração de espaço no Programa Comunitário do Jardim Santa Lúcia, em 1983.

de marcenaria, artesanato e, no início do século 21, também de Informática, entre outras. Uma parceria com a Petrobrás viabilizou a ampliação do espaço para atividades esportivas, culturais e de lazer, com a estruturação de uma quadra coberta.

A coordenadora do Centro Comunitário, Maria Aparecida Siqueira Diniz, salienta que participação na rede FEAC continua sendo essencial para a entidade.

Em todas as ações procuramos estimular o protagonismo da comunidade, e para isso sempre contamos com o apoio fundamental dos técnicos e da direção da FEAC.

O Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia cresceu, portanto, como fruto de uma trajetória iniciada em 1976, quando a FEAC assumiu a implementação do PLIMEC em Campinas.

O CEAP e a saúde das crianças e famílias

Outro projeto iniciado em 1976, com a parceria da FEAC, e também na linha de ação estritamente comunitária, é o CEAP. O Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAP) era um projeto para crianças de 0 a 6 anos, elaborado

pela Faculdade de Higiene e Saúde da USP, com orientação de médicos e nutricionistas e, ainda, de psicólogos da Fundação Carlos Chagas. Uma unidade inicial foi montada no Jardim Santa Mônica, com atendimento para 120 crianças e tinha trabalho com as mães.

O CEAP no Santa Mônica teve o apoio decisivo da União Cristã Feminina (UCF), com quem a FEAC manteria uma sólida parceria. A União Cristã Feminina abrigaria, por exemplo, dois núcleos do projeto Clube de Mães (depois Grupos de Mulheres).

Criar e manter uma “instituição de caráter beneficente e de promoção social, sem fins lucrativos, tendo por finalidade básica o atendimento integral da família, sem distinção alguma quanto a raça, cor, condição social, credo político ou religioso, visando a promoção humana”. Era a missão da União Cristã Feminina, conforme os estatutos aprovados na assembléia de fundação, a 3 de outubro de 1972. A primeira diretoria: Norma Podolsky (presidente), Dalva Maria de Lourdes Borghi Giordano (vice), Célia Homem de Mello (1ª secretária), Gessy Lourdes Milani Borghi (2ª secretária), Isa Saad Maluf (1ª tesoureira) e Norma Chebe Jorge (2ª tesoureira).

Um dos focos centrais da entidade, desde o início, foi atuar com as mães na linha de



Reunião do Conselho de Obras Federadas em 1977, com Luiz Rocatto, presidente da Casa dos Menores, primeiro à esquerda.

prevenção da desnutrição e combate à mortalidade infantil. Para isso foi essencial a inclusão da entidade no Projeto Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAP), que foi elaborado pela Faculdade de Higiene e Saúde da Universidade de São Paulo, com orientação e direção de médicos, nutricionistas e psicólogos, sendo estes da Fundação “Carlos Chagas”. O CEAP foi levado a várias cidades

paulistas na época, tendo representado importante contribuição à luta contra a mortalidade infantil. Em Campinas o trabalho teve o apoio da FEAC desde o início, e era outra forma de sedimentar o enraizamento comunitário da Federação, o que já vinha sendo feito em bairros como Vila Ipê e também ocorreria no Jardim Santa Lúcia, primeiro com o PLIMEC e depois com um Centro Comunitário.



XIV

*O Shopping Center Iguatemi,
nas terras da FEAC*

As discussões em torno da construção de um Shopping Center na área da Fazenda Vila Brandina dominaram boa parte das reuniões da diretoria executiva da FEAC em 1978. A idéia era, com a construção do Shopping, gerar uma fonte permanente de recursos para as entidades filiadas e para a ação social na cidade. E até nessa iniciativa a FEAC era pioneira: seria o primeiro Shopping Center em uma cidade do Interior do país. Os Shoppings vinham virando moda em São Paulo e Rio de Janeiro, atraindo um número cada vez maior de visitantes.

O projeto do Shopping começou a ser discutido na diretoria anterior, sob a presidência de Gilberto Prado, quando ele foi procurado pela

Construtora Alfredo Mathias S/A, interessada em investir na Fazenda Vila Brandina. A empresa propunha construir um Shopping Center, à semelhança do que já possuía em São Paulo, o Iguatemi, bem como estava interessada em investir no desenvolvimento urbano da área da FEAC.

E no dia 24 de agosto de 1978 foi finalmente assinado, na Caixa Econômica do Estado, em São Paulo, o contrato de financiamento do Shopping Center Iguatemi na área da Fazenda. Foi a mesma data de assinatura de contrato com a Construtora Alfredo Mathias S/A. Foi “uma data memorável”, na expressão contida no relatório da diretoria executiva da FEAC para 1978.



Assinatura do contrato entre Construtora Alfredo Mathias, Prefeitura de Campinas e FEAC, em maio de 1977, na Prefeitura.

O projeto inicial era de um Shopping com 200 lojas e área construída de 45 mil metros quadrados. A previsão era de inauguração em abril de 1980.

O início do processo que levaria à construção do Shopping naturalmente requeria modificações importantes nos setores contábil e financeiro da FEAC. O diretor-tesoureiro Osmar Gonçalves tomou as medidas necessárias ao longo de 1978. A auditoria independente das contas continuava sendo feita pela Auditoria H.Mattos, o que seria mantido nos exercícios seguintes.

No mesmo sentido de preparação para a nova realidade criada com a construção do Shopping Center Iguatemi, a diretoria promoveu, entre 19 e 21 de outubro, o I Seminário Interno da FEAC, com a participação de funcionários, diretores da instituição e das obras filiadas. Visava discutir o futuro da ação social em Campinas, à luz da nova realidade despertada pelo Shopping e dos novos desafios sociais em uma cidade em constante crescimento.

Creche em Valinhos

Também foi anunciada em 1978 a intenção da empresa Lix da Cunha – da qual integrava o vice-presidente da FEAC, José Carlos Valente da Cunha – de doação de uma chácara em Valinhos para a FEAC. Seria, de acordo com o desejo do casal Lix da Cunha e Nair Valente da Cunha, destinada para serviço de atendimento à “criança desamparada”.

A chácara seria de fato destinada à construção de uma creche, batizada de Tia Nair, em homenagem à benfeitora. A entidade seria a única filiada à FEAC (em 1984) fora do município de Campinas.

A cerimônia de doação aconteceu a 30 de novembro de 1979, na sede da Lix da Cunha. O engenheiro Lix da Cunha foi comunicado na ocasião de que o Conselho Deliberativo da FEAC lhe outorgaria, pela primeira vez na história da instituição, o título de Sócio Benemérito.

O apoio de empresas de grande porte e comunidade em geral continuou em 1978. A IBM do Brasil doou Cr\$ 100 mil e a Bendix, o equivalente a Cr\$ 35 mil, relativos a desenhos de gráficos de seu Departamento de Computação.

A campanha de contribuintes continuou, resultando em um acréscimo de arrecadação em 33,2% superior a 1977. Para facilitar os procedimentos, a diretoria aprovou que a emissão de recibo mínimo mensal seria de Cr\$ 20,00, o trimestral de Cr\$ 30,00, semestral de Cr\$ 50,00 e anual de Cr\$ 100,00. A emissão de recibo abaixo de Cr\$ 20,00 se tornou inviável economicamente.

Nessa área de arrecadação, o grupo DPaschoal continuou colaborando, de modo gratuito, com o preparo em sua rede de computação dos recibos dos contribuintes. Essa colaboração da DPaschoal continuaria por vários anos, até que a FEAC estruturou seu próprio sistema de computação. Apoio igualmente importante em 1978 foi mantido pela Associação de Poupança e Empréstimo (APE), com a destinação de verba anual para viabilizar a impressão do Jornal da FEAC.

Uma importante modificação administrativa foi igualmente aprovada durante o ano, com a transformação do nome de Conselho Administrativo para Conselho de Obras Filiadas (COF). O Conselho continuou com as reuniões mensais dos dirigentes das entidades filiadas, para esclarecimento de dúvidas, debate de sugestões e novas idéias.

Por causa do incremento das contribuições, a FEAC pôde destinar em 1978 o equivalente a 43,5% para as entidades filiadas, em numerário e prestação de serviços. O total destinado às entidades foi de Cr\$ 805.000,00 em 1978. E o número de filiadas não parava de crescer. Já eram 30 em 1978, contra as 9 de 1965. Entre outros serviços, a FEAC passou a oferecer um novo em 1978 para as filiadas: os de uma máquina xerox, que passou a operar de modo experimental.

E a idéia de um Centro de Reeducação de Menores se fortaleceu em 1978, com a *cessão*

pela FEAC à FEBEM, em regime de comodato, de área de 33.830 m² na Vila Brandina. Seria para a construção de duas unidades de recepção para menores de 0 a 18 anos, duas de triagem para menores infratores dos dois sexos e uma educacional para menores do sexo feminino com problemas de comportamento, de 14 a 18 anos.

A FEAC também planejou **Centro Infantil, para crianças de 2 a 6 anos**, em semi-internato, para filhos de mães que trabalhem fora, famílias com mais de cinco filhos e famílias com renda familiar defasada em relação às despesas. Também para menores de 7 a 10 anos, em meio período, que freqüentem regularmente a escola, com tempo ocioso, mães que trabalhem fora e de famílias numerosas. O projeto foi assinado por Maria Aparecida de Sousa Pinto, coordenadora do Departamento de Serviço Social.

Por causa de todos esses projetos, aliados aos cursos realizados na área da Fazenda Vila Brandina sob a coordenação do padre Haroldo Rahm, a FEAC resolveu batizar o casarão de **Casa da Solidariedade**. Continuava sendo um espaço importante de defesa da vida em Campinas e região.

O foco central continuava sendo a criança e o adolescente. Houve, inclusive, uma preparação especial em 1978, considerando que o seguinte seria o **Ano Internacional da Criança**, por iniciativa da ONU. O lançamento oficial do Ano em Campinas foi a 17 de dezembro de 1978, com a integração de toda a rede FEAC. Darcy Paz de Pádua foi nomeado presidente da Comissão que coordenou os trabalhos do Ano Internacional da Criança em Campinas.

A estrutura do Departamento de Serviço Social continuava sendo composta pelo Setor de Ação

Institucional (SAI), responsável pelas ações junto às entidades federadas, e o Setor de Execução de Projetos Especiais (SEPES). Como apoio eram mantidos o Serviço de Documentação de Informação (SEDI) e o Serviço de Estudos e Pesquisas (SEP).

Em 1978, o SEP desenvolveu a pesquisa "FEAC enquanto órgão de propulsão e desenvolvimento comunitário", junto a 30 obras filiadas, à base de questionário.

O Departamento de Serviço Social ajudou a promover, entre outras atividades, vários Encontros de Dirigentes e Funcionários de Creches de Campinas. Promoveram os encontros o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG) e a FEAC, que designou Margarete da Silva Cavaleiro como a responsável pela participação da instituição e filiadas.

O Projeto Valorização do Idoso na Comunidade, fruto de parceria entre Legião Brasileira de Assistência, Divisão Regional da Promoção Social do Estado e FEAC, continuou com reuniões bimestrais para um grupo de 15 pessoas, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida.

O Programa de Nutrição do Pré-Escolar (Pró-Nutri) continuou sendo mantido, em parceria com o governo estadual. Objetiva melhorar o padrão alimentar de crianças de 18 meses a seis anos, com envolvimento da família. Foram atendidas 180 crianças na etapa inicial.

Além dos projetos próprios, a FEAC continuou a apoiar outras iniciativas comunitárias, como a que resultou na criação ao longo do ano do Centro de Prevenção ao Suicídio em Campinas. A FEAC cedeu por um ano uma linha telefônica ao Centro, prazo renovado depois. Em 1978, a FEAC recebeu



José Francisco Bento Homem de Mello, presidente da diretoria executiva no biênio 1977-78.

o pedido de orientação de várias instituições, como a entidade SOS, de Jundiaí, e a Coesa, de Sumaré.

A diretoria para 1977-1978 era composta por:

- Presidente - José Francisco Bento Homem de Mello.
- 1º vice – Angelo Mendes Correa.
- 2º vice – Raul Guedes de Melo.
- 3º vice – José Carlos Valente da Cunha.
- Diretor tesoureiro – Dr. Osmar Gonçalves.
- Diretor secretário – Renato Schroeder.
- Financeiro – Plínio Junqueira de Castro.
- Dep. Serviço Social e Psicologia – Darcy Paz de Pádua (assumiu o cargo de Sergio Barros Barreto, que prosseguiu conduzindo o Departamento Jurídico).
- Diretor Patrimônio – Carlos Novaes.
- Relações e Divulgação – Agostinho Toffoli Tavoraro.

O Conselho de Contribuintes era formado por Camilo de Souza Coelho (presid.), Sócrates Potiguara de Camargo (vice), Lino Tatto (1º secretário), Larmartine F. Camargo (2º vice), Francisco Picolotto, Osmar Gonçalves, Nelson Taufic Nacif, Alberto Risk, Armando Ladeira Teixeira, Jorge Calvo Delatorre, Nilo Raldi, Alberto A Nassralla, Carlos Eduardo Muller, Orlando Krebsky, Guilherme Campos, Décio Rodrigues Martins, Paulo Sergio Paschoal, Arnindo Dias, Carlos Meneghetti Neto, Antonio Orlando.



Reunião do Conselho de Contribuintes, em 1977, com Renato Schroeder, Camilo Geraldo de Souza Coelho e José Francisco Bento Homem de Mello na mesa.

O lançamento do Shopping

O Shopping Center Iguatemi foi lançado logo no início de 1979, com um coquetel no dia 15 de janeiro, oferecido pela FEAC e Construtora Alfredo Mathias. Foi às 19 horas de uma segunda-feira, no Hotel Vila Rica, rua Donato Paschoal, 100. O objetivo era começar a atrair os lojistas para o primeiro shopping do interior brasileiro.

A Construtora Alfredo Mathias decidiu aumentar a participação da FEAC no Shopping Iguatemi de 20 para 30%. Todos os contratos foram atingidos pela medida. Entretanto, durante o ano a Alfredo Mathias anunciou que retirava o interesse em prosseguir no empreendimento, apresentando como seu sucessor o Grupo Jereissati, através da La Fonte Empresa de Shopping Centers Ltda.

De acordo com o relatório da Diretoria Executiva de 1979, o Grupo Jereissati elaborou uma Carta de Intenção, pretendendo adquirir da Construtora Alfredo Mathias os direitos e obrigações oriundos dos contratos, em relação ao Shopping e ao loteamento, o que dependeria da aprovação da FEAC.

A FEAC autorizou a transferência, precedida das indispensáveis cautelas, introduzindo-se, contudo, alterações nos primitivos contratos. A redação dos novos contratos foi feita por Nelson Noronha Gustavo Filho. A assinatura foi em julho de 1979.

Ainda de acordo com o relatório da diretoria, o Grupo Jereissati, assessorado por técnicos especializados na construção de Shoppings, manifes-

tou interesse na inclusão de um terceiro piso, para localizar Loja de Departamentos, cinema, lanchonetes etc. A FEAC concordou, e a alteração representaria um acréscimo de 10 mil metros quadrados de área construída.

Para atender ao Shopping, a Companhia Paulista de Força e Luz projetou a instalação de uma rede. A FEAC doou faixa de 12 metros de terreno, em servidão, para viabilizar a instalação.

Logo após a transferência do empreendimento, a FEAC lamentou a morte, em outubro de 1979, de Alfredo Mathias, presidente da Construtora que levava o seu nome e que havia iniciado a construção do Shopping Iguatemi em Campinas.

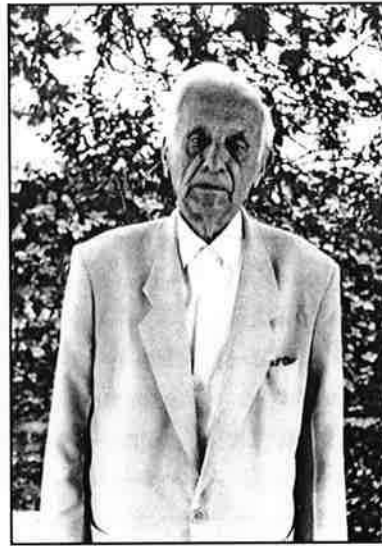
Visando melhor receber, para reuniões e outros eventos, representantes das entidades filiadas e outros segmentos da comunidade, o auditório da FEAC foi totalmente remodelado em 1978, com a instalação de cortinas, ar condicionado, sistema de som, projetor de slides Kodak e um retroprojetor 66, doado pela 3M. A diretoria planejava ainda construir um Centro de Convenções em área de 2 mil metros quadrados contígua à sede.

Na mesma linha de melhoria dos atendimentos, foi iniciada a estruturação de uma biblioteca na FEAC. Para isso foi contratada uma bibliotecária.

As vendas do loteamento FEAC-Cenáculo foram encerradas em 1979. E foram aceleradas as obras de infra-estrutura, entregues às empresas Belima (eletricidade), Comek (hidráulica) e Lix da Cunha (guias, sarjetas e pavimentação), concluídas no mesmo ano.

Pedido de terreno para a construção de uma Igreja, Centro Social e estacionamento, perto do novo loteamento projetado, foi feito pelo padre Haroldo Rahm. Foi o local onde seria instalada a APOT.

Novas contribuições importantes de empresas foram contabilizadas, como a Companhia Goodrich (pneus), Champion Celulose (papéis de escritório), Líder Comercial e Agrícola (duas geladeiras) e uma nova doação importante, de Cr\$ 150 mil, pela IBM



Nelson Noronha Gustavo Filho, que redigiu novos contratos do Shopping Iguatemi com Grupo Jereissatti em 1979.

do Brasil. Os funcionários da Sears promoveram campanha interna, resultando na doação de cobertores para as obras filiadas.

A campanha de arrecadação em 1979 foi novamente significativa, aumentando em 35% em relação a 1978. Isso possibilitou uma destinação de 56%, a maior para as entidades, em relação aos 43,5% em 1978.

Novas filiadas

Como decorrência do Shopping Iguatemi, que projetava novos recursos para as entidades filiadas e para a ação social em Campinas, foram iniciados em 1979 estudos para a revisão da forma de filiação. O objetivo era que houvesse “maiores cuidados nos deferimentos dos pedidos”.

No período de janeiro a março de 1979, a Fundação FEAC deu outro passo fundamental para a sua inserção comunitária. Foi o *ingresso como filiadas de quatro organizações nascidas de grupos espíritas, consolidando o espírito ecumênico da Fundação*. Filiação no trimestre o Centro Espírita “Allan Kardec” e suas unidades, Casa de Apoio à Vida, Creche “Gustavo Marcondes”, Creche “Mãe Luiza”, Educandário Eurípedes e Instituto Popular “Humberto de Campos”. Outras entidades que se filiaram no final da década de 1970 foram Centro Assistencial Cristo Te Ama, Grupo Oração e Esperança, Círculo dos Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala (Cadaf, depois Instituto Educacional “Prof. Maria do Carmo Arruda Toledo” – Instituto D.Carminha), Serviço de Promoção Social da Paróquia de São Paulo Apóstolo – Creche Cenáculo e Associação Promocional Oração e Trabalho (APOT).

Dois novos grupos de Clubes de Mães foram iniciados em 1979, no Jardim Paranapanema e

Jardim das Bandeiras, elevando para 24 o número de Clubes. A X Feira de Artesanato aconteceu dias 13 e 14 de novembro, na Agência do Banco Real da Av. Campos Sales, com a participação de 16 núcleos de Clubes de Mães.

O Departamento de Serviço Social, que até 1978 era dividido em dois Setores, de Ação Institucional e Execução de Projetos Especiais (com apoio do Serviço de Documentação e Informação – SEDI e Serviço de Estudos e Pesquisas – SEP), passou a partir de 1979 a ser estruturado em três setores: Setor de Ação Institucional, Setor de Recursos Humanos e Setor de Ação Comunitária. Os três setores seriam rebatizados em 1981 para Setor de Obras Sociais (envolvendo as áreas de Menor, Família, Terceira Idade, Reeducação, Deficiência Física e Mental e Saúde), Setor de Recursos (Central de Voluntários e Estagiários, Biblioteca, Oficina de Brinquedos e Economia Doméstica) e Setor de Programas Comunitários (Programa Jardim Santa Lúcia, Clube de Mães, Valorização do Idoso na Comunidade e Integração de Entidades de Atendimento ao Idoso).

Em 1979, foi elaborado projeto conjunto da FEAC e a Terapia Ocupacional da PUC-Campinas. O objetivo era prestar serviços em TO para usuários das entidades filiadas. Foi elaborado por Ana Lúcia Rossetto Rocha (pedagoga) FEAC, Sheila Mara Caetano, Maria Heloisa Medeiros Merhy, Lea Beatriz Teixeira Soares, Yossiko Yoshii e Fábio Bruno de Carvalho, todos da TO-PUCC.

A oficina de brinquedos

Outro projeto inovador lançado em 1979, pelo Departamento de Serviço Social, foi a Oficina de Brinquedos, idealizada pela pedagoga Ana Lúcia Rossetto Rocha. Instalada em casarão reformado na Fazenda, a Oficina visava construir e/ou reformar brinquedos para crianças de creches e demais entidades filiadas. O projeto teve *apoio de técnicos de TO da*

PUC-Campinas e voluntários, basicamente jovens estudantes de segundo grau, das escolas: EEPG Artur Segurado, EEPSC Dom João Nery, Colégio Notre Dame, Escola Comunitária de Campinas, Instituto Educacional Ave Maria e Colégio de Aplicação Pio XII. Os 78 voluntários jovens foram divididos em seis grupos.

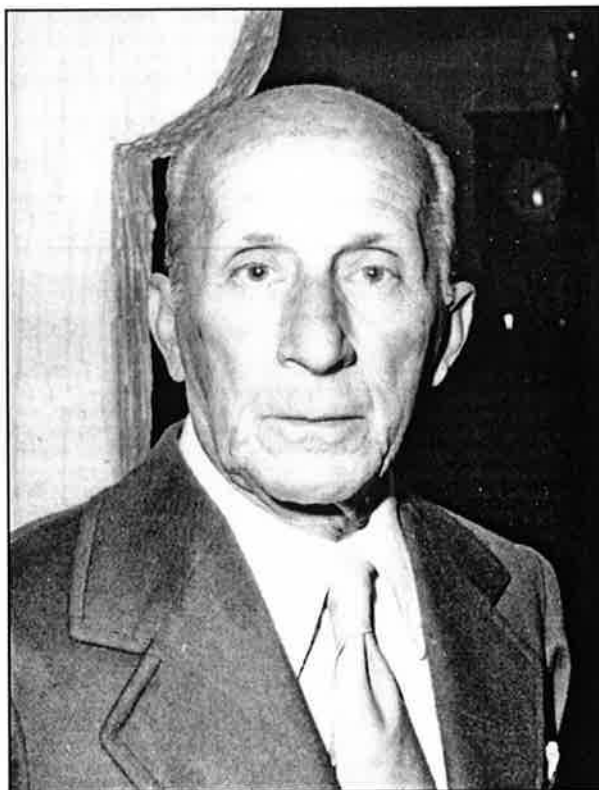
A inauguração aconteceu a 6 de novembro. Eram utilizados, como matéria-prima, somente sucatas e materiais de sobra de fábricas, oficinas e outras empresas – era uma clara antecipação à prática da reciclagem, que seria tão difundida e estimulada nas décadas de 1980 e 1990 como uma das formas de preservação dos recursos naturais. Os jornais e rádios deram ampla cobertura ao projeto, lançado estrategicamente nas proximidades do Natal. As doações foram tantas que se planejou a construção de novo salão para armazenamento. Somente nos meses finais de 1979 foram confeccionados 160 brinquedos, doados para usuários das seguintes instituições: Centro Cultural Louis Braille (30), Lar dos 15 Irmãos (35), Casa da Criança Madre Anastácia (40), Convívio Aparecida (35) e Casa da Criança de Sousas (20).

Na área da Terceira Idade foi ampliado o Projeto de Valorização do Idoso na Comunidade. Foram criados três grupos de idosos, no Jardim Proença (Igreja Nossa Senhora Aparecida), Jardim Santa Lúcia (Pró-Nutri) e Vila Pompéia (Fraterno Auxílio Cristão).

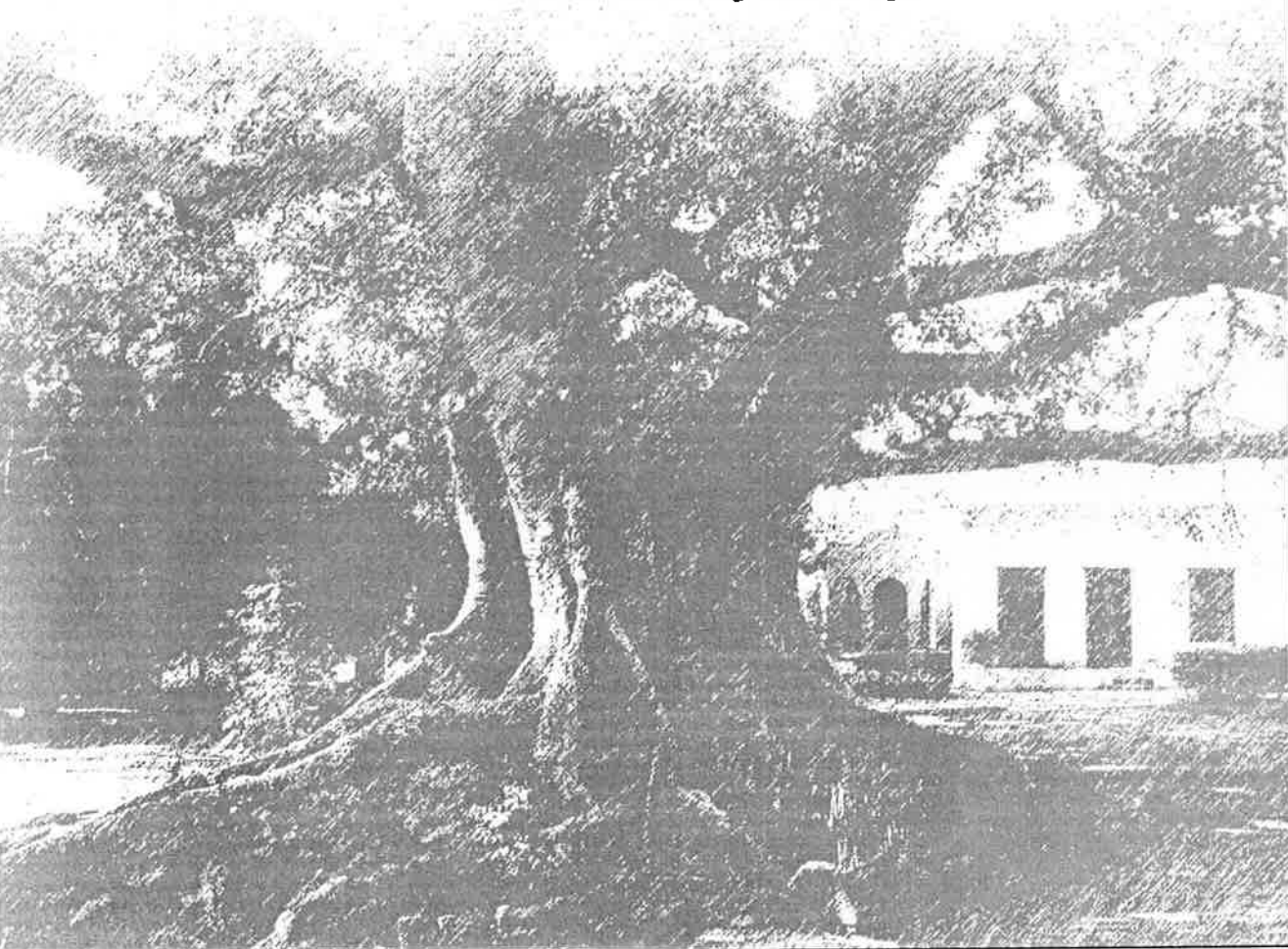


Grupo de idosos no Jardim Santa Lúcia trabalha com reforma de brinquedos.

A diretoria executiva em 1979-80 era integrada pelo médico Raul Guedes de Melo (presidente), o comerciante Gilberto Prado (vice), o professor universitário e psicólogo Saulo Monte Serrat (vice), o industrial Carlos Eduardo Müller (vice), o consultor empresarial Osmar Gonçalves (diretor financeiro), o médico Antonio Xavier de Lima Netto (diretor secretário), Renato Schroeder (diretor administrativo), o corretor de imóveis Carlos Novaes (diretor de patrimônio), o arquiteto Alberto Alexandre Nassralla (diretor de relações externas) e o advogado Darcy Paz de Pádua (diretor de promoção social).



Raul Guedes de Melo, presidente da diretoria executiva em 1979-80.



XV

A Década de 1980 e o Ano do Deficiente

Os anos 80 começam, então, para a FEAC com as novas perspectivas abertas pela construção do Shopping Center Iguatemi. Naquela que seria considerada pelos economistas como a Década Perdida para a América Latina em geral, em função de uma crise econômica e social gravíssima, a FEAC assistiu, pelo contrário, a um grande crescimento, com um aumento expressivo do número de filiadas.

A mobilização comunitária, que tinha sido espetacular nos anos iniciais da Federação, adquiria novos rumos e contornos, com os evidentes reflexos do momento de redemocratização do Brasil, que

ecoaram de modo expressivo em Campinas. A cidade foi palco, por exemplo, de um dos primeiros comícios da Campanha das Diretas Já, que mobilizou o país nos primeiros meses de 1984.

Por tradição, Campinas sempre foi oposicionista, e essa característica se manteve na década de 1980. As Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), que movimentaram a Igreja Católica no período, proliferaram na periferia de Campinas. O movimento sindical local também seguiu os rumos do ABC, que resultaram na criação da CUT. Uma das consequências desse cenário foi a eleição, em 1988, do primeiro operário a chegar à Prefeitura de

Campinas – Jacó Bittar, que era um dos fundadores do PT e líder dos petroleiros. Todo esse ambiente naturalmente repercutiu na ação social da cidade, assim como em todo país nos anos 80.

Em 1980 a população de Campinas, de 665 mil pessoas, a tornava a segunda em número de habitantes no Estado. Mas nos anos 80 o ritmo de crescimento populacional foi menor na cidade, atingindo a média de 2,2% ao ano, contra 2,1% no Estado. Nem por isso a situação social melhorou. Pelo contrário, o aumento dos índices de violência urbana eram cada vez



*Preparação do terreno
para construção do Shopping Iguatemi.*

maiores, e apareciam novos desafios, como o do aparecimento da AIDS. Campinas procurou dar suas respostas a todos esses desafios, e o mesmo ocorreu com a FEAC que ingressava em uma nova etapa com a nova realidade criada pelo Shopping instalado em suas terras.

A inauguração

De fato, a inauguração do Shopping Center Iguatemi, no dia 6 de maio de 1980, tornou-se um **marco na história da Fundação FEAC**, pelo que representou em termos de incremento de recursos para as entidades filiadas e para a ação social em Campinas. Como forma de continuar a reflexão sobre o impacto do Shopping Center, entre outros objetivos, foi promovido o II Seminário Interno da FEAC, em dezembro de 1980.



Governador José Maria Marin, José Sarney e outras lideranças na inauguração do Iguatemi.



Carlos Jereissati na inauguração do Iguatemi Campinas.



Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira e governador José Maria Marin na inauguração do Shopping Center Iguatemi Campinas, a 6 de maio de 1980.



Tasso Jereissati e Magalhães Teixeira na cerimônia de inauguração.

O Jornal da FEAC foi totalmente reformulado em 1980, sob a supervisão da empresa jornalística Brésia & Castanho. O Shopping Iguatemi proporcionou os recursos para financiar a implantação do novo jornal.

O número de entidades filiadas era de quase 40 na época.

Foram arrecadados em 1980 recursos de Cr\$ 8.381 mil, representando aumento de 45% em relação a 1979. Foram destinados às entidades Cr\$ 7,8 milhões, representando um aumento de 147% em relação a 1979. O patrimônio estimado em 1980 era de Cr\$ 53 milhões, sem contar o lançamento do Shopping Center, estimado em Cr\$ 243 milhões e 800 mil, segundo o relatório da diretoria.

O Projeto Oficina de Brinquedos envolveu 188 voluntários, alunos das escolas: EEPG Artur Segurado, Colégio Pio XII, Colégio Notre Dame, Instituto Ave Maria, Escola Comunitária, Ginásio

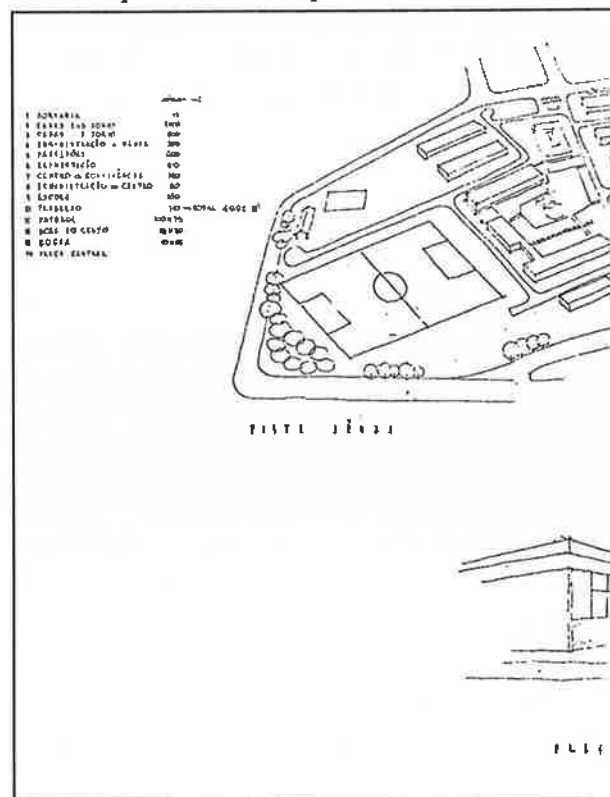
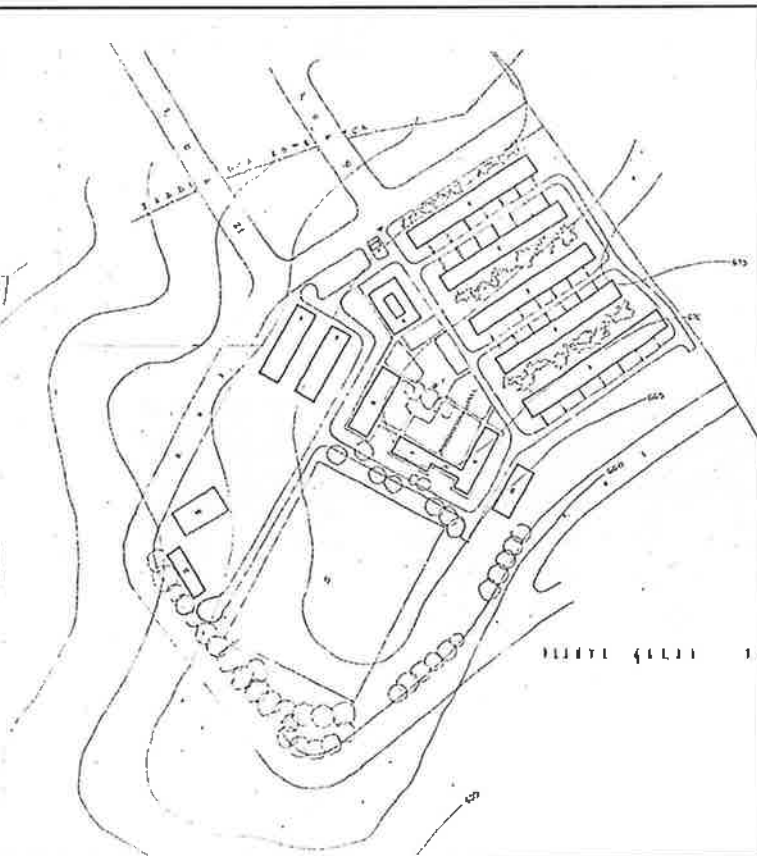
Victor Meirelles, Colégio Imaculada e Escola E.Z.Mokarzel. Usuários adolescentes das entidades Casa dos Menores de Campinas e Centro Cultural Louis Braille também atuaram como voluntários. Foram fabricados e consertados brinquedos para usuários do C.C.Louis Braille (98 e 9), Casa da Criança de Sousas (16 e 160), Cadaf (9 e 5), Convívio Aparecida (28 e 220), C.C.Madre Anastácia (38 e 148), Plimec (10 consertados), Lar dos 15 irmãos (55 consertados) e Lar dos Velhinhos de Campinas (5 fabricados). Para o Natal, houve campanha especial, com a doação de 1 mil brinquedos pela comunidade.



Uma das primeiras fotos do Shopping Center Iguatemi Campinas.

Foram criados núcleos do Clube de Mães na Vila Marieta e Vila Lemos. A Feira passou a ser feita no Shopping Center Iguatemi.

Do mesmo modo, *o ano marcou o fim do projeto de concessão de área da FEAC para construção de unidades da Febem*. O acordo caducou por decurso de prazo.



Detalhes do projeto elaborado para as unidades da Febem, que não foi executado por falta de apoio.

Era outra iniciativa da FEAC – que chegou inclusive a disponibilizar parte da área da Fazenda Vila Brandina – que acabou não tendo a devida atenção do poder público. E uma iniciativa que, como no caso do Colégio Antônio Augusto de Almeida, poderia ter ajudado e muito a prevenir o recrudescimento da situação de crianças e adolescentes em condição de risco social na cidade e região.

A FEAC iniciou em 1980 a ampliação da sede. Foi estabelecido contrato de prestação de serviços com a Unimed, para atendimento dos funcionários.

Três falecimentos marcaram o ano. De Edmundo Barreto, primeiro presidente provisório. Os seus herdeiros doaram a sua biblioteca para a FEAC. Do Monsenhor Bruno Nardini, que era membro do Conselho Deliberativo. E de Armando Miranda Godoy, que em testamento deixou seus bens para a FEAC – basicamente um apartamento na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo.

O endereço da sede da FEAC finalmente estava completo. Pelo Decreto n 6.088, de 7 de julho de 1980, a rua 4 do Jardim Brandina foi denominada Odila Santos de Souza Camargo. O número da sede ficou sendo 34.

Fizeram doações à FEAC em 1980, entre outros: Champion Papel e Celulose (papéis de escritório), Raul Toledo Cardoso (ações do Bradesco), Coca Cola (3,6 toneladas de pó para refresco), Anita Ginefra Braz da Silva (149 livros de Direito, do falecido marido Francisco Braz da Silva), herdeiros de Sylvio Rizzardo (várias ações da Telerj), Banco Banespa (móveis), Robert Bosch (furadeira elétrica para a oficina de brinquedos), deputado Salvador Julianelli (Cr\$ 20 mil de sua verba pessoal), e IBM (doação de Cr\$ 437 mil).

Em 1980, o Plimec atendeu a 678 jovens, em 28 grupos. Passeios ao Bosque dos Jequitibás, ao Aeroporto de Viracopos e à Lagoa do Taquaral,

torneios de ping-pong, Maranhão e um torneio inter-Plimecs (em Itatiba, dia 15 de novembro), espetáculo com o Circo Garcia (dia 1 de junho), Bazar da Pechincha, exposição de trabalhos dos jovens e Natal Comunitário foram algumas das atividades realizadas.

Técnicos e dirigentes da FEAC estiveram em vários eventos em 1980, como Curso de Educação e Saúde (CEDES e CEBES), Cursos de Gerontologia Social e Aconselhamento da 3ª Idade (Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo), 1º Congresso Brasileiro de Humanização do Hospital e da Saúde (PUC-São Paulo), III Jornada Médico-Social da 3ª Idade (SESC-Campinas), IV Encontro da Pastoral da Mulher Só e Desamparada (Rio de Janeiro), Curso de Trabalho Social com Grupos (ACAS-Campinas), I Encontro Nacional dos Direitos do Menor (São Paulo), I Simpósio Pró-Infância (Cruzada Pró-Infância – São Paulo), Ação Comunitária e Educação do Menor (São Paulo), Curso de Lazer e Cultura Popular (SESC-São Paulo), Palestra Educação Popular na África (UNICAMP), III Semana da Mulher – Planejamento Familiar (UNICAMP).

Várias visitas foram realizadas pelos técnicos, como à Cruzada das Senhoras Católicas de Santos e Associação de Amparo à Mulher Sebastiana, em São Sebastião (para conhecer trabalho com prostitutas), Associação de Promoção Humana de Botucatu e APAE de Mogi Mirim.

Vários estágios, beneficiando técnicos de entidades filiadas, foram mantidos, como com a TO da PUC-Campinas (52 vagas), Pedagogia da UNICAMP (6 vagas) e Psicologia da PUC-Campinas (32 vagas).

O Ano do Deficiente

1981 foi o *Ano Internacional do Deficiente*, proposto pela ONU. Foi um marco em termos de sensibilização e mobilização para a inclusão dos portadores de deficiência e necessidades especiais. Até então o tema era tabu, o deficiente era pratica-

mente confinado no interior de suas casas. O Ano colocou o tema da inclusão do deficiente na ordem do dia.

A FEAC integrou a *Comissão Municipal do Ano Internacional*, e promoveu várias atividades como a doação de 1000 cartazes de divulgação. A grande atividade foi a produção, com financiamento pela FEAC, do filme *Um raio de luz*, com roteiro e apresentação pela professora Marilda Novaes Lipp, coordenadora dos cursos de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas.

O filme, abordando a temática do portador de deficiência mental, teve *avant-première* dia 18 de setembro, às 20 horas, no auditório da FEAC, com a participação de dirigentes da instituição e filiados, técnicos e vários profissionais da área. Após a exibição houve mesa redonda para discussão crítica do filme e reflexão sobre a situação dos portadores de deficiência.

Ao longo de seus 40 anos, a FEAC dedicou, de fato, um olhar especial para a inclusão dos portadores de deficiência. As principais entidades do setor se filiaram à Federação, constituindo uma rede e, na prática, um fórum importante de reflexão e ação.

Apoio ao Hospital Álvaro Ribeiro

A FEAC fez outro financiamento importante em 1981. Adquiriu o imóvel (por Cr\$ 24 milhões) onde estava a unidade anterior, na rua José Paulino, e ainda destinou Cr\$ 4,2 milhões para a *conclusão das obras da nova unidade do Hospital Álvaro Ribeiro*. A Prefeitura havia prometido doar Cr\$ 10 milhões para o novo hospital, mas só tinha destinado Cr\$ 2 milhões. As obras do novo Hospital Álvaro Ribeiro, a cargo da Construtora Penteado de Freitas, estavam estimadas em Cr\$ 33 milhões. Com a operação conduzida pela FEAC, o novo Hospital pôde ser inaugurado. Foi

ainda concedido em 1981 um empréstimo de Cr\$ 1,3 milhão para a construção de nova panificadora no Educandário Eurípedes.

Uma grande campanha de divulgação da FEAC foi desencadeada em 1981, elaborada pela empresa Bréscia & Castanho e que contou com o apoio da mídia local e regional. José Bonifácio Coutinho Nogueira cedeu vários espaços na TV Campinas. O jornal cinematográfico "Gente", contando o trabalho da FEAC e filiadadas, foi exibido em todos os cinemas de Campinas por 90 dias. Mala direta e outros recursos foram utilizados.

A campanha repercutiu em novo incremento na arrecadação. Apenas a IBM doou Cr\$ 603 mil, uma das maiores doações feitas de uma só vez para a FEAC. Do Legislativo Federal foram recebidos Cr\$ 45 mil, dos deputados Natal Gale, Herbert Levy e Carlos Nelson Bueno. Outros que colaboraram, com verbas, móveis e outros itens, foram Banco Bozano Simonsen, Equipav, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Antônio Soares, Banco Itaú, Tubella S/A e Refrigerantes Campinas.



Posse do Conselho de Contribuintes, a 10 de dezembro de 1980.

O número de filiadadas também cresceu. Filiaram-se nesse ano ou entraram em processo de filiação o Centro Assistencial Cândida Penteado Queiroz Martins, Centro Espírita "Cairbar

Schutel”, Instituto de Pedagogia Terapêutica “Norberto de Souza Pinto”, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Casa da Criança Meimei, Creche Ilce da Cunha Henry e Creche Lar Ternura.

Finalmente foi publicado no Diário Oficial da União, de 31 de julho de 1981, o Decreto Lei 86.238/81, de 30 de julho, declarando a **FEAC “Órgão de Utilidade Pública Federal”**. Era o resultado de luta iniciada em 1969, com grande significado pelo que representava de abatimento no Imposto de Renda dos contribuintes da FEAC. Do mesmo modo, no dia 12 de novembro foi expedido pelo **Ministério da Educação e Cultura (MEC)** o **Certificado de Fins Filantrópicos à**

FEAC. O Certificado facilitava os convênios com o poder público.

Na mesma linha, a FEAC conseguiu da Sanasa a isenção da Taxa de Expansão para instalação da rede de água no Loteamento Jardim Brandina, lançado pela FEAC.

Para divulgação dos produtos confeccionados pelos Clubes e Mães, além da divulgação da FEAC e filiadas, foi cedida pelo Grupo Jereissati uma loja no Shopping Center Iguatemi. A Feira de Artesanato foi realizada a 13 de novembro, na “loja da FEAC”.

Foram iniciados em 1981 os estudos para o plano de urbanização da Fazenda Vila Brandina.

Somente em 1981 a Fazenda Vila Brandina produziu 54 toneladas de algodão, resultando em Cr\$ 1,6 milhão. O rebanho bovino era de 85 cabeças, entre adultos e bezerros.

Para ocupar a gerência administrativa da FEAC foi contratado, em 1981, Cleso Dias. Com isso o funcionário Pedro Zaghi assumiu a gerência de recursos externos, que abrangia campanha de divulgação e arrecada-



Posse da diretoria executiva 1981-82, com presença de Darcy Paz de Pádua, Rubens Andrade de Noronha, Octavio Bierrenbach de Castro, Saulo Monte Serrat, Eduardo de Barros Pimentel, Gilberto Prado, Raul Guedes de Melo e Leonardo Goldstein.



Cerimônia posse diretoria 1981-82, na mesa: Professora Margarida Borghi, Gilberto Prado, Saulo Monte Serrat, Raul Guedes de Melo, Rubens Andrade de Noronha e João Loureiro (último à direita).

ção de fundos. O advogado Elias Antônio de Oliveira também foi contratado para o Departamento Jurídico, para auxiliar Edda R. Alguin Liffiton. O jornalista Adir Gigliotti foi igualmente contratado para a assessoria de Imprensa.

A assistente social Jacy Padilha Accordi foi indicada em 1981 como membro permanente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Ela era responsável pelas ações com idosos na FEAC e em julho participou da 4ª Jornada Médico-Social da Terceira Idade, proferindo conferência a convite do Movimento Pró-Idoso.

A FEAC celebrou convênio com a LBA para implantação do Programa Elo de alimentação, recreação e lazer de crianças de famílias de baixa renda. Pelo convênio, a FEAC receberia Cr\$ 450 mil, que seriam aplicados no Jardim Santa Lúcia, como parte do processo de transformação do Plimec em Centro Comunitário.

A FEAC também contribuiu com Cr\$ 100 mil para o Centro de Orientação do Menor Infrator (COMI). A FEAC ainda destinou Cr\$ 120 mil para pagamento da alimentação dos jovens que seriam atendidos no Centro de Recepção e

Triagem de Menores, inaugurado pela Prefeitura Municipal.

A diretoria executiva para 1981-1982 era composta por Gilberto Prado (presidente), Saulo Monte Serrat (1º vice), Carlos Eduardo Muller (2º vice, depois substituído por José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho), João Baptista Calixto (3º vice), Osmar Gonçalves (Finanças), Maria do Carmo de Arruda Toledo (secretária), Darcy Paz de Pádua (Serviço Social), Emílio Fernandez Olmos (Divulgação e Campanhas), Carlos Novaes (Patrimônio) e Renato Schroeder (Administração).

O conselheiro Carlos Foot Guimarães, um dos pioneiros da constituição da FEAC, faleceu nesse ano. O seu nome, por iniciativa da instituição, foi dado a uma praça da Vila Brandina, conforme aprovação pela Câmara Municipal.



Leite na Fazenda Vila Brandina



Fazenda Vila Brandina com gado no início da década de 1980.



XVI

Regionalização e os Cartões de Natal FEAC

No início da década de 1980, ocorreu a transformação da unidade do PLIMEC no Jardim Santa Lúcia em Centro Comunitário. Foi um episódio muito expressivo, no sentido do estabelecimento da nova visão de trabalho social proporcionada pela Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

Nessa mesma linha, aconteceu no período a *descentralização das ações da FEAC*, através da implantação de um Programa de Regionalização, em 1985. As entidades filiadas foram agrupadas em diferentes pólos regionais, de acordo com a divisão administrativa do Município que a Prefeitura havia introduzido.

Com a divisão em regiões, a FEAC procurava viabilizar uma visão mais ampla e integrada das necessidades sociais de uma determinada área geográfica do Município. Com isso seria possível maior articulação entre as entidades filiadas e outros recursos sociais da respectiva região, fossem eles públicos, privados ou de caráter comunitário. Nesse sentido o Programa de Regionalização antecipou o que seria depois conhecido, entre a década de 1990 e início do século 21, como trabalho em rede, entre os recursos sociais existentes em uma determinada região.

Inicialmente houve uma divisão administrativa no âmbito de atuação da FEAC em seis regiões. A primeira correspondia às Administrações Regio-

nais (ARs) 1 e 2 do Município, a segunda à AR-3, a terceira às ARs-4 e 5, a quarta às ARs 6 e 7, a quinta às ARs 8 e 9 e a sexta às ARs 10 e 12 mais o Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia. Em fases posteriores, foram introduzidas modificações na divisão regional e houve uma reformatação da iniciativa no Projeto de Ação Regional, sempre com o propósito de reunir e articular os recursos sociais de uma determinada região.

De acordo com o formato inicial, de 1985, cada região ficou sob a responsabilidade de uma assistente social, com o apoio de profissionais, inicialmente, das áreas de Psicologia, Economia Doméstica, Pedagogia e Educação Artística. As profissionais eram encarregadas dos cursos oferecidos às entidades, em suas áreas de atuação.

A regionalização executada pela FEAC antecipou o que aconteceria na própria esfera oficial, quando o governo municipal de 1983-88 (de José Roberto Magalhães Teixeira) tentou dar respostas à nova realidade social, com medidas como a criação das administrações regionais, descentralizando a estrutura administrativa, e a ampliação da rede pública de saúde. Foram instalados 12 novos postos e centros de saúde, ampliando a rede de atendimento básico para 36 unidades.

Os esforços no setor da saúde tiveram resultados práticos, como na *diminuição da taxa de mortalidade infantil*, de 71 por 1.000 nascidas vivas

em 1975 para 35,6 em 1980, 22,57 em 1990 e 17,7 em 1995. Darcy Paz de Pádua foi secretário municipal da Promoção Social durante esse primeiro governo de José Roberto Magalhães Teixeira, o “Grama”.

Magalhães Teixeira foi um dos líderes do antigo MDB que, descontentes com os rumos do PMDB, acabaram criando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no final da década de 1980. De certa forma o ideário social democrata seguiu, no Brasil, rumos e conceitos – principalmente na área social – semelhantes aos que eram defendidos pela Democracia Cristã. Não por acaso, líderes tradicionais da Democracia Cristã, como o ex-senador e ex-governador Franco Montoro, acabariam ingressando no PSDB.

Nessa época atuavam nos projetos sociais da FEAC, entre outros, os funcionários: a economista doméstica Roseli José Francisco, que pediu para participar do VII Congresso Brasileiro de Economia Doméstica em 1983; os diretores João Baptista Calixto e Paulo Ribeiro; a professora de Artes do Projeto Clube de Mães – Margarete Andreassi; a assistente social do Clube de Mães – Zuleika Aparecida Minussi; e a coordenadora do DPS, Maria Aparecida de Souza Pinto, assistente social. Maria José de Moraes Galetta também atuava como assistente social do DPS no início da década de 1980. Depois a funcionária foi, por solicitação do Juiz da Infância e da Juventude, cedida pela FEAC para trabalhar no juizado.



Maria José de Moraes Galetta, assistente social que atuou no DPS da FEAC.

Mudança de estatutos

Em 1984, quando completava 20 anos, a FEAC mudou seus estatutos. A mudança foi aprovada em reunião do Conselho Deliberativo a 1º de agosto de 1984. O documento foi assinado pelo Curador das Fundações Carlos Alberto Bocchio de Toledo e presidente do Conselho, Raul Guedes de Melo.

As principais mudanças diziam respeito aos artigos 3º e 4º, que passaram a ter as seguintes redações:

Art. 3º – Caráter leigo, não discriminando entre entidades e pessoas beneficiadas por motivos de raça, religião ou de credo político.

Art. 4º – A FEAC tem como objetivos, que são inalteráveis, a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade ao menor, na região de Campinas, desenvolvendo as atividades que visem, precipuamente:

- a) estudos, pesquisas, projetos, bem como coordenar trabalhos de promoção, assistência e bem-estar social;
- b) estímulo à criação de obras e serviços de natureza social, que atinjam setores carentes da comunidade;
- c) racionalizar a arrecadação de recursos financeiros, para destiná-los às entidades federadas e à celebração de convênios com outras que, embora não federadas, mereçam apoio da FEAC;
- d) proporcionar orientação ou efetiva assistência jurídica, contábil, técnica e outras eventualmente necessárias, às entidades federadas que as solicitem;
- e) administrar e desenvolver o seu patrimônio, visando atingir plenamente seus objetivos sociais.

Natal com solidariedade

O início da década de 1980 foi marcado pela renovação nas fontes de recursos da Fundação FEAC, com a entrada em operação do Shopping Center Iguatemi. Depois também seria instalado



Hipermercado Eldorado, outro empreendimento localizado na Fazenda Vila Brandina, no início da década de 1990.

Vista aérea com Shopping Iguatemi e Eldorado.



na área da Fazenda Vila Brandina, e bem perto do Shopping, o Hipermercado Eldorado (posteriormente Carrefour). A diretoria e o Conselho Deliberativo – transformado em Conselho Curador – também resolveram suspender a contribuição direta para o fundo único, diante do entendimento de que ela vinha afetando a conquista de novos sócios pelas entidades.

Além dos recursos derivados da participação no Shopping Center Iguatemi, a direção da FEAC procurou implementar novas fontes de arrecadação, visando aumentar o investimento na área social. Nessa perspectiva foi lançada a Campanha *Cartões de Natal FEAC*, inspirada em um trabalho da Children's Aid e implantada em 1984 pela Fundação, sob a coordenação da jornalista Joana Ballis e durante a gestão de Luis Norberto Pascoal como diretor de Relações Externas e Divulgação.

Artistas plásticos de várias cidades começaram a produzir cartões de Natal para um concurso anual promovido pela Fundação. Os cartões escolhidos passaram a ser comercializados nos finais de ano. A participação voluntária dos artistas plásticos foi, com

efeito, fundamental para garantir o sucesso dos Cartões de Natal FEAC através dos tempos.

Os recursos arrecadados são fundamentais para as entidades sociais, filiadas ou não à FEAC (que também podem participar da campanha de Cartões de Natal), em um período do ano em que as instituições têm de arcar com vários compromissos, como pagamentos de férias, 13º salário e outros.

O projeto tornou-se, na prática, importante fonte de receita para as entidades envolvidas. Entre 2000 e 2004 foram captados mais de R\$ 2 milhões pelo projeto, investidos diretamente nas entidades participantes, filiadas ou não à FEAC. Várias entidades da região de Campinas passaram a participar da campanha.

A campanha alcançou números crescentes. Foram vendidos 78 mil cartões em 1984. Entre 1985 e 1986, a venda aumentou 136,65%. Em 1989 foram vendidas 454.748 unidades. Após um declínio nas vendas, entre 1990 e 1992, coincidindo com uma forte crise econômica no País, a campanha voltou a crescer. Seriam vendidos 484.660 cartões em 1994 e 644.883 em 1997.

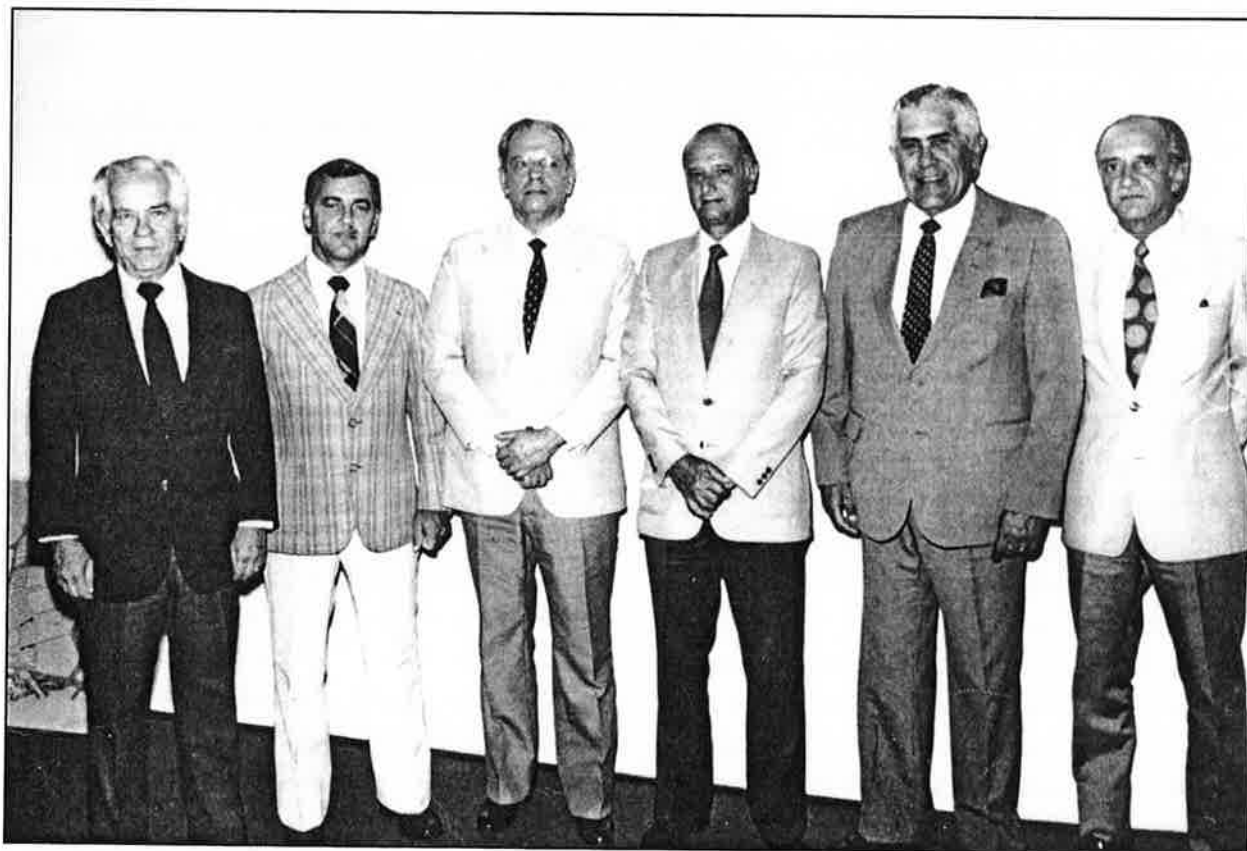
Personalidades sempre apoiaram as campanhas publicitárias dos Cartões de Natal FEAC. Caso da campanha de 1998, que teve como tema *Solidariedade*, que teve a participação da dupla Chitãozinho & Xororó, a jogadora de basquete Paula, o maestro Benito Juarez, o jogador de futebol Careca e a artista plástica Márcia Novaes. A campanha foi criada pela M51 Comunicação & Arte, que sempre deu grande apoio ao Projeto Cartões de Natal FEAC.

Em 2003 foi realizada a campanha de venda de 1 milhão de cartões, e novamente houve a participação de personalidades, como as atletas “Magic” Paula, Vera Mossa e a nadadora Fabiana Sugimori.

Em 2004, quando foram comemorados os 40 anos da FEAC, o Programa Cartão de Natal FEAC



Reunião da diretoria executiva entre 1983-84.



Posse diretoria executiva FEAC para biênio 1983-84: Paulo Abreu Ribeiro, João Batista Calixto, Saulo Monte Serrat, Gilberto Prado, Osmar Gonçalves e Darcy Paz de Pádua.

contou com o patrocínio *master* da Bosch, Dow Corning, Iguatemi Campinas e Merck Sharp & Dohme, com apoio da CLF Energia, DPaschoal, M-51, Uniodonto e Invista.

Em 2004, foi estreante no projeto o pernambucano Romero Britto, artista plástico brasileiro de renome internacional, considerado legítimo herdeiro do cubismo neo-pop.

No biênio 1983/84, quando começou a Campanha de Cartões Natal FEAC, a diretoria da Fundação FEAC foi composta por Gilberto Prado (presidente), Saulo Monte Serrat (1º vice), Osmar Gonçalves (2º vice), Sérgio Barros Pimentel (3º vice), João Batista Calixto (Diretor Administrativo), Darcy Paz de Pádua (Promoção Social), Leonardo Goldstein (Financeiro), Paulo Abreu Ribeiro (Patrimonial), Luis Norberto Pascoal (Relações e Divulgação) e Renato Schroeder (Diretor Secretário).

A Campanha de Cartões Natal FEAC foi em seguida consolidada, a partir do biênio 1985/86, quando a diretoria executiva da Fundação FEAC era integrada por Osmar Gonçalves (presidente), Darcy Paz de Pádua (1º vice), Luis Norberto Pascoal (2º vice), Sérgio Barros Barreto (3º vice, depois substituído por Nelson Noronha Gustavo Filho), Paulo Abreu Ribeiro (Diretor Financeiro), Lino Tatto (Assuntos Externos), Saulo Monte Serrat (Promoção Social), Luiz José de Carvalho de M.Matos (Patrimonial), João Batista Calixto (Administrativo) e Renato Schroeder (Diretor Secretário).

Crecheplan e FEAC

Em meados da década de 1980, o governo de São Paulo implantou o Crecheplan, projeto apontando para um novo modelo pedagógico em creches, próximo do atendimento que seria depois consolidado com o ECA. A difusão em Campinas dos conceitos do Crecheplan foi iniciativa da Fundação FEAC.

Esse esforço é citado pela coordenadora da Creche Bento Quirino, Lidia Oneida Siqueira Baida, como exemplar quanto à importância da parceria entre a instituição e a FEAC. Com a saída das Irmãs Franciscanas



Posse diretoria executiva
para biênio 1985-86.



Outros membros da diretoria
1985-86 na posse.

do Coração de Maria da direção interna da Creche, em 1983, a Bento Quirino passou por completa reestruturação administrativa e pedagógica.

Nesse momento foi fundamental a assessoria técnica da FEAC. Estávamos querendo imprimir novo modelo de creche, e o que a FEAC oferecia era o que queríamos.

diz Lidia, primeira administradora da Creche, quando o cargo ainda não existia em instituição semelhante na cidade. Lidia cita Maria Aparecida de Souza Pinto e Lucia Helena Marquezi entre as profissionais da FEAC que contribuíram nessa etapa de transição. Mudança visível, segundo ela, foi a forma como o uso dos brinquedos como recursos pedagógicos passou a ser encarado. Ações como o apoio ao Centro Comunitário do Santa Lúcia e a atuação nas creches sinalizavam, de alguma forma, como a FEAC sentia os desafios derivados dos novos tempos, marcados na década de 1990 pela globalização.

25 anos de atividades

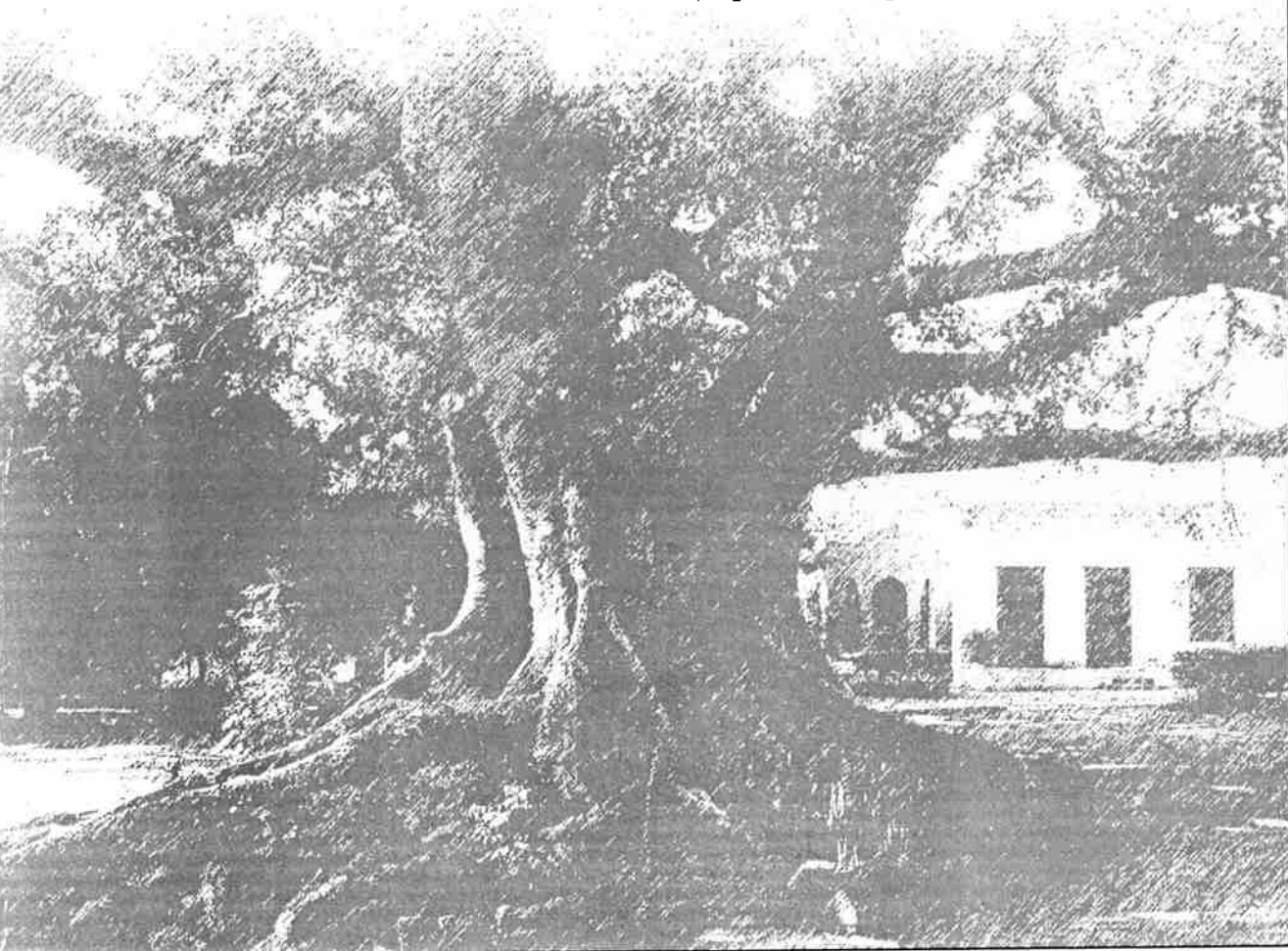
Os 25 anos da FEAC foram comemorados em grande estilo em 1989. Na sessão de 23 de abril, a Câmara Municipal de Campinas aprovou voto de congratulação da vereadora Arita Damasceno Pettená. Na Assembléia Legislativa de São Paulo foi aprovado o requerimento 1179, do deputado Luiz Máximo (PMDB), com voto de

congratulações. Nos dias 1 e 2 de dezembro, houve uma grande Reunião de Federações de Obras Sociais, no auditório da FEAC. Muitas delas haviam sido criadas por inspiração da própria FEAC.

Também por ocasião dos 25 anos da FEAC, no dia 25 de agosto de 1989, no auditório da instituição, foram organizadas duas mesas. A primeira, pela manhã, sobre “A legislação sobre o menor nos âmbitos federal e estadual”, com a coordenação do médico Hélio de Oliveira Santos, com Antônio Carlos Gomes da Costa, juízes de menores Dimas Borelli Thomaz Jr. (Campinas), Antonio Fernandes do Amaral e Silva (Blumenau) e deputado Jorge Tadeu Mudalen.

A segunda mesa, à tarde, foi sobre “O menor na Lei Orgânica Municipal”, com a coordenação de Darcy Paz de Pádua e participação dos vereadores Antonio Rafful e Antonio Garcia, curador de menores João Luiz Portolan Minnicelli e Acácio Silva (FEAC). Também houve apresentação de proposta integrada de promoção do menor, por Luiz Alberto da Silva, superintendente da Federação de Assistência à Infância de Santo André (FAISA).

A década de 1980 encerrava, enfim, como a de 1990 seria marcada, por grande atividade da sociedade brasileira geral e da FEAC em particular, no âmbito de Campinas, com atenções concentradas na questão da criança e do adolescente. Maria Tereza de Sousa Campos, Margarete Cavalheiro e Maria José de Moraes Galetta foram outras profissionais da área social da FEAC que se destacaram nos anos 80.



XVII

ECA e a Cidadania da Criança e do Adolescente

Os debates em torno da elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) alimentaram a reflexão coletiva sobre o estado da infância e juventude no Brasil na década de 1990. O ECA modificou radicalmente o olhar da sociedade brasileira para a Criança e o Adolescente, e as repercussões foram inevitáveis na vida da FEAC – que sempre teve a infância e a juventude como foco central – e suas filiais que trabalham com essas faixas etárias.

Com seus 833 mil habitantes em 1991, a Campinas que começava uma nova década era decididamente uma cidade de porte metropolitano. O crescimento contíguo de cidades vizinhas, como Hortolândia, Sumaré e Valinhos, possibilitava a formação de uma imensa malha urbana contínua, com problemas sociais multiplicados.

Seguindo uma tradição histórica, Campinas daria resposta aos novos desafios sociais. No segundo governo municipal de José Roberto Magalhães Teixeira (1993-1996), por exemplo, seria criado um pioneiro Programa de Renda Mínima, ponto de partida para iniciativas semelhantes que depois seriam instaladas em todo o país. A questão da criança e do adolescente tornava-se especialmente crítica, e o ECA veio trazer novos paradigmas no setor.

ECA e Constituição Cidadã

A elaboração do ECA foi resultado da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. O Estatuto seria elaborado para regulamentar os termos da Constituição relativos à Criança e à Adolescência. O mesmo aconteceria com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Era outro fruto da Constituição Cidadã, que apontava para a municipalização das ações sociais, através da criação dos Conselhos Municipais em diversas áreas.

Grupos de reflexão foram criados nas principais cidades do País, para propor sugestões ao ECA. Em Campinas foi implantado o Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente (GECA), a 6 de abril de 1988, antes da promulgação da Constituição, mas já visando a futura formatação do ECA.

Participaram do GECA representantes da Prefeitura, instituições do Estado e organizações não-governamentais como a Fundação FEAC. O GECA fez um diagnóstico dos recursos comunitários direcionados ao trabalho com crianças e adolescentes no Município, à elaboração do perfil da criança e adolescente de Campinas e à produção de documento, divulgado no início de 1989, sobre a violência contra a Infância e a Juventude na cidade.

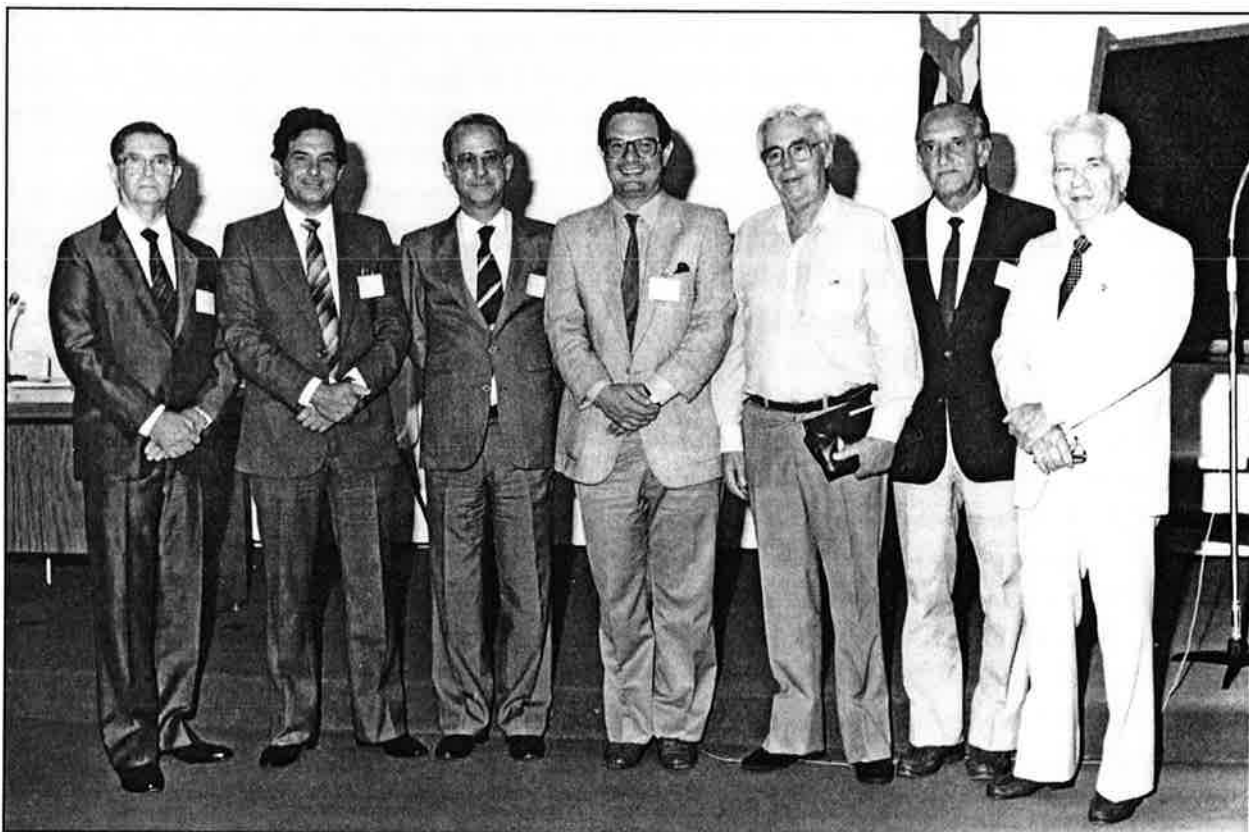
O ECA, conforme a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, teria de ser regulamentado por leis específicas em nível municipal, por exemplo com a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Em Campinas, 1991 foi então dedicado à discussão sobre um projeto de regulamentação do ECA no âmbito municipal, inclusive com a criação do CMDCA, que seria implantado na cidade em 1994.

Em 1991 também foi criado, em novembro, o Fórum Municipal Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Fórum reuniria representantes dos vários segmentos ligados a trabalhos com Infância e Juventude, e foi criado com o objetivo de acompanhar a atuação do CMDCA e a execução das políticas públicas do setor.

Campinas teve, de fato, papel central na formulação e, depois, na implantação do ECA.

Um dos grandes responsáveis pelos debates que culminaram no Estatuto foi o jurista Edson Sêda, que atuou em várias cidades e depois se radicou em Campinas. Sêda trabalhou, entre outras instituições, na Funabem, desenvolvendo ações entre outros locais na Baixada Fluminense. Depois tornou-se consultor do Unicef. Edson Sêda seria um dos consultores da Aliança de Campinas pela Educação, que seria criada em Campinas em 1996 por iniciativa da FEAC.

Na esfera da FEAC, a nova visão proporcionada pelo ECA coincidiu com a participação na presidência da diretoria do empresário Luis Norberto Pascoal, diretor do grupo DPaschoal e criador da Fundação Educar DPaschoal. Luis Norberto Pascoal projetou-se na década de 1990 e início do século 21 como um dos grandes nomes do Terceiro Setor no Brasil, tendo sido um dos grandes responsáveis pela evolução dos conceitos da chamada responsabilidade



Com diretoria de 1987-88, presidida por Luis Norberto Pascoal, FEAC intensifica esforços por Educação – os membros da diretoria na foto são Edwards de Oliveira Demarco, Augusto Fernando Barros Pimentel Jr, Tadeu Silva Gama, Luis Norberto Pascoal, Antonio Orlando, Darcy Paz de Pádua e Paulo de Abreu Ribeiro.

social corporativa. E a preocupação de Pascoal – nascido em uma família que sempre teve grande sensibilidade social – sempre foi essencialmente com a *Educação como instrumento central do desenvolvimento humano e coletivo*. A sua passagem pela presidência da FEAC deixou marcas muito importantes no sentido de fortalecer a preocupação da instituição com a Educação. Pascoal também sempre foi um grande entusiasta do trabalho voluntário, e participaria do Comitê Brasileiro do Ano Internacional do Voluntário, em 2001.

Luis Norberto Pascoal chegou à presidência da diretoria executiva da FEAC a 27 de janeiro de 1987, para o biênio 87-88. Os demais membros no biênio foram: Darcy Paz de Pádua (1º vice), Edwards de Oliveira Demarco (2º vice), José Carlos Tannuri Veloso (3º vice), Paulo de Abreu Ribeiro (Diretor Financeiro), Augusto Fernando de Barros Pimentel Filho (Patrimonial), Tadeu Silva Gama (Administrativo), João Loureiro (Relações e Divulgação), Antonio Orlando (Promoção Social) e Renato Schroeder (Diretor Secretário).

Ações em Campinas

Várias ações foram realizadas em Campinas, à luz das modificações proporcionadas pelo ECA. Em 1990 houve um levantamento sobre os bairros com solicitação para instalação de creche, sem prazo previsto, na época, de atendimento pela municipalidade. O trabalho foi feito pela assistente social Rosângela Fiorelli. Os bairros eram :

- AR 12 – Jardim Liza, Novo Maracanã, Chácara Cruz Sul, Parque Valença, Cidade Satélite Íris, Jardim D.Pedro, Parque D.Pedro II, Jardim Xangai, Jardim Cristina, Recanto do Sol, Jardim São Cristóvão, Mauro Marcondes
- AR 11 – Parque Santa Bárbara, B.Boa Vista, Jardim Itatiaia, Jardim São Fernando, Jardim Tupi, VilaIpê, Jambeiro

- AR 7 – Jd.Sta. Terezinha, Itatinga-J.São Paulo, Nova Mercedes, Nova América, Jd.Londres, Vila Nova Teixeira, J. Campineiro
- AR 3 – Cafezinho
- Barão Geraldo – Alto da Cidade Universitária, Betel.

Mas apesar do olhar especial para as crianças e adolescentes, a questão do Idoso também se tornava crucial. Em 20 de setembro de 1990, foi realizado o Encontro sobre Envelhecimento – Desafios e perspectivas dos anos 90, entre 18 e 20 de setembro de 1990, no Centro de Convivência Cultural, com promoção da PUC-Campinas/Faculdade de Serviço Social, Associação Nacional de Gerontologia (ANG) – Coordenadoria Brasil Sul-Suleste, Conselho Estadual do Idoso (CE-SP) e FEAC. Entre outros houve o Painel “Interiorização das Políticas Sociais para Idosos”.

A diretoria executiva da Fundação FEAC no biênio 1989/90 era composta por Luis Norberto Pascoal (presidente), Antônio Leite Carvalhaes (1º vice), Lino Tatto (2º vice), Saulo Monte Serrat (3º vice), Antônio Fernando Barros Pimentel Filho (Diretor Patrimonial), Paulo Abreu Ribeiro (Financeiro), Edwards de Oliveira Demarco (Administrativo), Antonio Orlando (Promoção Social), João Loureiro (Relações e Divulgação), Renato Schroeder e Pedro Francisco de Abreu Filho (Diretores Secretários).

Adequando-se ao ECA

Em 1991 continuavam os estudos visando a melhoria ao atendimento às crianças em Campinas, no marco estabelecido pelo ECA. Em fevereiro de 1991 o Departamento de Promoção Social da FEAC elaborou um

Estudo de custos para manutenção de equipamentos sociais destinados ao atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 4 anos e de

crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, bem como dos locais com solicitação e/ou demanda para instalação dos mesmos.

O estudo indicava uma preocupação com a avaliação correta dos custos de uma entidade, que passaria a ser imperativa nos anos seguintes.

As entidades filiadas à FEAC que lidam com educação infantil tiveram completa assessoria da instituição, para se adequar aos termos do ECA. Caso da primeira filiada, a Creche Bento Quirino. A coordenadora Lidia Oneida Siqueira Baida afirma que o apoio da FEAC após a implantação do ECA foi tão importante para as Creches filiadas como durante a vigência do Crecheplan na década de 1980.

O apoio da FEAC à Bento Quirino, assim como a outras entidades filiadas, também se estendeu à parte estrutural. No caso da Creche Bento Quirino, a restauração do prédio da unidade I – tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) em fevereiro de 1994 – se deu com recursos cedidos pela FEAC. Completo equipamento de segurança foi instalado, incluindo aparatos anti-incêndio.

No dia 25 de outubro de 1992, Luciano do Valle, Rivelino, Oscar Sales Bueno e Luiz Roberto Zini (Guarani) promoveram um Show de Bola, no Estádio Brinco de Ouro da Princesa, do Guarani, com renda revertida para as entidades filiadas à FEAC. A atividade teve a participação dos voluntários do Grupo VITA. Os promotores foram homenageados pela FEAC.

Foi uma partida entre as seleções brasileira e campineira de *masters*. Rivelino, entre outros craques do passado – ou não muito – participaram do Show de Bola, que levou grande torcida ao Brinco de Ouro.

Ainda em 1992, foi amplamente divulgado um documento, batizado “O que somos e o que quere-



Rivelino participou da partida que teve apoio de empresas e Grupo Vita



Grande público no Show de Bola promovido pela FEAC.



Seleções brasileira e campineira de masters deram o show.

mos”, assinalando o compromisso da FEAC com os desafios dos novos tempos, nas vésperas de mudança de século e milênio. No mesmo ano foram promovidas várias palestras, na sede da FEAC, com nomes de destaque no cenário social brasileiro, na linha de responder aos desafios dos anos 90. Participaram, entre outros: Joãozinho Trinta, juiz Liborni Siqueira, jornalista Gilberto Dimenstein, o publicitário Alex Periscinotto. Nesse ano foi lançado o Projeto carnê social – loteria social.

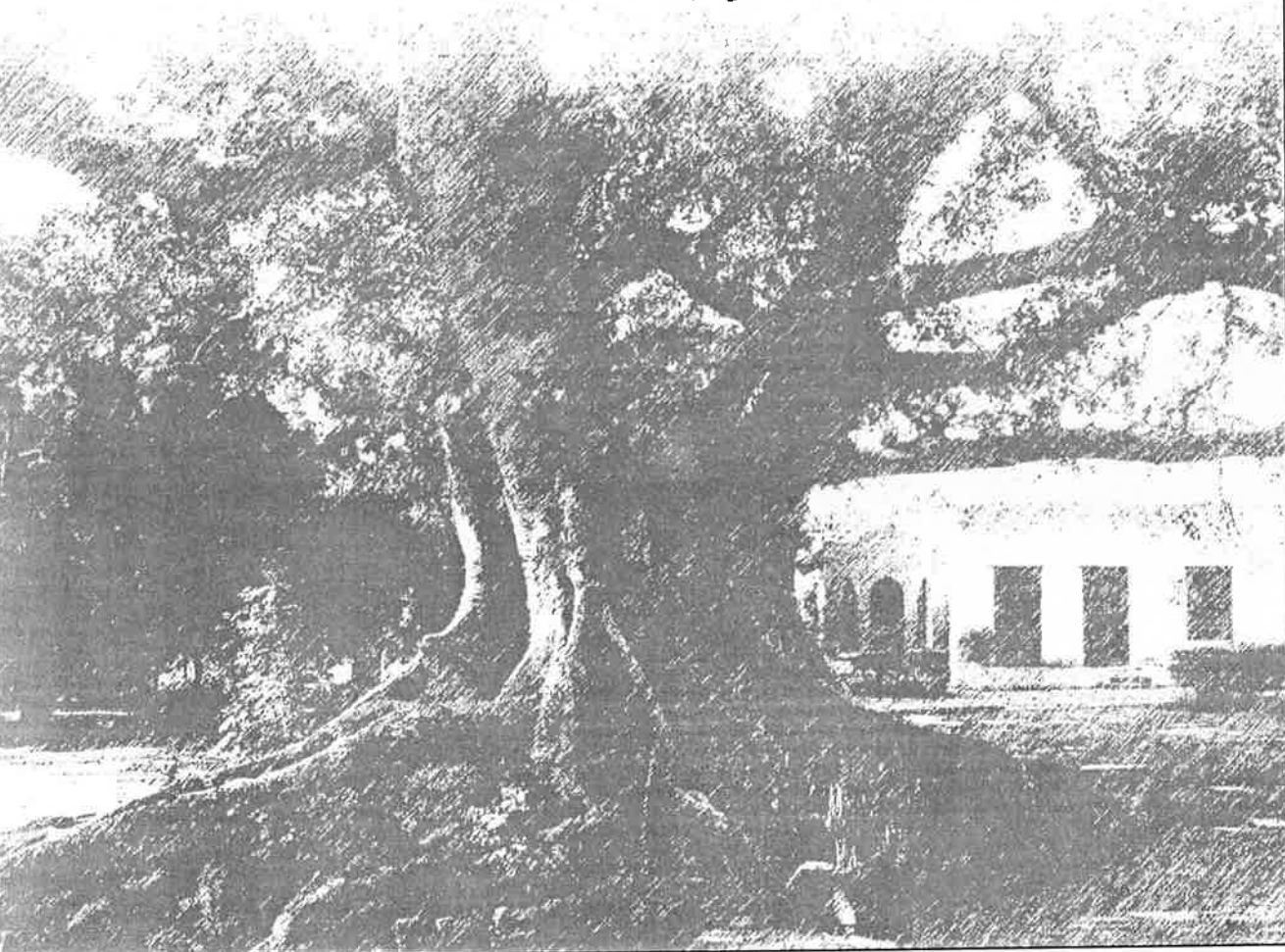


Luciano do Vale, Luis Norberto Pascoal (em pé) e outros responsáveis pelo Show de Bola.



Posse da diretoria executiva para 1991-92, com: Lúcio Bento, Luis Norberto Pascoal, Saulo Monte Serrat, João Loureiro, Antônio Leite Carvalhaes, Joel Nogueira de Sá, Augusto Fernando Barros Pimentel Filho, Edwards de Oliveira Demarco e Darcy Paz de Pádua.

A diretoria executiva da Fundação no biênio 1991/92 era composta por: Antônio Leite Carvalhaes (presidente), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (Vice Patrimonial), Darcy Paz de Pádua (Vice Social), Saulo Monte Serrat (Diretor Promoção Social), Lúcio Bento (Promoção Social), Edwards de Oliveira Demarco (Administrativo), Joel Nogueira de Sá (Patrimonial), Donald Peter Graber (Financeiro), João Loureiro (Relações e Divulgação), Luis Norberto Pascoal (Eventos).



XVIII

Terceiro Setor e melhoria da ação social

O avanço do conceito de Terceiro Setor permitiu e desencadeou um grande debate sobre a melhoria dos serviços prestados pelas organizações não-governamentais. Esse debate foi muito marcado pela aproximação cada vez maior entre segundo – o setor produtivo – e terceiro – o setor social – setores.

Na FEAC, essa discussão repercutiu na reflexão sobre a melhoria dos serviços prestados pelas entidades filiadas. Com esse propósito houve grande discussão interna, resultando no documento de 16 de março de 1993, assinado por Maria Aparecida de Sousa Pinto, chefe do Departamento de Promoção Social, com o título *Padrões mínimos de qualidade para funcionamento de entidades assistenciais* e que tinha esses itens:

1. Conceito de entidade assistencial – Entidades assistenciais são equipamentos sociais, não governamentais, sem fins lucrativos, que prestam serviços a uma faixa da população excluída do acesso a bens, serviços e riquezas, executando uma política social compensatória, que objetiva, contraditoriamente, o resgate da cidadania dessa população.
2. Normas de funcionamento de entidades assistenciais – Estatutos, títulos de utilidade pública e registros, quadro de associados, Conselho Fiscal, Plano de Trabalho, Instalações físicas com dependências

adequadas, equipamentos suficientes e disponíveis.

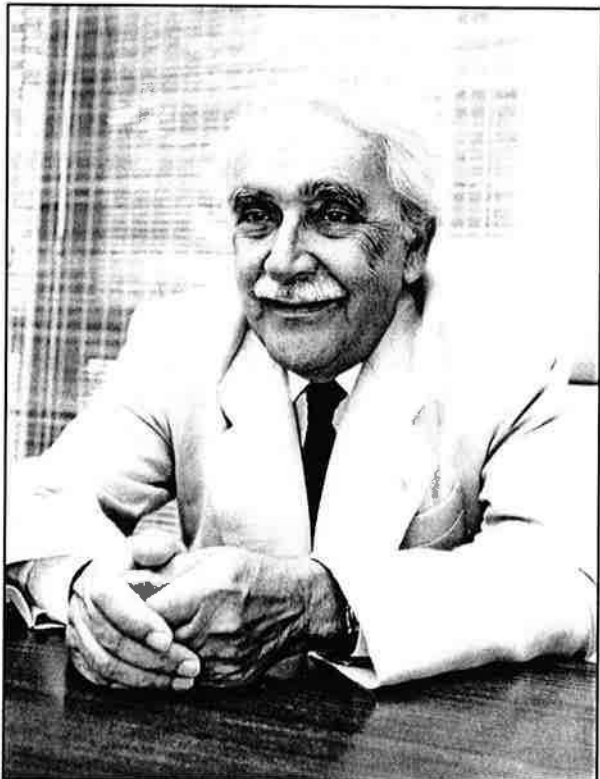
3. Qualidade técnica dos serviços prestados, atender a pessoa na sua globalidade (aspectos bio-psico-sociais vistos como um todo e inter-relacionados); atender a constelação familiar; apresentar uma proposta de trabalho educativo; manter trabalho com grupos na comunidade e/ou na entidade social; utilizar os recursos sociais da comunidade; integrar-se com os recursos sociais da região geográfica onde está localizada; permitir a participação do usuário em sua proposta de trabalho (implantação, ampliação, manutenção dos serviços); definir seu âmbito de ação; possuir sistema de avaliação para mensurar os resultados obtidos, assim como para redirecionar sua ação.
4. Equipe de direção e de trabalho.
5. Atividades administrativas e financeiras.
6. Conclusões: Sistema de avaliação do padrão de qualidade das entidades assistenciais será elaborado detalhadamente para melhor aferir os índices desejados. Cada entidade assistencial, conforme sua natureza, deverá ter um roteiro próprio para que se efetue a avaliação.

Foram anexados documentos com padrões mínimos para meio aberto, creches, abrigos e abrigos para a 3ª Idade. Para saúde e deficientes, seria elaborado depois, dada a sua especificidade.

Todos os padrões mínimos seriam detalhados posteriormente em instrumento de avaliação aplicado nas entidades, visando sua classificação.

Convênio com as filiadas

Como fruto da discussão sobre melhoria dos serviços prestados pelas entidades e pela própria FEAC, a diretoria – presidida por Antônio Leite Carvalhaes – e Conselho Deliberativo aprovaram o estabelecimento de convênios com as filiadas. O convênio tinha como finalidade mudar o critério de distribuição de recursos, visando aperfeiçoar o relacionamento com as entidades filiadas. Foi resultado de aprovação após amplos debates com os órgãos que compõem a Fundação FEAC. O convênio teria 12 meses, com alguns critérios principais:



Antônio Leite Carvalhaes, presidente da diretoria executiva entre 1991 e 1994.

- Objetivos do programa e/ou projeto devem se coadunar com os objetivos da entidade social e os da FEAC;
- A entidade social deverá comprovar suas condições financeiras para manter padrão mínimo de atendimento adequado às necessidades dos usuários;
- Quando houver concessão de recurso financeiro, o mesmo será destinado à implantação e/ou à continuidade de programas e/ou a projeto para atendimento direto ao usuário;
- O valor do recurso financeiro será fixado de acordo com a necessidade constatada através das avaliações e com a disponibilidade financeira da FEAC e será destinado enquanto as obrigações conveniadas estiverem sendo cumpridas.

Para melhor detalhamento das mudanças, foi promovido um *seminário interno com entidades*, no dia 27 de novembro de 1993, coordenado pelo professor Saulo Monte Serrat, do qual resultou um documento indicando os seguintes desafios e propostas a serem executadas por FEAC e entidades, como desafios aos novos tempos e no marco dos convênios que passaram a ser estabelecidos:

- a. Há necessidade de maior comunicação entre todos. A proposta é que haja melhor utilização do CEF como canal de comunicação.
- b. Proposta para que haja definição clara das áreas de atuação da FEAC e entidades, evitando assumir problemas que apenas o Poder Público tem recursos para enfrentar.
- c. Reunião sistemática dentro dos pólos a que pertencem, para facilitar a integração das entidades com os recursos locais. A FEAC deverá exercer um papel catalizador em relação a tais reuniões.

Propostas que devem ser executadas pela FEAC:

- a. Organização de um programa destinado às diretorias das entidades recém-filiadas, no qual seriam apresentadas a organização, as normas e as dependências da Federação.
- b. Aprimorar o processo de avaliação das entidades.

Outro documento, das vice-presidências social e patrimonial, indicava as propostas que devem ser executadas pela FEAC:

- a. Estabelecimento de normas claras e bem definidas, que orientem a ação da FEAC e das entidades filiadas, a partir do momento da filiação. Partindo das determinações do Estatuto, essas normas devem explicitar os direitos e deveres de cada parte e prever sanções a que fica sujeito quem não cumprir com suas obrigações.
- b. Realização de avaliações sistemáticas das entidades, em intervalos regulares, para acompanhamento e análise de desempenho. Quando for constatada irregularidade: orientação para corrigir. O não cumprimento justificado da orientação: advertência. Persistindo o não-cumprimento: suspensão dos pagamentos. Finalmente a desfiliação.
- c. Organização de cursos e programas de treinamento destinados a dirigentes e funcionários da FEAC e das entidades.
- d. Realização de Seminário de Avaliação Semestralmente.

Na linha da prestação de assessoria e serviços às entidades, a FEAC promoveu dia 2 de julho de 1993 uma palestra com Adherbal Antônio de Oliveira – presidente do Conselho Nacional de Serviço Social e Marcos Torres

de Oliveira, assessor especial do Ministério do Bem-Estar Social. O objetivo era a discussão do tema “Instituições de Assistência social face as novas normas do decreto 752/93, que trata do Certificado de Fins Filantrópicos”.

Na década de 1980 e até 1993 também haviam se filiado à FEAC as entidades (note-se o grande número de entidades nas áreas da saúde e de portadores de deficiência e necessidades especiais, além daquelas voltadas para a criança e adolescente, no espírito do ECA): Centro Educacional Integrado (CEI), Centro Boldrini, Centro “Romília Maria”, Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (Apascamp), Associação Pestalozzi de Campinas, Casa de Repouso Bom Pastor, Centro Educacional de Assistência Social Menino Jesus de Praga, Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami), Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia/Creche Dr. Cláudio de Souza Novaes, Centro Educação Especial Síndrome de Down, Pró-Visão/Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual, SORRI Campinas, Centro Corsini, Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação, Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente (NAECA), Grupo Comunitário Criança Feliz, Gru-

po Primavera, Grupo das Servidoras “Léa Duchovni” Campinas, Associação Campineira de Recuperação da Criança Paralítica/Casa da Criança Paralítica, Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas (Adacamp), Casa de Maria de Nazaré (quatro unidades), Fundação Síndrome de Down, Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, Sociedade Brasileira de Pesquisa e Reabilitação Crânio Facial (Sobrapar), Sociedade Pró-Menor de Barão Geraldo e Projeto Gente Nova (Progen).



Lino Tatlo, em junho de 1993, membro do Conselho Curador.

A diretoria executiva da Fundação FEAC no biênio 1993/94 foi composta por Antônio Leite Carvalhaes (presidente), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (Vice Patrimonial), Darcy Paz de Pádua (Vice Social), Edwards de Oliveira Demarco (Diretor Administrativo), Luis Norberto Pascoal (Eventos), Antonio Orlando (Promoção Social), Saulo Monte Serrat (Promoção Social), Hélio Silva de Carvalho (Patrimonial), Donald Peter Graber (Financeiro). Essa foi a primeira composição após novas mudanças nos Estatutos da FEAC, que levaram à redução de cargos na diretoria executiva.

Qualidade total no social

Em 1994, ano em que completava 30 décadas de atuação, a FEAC incrementou os debates visando a sua reestruturação interna, visando a melhoria da ação social em Campinas e região, à luz dos novos desafios suscitados pela globalização. Assim o

Departamento de Promoção Social procurou ampliar discussão interna sobre a incorporação de princípios da Qualidade Total nos serviços oferecidos pela FEAC e entidades filiadas. O Departamento circulou, em junho daquele ano, um documento com “Os 07 mandamentos da qualidade” para subsidiar as discussões.

O primeiro mandamento: *Total satisfação dos usuários/entidades*. Na estrutura tradicional da entidade, afirma o documento, quase sempre os usuários são colocados como receptores passivos dos produtos e serviços oferecidos.

O programa da Qualidade Total

inverte esse quadro e coloca o usuário como a pessoa mais importante para a organização. Tudo que a ela se relaciona torna-se prioritário.

Ponto básico para a Qualidade Total seria, então, “a total satisfação dos usuários”.

Gerência participava é o segundo mandamento, segundo o documento.



Posse diretoria para biênio 1993-94.

É preciso criar a cultura da participação e passar as informações necessárias aos empregados. A participação fortalece decisões, mobiliza forças e gera o compromisso de todos com os resultados. Ou seja: responsabilidade. O principal objetivo é conseguir o “efeito sinergia” onde o todo é maior que a soma das partes.

A participação, muitas vezes, lembra o texto, não ocorre porque

nunca foi solicitada; por desconhecimento dos processos da entidade, sua proposta de trabalho e seus usuários; ou faltam técnicas adequadas para análise e solução de problemas.

Dica adicional: É preciso eliminar o medo. E ouvir sempre os subordinados.

Terceiro mandamento da Qualidade Total, no documento difundido pelo Departamento de Promoção Social da FEAC: *Desenvolvimento de RH*. Nestes termos:

É possível ter o máximo controle sobre os empregados, determinar normas rígidas, supervisionar, fiscalizar. Mas nada será tão eficaz quanto o espírito de colaboração e a iniciativa daqueles que acreditam no trabalho. As pessoas são a matéria-prima mais importante na organização. Nela, buscam não apenas remuneração adequada, mas espaço e oportunidade de demonstrar aptidões, participar, crescer profissionalmente e ver seus esforços reconhecidos. Satisfazer tais aspirações é multiplicar o potencial de iniciativa e trabalho. Ignorá-las é condenar os empregados à rotina, ao comodismo, ao “tanto faz como tanto fez”, clima exatamente contrário ao espírito da Qualidade Total.

E o quarto mandamento: *Constância de propósitos*. O documento assinala:

A adoção de novos valores é um processo lento e gradual, que deve levar em conta a cultura existente na organização. Os novos

princípios devem ser repetidos e reforçados, estimulados em sua prática, até que a mudança desejada se torne irreversível. É preciso persistência e continuidade. O papel da administração é fundamental no acatamento e na prática dos mandamentos da Qualidade Total. É preciso ter coerência nas idéias e transparência na execução de projetos.

O *Aperfeiçoamento Contínuo* é o quinto mandamento:

O avanço tecnológico, a renovação dos costumes e do comportamento levam a mudanças rápidas nas reais necessidades dos usuários. Acompanhar e até mesmo antecipar as mudanças que ocorrem na sociedade – com o contínuo aperfeiçoamento – é uma forma de garantir mercado e descobrir novas oportunidades de negócios. Além disso, não se pode ignorar a crescente organização da sociedade civil, que vem conquistando novas leis e regulamentos para a garantia dos produtos e serviços.

Neste contexto, segundo o documento, a entidade deveria estar sempre atenta:

ao permanente questionamento de suas ações; à busca de inovações nos produtos, serviços e processos; à criatividade e à flexibilidade de atuação; à análise de desempenho com a concorrência; à ousadia de propor e assumir novos desafios; à capacidade de incorporar novas tecnologias.

O sexto mandamento, *Delegação*, com estas observações:

O melhor controle é aquele que resulta da responsabilidade atribuída a cada um. Só com os três atributos divinos – onipresença, onisciência e onipotência – seria fácil desempenhar a mais importante missão dentro da organização: relacionar-se diretamente com todos os usuários, em todas as situações. A saída é delegar competência.

Entretanto, o documento avisa que é necessário saber delegar: transferir poder e responsabilidade a pessoas que tenham condições técnicas e emocionais para assumir o que lhes for delegado.

E, finalmente, o sétimo mandamento da Qualidade Total, na visão do Departamento de Promoção Social da FEAC, *Disseminação de Informações*, com a advertência:

A implantação da Qualidade Total tem como pré-requisito transparência no fluxo de informações dentro da entidade. Todos devem entender qual é a missão, os grandes propósitos e os planos da entidade. A participação coletiva na definição dos objetivos é a melhor forma de assegurar o compromisso de todos com sua execução. Serve também para promover maior conhecimento do papel que a atividade de cada um representa.

Fica nítida, pelas afirmações contidas no documento, a preocupação da equipe técnica do Departamento de Promoção Social da FEAC com um processo participativo e democrático de gestão da instituição e entidades filiadas, com transparência, delegação de responsabilidades e fluxo permanente de informações.

Em anexo ao texto, o Departamento distribuiu um questionário para avaliar a visão dos colaboradores sobre o comportamento e a estrutura da instituição, na perspectiva da Qualidade Total. A avaliação dos questionários foi empregada como subsídio à melhoria de desempenho da própria FEAC e de entidades filiadas.

"ISO 9000" e doações internacionais

A discussão que se acentuou em 1994 sobre a qualidade total e a melhoria dos serviços prestados, pela própria FEAC e filiadas, também estava

vinculada ao grande debate sobre a doação de recursos para a área social por parte de entidades internacionais.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, também afetou a doação internacional de recursos. Agências internacionais doadoras, que investiam muito na América do Sul e África, passaram a aumentar os aportes para o Leste Europeu. Esse cenário contribuiu como mais um ingrediente para estimular o processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas entidades filiadas.

No início da década de 1990, foi criado um *Grupo de Estrangeiros da Comunidade (GPI)*, que auxiliou na discussão de uma política de captação de recursos junto a essas agências internacionais de fomento. Em função da contribuição do Grupo e dos contatos diretos com as instituições internacionais, constatou-se que as agências aprimoram sua preocupação com essas questões, segundo um documento interno do Departamento de Promoção Social:

- 1) O dinheiro realmente chega até os necessitados sem desvios e sem custos burocráticos exagerados?
- 2) A entidade é bem administrada para que se consiga o máximo de resultado?
- 3) A qualidade do trabalho feito com os assistidos é boa do ponto de vista técnico?
- 4) A entidade tem sua continuidade assegurada?"

São questões que apontam para um aprimoramento da gestão e da qualidade dos serviços oferecidos pelas entidades candidatas a receber recursos externos. Neste contexto, o Grupo de Estrangeiros sugeriu, segundo o documento,

que se crie uma norma de qualidade para uma entidade social que leve em conta todos esses aspectos, fazendo um paralelo com empresas industriais e de serviços.

Diante disso, a proposta do DPS era de que a FEAC servisse

de veículo para que suas entidades assistenciais filiadas conseguissem algum tipo de certificado. De posse disso, a FEAC faria um trabalho de arrecadação internacional, em nome da entidade, para atrair recursos.

É com esse sentido que foi elaborada uma minuta do que seria a "ISO-9000" das entidades assistenciais, enfatizando a qualidade total na liderança, ética, administração e aspectos técnicos e envolvendo mecanismos como auditorias e a emissão de certificados.

É curioso como, antes da propagação dos Códigos de Ética, na linha da responsabilidade social corporativa, já houvesse a preocupação nesse sentido na FEAC. Afirmo o documento com a proposta do ISO-9000 a respeito da qualidade na ética:

Estamos tratando esse item num tópico separado do item administração pela importância que tem para os potenciais doadores. (Uma das primeiras perguntas está sempre relacionada à seriedade da entidade e das pessoas envolvidas).

Uma entidade com qualidade em termos de ética é aquela em que não há desvio de recursos em nenhuma área.

Os recursos podem ser desviados:

- sob forma de desvio de dinheiro propriamente dito;
- pagando mais caro que o mercado na compra de produtos;
- permitindo que funcionários sejam pagos por horas não trabalhadas;
- sob forma de produtos que "desaparecem". Podem ser alimentos, produtos de limpeza, remédios, móveis etc.
- veículos usados para fins particulares.

São necessários, portanto, procedimentos claros e auditorias temporárias para evitar que tudo isso aconteça. Numa provável outorga de certificado, a auditoria perguntará como o líder da entidade controla e se certifica de que não há desvios de nenhuma natureza.

Com relação à emissão do certificado, a proposta era:

Deveremos pensar num órgão com autoridade para conceder o certificado, que desejavelmente deverá ser independente da FEAC. Esse certificado deve ter um tempo de validade, sendo necessária convalidação periódica. A concessão do certificado é diferente das auditorias, pois estas devem ser feitas com frequência bem maior, e em grande parte por pessoas da própria entidade.

Três décadas e Festa das Nações

Mas 1994 também foi um ano festivo. Nos 30 anos de atividades da FEAC, a reflexão se aliou à celebração.

Como parte das atividades de comemoração dos 30 anos da FEAC foi contratada uma experiente consultoria em filantropia, dos EUA. No caso veio a Campinas Sally Ver Schave Iberg, representante da Alford, Ver Schave & Associates Inc, empresa sediada em Chicago e especializada em assessoria às instituições que não visam lucro. O objetivo foi transferir experiência nas diversas áreas da administração da entidade social. Sally ministrou palestra sobre envolvimento dos funcionários das empresas no trabalho voluntário, ilustrando os bons resultados com casos reais. Foi cumprida extensa programação:

21.3.94 - 19h - FEAC - Palestra Desenvolvimento de Lideranças em Entidades Assistenciais, 22.3.94 - 8h30 FEAC - Gerenciamento de Campanha de Arrecadação, 18h30 - FEAC - Como integrar a equipe de sua empresa através do trabalho social.

Cursos iniciados em junho de 1994, no ano das três décadas: confecção de bonecas (Grupo Mulheres Romília, Lar dos Velhinhos), Pães (Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente no J. São Domingos), Curso de Licores (APAE, ADACAMP, Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica).

Festa das Nações FEAC

A principal atividade festiva em 1994 foi a promoção da I Festa das Nações, na Escola de Cadetes. Com o *slogan* “Você está colaborando com 74 entidades assistenciais de Campinas”, foi realizada de 27 a 29 de junho de 1994, com Pavilhões Alemão, Americano, Argentino, Espanhol, Holandês, Italiano, Japonês, Português e Suíço. As entidades sociais também montaram suas barracas. O Grupo Vita teve ativa participação.

Atrações da I Festa: Banda Escola Cadetes, Tango Conservatório Carlos Gomes, Dança japonesa, Grupo Folcórico Suíço da Helvetia, Mágico Bianco, Grupo Tabaola (Espanhol), Massolin Di Fiori (Música Italiana), Palhaço Zé



Público compareceu em massa à inauguração da I Festa das Nações.



Show com Sandy & Júnior fechou a Festa, no dia 29 de junho de 1994.



Prefeito Magalhães Teixeira, o presidente da Creche Meimei, Nedyr Mendes da Rocha e Darcy Paz de Pádua abrem oficialmente a I Festa das Nações promovida pela FEAC.



Show e outras atividades atraíram grande público para a Escola de Cadetes.

Minhoca e Banda da Alegria, Mágico Bertone, Grupo de Dança Folclórica de Holambra, Banda Yes Brasil (Pagode), Grupo Vida Nova, Dança do Ventre, Escolas de Balé Iris Ativa e Lina Penteado, Flamenco – Iris Ativa, Italian Music Shox, banda Alemã de Fraiburgo, Grupo Pablo Neruda (Chilena), Aeróbica – Grupo Cuca Academia, Sorteio Passagem Copa do Mundo, Grupo O Cabaré (Argentino), e show Sandy & Júnior às 11 horas de 29 de junho.

Para terminar o ano das três décadas, e visando refletir os desafios para o futuro, foi realizado um Seminário Interno, em dezembro de 1994. Identificou-se que, para

- redefinir sua função e papel social, ampliando assim sua ação para além das entidades sociais, concluiu-se como prioridade que a ação social da FEAC se desenvolva na macro estrutura, entendendo-se esta como a cidade de Campinas.

A FEAC deveria então assumir o papel de “agente de transformação”, atuando especialmente junto à infância e à adolescência. A ação social

deveria ser feita, sempre, junto às comunidades, especialmente através de lideranças locais. Houve nesse sentido sugestão de criação de um Setor de Programas Comunitários, para

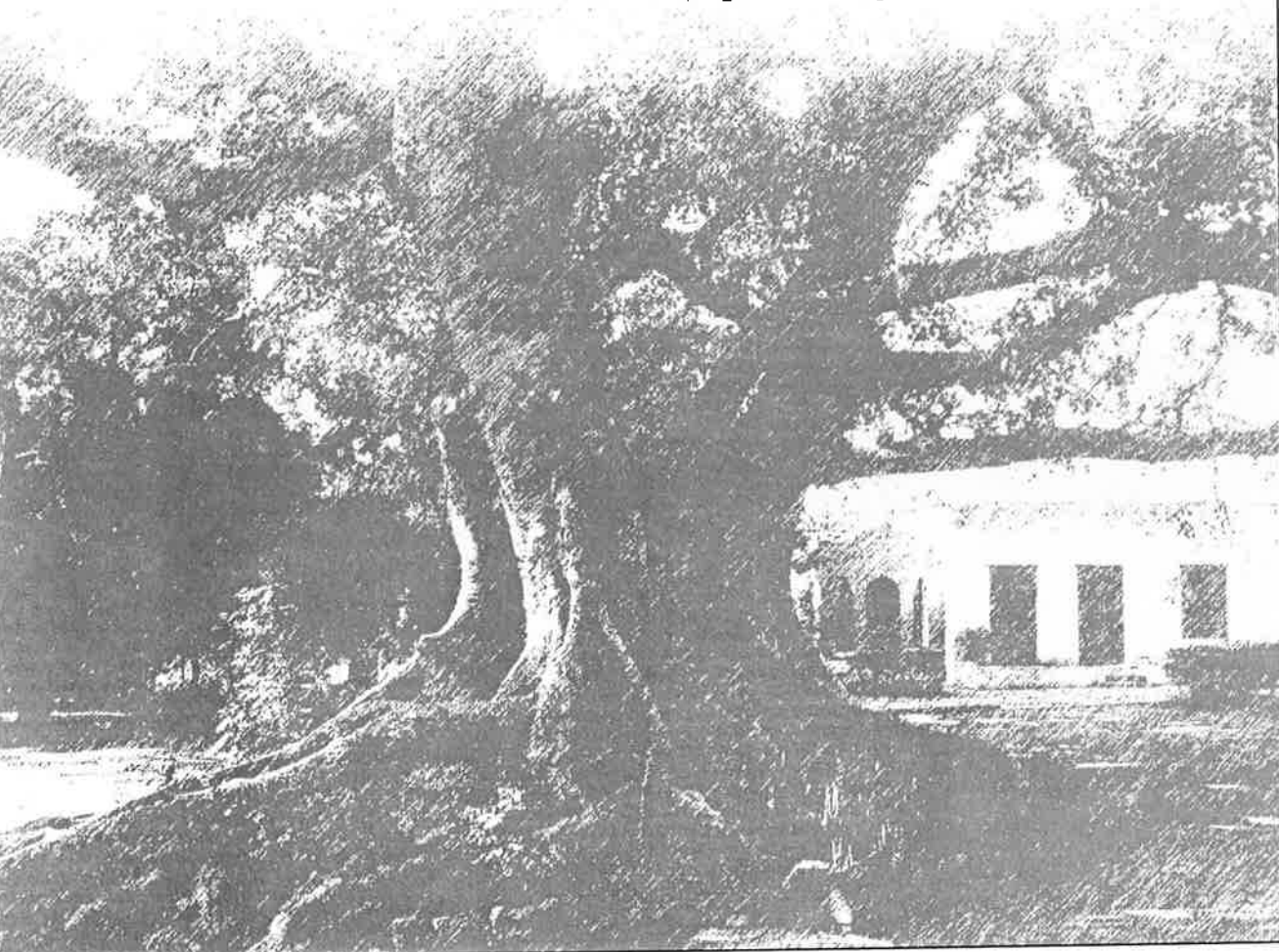
- implantação, desenvolvimento e implementação de projetos de natureza social e educacional de interesse de comunidades carentes de equipamentos sociais e com características marcantes de desmobilização social, em função de aspectos básicos relacionados à pobreza absoluta ou relativa, na cidade de Campinas.

O foco seriam ações em áreas de extrema pobreza, onde a população não tem acesso a bens, serviços ou riquezas.

E mais:

- Os programas comunitários deverão ser decorrentes da ação institucional regionalizada, ou seja, a área de desenvolvimento social da FEAC crescerá a partir dessa concepção regionalizada.

Um Plano de Metas foi depois detalhado sob a coordenação de Maria Aparecida de Souza Pinto, coordenadora de programas da FEAC, até maio de 1995.



XIX

*ISA:
FEAC e Campinas
contra a fome*

O primeiro semestre de 1994 foi marcado pelo lançamento da grande Campanha Nacional contra a Fome e pela Cidadania, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Comitês contra a fome e pela cidadania foram criados em todas as regiões e em vários municípios brasileiros. A FEAC participou de modo ativo da Campanha, assim como já havia atuado em outras iniciativas voltadas para erradicar a fome e a miséria, maior desafio para a humanidade na transição dos séculos 20 e 21.

A FEAC preocupou-se com o tema décadas antes que a questão da fome alcançasse a dimensão que assumiria após os dramas de países como Etiópia e Somália, na África, e sobretudo depois das campanhas nacionais e internacionais como as de Betinho, de 1994, ou do presidente Luis Inácio Lula da Silva, no início do século 21.

Em julho de 1968, a FEAC foi convidada, pelo Centro Regional do Serviço Voluntário Internacional, a participar de uma reunião no dia 13, na Federação Brasileira da Associação Cristã de Moços (ACM), para discutir a participação brasileira na *Campanha Mundial contra a Fome lançada pela FAO*, o órgão das Nações Unidas voltado para a alimentação e a agricultura.

A Campanha, com ativa participação da FEAC em Campinas, foi batizada no Brasil de Campanha da Juventude Brasileira contra a

Fome. Em Campinas, *a FEAC mobilizou jovens voluntários*. A Campanha da FAO era, de uma certa forma, uma resposta ao grito contra as injustiças que a juventude mundial estava lançando naquele ano, que teve episódios marcantes como o Maio de 68 na França.

Depois dessa campanha pioneira, a FEAC também participou em Campinas de iniciativas como um programa lançado pela Prefeitura Municipal, no primeiro governo de José Roberto Magalhães Teixeira, em meados da década de 1980. Era um programa baseado, entre outras medidas, na distribuição de sopas nos bairros de população mais carente. Nesse sentido, quando a Campanha lançada por Betinho colocou novamente a temática da fome entre os grandes desafios nacionais, a FEAC já estava preparada, porque tinha uma história de envolvimento em ações semelhantes.

Campanha não assistencialista

Campinas repercutiu a Campanha liderada por Betinho com várias iniciativas, e uma delas foi a campanha “Dê trabalho, demita a fome”, em parceria entre FEAC e Secretarias Municipais de Promoção Social e de Ação Regional. Não se tratava de simplesmente dar alimentação a quem

não tinha acesso a ela. O propósito era a criação de condições para que o faminto rompesse o ciclo da dependência e do assistencialismo, por meio da inserção no mercado do trabalho.

O objetivo da campanha “Dê trabalho, demita a fome” era assim envolver toda a comunidade local – associações de classe e moradores, comitês, creches, empresas, escolas, entidades religiosas, hospitais, sindicatos e outros – em ações de combate à fome e à miséria, com ênfase na criação de empregos. As empresas, especificamente, poderiam participar por meio de doação financeira e de materiais, adoção de entidade, serviço voluntário, campanha e outras modalidades.

Uma carta assinada pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira convocava lideranças locais, nestes termos, para evento que marcaria o lançamento da campanha:

A Prefeitura começa uma campanha que depende de todos nós. A nossa cidade, a segunda maior do Estado, apresenta ainda quadros graves de miséria e desemprego, apesar de todo o esforço realizado pela sociedade. Assim, vimos convidar para reunião de emergência, a ser realizada a partir das 14 horas, amanhã, dia 29 de abril, no Centro de Convivência Cultural. Sua presença é imprescindível para que juntos possamos equacionar novas alternativas de solução a esses problemas na nossa sociedade.

Uma ação ligada à Campanha foi o Projeto de Orientação Profissional e Integração do Adolescente no Mercado de Trabalho, gerenciado pela assistente social Dulce Maria de Paula Souza e com apoio de Lizete A. M. Bianchi de Oliveira e Rosana Pires da Fundação Bezerra de Menezes.

O Projeto objetivava o estabelecimento de um processo gradativo de orientação profissional que garantisse ao adolescente: orientação profissional, educação formal e subsistência. Também visava:

Estimular as empresas ao estabelecimento de parcerias que visassem a abertura de campo de

aprendizagem e/ou ocupação para o adolescente; estabelecer processo de discussão com entidades sociais visando a organização e integração das ações voltadas à profissionalização no município; estimular o CMDCA à elaboração de Resolução voltada para o trabalho e a profissionalização de forma a garantir uma adequação da legislação federal vigente às necessidades e características do município de Campinas.

O Projeto foi discutido no 1º Encontro Município/Empresa/Comunidade, dia 14 de junho de 1994, na sede da Fundação Espírita Bezerra de Menezes. O objetivo do Encontro, promovido pela Prefeitura, era viabilizar as parcerias necessárias à criação de oportunidades de trabalho para jovens. O título do evento foi um indicador da percepção, muito nítida em vários segmentos da comunidade de Campinas, a respeito da necessidade de interação cada vez maior entre primeiro, segundo e terceiro setores, no sentido de conquistar a chamada inclusão social.

Entre outras ações, o Projeto levou ao estabelecimento de convênio entre Fundação Bezerra de Menezes e a CBIA visando capacitação para profissionalização. A Fundação Educar DPaschoal propôs por sua vez um prêmio-estímulo às empresas para absorver adolescentes. E foi desenvolvido estudo pelo procurador do Trabalho, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, visando convênio entre entidades, empresas, sistema S e outros, com supervisão do CMDCA, voltado para inserção do jovem no mercado de trabalho. A partir das atividades foi proposta uma Política Municipal de Profissionalização e Trabalho do Adolescente, que não chegou a ser formulada.

Nasce o ISA

Uma iniciativa especial com a participação direta da FEAC, que teve o impulso da Campanha Nacional contra a Fome e pela Cidadania, foi a criação e estruturação do Instituto de Solidariedade

para Programas de Alimentação (ISA). Era mais uma iniciativa comunitária, com a participação da FEAC, em resposta a um dos maiores desafios para a sociedade brasileira. E era mais um ingrediente na história de vocação solidária de Campinas.

O ISA foi fundado oficialmente a 25 de agosto de 1994, como fruto da parceria entre a própria FEAC, a Fundação Educar DPaschoal, a Ceasa-Campinas, a Prefeitura Municipal, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), o Instituto Credicard/Fundação Abrasso e a Associação dos Permissionários da Ceasa-Campinas (Assoceasa). Darcy Paz de Pádua, da FEAC, e o empresário Luis Norberto Pascoal, da Fundação Educar, foram alguns dos principais idealizadores, a partir do incentivo inicial de Sady Santos Dalmas, da Abrasso.



Separação de alimentos no ISA, antes de distribuição para entidades sociais.

A idéia era simples. Tratava-se de organizar as toneladas de alimentos que eram descartadas na Ceasa-Campinas, e de distribuí-las, após devido processamento, para famílias de baixa renda e entidades sociais. A instalação aconteceria a 27 de outubro de 1995, com a presença da presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, e da presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Paulo, Lila Covas.

Obviamente, a adesão dos permissionários da Ceasa era fundamental. Sem a sua participação, através do repasse dos alimentos que seriam descartados, o projeto não poderia ser concretizado.

Os permissionários já desenvolviam um projeto social na Ceasa, mas o ISA representou um avanço, devido à estruturação de um espaço adequado para armazenamento, seleção e distribuição de alimentos para a população de baixa renda. O ISA aconteceu no momento em que os permissionários estavam maduros para um projeto do tipo, diz José Antônio Fernandes da Silva, o José Mineiro, um dos permissionários que participaram ativamente da viabilização do projeto.

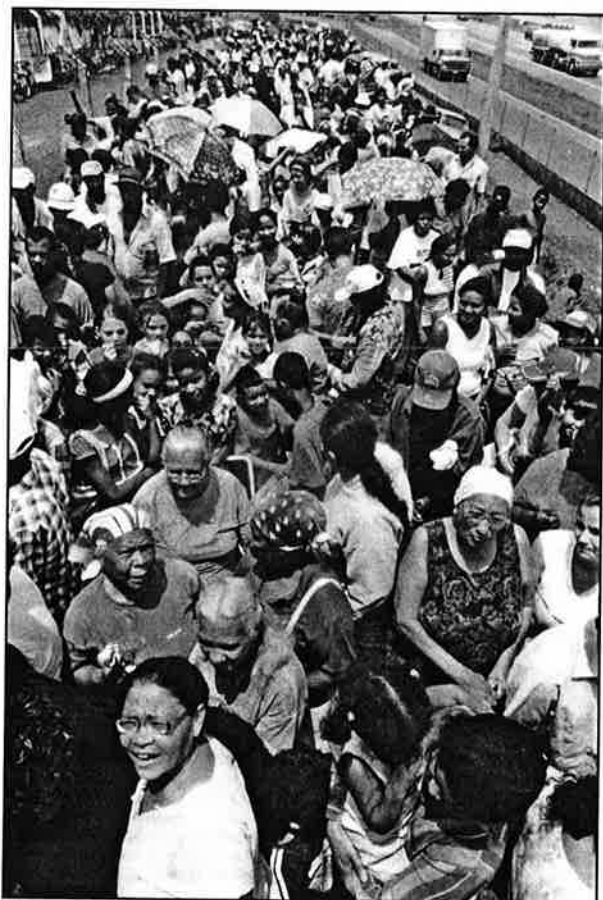
Resultados concretos

Em seu primeiro ano de operação, 1996, o ISA distribuiu 1.290 toneladas de alimentos. Já nesse ano, o ISA foi reconhecido como um dos principais projetos sociais do Brasil, o que lhe valeu o Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio. O modelo seria levado a outras cidades e até para a Argentina. Até 2002, ou seja, em sete anos de atividades, o ISA distribuiu 26.435 toneladas de alimentos, com mais de 220 mil pessoas atendidas. O volume distribuído equivalia a R\$ 7,93 milhões, em valores de junho de 2003. Mais de 50 mil pessoas por mês passaram a ser atendidas mensalmente, através das mais de 200 entidades cadastradas ou em dias especiais de distribuição direta. A FEAC e a Fundação Educar

foram grandes responsáveis pela manutenção do ISA ao longo de todo esse período, ao lado dos permissionários da Assoceasa

O projeto ISA tornou-se inovador não somente pela organização racional da distribuição de alimentos que seriam descartados. Desde o início, o projeto teve a participação ativa de voluntários e, também, de portadores de deficiência (usuários da APAE, atuando como aprendizes), ex-drogaditos indicados pelos projetos do padre Haroldo Rahm e reeducandos, pessoas que cumprem pena em regime semi-aberto.

Os depoimentos dessas pessoas, que se envolveram no ISA ao longo de sua curta e já vitoriosa trajetória, ratificam a importância do projeto. Nas palavras de Maria Ivonete Alves Barbosa, cearense, há mais de 20 anos em Campinas:



Distribuição direta atrai milhares de pessoas toda semana ao ISA.

Antes do ISA, a única forma de conseguir comida para meus filhos era catando as sobras da Ceasa com as outras famílias da região do São Marcos, no meio do mato, das baratas e dos ratos. A gente não tinha muita preocupação com infecção, essas coisas. Pobre que está com fome quer é encher a barriga, principalmente dos filhos. Depois do ISA passei a trabalhar como voluntária na Casinha, na distribuição dos alimentos para as famílias registradas. Depois fui chamada para o ISA e fiz faxina, várias coisas antes de entrar para a cozinha. Hoje sei o valor dos alimentos, a importância da limpeza e tudo mais. Minha vida mudou completamente, hoje posso dizer que sou uma cidadã brasileira, e não tenho mais vergonha como tinha antes quando catava lixo para viver". (Depoimento incluído no livro *ISA - Parcerias e criatividade no combate à fome*, Volume I da Série Tecnologia Social - FEAC/Fundação Educar DPaschoal, por José Pedro Martins, Campinas, 2003, p. 33).

O depoimento do ex-drogadito C.E. foi no mesmo sentido:

Passei 22 anos sem família, vivendo na droga e passando por cadeias. Em 1996 atuei dois meses no ISA e voltei depois, em 1997, e não saí mais. Hoje sou contratado no Instituto como encarregado. É o meu primeiro trabalho com registro em carteira. O ISA representa tudo para mim. Ele me deu uma nova vida, tenho mais caráter e mudou muito como sou visto pelas pessoas. Me liberei das drogas (Op. cit., p. 33).

A importância do trabalho do ISA é igualmente ressaltada pelas entidades sociais que recebem os alimentos, para distribuí-los a seus usuários. Caso de Clovis Selegatto, diretor executivo da Cidade dos Meninos, entidade mantida pela Hope Unlimited:

A contribuição do ISA é fundamental para a manutenção de uma entidade com mais de 180 usuários, entre rapazes e meninas, como é a Cidade dos Meninos e a Chácara Esperança. Não é uma

tarefa fácil fornecer alimentos para esse número de pessoas, além dos próprios funcionários. Os jovens, especialmente, necessitam de alimentos de qualidade, com variedade, como parte de seu processo de crescimento e formação (Op.cit., p. 35).

O ISA se filiou à FEAC a 22 de setembro de 1994, um mês depois de sua fundação oficial. Jairo Pereira Leite foi o coordenador do ISA desde o início da instituição.

Projeto nutrição, saúde e equilíbrio

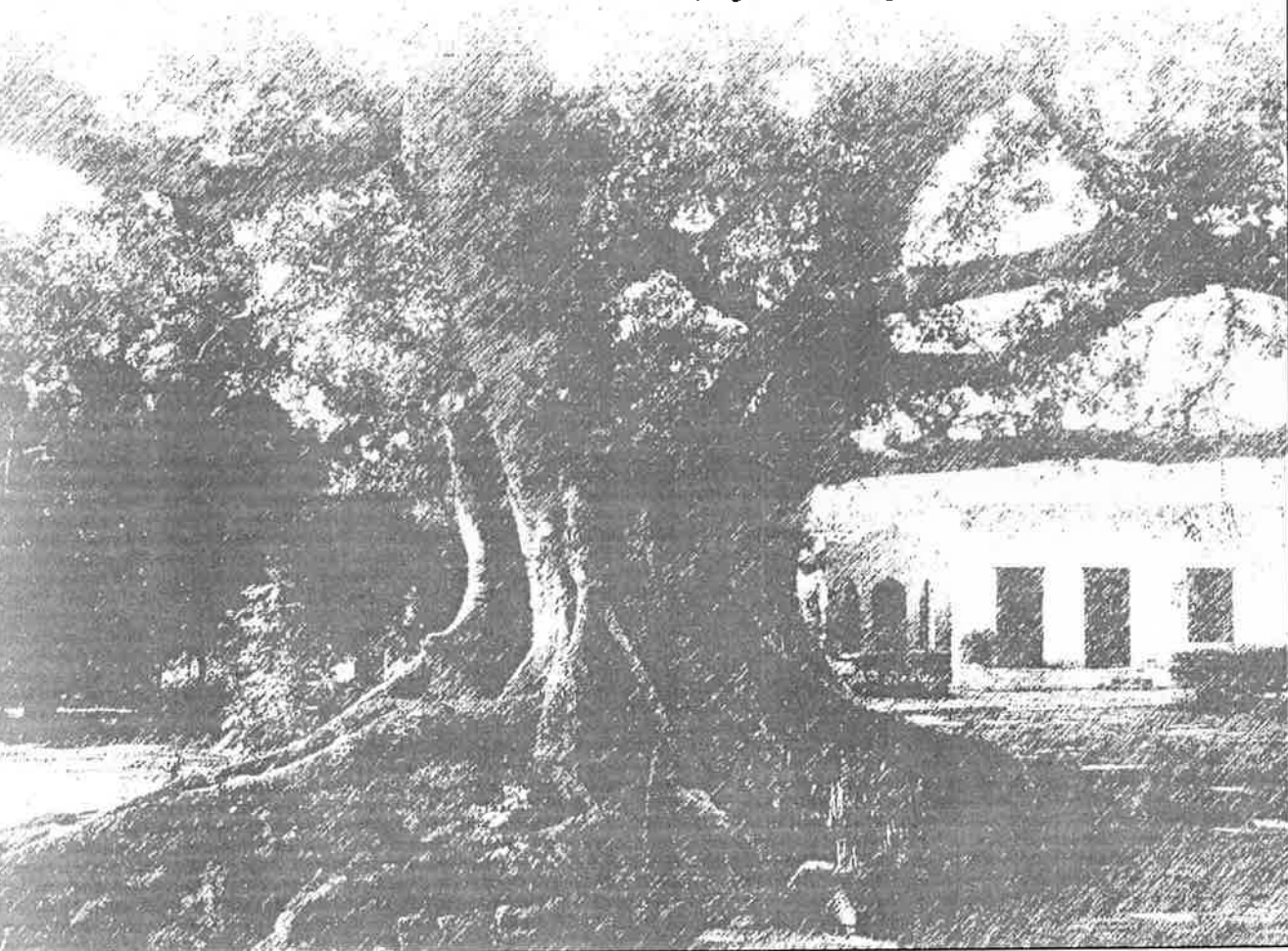
Na mesma linha da segurança alimentar, a FEAC criou, na segunda metade da década de 1990, o Projeto Nutrição, Saúde e Equilíbrio. O objetivo era capacitar as entidades filiadas no sentido de fornecer alimento de qualidade para os

seus usuários. Desde então o Projeto tem capacitado profissionais de mais de 80 entidades sociais filiadas, que atendem a mais de 8 mil pessoas como usuários.

A nutricionista Marisa Barros Lins foi coordenadora do Projeto em sua etapa inicial e escreveu, no artigo *O nutricionista e a atuação no Terceiro Setor*:

Sob a ótica holística, a alimentação adequada não é simplesmente oferecer um cardápio balanceado, em quantidade e qualidade, mas envolve todos os processos que antecedem a hora da refeição. É fundamental preparar o usuário para receber o alimento, usufruindo do direito de sentar-se à mesa, se alegrar e compartilhar com os amigos em um ambiente digno, saudável, valorizando os hábitos e práticas de cada cultura e região.

Várias entidades filiadas também se integraram a ações oficiais como o Programa Viva Leite.



XX

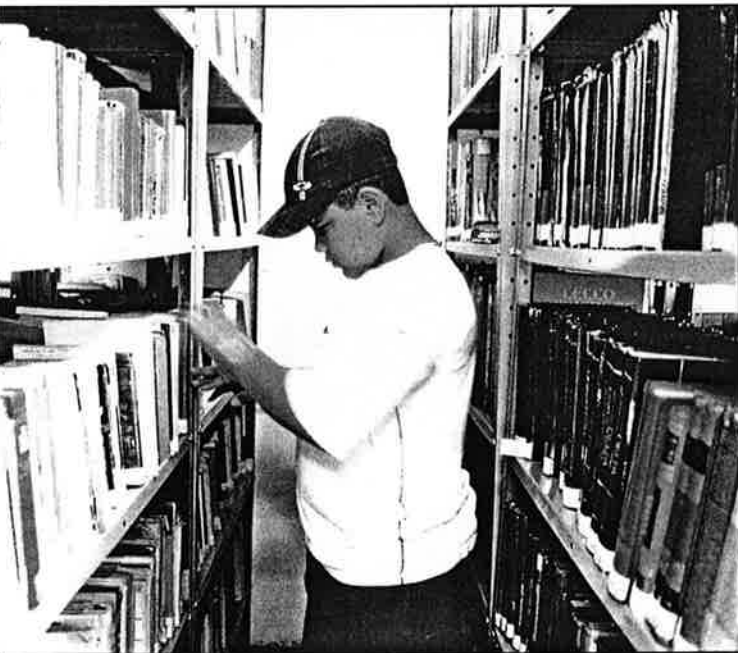
*Meninos de rua –
Programa BID:
municipalidade e FEAC*

Na mesma linha do combate à fome e à desnutrição, que resultou em uma ação concreta da magnitude do ISA, a FEAC foi determinante em outro projeto implantado em Campinas no mesmo ano - 1994 - em que completava três décadas e em que era lançada por Betinho a Campanha Nacional contra a Fome e pela Cidadania. Trata-se de um projeto que teve repercussão internacional, e com efeitos práticos muito expressivos para a realidade social de Campinas, particularmente em termos dos

jovens em situação de risco: o Projeto BID, como ficou conhecido, beneficiou mais de 4.500 crianças e adolescentes originários dos bolsões de pobreza extrema de Campinas.

A situação dos meninos e meninas de rua era quase desesperadora em meados da década de 1990. Entre 1988 e 1998 foram assassinados 200 jovens e adolescentes em Campinas. A maioria dos casos esteve relacionada à guerra do narcotráfico. O recorde de assassinatos de menores aconteceu em 1993, com 36 execuções. Em 1995 aconteceram 10 homicídios de meninas, ou 38% do total de 26 menores assassinados na cidade no ano. A média nacional de meninas assassinadas era de 20% do total de jovens exterminados.

Nesse contexto, foi implantado um dos principais exemplos de cooperação entre o setor público e as instituições da sociedade civil em Campinas. Com o patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi implantado em 1994 um programa dedicado integralmente à promoção social das crianças em situação de risco de baixa renda da cidade, visando em especial evitar o êxodo de meninos e meninas de seus bairros para as ruas do Centro. O programa foi instalado sob a coordenação da Fundação FEAC, com a participação de oito de suas entidades filiadas e da Casa Amarela, criada pela Prefeitura para trabalhar com os meninos e meninas de rua.



Biblioteca no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, integrado ao Projeto BID (Crédito: Foto Projeto BID).

As origens do Projeto BID

Em 1993, ano em que foi registrado o recorde de homicídios de crianças e adolescentes em Campinas, o padre Haroldo Rahm e o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira estiveram em Washington para discutir um projeto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para crianças e adolescentes. Os dois estiveram no BID em ocasiões diferentes, e um não sabia da iniciativa do outro.

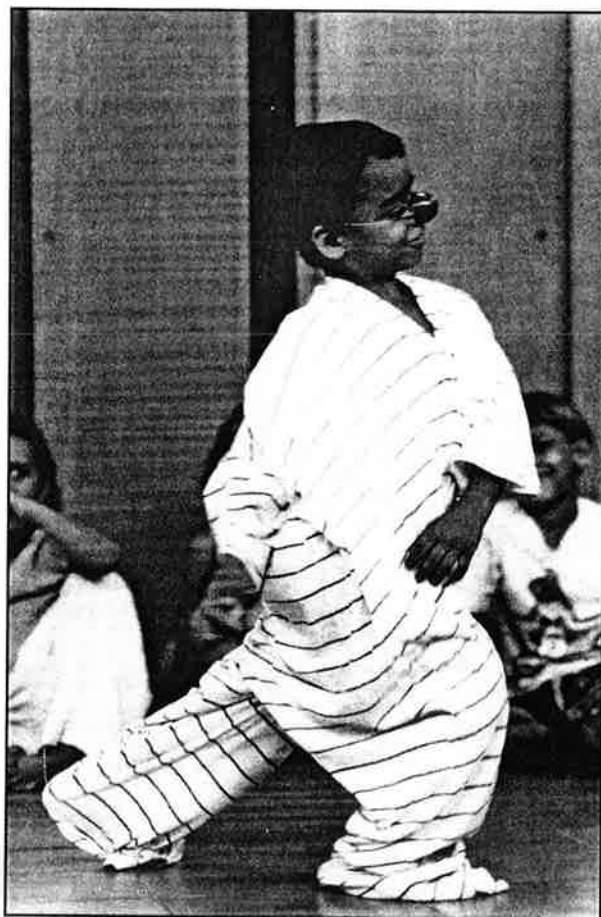
Mas as duas iniciativas acabaram sendo unificadas em um grande projeto, na realidade denominado Programa de Apoio a Crianças e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas. O Projeto BID, como de fato ficou conhecido, foi então formatado para Campinas, a única cidade do Interior contemplada com um grande programa semelhante desenvolvido na época com a participação do Banco. Outras cidades eram capitais estaduais, como Rio de Janeiro, São Luiz (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

O BID impôs como condição para implementação do Projeto em Campinas, em parceria com a Prefeitura Municipal: que a FEAC fosse órgão executor, coordenando a implantação das ações previstas e recebendo os recursos investidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o repasse às organizações responsáveis pelos projetos aprovados.

Para participar de modo adequado, a FEAC criou o Departamento próprio, com a contratação de dois profissionais, o engenheiro Henrique Oppermann, que iria receber a função de Coordenador Assistente, e José Fernandes Braga, com a função de Controlador Financeiro. A FEAC e equipe técnica receberam, no encerramento do Projeto, referência especial do BID pela sua participação. Para atuar na coordenação geral, Pádua foi admitido como consultor pelo Banco Interamericano, para garantir a consecução das metas

estabelecidas e monitorar a aplicação da metodologia indicada pelos técnicos do BID envolvidos.

Vários resultados foram obtidos pelo Projeto BID, diretamente em termos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, e também indiretamente, pelas repercussões em todas as organizações envolvidas. O Departamento de Planejamento e Projetos da FEAC, por exemplo, com o *know how* adquirido durante a execução do Projeto BID, seria responsável pela elaboração de um programa em parceria com a Fundação Vitae, que beneficiou 19 entidades filiadas à FEAC, para financiamento de equipamentos e de construções/reformas, algumas delas como parcelas de contrapartida ao próprio programa aplicado em Campinas.



Oficina de dança no Projeto Gente Nova-Progen, um dos nove projetos contemplados pelo BID (Crédito: Foto Projeto BID).

E começa o Projeto BID

O primeiro passo foi a promoção de reuniões, no Rio de Janeiro e em Campinas, da técnica do BID designada para acolher e acompanhar o Projeto. Era Beatriz Harretch, que se encontrou entre outros com os próprios padre Haroldo, Darcy Paz de Pádua, prefeito José Roberto Magalhães Teixeira e a secretária municipal de Promoção Social, Laura Contador.

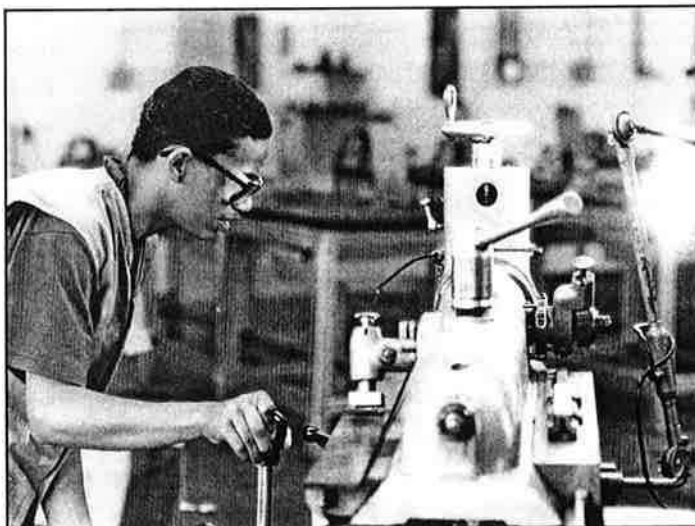
Na sede da FEAC, Beatriz Harretch procedeu a uma análise minuciosa de 21 projetos apresentados por entidades sociais de Campinas, filiadas ou não à instituição. Foram finalmente escolhidos nove projetos que, em conjunto, iriam compor o Programa executado em parceria por BID, Prefeitura e FEAC.

Os custos totais do Projeto BID foram estimados em US\$ 6 milhões, sendo US\$ 4,487 milhões investidos pelo BID (74% do investimento total) e US\$ 1,580 milhão como contrapartida local (26%). Os nove projetos que integraram o Programa de Apoio a Crianças e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas, ou Projeto BID, foram, em termos resumidos:

1. **Projeto de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua.** O executor foi a Associação Promocional Oração e Trabalho (APOT), entidade criada e dirigida pelo padre Haroldo Rahm. O Projeto previa o encaminhamento de cerca de 130 jovens do sexo masculino e 100 do sexo feminino, para completo atendimento físico, psíquico, espiritual e social, para as diversas unidades ligadas à APOT: Casa Aberta (com a participação de educadores de rua), Casa Guadalupe (para jovens não-drogaditos), Casa intermediária (para jovens drogaditos), Casa do Adolescente,

Casa Jimmy e Casa para crianças e adolescentes mulheres.

2. **Projeto Casa Amarela.** Mantido pela Prefeitura de Campinas e vinculado à Secretaria da Promoção Social. O objetivo era desenvolver ações de proteção a crianças e adolescentes vivendo nas ruas de Campinas e expostos a exploração, violência, abandono e discriminação.
3. **Centro Profissional Dom Bosco.** Mantido pela entidade do mesmo nome, com o objetivo de aumentar em pelo menos 100 o número de vagas gratuitas oferecidas a jovens para cursos profissionalizantes.



Profissionalização foi uma das preocupações do Projeto BID – na foto, oficina no Centro Dom Bosco (Crédito: Foto Projeto BID).

4. **Cidade do Meninos de Campinas.** Também mantida pela instituição do mesmo nome, e tinha como objetivo geral ampliar o atendimento já oferecido para adolescentes em situação de risco.
5. **Lar Caminho da Verdade.** Igualmente mantido pela entidade do mesmo nome, e tinha como objetivo oferecer atenção integral a crianças, adolescentes e filhos. Saúde e educação eram as duas áreas de atenção prioritária.

6. **Projeto Centro Salesiano de Atenção ao Menor.** O executor foi o Externato São João. O objetivo era consolidar um amplo espaço de atendimento a jovens em situação de risco que sobreviviam nas ruas de Campinas e perambulavam pelos ônibus e estações ferroviárias abandonadas. Entre outros serviços era previsto o tratamento de enfermidades típicas da rua, como problemas dermatológicos, infecções em vias respiratórias, enfermidades transmitidas sexualmente e vício em drogas e/ou álcool.
7. **Projeto Gente Nova.** Mantido pela organização do mesmo nome, criada em 1986 com o objetivo de evitar que jovens moradores de favelas das regiões dos Campos Eliseos e da Castelo Branco ficassem expostos à violência e à exploração nas ruas da região central. O propósito do projeto atrelado ao Programa do BID era consolidar a atuação do Projeto Gente Nova (Progen).
8. **Associação Beneficente Salem.** Projeto mantido pela organização do mesmo nome. O objetivo era oferecer atendimento integral a jovens e suas famílias.
9. **Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.** Projeto mantido pela organização com esse nome, nascido a partir do antigo PLIMEC. O objetivo era desenvolver atividades educacionais e sócio-recreativas para adolescentes, em horários alternativos aos da escola, permitindo a educação integral e evitando que fossem para as ruas, onde seriam expostos à violência e à exploração.

Atendimento integral e resultados

Dos nove projetos integrados ao Projeto BID, três não eram de entidades filiadas à FEAC: o Casa Amarela, Centro Dom Bosco e Externato São João.

O grande mérito do Projeto era a sua abordagem integral e sistêmica. Visava desde crianças e adolescentes moradores em áreas de baixa renda, com atividades preventivas educacionais, culturais e de profissionalização, até os jovens já caracterizados como em situação de risco, violência e exploração na região central de Campinas. Era um nítido trabalho em rede, integrado e com coordenação única, como sonhado e defendido pela maioria dos técnicos e voluntários atuantes na área social como única saída para equacionar os graves desafios sociais em grandes cidades brasileiras no início do século 21.

Mas também foi fundamental o monitoramento permanente das atividades, e nesse sentido desempenhou grande papel a técnica do BID, Ana Lúcia Paiva Dezolt, do escritório de Brasília. Ela viajava mensalmente a Campinas, para acompanhar o desenvolvimento das ações, em conjunto com o coordenador geral Darcy Paz de Pádua. Com todos os cuidados observados, nas diversas etapas do Projeto BID, os resultados obtidos foram superiores aos planejados.

As metas foram estabelecidas a partir do diagnóstico feito em julho de 1993 pela Assistência Técnica de Estudos e Projetos (ATEP), criada pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira no início de sua segunda administração municipal, com a secretária Laura Contador. O diagnóstico apontou a existência de 30.397 crianças e adolescentes morando em favelas e outras áreas de pobreza extrema em Campinas, configurando um grave quadro de risco social.

Objetivamente, o Projeto Casa Amarela – que estava ainda iniciando seus trabalhos – havia identificado cerca de 250 crianças e adolescentes já vivendo nas ruas do Centro Expandido de Campinas. Eram 75% de meninos e 25% de meninas, e muitos desses jovens estavam submetidos a situações isoladas ou combinadas de mercado informal, mendicância, drogadição e/ou prostituição. Em dezembro de 1994, como fruto de um levantamento mais detalhado, foram

identificados 550 jovens em situação de risco nas ruas da região central.

O objetivo final do Projeto BID era que fosse atendida, nas nove organizações em rede, uma média mensal de 1698 crianças e adolescentes. Nos momentos de pico, em 1998, as entidades atenderam em conjunto 2081 crianças e adolescentes, 383 a mais do que a meta estabelecida.

Ao final do Projeto, em dezembro de 1998, o total de crianças e adolescentes que participaram de atividades nas nove entidades foi de 5.296 – ou cerca de 17% de todos os 30 mil jovens potencialmente em situação de risco de Campinas, conforme o levantamento de 1993. Era um claro indicativo de que um trabalho ampliado em formato de rede poderia perfeitamente atingir todas as crianças e adolescentes moradores de áreas de extrema pobreza em Campinas, no sentido de ações voltadas para o fortalecimento de sua auto-estima, do protagonismo e de sua cidadania ativa.

Do total de jovens atendidos, segundo os levantamentos sobre o destino de cada um deles, 4.599, ou 86,92%, encontravam-se em 1998, no final do Projeto BID, em situação considerada “positiva”, ou seja, voltaram ou estavam vivendo com a família, estudando ou foram emancipados, adotados ou estavam abrigados nas instituições de assistência.

Por outro lado, encontravam-se em situação “negativa” 687 crianças e adolescentes, que tinham paradeiro ignorado (584 jovens), estavam nas ruas, presos ou internos na Febem (83) ou foram assassinados (20).

Um dos resultados mais significativos das ações do Projeto BID foi a sensível diminuição no número de crianças e adolescentes vivendo em situação de risco nas ruas de Campinas. Dos 550 jovens que estavam nessa condição em 1994, o número encontrado em dezembro de 1998 foi de 84 crianças e adolescentes vivendo nas ruas, correspondendo a uma redução de mais de 80%, alto índice para projetos sociais com as mesmas características.

E depois do Projeto BID?

Além do sucesso do trabalho integrado em rede, o Projeto BID demonstrou a viabilidade e a urgência de ações em parceria, envolvendo poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Enfim, ações envolvendo os assim chamados Primeiro, Segundo e Terceiro Setor.

Com essa perspectiva, a direção da FEAC procurou o BID, ao final do Projeto, para discutir a viabilidade de continuação e mesmo de ampliação da iniciativa, visando, talvez, criar as condições para erradicar de vez, ou no mínimo para atenuar, o risco social para as crianças e adolescentes em Campinas, através do oferecimento de ações integradas, como atendimento especializado nos casos de drogadição, atividades esportivas, educacionais e culturais e cursos de profissionalização.

Uma reunião na sede do BID, em Washington, com a diretoria da instituição, foi mantida em setembro de 1997 com esse objetivo, com a participação de Luis Norberto Pascoal e Darcy Paz de Pádua, respectivamente presidente da Diretoria Executiva e vice-presidente da Área Social da FEAC. O BID decidiu que os investimentos, da forma como foram feitos no Brasil, incluindo o caso de Campinas, não seriam mais realizados. Os recursos seriam aplicados em outros países. Mas o BID continuaria a oferecer apoio e eventual assistência técnica, no caso de a Prefeitura de Campinas se interessar pelo prosseguimento do Projeto, com outro formato.

Um encontro foi então realizado na sede da FEAC, em 1999, com a presença do novo prefeito de Campinas, Francisco Amaral, e de técnicos do BID e da própria FEAC, sem resultados práticos, apesar de cada instituição envolvida continuar seus trabalhos, de modo individual. O maior prejuízo foi de fato a perda da perspectiva do trabalho integrado em rede e coordenado, para uma atuação sistêmica.

Mas as linhas que orientaram a condução do Projeto BID permanecem, e poderiam ser recu-

peradas com vontade política. A tecnologia desenvolvida e os resultados obtidos continuam sendo motivo de inspiração e de reflexão, no sentido da consciência de que o trabalho integrado em rede, unindo os três setores, pode gerar ótimas perspectivas para um dos grandes desafios nas grandes cidades brasileiras, a inclusão social plena da Infância e Juventude.

A avaliação de Ana Lúcia Paiva Dezolt, em carta de 7 de abril de 1999, enviada da representação do BID no Brasil, em Brasília, para o coordenador Darcy Paz de Pádua, resume e explica o segredo do sucesso do Projeto desenvolvido em Campinas e que ainda representa uma grande esperança em um futuro de maior qualidade de vida para suas crianças e adolescentes:

Agradecemos o reconhecimento mencionado no relatório de avaliação quanto à importância da atuação no Banco na cidade de Campinas, e expressamos nosso contentamento em verificar os ótimos resultados obtidos por esta intervenção ao longo de quatro anos, tanto em número de atendimentos realizados quanto em parcerias criadas. Estes resultados sem dúvida são produto do trabalho integrado entre os nove projetos beneficiados e do acompanhamento técnico proporcionado pela FEAC.

Novas parcerias

No mesmo período de execução do Projeto BID, outra parceria foi estabelecida para a estruturação da Unidade de Atendimento Provisório para Crianças e Adolescentes (UAP). Em desa-

cordo com o ECA, crianças e adolescentes infratores de Campinas continuavam sendo encaminhados, no início dos anos 90, para as celas comuns de Distritos Policiais de Campinas, onde ficavam naturalmente mais expostos à cadeia da violência.

Parceria entre o Juizado da Infância e da Juventude, Prefeitura, Fundação Educar, Polícia Civil, Febem, CMDCA e Fundação FEAC possibilitou a instalação em 1995 da UAP, solução provisória para abrigar adolescentes e crianças infratores, enquanto não fosse construída em Campinas uma unidade regional de abrigo, nos moldes do que estabelece o ECA.

Divergências políticas e equívocos administrativos adiariam a construção da Unidade Regional de Abrigo do Adolescente Infrator (Unipai), a exemplo do que aconteceu mais de 20 anos antes com o projeto da Fundação FEAC, de instalação de um Centro de Reeducação (ou Recuperação) de Menores. Se o Centro tivesse sido implantado nessa época, possivelmente teriam sido evitados muitos dos episódios de violência registrados em escala crescente na cidade a partir do final dos anos 80, envolvendo crianças e adolescentes. A unidade da Febem seria instalada no final da década de 1990.

A diretoria da Fundação FEAC no biênio 1995/96 foi composta por Luis Norberto Pascoal (presidente), Darcy Paz de Pádua (Vice-presidente Área Social), José Carlos Vanucchi (Vice Área Administrativa), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (Vice Patrimonial) e Donald Peter Graber (Vice Relações Externas).



XXI

*Educação e Habitação,
foco nos anos 90*

A discussão sobre moradia foi ampla em 1995, envolvendo a FEAC e outras instituições de Campinas. Houve até a discussão sobre uma Fundação Pró-morada. Uma reunião para discutir a instituição foi realizada na FEAC, dia 19 de abril de 1995, com Ana Maria Afonso Ferreira, Antônio Galvão Coelho de Miranda, Antônio Serra, Artur Pinto Lemos, Augusto Fernando de Barros Pimentel Filho, Cesare Manfredi, Darcy Paz de Pádua, Elvino Silva Neto, João de Souza Coelho Filho, José Luiz Nadalin, José Osnir Perossi, Leôncio Menezes, Luis Norberto Pascoal, Peter Walker, Valter Matinata.

Foi discutida uma proposta de estatutos. A finalidade básica da Fundação, de acordo com o artigo 3º, parágrafo 1º, seria Financiar a aquisição de lotes urbanizados e materiais de construção às famílias carentes do município de Campinas. A Fundação Pró-morada pretendia arrecadar recursos com doações, convênios e empréstimos. Seriam estabelecidos ainda convênios com Universidades para estudos.

No dia 2 de setembro de 1995, um sábado, foi realizado encontro para discussão da atuação de entidades em áreas de favela. O objetivo era um diagnóstico sobre as favelas de Campinas e como as entidades sociais prestavam serviços nessas áreas, visando o aprimoramento desses serviços.

Foi distribuído questionário aos representantes das entidades, com indagações sobre a atuação nas favelas, a prioridade de atuação, quais estratégias utilizadas, as palavras-chave que traduzem a linha de trabalho da entidade na favela, os assuntos mais levantados, número de pessoas atendidas e o seu perfil, e qual material é utilizado (como jornal, cartilha, folhetos) para abordar os temas mais recorrentes.

O questionário também incluía questões sobre o perfil dos moradores, sua origem, os problemas mais comuns da favela, se ela continua crescendo, se outras instituições atuam na área, além de dados sobre os moradores, como renda, escolaridade, trabalho, setor de trabalho, e como vivem os desempregados.

Um questionário mais completo sobre o núcleo residencial também foi distribuído, com perguntas sobre itens como surgimento da favela, número de moradias, situação legal da área, localização, infra-estrutura existente, esgoto, coleta de lixo, proximidade de ponto de ônibus, e existência de recursos como creche, parque infantil, alfabetização de adultos, posto de saúde, posto policial, escola primeiro grau, igreja, templo e outros.

O propósito final era a montagem de um grande diagnóstico sobre as favelas e população favelada de Campinas, visando a discussão de ampla e multisetorial política de melhoria das

condições de vida dessa população. O diagnóstico iria alimentar a idéia de uma Aliança de Campinas pela Habitação, como haveria no caso da Educação.

Habitação e, sobretudo, Educação foram os grandes temas, então, que galvanizaram a atenção da FEAC em meados da década de 1990. E se as propostas em Habitação nascidas no período tivessem recebido o devido apoio, sobretudo do poder público (como havia ocorrido antes nas áreas da mendicância e jovens em situação de risco), talvez a cidade não tivesse passado pela grande crise na segunda metade dos anos 90, quando proliferaram ocupações de áreas urbanas, o que aumentou de modo exacerbado a população vivendo em más condições – em 1970 a população favelada em Campinas era de menos de 1%, ao final da década de 1990 cerca de 20% da população, ou 200 mil pessoas, moravam em favelas ou áreas de ocupação. As grandes ocupações ocorridas na época do governo de Francisco Amaral (1997-2000), no Jardim Monte Cristo e Parque Oziel, foram consideradas então como entre as maiores na América Latina.

O superintendente da FEAC entre 1997 e 2000, o engenheiro José Luiz Camargo Guazzelli, dedicou esforços especiais para uma grande discussão em

Campinas sobre a situação habitacional. Em 1996, Guazzelli havia participado, como presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento SA (Sanasa), da *Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II)*, em Istambul, Turquia, que discutiu entre outros pontos a necessidade de políticas habitacionais sólidas como um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável e integral do ser humano.

Vila Lafayette Álvaro

A Fundação FEAC empreendeu seus esforços específicos, relacionados à questão habitacional em Campinas, em meados da década de 1990. Parceria foi estabelecida entre a FEAC e a Prefeitura, para a estruturação de conjunto habitacional no Jardim Boa Esperança, projetado para receber cerca de 1700 pessoas que viviam em áreas de risco. No total, seriam transferidas 317 famílias.

O sorteio para as famílias cadastradas foi feito em junho de 1995. O terreno de 96 mil metros quadrados foi cedido pela FEAC, e a Prefeitura encarregou-se da infra-estrutura. O propósito era que



Vila Lafayette Álvaro no momento da construção.

os moradores pagassem o financiamento em até 15 anos, com prestações equivalentes a 15% da renda mensal. A FEAC também apoiou a construção de uma creche e um centro comercial no local, batizado de Vila Lafayette Álvaro, em homenagem ao doador da Fazenda Vila Brandina. Os lotes somavam 126 metros quadrados cada.

Cursos de capacitação dos moradores (inclusive mulheres), para que eles próprios pudessem construir as casas, foram oferecidos. Outros cursos, visando alternativas de geração de emprego e renda, foram projetados. Infelizmente, o plano original não pôde ser concretizado em amplitude, mas a parceria estabelecida, envolvendo outras instituições importantes da comunidade, apontava para um modelo de articulação visando equacionar o dramático cenário da subhabitação em Campinas. Foi mais uma iniciativa da FEAC que, se houvesse contado com o devido respaldo, poderia ter levado Campinas a uma situação mais favorável na área social, a exemplo do que ocorreu com outras situações nas áreas de crianças e adolescentes

II Festa das Nações

Em 1995, foi realizada uma segunda edição da *Festa das Nações*. Foi entre 18 e 21 de maio, na Escola de Cadetes, com sorteio de 3 passagens para Dallas, oferecidas pela American Airlines. Participaram representações da Holanda, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Arábia, Japão, Portugal, Brasil, China, Argentina, Suíça e Havaí. No dia 18 houve show com Sandy & Júnior e Chitãozinho & Xororó, com patrocínio da Texaco.

Ainda em 1995 o Departamento de Promoção Social apresentou novas propostas, para ampliar e aprimorar a atuação da FEAC e filiadas. Algumas delas:

- Central de Voluntários;

- Setor de estudos, pesquisas, estatísticas e bancos de dados em parceria com universidades locais;
- Projetos integrados (com poder público, universidades e empresas): educação especial para portadores (preparação mercado), combate à desnutrição, Centros Comunitários, projetos para o trabalho de adolescentes.

O desafio da AIDS

Ao lado da Habitação e da Educação, a FEAC e várias entidades sociais também intensificaram a discussão em meados da década de 1990 sobre o impacto da AIDS. E nesse cenário se destaca o *Projeto Colméia*.

Inicialmente financiado pelo Ministério da Saúde, o Projeto Colméia passou a ser patrocinado pela Fundação FEAC em 1995. O Projeto seria desenvolvido sobretudo entre os Grupos de Mulheres ligados às creches pertencentes à rede FEAC, que também financiou a confecção de uma cartilha com orientações sobre a AIDS, dedicada às mulheres de baixa renda.

O Colméia alcançou projeção nacional e internacional, entre outros motivos porque demonstrou sua eficácia em um momento de radicais transformações no perfil da contaminação com o vírus HIV. Quando o Colméia foi iniciado, em 1992, a contaminação de mulheres com o vírus ainda não era alarmante. Em 1991, para cada 15 homens infectados havia um caso de mulher identificada com o vírus. Nos anos seguintes, a proporção foi caindo e, em 2000, já havia um caso de mulher contaminada para cada dois casos no sexo masculino, dado que acentua a vulnerabilidade cada vez maior entre o sexo feminino e a importância de iniciativas como o Projeto Colméia.

O Projeto Colméia foi um dos cinco trabalhos apresentados pelo Centro Corsini em julho de 1996, na

11ª Conferência Internacional de AIDS, realizada no Canadá. Era a confirmação do reconhecimento internacional ao esforço da organização de Campinas.

O Centro de Controle e Investigação Imunológica “Dr. Antônio Carlos Corsini” havia sido criado a 20 de janeiro de 1987, por um grupo de especialistas da UNICAMP que haviam sido orientados pelo professor Corsini, um pioneiro na compreensão da AIDS em Campinas e em todo o país. Ele era professor nos Departamentos de Microbiologia e Imunologia da Universidade, e sob sua orientação um grupo se encarregou de difundir informações precisas sobre a doença, e de estimular novos procedimentos sociais em relação aos portadores do vírus HIV.

Em setembro de 1982, Corsini participava de um curso de Imunologia em Lausanne, Suíça, quando contraiu uma grave doença. Retornou ao Brasil em janeiro de 1982 e, mesmo doente, continuou se dedicando aos trabalhos com a AIDS. A 29 de janeiro de 1984 o médico faleceria.

Como aconteceu com outras instituições pioneiras, como o Centro Boldrini (na área de câncer infantil) e a Sobrapar (na área de tratamento de distúrbios na face), o Centro Corsini também alcançaria o *status* de referência internacional na

área de AIDS, sob a inspiração e direção da dra. Silvia Bellucci.

As projeções do Corsini são de que mais de 100 mil pessoas foram beneficiadas com as ações multiplicadoras de esclarecimento sobre DST-AIDS proporcionadas pelo Colméia em seus primeiros 10 anos de atuação. Foram sobretudo moradores de bairros de baixíssima renda de Campinas, sem outros recursos de informação do que as reuniões e palestras propiciadas pelo projeto.

A proliferação da AIDS continuaria deixando um rastro de dor em Campinas nos anos 80 e 90, mas organizações como o Centro Corsini representaram sem dúvida uma sólida esperança para os portadores do HIV. A entidade também passou a promover o Corsini Itinerante, mobilizando diversos recursos sociais, em várias regiões de Campinas, em eventos constando de testes gratuitos de AIDS, distribuição de preservativos e palestras. Eventos do Corsini Itinerante foram realizados, no início do século 21, em locais como o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (março de 2001) e Creche Adélia Zornig, no Parque Valença II (setembro de 2001).

O Corsini Itinerante mobilizou várias entidades filiadas à FEAC. O próprio Corsini se filiaria à FEAC, assim como a Associação “Esperança e Vida”

(Agaevi), fundada em 1992 pelo sociólogo Roberto Geraldo da Silva, o Robertinho, no Jardim Anchieta. A Esperança e Vida, que na prática iniciou suas atividades no início da década de 1990, manteve-se e cresceu graças ao apoio comunitário, em especial de um enorme grupo de voluntários. Em junho de 2000, a Esperança e Vida foi a única ONG brasileira que participou do seminário latinoamericano Famílias Afetadas pelo HIV/AIDS, em Buenos Aires, Argentina.



Unidade de Apoio Infantil do Centro Corsini: defesa da vida (Crédito: Foto Humberto de Castro).

Crise com invasão

Um dos momentos mais críticos da história da FEAC foi a ocupação de um pequeno trecho da Fazenda Vila Brandina, em 1997, por oito famílias. Foram cerca de dois meses de invasão, e a desocupação ocorreu a 11 de dezembro de 1997. As famílias foram transferidas para lotes no Bairro Vida Nova.

No início de 1998, a FEAC intensificou seus esforços visando a colaborar para a articulação de uma efetiva política habitacional para Campinas, o que já vinha fazendo desde o início da década de 1990. “Não adianta mais ficar discutindo o que se quer, mas o que é possível fazer. Os problemas, todos conhecemos. É hora de nos esforçarmos para sua superação”, disse o presidente Luis Norberto Pascoal, a 12 de fevereiro de 1998, no lançamento do *Manual de Recursos Sociais do Município de Campinas*, publicado em parceria entre FEAC, Prefeitura de Campinas e PUC-Campinas. O livro reunia todas as organizações sociais públicas e privadas que atuavam na área social da cidade. Na ocasião, o presidente Luis Norberto reiterou a disposição da FEAC em contribuir efetivamente para a aglutinação de esforços visando equacionar o drama habitacional de Campinas – cerca de 200 mil pessoas, no final da década de 1990, viviam em favelas ou áreas de ocupação.

Planejamento para a melhoria da ação social

Ao lado da participação ativa em iniciativas como a Aliança de Campinas pela Educação, a constituição do ISA e os debates sobre AIDS e habitação, a FEAC dedicou-se, no final dos anos 90, a aprofundar sua reflexão interna sobre a melhoria de seus próprios serviços e daqueles prestados pelas entidades filiadas, através de uma

melhoria e modernização permanente de seus processos de gestão.

Foram dedicados esforços especiais, sob a coordenação do superintendente José Luiz Camargo Guazzelli, a liderança da diretoria executiva, acompanhamento e orientação do Conselho Curador, e com a participação de toda a equipe FEAC, ao processo de desenvolvimento e implementação de novas ferramentas de gestão na ação social, envolvendo os itens: desenvolvimento de indicadores de qualidade e custos por atividade para FEAC e entidades filiadas; transformação dos convênios em contratos de gestão; planejamento estratégico das ações da FEAC e de seus programas; redefinição de processos; elaboração de plano de metas com medição analítica de resultados; implementação de organograma matricial na estrutura funcional da FEAC.

O processo de inovação em gestão na área social desencadeado pela FEAC foi apresentado no IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, em Buenos Aires, em 1998, e no Congresso Internacional ARNOVA'S 29th (Associação de Pesquisas sobre Organizações Não-Governamentais e Ação Voluntária), ANNUAL CONFERENCE, em novembro de 2000, em New Orleans, nos Estados Unidos, quando foi apresentado o trabalho *Novas Estratégias – Subsídios ao Terceiro Setor*.

Houve no mesmo período o estabelecimento de parcerias com a UNICAMP e PUCCAMP para o desenvolvimento de ações sociais inovadoras. Como mais um serviço de apoio às entidades sociais e à própria FEAC, foi criado o núcleo de assessoria de Imprensa, implantado o site FEAC e o sistema FEAC Net, com apoio às entidades para sua inserção digital.

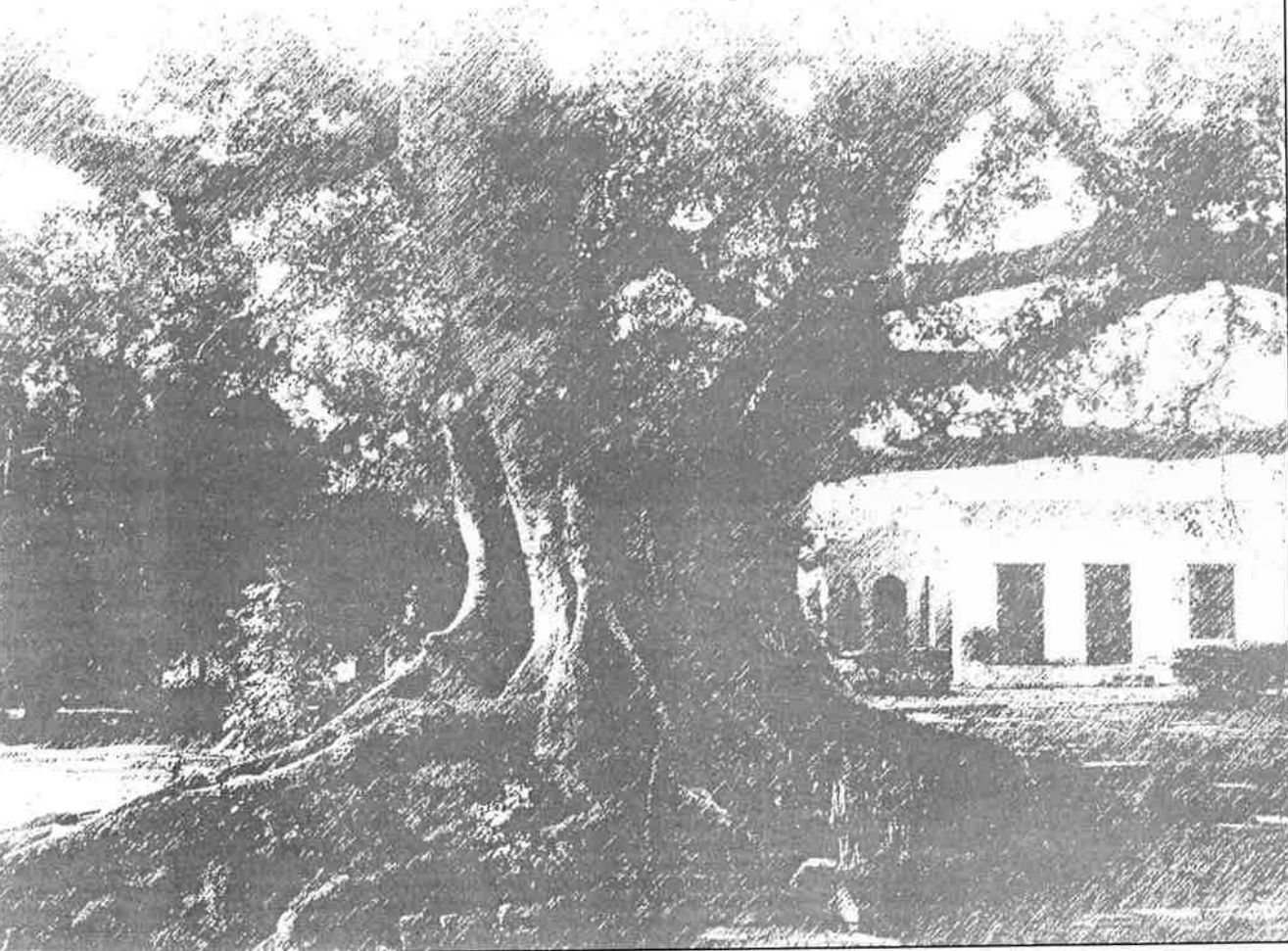
Na área patrimonial, a superintendência executiva, com a orientação e supervisão da diretoria e do Conselho Curador, coordenou entre 1997 e 2000 a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Fazenda Vila Brandina, com o propósito de instalação de um pólo



Luis Norberto Pascoal representa FEAC no IV Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor em Buenos Aires, em 1998 (Foto de José Pedro Martins).

de serviços de alta qualidade visando à geração de emprego e renda e, ainda, incrementando a geração de recursos para a área social. Foi então deflagrado o processo de aprovação do Plano junto à Prefeitura de Campinas e aos demais órgãos competentes,

incluindo elaboração de EIA-Rima e aprovação, junto à Sanasa, de diretrizes de água e saneamento para a área da Fazenda. O engenheiro Walter Periotto Júnior, do Departamento de Engenharia, participou ativamente nesse processo.



XXII

*Aliança de Campinas
pela Educação*

O agravamento da crise social no Brasil, na primeira metade dos anos 90, em sintonia com o processo de globalização, multiplicou os desafios para o poder público, livre iniciativa e organizações não-governamentais reunidas no que se convencionou chamar de Terceiro Setor. Houve nesse momento um claro amadurecimento sobre o único caminho que o País pode trilhar, se quiser aspirar a um futuro de qualidade de vida e justiça social. É o caminho da Educação.

Com essa perspectiva nasceram, na primeira e sobretudo na segunda metade da década de 1990, várias iniciativas voltadas para diferentes aspectos da Educação plena, no sentido da garantia da cidadania absoluta e da inclusão social. Uma dessas iniciativas, e a que mais motivou a FEAC, foi o Pacto de Minas pela Educação, implementado em Minas Gerais com a ativa participação, entre outros, do educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa.

O papel de Antônio Carlos Gomes da Costa

De uma reunião com Antônio Carlos Gomes da Costa, em Belo Horizonte, com a participação de técnicos e dirigentes da FEAC, nasceu a idéia de montagem de uma iniciativa semelhante em

Campinas, envolvendo toda a comunidade em ações voltadas para garantir escola para todas as crianças e uma educação de qualidade. O presidente da FEAC, Luis Norberto Pascoal, por todo seu envolvimento com a área educacional – levando à criação da Fundação Educar DPaschoal, mantida pelo grupo DPaschoal – sempre foi um grande entusiasta dos esforços que resultaram na Aliança de Campinas pela Educação.

Como subsídio às discussões internas na FEAC, Gomes da Costa preparou um documento, intitulado *Infância, Juventude, Estado e Sociedade no Brasil – na Ante-Sala do ano 2000*. O educador situava a importância estratégica do investimento maciço em Educação no Brasil no cenário internacional caracterizando-o por

1. Impressionantes avanços tecnológicos;
2. Novas modalidades de organização do trabalho;
3. Emergência da economia do conhecimento;
4. Prevalência da qualificação do capital humano sobre outros fatores produtivos de bens e serviços;
5. Surgimento de um mercado global de capitais;
6. Surgimento e expansão dos blocos econômicos supranacionais.

Nesse contexto, ele sublinhava no texto como era imperativo o envolvimento integral das comunidades em um projeto de fomento à Educação e de qualidade para todos:

É no quadro de uma ordem econômica cada vez mais exigente, em termos de produtividade, qualidade e competitividade de uma ordem ético-política cada vez mais sedenta de justiça e equidade, que sentimo-nos chamados a analisar o papel do Estado e da Sociedade frente às novas gerações.



Antônio Carlos Gomes da Costa, nome fundamental para o Pacto de Minas pela Educação e Aliança de Campinas pela Educação (Foto Humberto de Castro).

O texto de Antônio Carlos Gomes da Costa concluía com as Dez razões para que a FEAC faça da Educação o eixo estruturador de sua atuação. Em síntese seriam as dez razões:

1. É necessário introduzir mudanças radicais nas estratégias de educação básica, de modo a responder às necessidades do processo de transformação econômica, de equidade social e democratização política em que está imersa nossa sociedade.
2. É preciso converter as políticas de Educação em políticas de Estado e, não, em políticas de governo. A experiência das últimas décadas nos ensina que uma das garantias de êxito da política educacional é a continuidade. Para que haja continuidade, é preciso que os compromissos com Educação sejam assumidos não apenas pelo governo, mas pelo conjunto das forças vivas da sociedade.
3. É importante reconhecer que o requisito fundamental da nova estratégia educacional é fazer com que o sistema de ensino atenda às demandas da sociedade e, não, do aparato administrativo que o controla.
4. A nova estratégia, baseada nos princípios da descentralização, da participação e da mobilização, exige uma nova divisão do trabalho educacional entre a União, os Estados e os Municípios e uma nova postura por parte da sociedade, convocada a participar na formulação das políticas e no controle das ações governamentais nos diversos níveis.
5. A responsabilidade de compartilhar com a sociedade não significa diminuir a responsabilidade do Estado em garantir a universalização de um ensino fundamental de boa qualidade.
6. As novas estratégias devem enfatizar a autonomia dos estabelecimentos escolares e a maior responsabilidade da família e da comunidade local nos resultados, acompanhados por mecanismos de avaliação externa e de controle social dos resultados.
7. É preciso ainda sustentar o princípio de que o importante é que os alunos aprendam e, não, os anos de escolaridade ou os certificados que conseguirem. O objetivo é que os alunos tenham sucesso na sala de aula e na vida. Isso só poderá ocorrer pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem requerida pelos novos tempos:

- a. Domínio da lecto-escritura;
 - b. Capacidade de calcular e de resolver problemas;
 - c. Capacidade de descrever, analisar, compreender e sintetizar dados, informações e situações;
 - d. Capacidade de receber criticamente os meios de comunicação;
 - e. Capacidade de compreender e operar o seu entorno social;
 - f. Capacidade de acessar informações;
 - g. Capacidade de trabalhar em grupo.
8. Estes objetivos não devem ser perseguidos apenas pela escola. Com base no conceito integrador de *educação para a vida*, preparar as novas gerações para dominar esse conjunto de conhecimentos e habilidades é responsabilidade da *família, da escola e das organizações sociais*.
9. É como Fundação Social mobilizada pela educação que a FEAC decidiu dizer *sim* ao desafio de trabalhar e lutar pela melhoria da qualidade do ensino fundamental no Brasil, atuando de forma solidária com o governo e outros atores sociais.
10. É importante reconhecer que o futuro coloca ao Brasil o desafio de inovar em termos de educação, implantando tendências irreversíveis na direção pretendida e realizando ações de médio e longo prazos.

As idéias e os conceitos defendidos por Antônio Carlos Gomes da Costa foram inspiradores para a decisão da FEAC em incentivar um grande movimento local pela Educação de qualidade. Gomes da Costa, além da participação no Pacto de Minas pela Educação, tinha em seu currículo a atuação em grandes episódios relacionados ao processo educacional.

Como ele próprio contaria, Gomes da Costa estava direcionado para ser médico, até o dia em que leu *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Foi o *insight*, a iluminação para ele abraçar a

causa da Educação. Ele se formou em Pedagogia e logo que se formou dirigiu uma unidade da Febem em Ouro Preto. Era a Escola Barão de Camargos, que ele descreveu como “um desses depósitos de crianças e jovens”. Eram 180 meninas e cerca de 20 educadores, “cercados por uma comunidade hostil”. Em mais de sete anos o trabalho desenvolvido sob a coordenação de Gomes da Costa em Ouro Preto – com a ativa participação da esposa Maria José – chamou a atenção do país.

Ele foi chamado pelo governador Tancredo Neves a assumir a direção da Febem estadual e depois foi secretário municipal de Educação em Belo Horizonte. Ao longo desse tempo, foi amadurecendo a idéia do Pacto de Minas pela Educação. Com a Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, foi convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Unicef para coordenar um trabalho nacional voltado para “reverter a política paleolítica para crianças e adolescentes no Brasil, representada pelo Código de Menores e a política de internamento da Funabem”. A discussão nacional, com a ativa participação de Gomes da Costa e do jurista Edson Sêda, resultaria no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990.

Depois dessa rica trajetória, Gomes da Costa passou a atuar como consultor, e nessa condição foi contratado pela FEAC para, entre outras atividades, coordenar um grande seminário em Campinas. A idéia era claramente a articulação de um Pacto de Campinas pela Educação.

O seminário que lançou a Aliança

O seminário Educação para a Vida promovido pela FEAC foi realizado dias 6 e 7 de outubro de 1995, no Novotel Campinas-Norte, no distrito de Nova Aparecida. A Comissão Organizadora do

seminário foi coordenada por Saulo Monte Serrat e integrada por Darcy Paz de Pádua, Romeu Bornelli, Maria Aparecida de Souza Pinto, Joana Ballis e Maria Bernadete Gonçalves de Souza.



Professor Saulo Monte Serrat, que coordenou Comissão Organizadora do Seminário Educação para a Vida, em 1995.

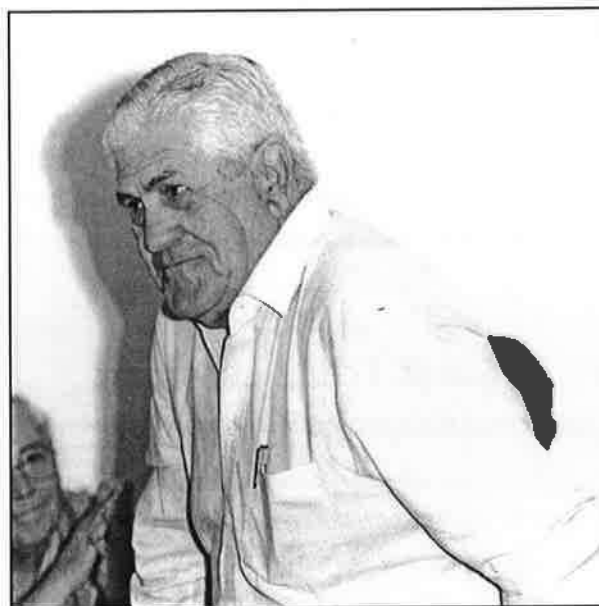
Também participaram, pelo Departamento de Relação com as Entidades (DRE), os funcionários Lúcia Helena Marquezi, Maria Tereza de Souza Campos, Márcia Beatriz Osório Costa, Rita de Cássia Angarten Marchiore, Rosângela Aparecida Lucindo Fiorelli e Ana Catarina Araújo Elias. Henrique Oppermann foi convidado. Atuaram ainda os voluntários do Grupo Vita: Armando Diniz Filho, Uéselis Gomes Amaral, Cheda Saad Júnior, Expedito Clareto, Fábio Albamonte Amaral, Paulo Sérgio Paschoal, Fábio Arantes Basso e Hugo Macedo.

A coordenação geral estava a cargo do próprio Antônio Carlos Gomes da Costa. Como a idéia era mobilizar os diversos segmentos da comunidade campineira, a lista de 54 convidados era de fato representativa, incluindo as principais lideranças locais nas diversas áreas:

1. *Luis Norberto Pascoal* – Presidente da FEAC
2. *José Roberto Magalhães Teixeira* – Prefeito de Campinas
3. *Romeu Santini* – Presidente da Câmara Municipal
4. *Ezequiel Theodoro da Silva* – Secretário municipal da Educação
5. *Laura Maria Contador Rodrigues da Silva* – Secretária municipal da Família, Criança, Adolescente e Ação Social
6. *General Domingos Carlos de Campos Curado* – Exército
7. *Coronel Augusto Heleno Ribeiro Pereira* – Comandante Escola Preparatória de Cadetes do Exército
8. *Coronel Ernesto Tasso Júnior* – Polícia Militar
9. *José Roberto Graziano* – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)
10. *Leonel Mellichenco* – Diretor Divisão Agrícola Regional de Campinas
11. *Prof. Regina Helena Lombardo Perez* – 1ª Delegacia Regional de Ensino
12. *Prof. João Batista Vota* – 2ª Delegacia Regional de Ensino
13. *Prof. Marlene Villarmosa dos Santos* – 3ª Delegacia Regional de Ensino
14. *Prof. Silvia Maria Sanvido Proença* – 4ª Delegacia Regional de Ensino
15. *Antônio Carrara* – CUT – sub-sede Campinas
16. *Willian Vicente Batista* – CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
17. *Manoel Martins* – Força Sindical
18. *Celso E. Moreira* – Rotary Clube
19. *Professora Maria Luíza Pinto de Moura* – representando o Lions Clube
20. *Silvino de Godoy Neto* – Presidente do Correio Popular
21. *Iberê Ribeiro de Castro* – Diretor do Diário do Povo
22. *José Luiz Pereira Tavares* – Fundação Consabs
23. *Alexandre Eugênio Serpa* – Centro Regional das Indústrias do Estado de São Paulo
24. *Imã Laurete Vacchon* – Pastoral da Educação
25. *Rosa Maria Capovilla* – Fundação Donato Paschoal
26. *Marilda Aparecida Ribeiro Lemos* – Sindicato dos Professores (Sinpro)
27. *Maria Clotilde Lemos Petta* – Associação dos Professores da PUC-Campinas
28. *Luis Guedes Pinto* – Associação Docentes da UNICAMP
29. *José Ildelfonso Martins* – Gerente da unidade de Campinas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
30. *Carlos Guilherme Ramasco Gargantini* – Sinduscon
31. *João Loureiro* – Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
32. *Ricardo Tadeu Marques da Fonseca* – Procuradoria Regional do Trabalho
33. *José Luiz Nadalin* – Fundação Pró-Morada

34. *Marcos José Bernardelli* – Presidente da OAB-Campinas
35. *Pastor Jupiacy Carneiro Gomes* – Representante entidades evangélicas
36. *Abdo Set El Banate* – Associação Comercial e Industrial de Campinas
37. *Messias Pimentel de Camargo* – Delegado Regional da Polícia Civil
38. *Erson Teodoro de Oliveira* – Juiz da Infância e Juventude
39. *Silvia Bellucci* – Centro Corsini
40. *Silvia Brandalise* – Centro Boldrini
41. *Hélio de Oliveira Santos* – Movimento contra Maus Tratos na Infância
42. *Roberto Barbosa Alves* – Promotor da Infância e da Juventude
43. *Gilberto Luiz de Moraes Selber* – Reitor da PUC-Campinas
44. *José Martins Filho* – Reitor da UNICAMP
45. *Silvia Gisele Leeven* – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
46. *Cláudia Helena Tamiso* – Ministério Público de São Paulo
47. *Ten.Cel.Alfio Fonseca de Castro* – 8º batalhão da Polícia Militar
48. *Padre Antonio Francisco Lelo* – Externato São João
49. *Glória Kampf* – PUC-Campinas
50. *Augusto F.Barros Pimentel Filho* – Vice-presidente FEAC Área Patrimonial
51. *Donald Peter Graber* – Vice-presidente FEAC Relações Externas
52. *José Carlos Vannucchi* – Vice-presidente FEAC Área Administrativo-Financeira
53. *Osmar Gonçalves* – Presidente Conselho Curador da FEAC
54. *Jairo Pereira Leite* – Presidente Conselho das Entidades Filiadas

Os participantes foram divididos em grupos. Em uma folha deveriam colocar suas impressões sobre as indagações: “Por que fazer um pacto pela Educação em Campinas? Quais os problemas que nos levam a fazer um pacto pela Educação em Campinas?”. Houve ainda conferências, do próprio Antônio Carlos Gomes da Costa, do jornalista Demóstenes Romano (também atuante no Pacto de Minas pela Educação), Arabela Rota Estrela (da representação do Unicef em Brasília), Rosever Pavan (CUT) e do economista Barjas Negri, que representava o Ministério da Educação. Negri depois seria secretário-executivo e Ministro



Osmar Gonçalves, presidente do Conselho Curador em 1995, participou do Seminário Educação para a Vida.

da Saúde, secretário da Habitação de São Paulo e prefeito de Piracicaba, eleito em 2004.

Os relatores dos grupos foram o juiz Erson Teodoro de Oliveira, o pastor Jupiacy Carneiro Gomes e José Luiz Nadalin, da Fundação Pró-Morada. Utilizando-se a metodologia ZOPP de Planejamento Estratégico Participativo, o seminário teve uma dinâmica interessante: o objetivo final era construir uma árvore, a partir das raízes (que seriam os problemas sociais e suas causas), passando pelo tronco (quais as crenças e valores que deveriam ser observados para reverter os problemas e suas causas), pelos galhos (os recursos e forças à disposição) e pelas folhas (estratégia que deveria ser utilizada), até que aparecessem os frutos (resultados esperados e alcançados).

A decisão principal do seminário Educação para a Vida foi o empenho de todos os segmentos sociais locais para a criação de uma Aliança de Campinas pela Educação, com o objetivo de mobilizar e unir toda a comunidade em várias iniciativas voltadas para garantir escola para todas as crianças e uma Educação de qualidade. E, como previa a árvore construída no seminário, seriam muitos os frutos colhidos. Para coordenar os

trabalhos da Aliança, foi constituída uma Comissão Executiva, integrada por representantes de vários setores. O lema escolhido foi “Campinas pela Educação – Todo mundo na Escola!”. As palavras-chave: Ingresso, Regresso, Permanência e Sucesso (IRPS) da Criança na Escola.

Pesquisa da FGV e eventos que mobilizaram Campinas

Diversos eventos foram realmente promovidos para mobilizar a comunidade de Campinas, e que tiveram grande receptividade. No dia 7 de dezembro de 1995, dois meses depois do seminário, houve uma solenidade de adesão à Aliança de Campinas pela Educação. Os representantes dos vários segmentos da comunidade assinaram um termo de compromisso, na sede da FEAC. Na ocasião o educador Antônio Carlos Gomes da Costa

destacou a importância da união da comunidade e aplaudiu o Programa de Renda Mínima, que estava sendo implantado pela Prefeitura de Campinas.

No mesmo dia de lançamento oficial da Aliança de Campinas pela Educação, foram anunciadas duas pesquisas encomendadas pela FEAC à Fundação Getúlio Vargas. Foram *Um estudo sobre jovens de cinco núcleos residenciais da periferia pobre de Campinas e Estratégias de vida e aspirações da população de baixa renda de Campinas.*

As pesquisas foram promovidas em cinco bolsões de pobreza, sob a coordenação do professor Luiz Carlos Merege: Jardim Santa Mônica, Vila Georgina, Jardim São Pedro de Viracopos, Jardim Santa Lúcia e Parque Itajai. O objetivo era um amplo diagnóstico da realidade social nesses bairros, identificando-se as aspirações da população local, sobretudo no caso das crianças e adolescentes. As pesquisas também indicariam as principais carências em termos de acesso à escola. Os resultados serviriam, então, de mapa de ação da Aliança de Campinas pela Educação. As pesquisas foram concluídas em meados de 1996, e seus resultados de fato serviram para iluminar várias ações da comunidade, que estava mobilizada pelos vários eventos promovidos.



Lideranças de Campinas participaram da cerimônia de adesão à Aliança pela Educação, na FEAC.



Antônio Carlos Gomes da Costa na cerimônia de adesão da comunidade à Aliança de Campinas pela Educação.

Foram realizados encontros com empresários – um deles na chácara de Chitãozinho, em Jaguariúna, com churrasco assinado por Bassi. Houve ainda a elaboração de um plano estratégico de comunicação para a Aliança, com a participação de agências de publicidade e da mídia.

No dia 22 de novembro de 1996, foi promovido o Show da Aliança, com a participação de Chitãozinho & Xororó, Sandy & Júnior e Maurício & Mauri. Foi na Pedreira do Chapadão, com realização da FEAC e da Associação dos Amigos das Crianças do Jardim Novo Flamboyant – Semente da Vida. Milhares de pessoas participaram.

Uma semana antes do show, a jornalista Célia Siqueira Farjallat publicou artigo no *Correio Popular*, com o título *Aliança pela Educação*. Depois de apoiar o sentido da Aliança, a jornalista concluiu:

A criança não pode esperar, dizia Gabriela Mistral (Prêmio Nobel de Literatura), mulher extraordinária. Não pode esperar; ela é o Hoje. Amanhã será, talvez, tarde demais.

Ainda no sentido da sensibilização e mobilização, a FEAC lançou em agosto de 1997 o boletim *Educação & Participação – Informativo da Secretaria Executiva da Aliança de Campinas pela Educação*. Foram publicados oito números, até abril de 1998.



José Carlos Penteado de Freitas, presidente do Conselho Curador em 1997.

Pesquisa no Santa Mônica

Além da pesquisa dos especialistas da Fundação Getúlio Vargas, houve uma pesquisa feita por próprios moradores do Jardim Santa Mônica. Durante um final de semana de abril de 1996, jovens voluntários entrevistaram 2.238 pessoas, morando em 554 residências, basicamente em núcleos de favela. Foram identificados 501 crianças e adolescentes, e 29 deles estavam fora da escola.

Os próprios adolescentes trabalham, em conjunto com técnicos da FEAC, da União Cristã Feminina e de professores e direção da Escola 31 de Março, no sentido de sensibilizar os jovens fora da escola, e respectivas famílias, a respeito da importância da volta para o espaço escolar. Somente em um caso houve a necessidade de se recorrer ao Conselho Tutelar.

As ações-piloto desenvolvidas no Jardim Santa Mônica serviram de luz, abriram caminho para outras ações em outros bairros. Os jovens do Santa Mônica até criaram uma entidade, a Agentes em Busca de Alunos Evadidos (ABAE), para coordenar os trabalhos no bairro. Como reforço escolar, foi criado no bairro o projeto “Lição de Casa”, que teve o apoio até de uma mini-biblioteca, visando atingir as metas do IRPS. Um Plantão de Dúvidas, para atender aos alunos do período noturno, também foi montado no Jardim Santa Mônica. As diretoras da Escola 31 de Março, Izaura Yamamoto e, depois, Miriam G.Lazzari Shimizo, deram todo apoio às ações. O dia da volta às aulas na Escola 31 de Março transformou-se em um grande dia festivo, no espírito de celebrar a adesão aos objetivos da Aliança de Campinas pela Educação.

No Parque Itajaí foram identificados 24 crianças e adolescentes fora da escola. Inspiradas pela Aliança, outras ações movimentaram outros bairros. No Distrito de Barão Geraldo, nasceu um movimento local, coordenado pelo pastor Jupiacy Carneiro Gomes. Na Vila Lafayette Álvaro, houve uma mobilização semelhante à do Jardim Santa



Diretora Miriam Shimizo, professores e alunos da E.E. "31 de Março", sensibilizando jovens que estavam fora da escola no Jardim Santa Mônica.

Mônica, tendo como resultado o regresso imediato de 31 das 39 crianças que estavam fora da escola. No Novo Flamboyant, houve a intensa participação do Serviço Social Nova Jerusalém e da Creche Semente da Vida. Nos bairros da Conquista e da Vitória atuaram o Centro Assistencial Romília



Volta às aulas com festa na EE "31 de Março", dia 9 de fevereiro de 1998.

Crianças do Jardim Santa Mônica e região prontas para vestir a camisa da Aliança de Campinas pela Educação.



Maria, a Associação São João Vianney e o Núcleo de Crianças da Vila Ipê.

Literalmente, os jovens internos da Unidade de Acolhimento Provisório (UAP-5) vestiram a camisa da Aliança. Camisetas com o lema da Aliança foram distribuídas para os jovens, que também receberam material didático e apoio dos técnicos ligados à Aliança.

Sensibilizada com os propósitos da Aliança, a direção da Gevisa SA, fabricante de locomotivas e motores industriais, decidiu iniciar uma campanha pela alfabetização de todos os seus funcionários – todos deveriam ter pelo menos o diploma de 1º grau até o ano 2000. Iniciativa semelhante foi implantada nos canteiros de obras de várias construtoras locais, com apoio do Sinduscon, e também na área de transportes, pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Campinas e Região (Sindicamp). Na GE-Dako, o objetivo assumido pela empresa foi o de incentivar os funcionários com 1º ou 2º graus incompletos a voltar para a escola.

A Fundação Educar DPaschoal lançou em 1998 o Selo Educação. O objetivo era incentivar as empresas a fazer investimentos e dirigir esforços para a Educação. O próprio Grupo

DPaschoal foi o primeiro a estampar o slogan "Educação - Transporte para o Futuro" nos caminhões de sua frota.

Censo Escolar no Campo Grande

Depois do projeto-piloto no Jardim Santa Mônica, e de ações em outros bairros, sempre no espírito da Aliança de Campinas pela Educação, a Fundação FEAC aplicou esforços para a constituição de uma ampla coalizão visando um grande projeto educacional na região do Campo Grande, uma das mais populosas e de maiores desafios sociais em Campinas.

Sempre tendo como referência a meta de nenhuma criança fora da escola até 2000, e considerando as palavras-chave Ingresso, Regresso, Permanência e Sucesso, a FEAC estabeleceu então parcerias com o Instituto C&A, Grupo Accor Brasil, 4ª Delegacia de Ensino de Campinas, Secretaria Municipal de Educação e Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo), além da participação fundamental do Conselho Regional das Associações Comunitárias da Região Campo

Grande (Coregran), considerando a importância de que a própria comunidade abraçasse a iniciativa.

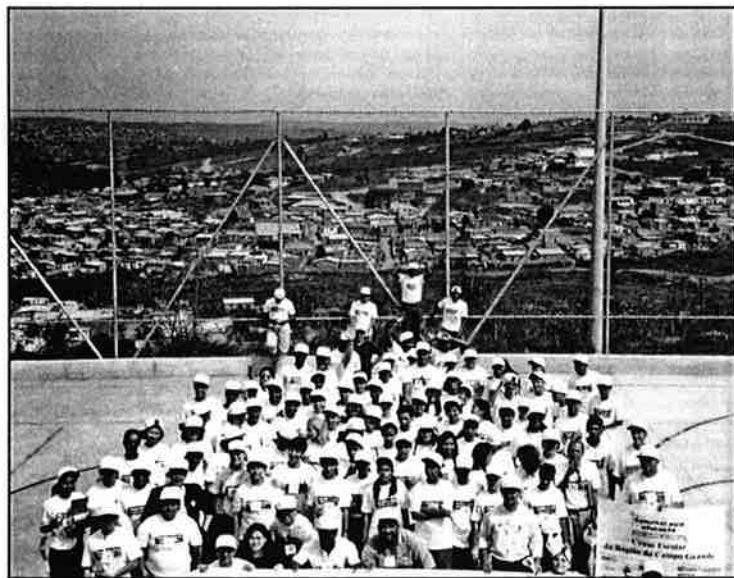
A idéia era promover um detalhado Censo Escolar na Região do Campo Grande, para identificar quantas crianças estavam fora da escola e quais as causas para essa ausência, apontando-se então possíveis providências para o regresso, permanência e sucesso. Considerando as etapas de formação do grupo de trabalho, planejamento de atividades e captação de recursos financeiros e humanos, o Censo começou no dia 25 de maio de 1998.

O Censo propriamente dito foi realizado aos sábados e domingos, começando a 16 de agosto e encerrando a 6 de dezembro de 1998. Foi um impressionante exercício de envolvimento comunitário, visando o bem-estar da própria comunidade. Além dos parceiros iniciais, outros apoios decisivos foram obtidos, de empresas fornecedoras de alimentos para os mais de 200 voluntários envolvidos, de empresas de ônibus para viabilizar o transporte, das escolas públicas e até de rádio comunitária da Região do Campo Grande.

Entre outros, foram colaboradores do projeto: Visca, ACIGRAN, Somus Gráfica e Editora Ltda., NET Campinas, Assitália - Assistência Médica, ACADEMIA - Universidade de Serviços, G.R. -

Restaurantes de Coletividade, Antártica, Danone, Novotel, ISA, Guarda Municipal, Fundação Educar e UPPER Seguros.

Os resultados do Censo confirmaram os elevados desafios sociais para a Região do Campo Grande. O levantamento abrangeu um universo de 70 mil pessoas, moradoras em 64 núcleos habitacionais, incluindo loteamentos regularizados ou não, condomínios, favelas e áreas de ocupação. O Censo mostrou que 1244 crianças e jovens estavam fora do ensino fundamental e médio. Entre os motivos do



Equipe de voluntários que participou do Censo Escolar da Região do Campo Grande, em agosto de 1998.

abandono estavam a falta de vagas (12,5%), a pura desistência (9,6%) e a procura de emprego (5,5%).

Mas o Censo também proporcionou uma radiografia mais ampla, pois foram entrevistados os chefes de família, homens ou mulheres. A escolaridade era muito baixa: 58,1% não haviam completado o primeiro grau e 10,1% eram analfabetos. O perfil socioeconômico era igualmente baixo: 57,2% estavam nos estratos D/E, com renda de até cinco salários mínimos.

As carências foram apontadas, e depois do Censo Escolar da Região Campo Grande muitas modificações foram observadas na comunidade. O Estado construiu escolas e o Município também aumentou consideravelmente o número de salas de aula. O ponto fundamental foi, de fato, no sentido da Aliança de Campinas pela Educação, a formação de uma ampla e múltipla coalizão, na linha da busca de alternativas para o maior desafio para a transformação do quadro de pobreza e miséria, que é o investimento maciço em Educação, através da parceria entre poder público, setor privado e comunidade organizada.

Projetos associados ao espírito da aliança

Vários projetos na linha do que foi discutido no seminário de 1995, e portanto no espírito da Aliança de Campinas pela Educação, foram implantados e/ou fortalecidos nos anos 90, sob coordenação ou apoio da Fundação FEAC. Em parceria com o Centro Dom Bosco e 12 entidades filiadas à Fundação, um programa de profissionalização beneficiou milhares de adolescentes, além da reciclagem de centenas de instrutores.

A partir de 1995 nasceram, ainda, o Projeto Brinquedoteca, implantado em 32 entidades

filiadas à Fundação FEAC, e o Projeto Biblioteca Viva, realizado em parceria entre a FEAC e a Fundação Abrinq e que em 1996 já incluía o financiamento a quatro bibliotecas, que atendiam 400 jovens.



Capacitação para entidades participantes do Projeto Brinquedoteca.

Com o patrocínio da Fundação Vitae, foi implantado ainda o Projeto Vitae, estipulando a instalação de equipamentos lúdico-pedagógicos em 19 entidades filiadas à FEAC, propiciando novos sistemas integrados de serviços para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. A Fundação FEAC idealizou ainda o projeto Educação para a Vida, de preparação de crianças e adolescentes para o pleno exercício da cidadania.

Programa Qualidade na Escola

Fruto do sentido de parceria que orientou a Aliança de Campinas pela Educação foi o Programa Qualidade na Escola (PQE), iniciado em 1999 entre a Fundação FEAC, Instituto Qualidade no Ensino (IQE) da Câmara Americana de Comércio e várias empresas da região. A Inter American Foundation (IAF), ligada ao Senado dos Estados Unidos, deu apoio financeiro decisivo nos momentos iniciais do PQE. O objetivo era a capacitação de professores



Café da manhã para apresentação do PQE a empresários em junho de 2000, no Restaurante Panela de Barro.

de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, visando a melhoria do ensino ministrado em Português e Matemática.

Entre outras empresas de Campinas e região, colaboraram com o PQE, nas diversas fases: Dow Corning do Brasil Ltda.; Emerenciano, Baggio & Associados – Advogados; Engefer – Annicchino e Chacon Com.Serv.Ltda.; EPTV-Campinas; FMC do Brasil Ind.Com.Ltda.; Fundação Educar DPaschoal; Grupo Equipav; Gutierrez Empreend. e Participações Ltda.; Incotela Indústria e Com.Telas de Arame Ltda.; Mogiana Alimentos S/A; Restaurante Panela de Barro Ltda.; RM Sistemas Ltda.; Roberto Bosch – Divisão Bosch Freios; Sempre – Empresa de Segurança Ltda.; Sodexo do Brasil Com.Ltda.; Tele Design Sev.Com de Telecomunicações; Unimóvel – Empreendimentos e Construções Ltda.; Unithal Tecnologia e Com.Prod.Agropecuários Ltda.

Parceiros que contribuíram com prestação de serviços: Agribrands do Brasil Ltda.; Capivari Transportadora; Fazenda Santo Onofre; Gráfica e Editora Modelo Ltda.; Grupo J&J Desenv. Empres.e Com.Ltda.; Icoh – Inst.Com. Humana SC Ltda.; M 51 Comunicação e Arte; M7 Produções e Finalizações; Oficina 3 Consultoria e Eventos; Petróleo Brasileiro S/A e Shempo Sistema de Comunicação.

O Programa Qualidade na Escola foi idealizado como uma contribuição para reverter o quadro explicitado em diagnósticos como o Censo Escolar de 2001, mostrando que 31,4% da população brasileira com mais de dez anos de idade pode ser classificada como analfabeta ou analfabeta funcional.

O estudo “Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental”, de dezembro 2003,

do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra um quadro especialmente preocupante em relação ao ensino de Português e Matemática, justamente o objeto do PQE implantado em Campinas com a participação da FEAC.

Segundo o estudo, houve entre 1995 e 1999 uma queda expressiva da média da proficiência em Língua Portuguesa entre os estudantes brasileiros da 8ª série do ensino fundamental. Entre 1995 e 1997, houve uma queda de seis pontos percentuais, de 256,1 para 250, e entre 1997 uma queda ainda maior de 20 pontos percentuais, de 250 para 232,9. A média cresceu no período analisado, para 235,2 em 2001.



Maria Bernadete Gonçalves de Souza, da FEAC (à direita na foto), explica objetivos do PQE para empresários.

Em termos gerais, o estudo mostrou que 10% dos estudantes atingiram patamar adequado na escala de desempenho em Língua Portuguesa. Em Matemática, o percentual de desempenho adequado foi ainda menor, de menos de 3% de estudantes com competências e habilidades “condizentes com uma boa escolarização em nível fundamental”.

Pelos critérios de classificação do INEP, órgão ligado ao Ministério da Educação, em 2001 cerca de 25% dos alunos em 8ª série apresentavam

desempenho “muito crítico” ou “crítico” de Língua Portuguesa. Cerca de 65% apresentavam desempenho “intermediário” e somente 10,23% apresentavam desempenho “adequado”. Em Matemática, nada menos que 58% apresentavam desempenho entre “crítico” e “muito crítico”, e somente 2,65% apresentavam desempenho “adequado”.

As diferenças regionais mostram resultados ainda mais alarmantes. No Nordeste, 33,57% dos alunos da 8ª série eram classificados como de desempenho “crítico” ou “muito crítico”. Mas mesmo no Sudeste o índice é preocupante: 22,77% foram classificados nos estágios “crítico” ou “muito crítico” em Língua Portuguesa. O Sul apresentou melhor desempenho, com 16,07% de alunos nessa condição. O Sudeste apresentou o melhor desempenho de alunos considerados no estágio de desempenho “adequado” em Língua Portuguesa: 13,14%, índice de qualquer modo preocupante.

De modo a modificar esse panorama, o PQE concentrou-se em Campinas na capacitação de professores de Português e Matemática de 1ª a 4ª séries. Eram 100 minutos semanais de capacitação, e os professores recebiam subsídio financeiro pelas horas-aula correspondentes ao período de capacitação feita por consultores. A identificação das melhores estratégias para o ensino de Português e Matemática era um dos objetivos das oficinas.

Um Conselho Gestor, formado por representantes das empresas que decidiram apoiar o Programa, e um Conselho Consultivo, integrado por representantes das instituições parceiras e da comunidade escolar, tornaram-se pilares importantes para o desenvolvimento do PQE em Campinas. Foi criado ainda um Comitê de Marketing, voltado para mobilizar a comunidade.



Desfile de alunos da EE "Prof. Antônio F. Gonçalves", uma das mais ativas participantes do PQE, em 1998.

O PQE foi implantado de modo piloto em cinco escolas da rede estadual, somando 3500 alunos e 200 professores: EE "Antônio Fernandes Gonçalves", na Vila Castelo Branco; EE "Dr. Paulo Mangabeira Albernaz", no Distrito de Nova Aparecida; EE "Coronel Firmino Gonçalves Silveira", no Parque São Quirino; EE "Professor Marcelino Velez", no Nova Aparecida; e EE "Manoel Alexandre Marcondes Machado", no Jardim Morumbi.

A etapa piloto terminou no primeiro semestre de 2003 e os resultados foram considerados satisfatórios. Além da capacitação dos professores, o PQE ensejou a oportunidade para o desenvolvimento de várias atividades nas escolas envolvidas, como projetos de leitura, salas de Informática, Clube da Árvore e melhoria na infra-estrutura das unidades escolares.

Os ganhos para as escolas envolvidas, e obviamente para os professores e alunos, foram visíveis no final do ciclo de quatro anos da etapa piloto. Mas também ficaram evidentes os desafios, inclusive o decorrente da alta rotatividade de professores nas escolas de ensino público, como assinala a pedagoga Maria Bernadete Gonçalves de

Souza, gestora do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) da FEAC e que atuou na linha de frente do PQE e outras ações da Aliança Educação em Campinas desde o início.

O salto de qualidade na Escola Estadual "Antônio Fernandes Gonçalves", na Vila Castelo Branco, foi exemplar. A atmosfera positiva criada pelo PQE contribuiu em vários sentidos, como a montagem de uma Sala de Informática (equipada pelos Amigos da Escola), o incremento no número de voluntários (que passaram a dar aulas em várias áreas como atividade complementar) e a estruturação de um rico acervo de livros didáticos, que passaram a ser consumidos com avidez pelos anos. Pontualmente, às 7h15 e às 14h15, a Escola adquiriu, no período de vigência da etapa-piloto do PQE, o hábito de parar todas as suas atividades, para que alunos, professores e demais funcionários pudessem ler os livros distribuídos pelo governo federal ou cedidos pela comunidade.

Em 2004, terminado o ciclo de 4 anos proposto pelo PQE em 05 escolas públicas de Campinas, iniciou-se um novo em parceria com o

Programa “Letra e Vida” da Secretaria Estadual de Educação que objetiva a formação de professores alfabetizadores.



Alunos da EE “Paulo Mangabeira Albermaz”, no Distrito de Nova Aparecida, que também participou do PQE.

Ame a Vida sem Drogas

Outra ação importante, derivada da Aliança de Campinas pela Educação, foi o Projeto Ame a Vida Sem Drogas, desenvolvido desde 1998 entre FEAC, Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Grupo de Empresários Amigos da Criança (GEAC) e Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract). A Febract está sediada no casarão da Fazenda Vila Brandina, onde morava o casal Odila e Lafayette Álvaro e depois passou a

ser espaço dos vários cursos organizados e dirigidos pelo professor Saulo Monte Serrat. Com as atividades da Febract, o casarão – e por extensão a Fazenda – consolidou sua vocação de grande serviço a favor da vida. Os representantes dos parceiros que estiveram envolvidos desde o início na montagem e desenvolvimento do Ame a Vida Sem Drogas foram Sylvia Leeven (então presidente do CMDCA), Luiz Carlos Rossini (presidente do Comen), Rolf Leeven (GEAC) e professor Saulo Monte Serrat (Febract), além dos técnicos e dirigentes da FEAC.

Sob o estímulo da atmosfera favorável criada pela Aliança de Campinas pela Educação, o Ame a Vida Sem Drogas nasceu depois que o Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen) desenvolveu, em 1997, pesquisa em dezenas de



Luiz Carlos Rossini, presidente do Comen, no encerramento de oficina de meio ambiente na EE “Rosina Frazatto”, como parte do “Ame a Vida Sem Drogas”, em 1999.

escolas da rede pública em Campinas. A pesquisa revelou que a maioria das escolas enfrentava problemas com drogas lícitas e ilícitas.

Como o PQE, o Ame a Vida Sem Drogas foi aplicado inicialmente, em uma etapa-piloto, em quatro escolas de baixa renda, somando mais de 200 professores e 5.840 alunos: EE 31 de Março, no Jardim Santa Mônica; EE “Professora Rosina Frazatto dos Santos” e São Judas Tadeu, no Jardim Satélite Íris; e EMEF do CAIC “Zeferino Vaz”, na Vila União. O projeto teve, em sua fase inicial, patrocínio da Mercedes Benz e apoio da Câmara Brasil-Alemanha, Editora Melhoramentos e Bosch.

A metodologia do Ame a Vida Sem Drogas baseou-se na capacitação de professores, formação de grupos de prevenção a drogas nas escolas e no oferecimento de oficinas aos alunos de escolas e usuários de entidades sociais, nas áreas de capoeira, ballet, teatro de mamulengos, meio ambiente, leitura e de contar histórias, entre outras. O propósito era oferecer atividades interativas, que servissem de instrumento para a difusão dos conceitos de cidadania e prevenção às drogas.

O Projeto Ame a Vida Sem Drogas cresceu muito e desde 2002 estiveram envolvidas 25 escolas, 23 estaduais e duas municipais, com 15 mil alunos, e 14 entidades, com mais de 2000 usuários. Vários ganhos diretos e indiretos foram observados no Ame a Vida Sem Drogas, desde o início de sua implementação. Os participantes da

oficina de ballet, na EE “Rosina Frazatto dos Santos”, eram em sua maioria homens, o que ajudou a quebrar mitos relacionados a essa prática. Do mesmo modo, oficinas de teatro de bonecos despertaram a criatividade e o improviso. E as oficinas de capoeira reforçaram valores culturais e raciais. Todos os participantes das oficinas, ao final de cada uma delas, testemunharam como ganharam em desinibição e reforço da auto-estima.

O presidente do Comen, Luiz Carlos Rossini, afirmou que o Ame a Vida Sem Drogas, como uma das únicas atividades contínuas de prevenção no âmbito escolar em Campinas, tem dado contribuição fundamental para a cidadania e o combate à violência na cidade:

Um dos pontos bonitos do projeto é que ele trabalha com a resiliência, ou seja, a capacidade de os jovens superarem obstáculos e estarem preparados para enfrentar os riscos sociais.



Oficina de Ballet, parte do “Ame a Vida Sem Drogas” (Fotos Dominique Torquato).



Programa Cuidar e ética biofílica

Na mesma esfera educacional, foi implantado em setembro de 2000 o Programa Cuidar, visando uma Educação para valores e a ética biofílica (amor à vida), com base em uma metodologia desenvolvida pelo educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, da Modus Faciendi. O Instituto Souza Cruz passou a apoiar o Programa em 2002. O Cuidar foi idealizado para estimular o protagonismo juvenil como meio de preparar crianças e adolescentes para os múltiplos desafios da sociedade contemporânea.

A linha de trabalho aplicada ao Programa Cuidar era o da promoção de uma *Educação para valores, com base numa ética de amor, respeito e reverência pela vida em todas as suas manifestações*. Nesse sentido, a linha conceitual do Programa fundamentou-se na Ética Biofílica (amor à vida), baseada em reflexões de pensadores como Amartya Sen e Deodato Rivera, este, um sociólogo colaborador da Modus Faciendi, além do próprio Gomes da Costa. O Programa Cuidar procurou dar ênfase “ao potencial dos jovens em transformar a sua própria realidade. O jovem deixa de ser, então, encarado como um problema para se transformar na própria solução”, define Maria Bernadete Gonçalves de Souza, gestora do DDSE da FEAC.

As escolas que aderiram ao Programa Cuidar passaram por importantes modificações. Caso da Escola Estadual “José Maria Matosinho”, no bairro São Bernardo, onde, entre outras mudanças visíveis, paredes pichadas foram cobertas com mosaicos inspirados nas obras de Tarsila do Amaral, as cortinas da biblioteca e sala de vídeo reproduziram obras de Pablo Picasso e as salas de diretoria e do pessoal administrativo passaram a contar com utilitários inspirados em Mondrian. Ou seja, a escola passou a respirar arte e cidadania, através de ações envolvendo professores, alunos, direção e comunidade.

Até o primeiro semestre de 2002, foram envolvidas 27 escolas, com 972 professores e 19 mil alunos de classes de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1ª e 2ª séries do ensino médio. No

segundo semestre de 2002, o Programa foi ampliado para 19 novas escolas, com 685 professores e 15 mil alunos, de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e 1ª e 2ª séries do ensino médio.



Alunos da Escola Estadual “José Maria Matosinho”, que participou do Programa Cuidar: protagonistas de uma revolução educacional e cultural (Crédito Foto Humberto de Castro).

Fruto do Programa Cuidar foi o Projeto Novos Rumos, criado pela FEAC para levar os princípios da Educação para valores e ética biofílica às entidades sociais filiadas. Em 2002, foi criado o Prêmio Novos Rumos, visando estimular os usuários das entidades a produzir obras nas áreas de música, autobiografia e poesia. “Quem não se lembrará do potencial evidente de cada criança que subiu ao palco?”, perguntou na ocasião a pedagoga do Departamento de Gestão Social e Educacional da FEAC, Silvia Elena Basetto Villas Boas, na cerimônia de entrega do Prêmio Novos Rumos de 2002, a 5 de outubro, no auditório do Externato São João.

Outros projetos em parceria

Na mesma época da Aliança de Campinas pela Educação, foram estabelecidas ainda outras parcerias entre a Fundação FEAC e instituições diversas, tendo sempre a Educação como tema central. Eram geralmente projetos depois transformados em programas, quando houve a criação do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE). Com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), foi estabelecido em 1997 o Projeto Educação para o Trabalho (PET), de preparação do adolescente para um mercado cada vez mais competitivo.

Com o Serviço Social da Indústria (SESI), foi idealizado o Projeto Esporte Solidário, objetivando a construção da cidadania de crianças e adolescentes por meio de uma programação de vivências. Depois o Projeto Esporte Solidário foi substituído pelo Projeto Aprendendo com o Esporte e o Lúdico.

Com o Serviço Social do Comércio (SESC), foi implantado o Programa de Iniciação Esportiva, direcionado à educação complementar de crianças em situação de risco.

Também com o SESC, foi criado o Projeto Curumim, com o objetivo de oferecer às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social práticas esportivas e culturais diferenciadas e qualificadas, através do espaço físico e do contato com profissionais especializados. O Projeto atende crianças de 7 a 12 anos usuárias das entidades filiadas. A parceria com o SESC começou em 1997.

Outros Projetos nasceram no período, como o Integrando Educadores, voltado para a equipe técnico-operacional das entidades filiadas. O Projeto surgiu em 1996, “fruto de um diagnóstico, que demonstrava a necessidade de se capacitar as equipes operacionais das entidades, utilizando uma metodologia participativa, que favorecesse a reflexão contínua da proposta socioeducativa”, segundo documento do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE).

O Projeto de Educação Infantil, por sua vez,

tem uma proposta de formação dos educadores das entidades sociais filiadas à Fundação FEAC, para que os mesmos se beneficiem com subsídios que favoreçam a compreensão e valorização da proposta sócio – educativa no desenvolvimento de suas ações, bem como uma maior compreensão do desenvolvimento bio-psico-social da criança. Nessa proposta, está incluída a oportunidade de repensar a prática através do lúdico, da construção e do resgate da história cultural social dos brinquedos, das brincadeiras e folclore de nosso país.

Para os profissionais de limpeza das entidades, por sua vez, foi implantado o Projeto Cuidados e Qualidade, com esse objetivo, segundo o documento do DDSE:

Proporcionar aos profissionais de limpeza conhecimentos e informações específicas, que os habilitem a exercer, com melhor qualidade, o seu papel profissional.

Para os coordenadores das entidades sociais foi desenhado e implantado o Projeto Coordenação-Ação, com essa trajetória, segundo o DDSE: “Este programa foi implantado em 1997, com o nome de Ação Especial e voltado, a princípio, a Coordenadores Técnicos de entidades que atendiam pessoas com deficiências ou necessidades especiais e foi ampliado em 1998, através da inclusão das demais entidades filiadas à FEAC. Em 1999 teve sua metodologia reestruturada e foi oferecido aos participantes através de módulos específicos: básico (novos coordenadores) e avançado (aprofundamento). Em 2001, o Projeto ampliou sua fundamentação teórica e estendeu-se a alguns recursos sociais parceiros, com foco também nos Indicadores de Atendimento FEAC. Em 2004 passou a ser extensivo aos coordenadores técnicos de programas e projetos sociais e educacionais – Serviço Social e Pedagogia. O Projeto objetiva a capacitação permanente da equipe técnica das entidades, vi-

sando melhoria permanente de atendimento aos usuários, em uma perspectiva global.

Para os responsáveis por oficinas e cursos profissionalizantes, foi implantado o Projeto Capacitação para Instrutores de Cursos Profissionalizantes, com esse objetivo:

Criado em 1995, o projeto buscava atender uma das diretrizes do Departamento de Profissionalização, recém-criado, que tinha por objetivo desenvolver treinamentos de metodologia da aprendizagem, planejamento de ensino, avaliação de rendimento escolar, para qualificação ou aperfeiçoamento dos instrutores que atuariam como docentes nas entidades filiadas a FEAC, que desenvolviam programas de iniciação profissional.

O Projeto de Profissionalização foi implantado em 1995, e é desenvolvido em parceria com o Centro D.Bosco, da Escola Salesiana S.José, que recebe os usuários de entidades filiadas para cursos em várias áreas e oficinas temáticas.

Foi implantado também o projeto Prevenindo Acidentes de Trabalho, segundo o DDSE:

Foi criado em 1998, como resultado de assessorias técnicas às diferentes oficinas temáticas e os graus variáveis de riscos a que os aprendizes estavam expostos. Na maioria dessas oficinas, o próprio instrutor e em casos específicos, até mesmo a coordenação, ignorava, por desconhecimento, os possíveis riscos. Após tal constatação, o primeiro projeto foi elaborado e apresentado às entidades com oficinas específicas, que após sensibilização, aceitaram a implantação do mesmo. O resultado está sendo a implantação e implementação da "SIPAT" – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e o reforço constante na utilização de EPI – Equipamentos de Proteção Individual.

A década de 1990 terminou, assim, com a clareza da necessidade de incremento das ações na área educacional, como única saída para equacionar os graves desafios sociais no Brasil. Com a globalização, esses desafios seriam ainda maiores no início do século 21, exigindo uma reformulação completa

no *modus operandi* da ação social no Brasil. A FEAC procurou melhorar seus serviços, com o desenvolvimento de Indicadores de Atendimento com as entidades filiadas, entre outros mecanismos.

A diretoria executiva para o biênio 1997/98 era composta por Luis Norberto Pascoal (presidente), Darcy Paz de Pádua (Vice-presidente Área Social), Donald Peter Graber (Vice Relações Externas), Leôncio Menezes (Vice Patrimonial), José Carlos Vannucchi (Vice-Área Administrativo-Financeira).

Em junho de 1998, a FEAC contava com 95 filiadas, saltando para mais de 100 no início do século 21. Filiaram-se a Creche Lar Ternura, Instituto "Norberto Souza Pinto", Centro Comunitário "Irmão André (Cecoa)", Centro Promocional Tia Ileide (CPTI), Instituto Assistencial "Dias da Cruz", Associação Beneficente Assistencial Madre Cândida (Abamac), Associação Beneficente da Boa Amizade (ABBA), Associação "Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg", Associação de Apoio a Portadores de AIDS Esperança e Vida (AGAEVI – Esperança e Vida), Associação Evangélica Assistencial, Casa da Criança Vovô Nestor, Associação Beneficente 13 Pais/Lar Criança Feliz, Núcleo Calvariano, Associação Espírita Lar Caminho da Verdade, Centro Comunitário da Criança Parque Itajaí I e Região, SOS Ação Mulher e Família, SOS Adolescente, Centro de Formação Semente da Vida, Fundação Gerações, Creche "Adélia Corrêa Hoog Zornig", Instituto de Educação Especial Recriar, Serviço Social Nova Jerusalém, Creche Santa Genebra, Núcleo de Ação Social (NAS), Associação São João Vianney, Seara Espírita "Joana de Ângelis", Creche "Mãe Cristina", Instituto Souza Novaes, Associação Beneficente Direito de Ser, Associação dos Benfeitores e Amigos de Meninos Bailarinos Atores (Abamba), Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa, Centro Sócio Educativo Semente Esperança, Associação Casa de Apoio Santa Clara, Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (Cepromm).



XXIII

*Prêmios para a Ação Social
e Voluntariado*

Ao longo da década de 1990, nasceram vários prêmios de alcance nacional, visando reconhecer e projetar os principais projetos e ações sociais desenvolvidos em território brasileiro. Nesse cenário, é significativo que entidades sociais de Campinas tenham se destacado como vencedoras de alguns dos principais prêmios de ação social gestados e consolidados ao longo da década de 1990 no Brasil. Considerando a competitividade e as exigências intrínsecas a essas premiações, é um sinal evidente da consistência da ação social desenvolvida em Campinas.

Uma das primeiras iniciativas no Brasil, voltadas para reconhecer o esforço de cidadãos, empresas e organizações comunitárias que

desenvolvem ação social, nasceu em Campinas. A partir de 1993, a Fundação FEAC passou a promover a sua Noite da Solidariedade, quando entregaria a Medalha da Ordem do Mérito FEAC a representantes dos diferentes segmentos, com ação

Primeiros ganhadores da Medalha Ordem do Mérito FEAC, em 1993, em cerimônia na Sociedade Hípica de Campinas.



Padre Haroldo Rahm, um dos primeiros a receber a Medalha, em 1993, por sua ação social e espiritual a partir do "Casarão" da Fazenda Vila Brandina.

destacada na área social. A cerimônia passou a ser realizada tradicionalmente em agosto, nos salões da Sociedade Hípica de Campinas.

Em reconhecimento à sua contribuição histórica, o padre Haroldo Rahm foi o escolhido para ser um dos primeiros homenageados com a Ordem do Mérito FEAC, ao lado de Nair Valente da Cunha e da IBM do Brasil. Esta é a lista completa dos que receberam a Ordem do Mérito FEAC até 2004, quando a instituição completou 40 anos e fez novas homenagens especiais:

- **1993** – Padre Haroldo Rahm, Nair Valente da Cunha e IBM do Brasil;
- **1994** – Centro Infantil Bolchini – Silvia Brandalise, Eduardo de Barros Pimentel, Célia Farjallat e Robert Bosch do Brasil;
- **1995** – Cia Campineira de Alimentos, Luis Calil Sader e Centro Assistencial Romília Maria;
- **1996** – Darcy Paz de Pádua, Obra do Berço e Correio Popular;
- **1997** – Grupo Primavera, 3M do Brasil e Valter Boscato;
- **1998** – Grupo Não Prá Fome, EPTV Campinas e Sylvia Miranda Cruz Paschoal;
- **1999** – Sociedade Hípica de Campinas, Chitãozinho e Xororó, Grupo Oração e Esperança (GOE) e Maria Silvia Carvalho de Menezes;
- **2000** – Mariazinha Silva, CPFL, João Amaral – Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil;
- **2001** – Bosch Freios, Luzia Paschoal, Cidade dos Meninos;
- **2002** – Centro Corsini, FMC – Ind. Química do Brasil e Dr. Cássio Raposo do Amaral;
- **2003** – Grupo Comunitário Criança Feliz, M51 – Criatividade Estratégica e Dr. Cláudio de Souza Novaes;
- **2004** – Sociedade Feminina de Assistência à Infância – Creche Bento Quirino (*primeira filiada à FEAC*), Shopping Center Iguatemi

Campinas (*grande parceiro da FEAC*) e Nair Dias Lopes Telles (*integrante do Projeto Grupo de Mulheres, mais antiga iniciativa social da FEAC ainda em desenvolvimento*).

Prêmio FEAC de Jornalismo

Em 1998, a FEAC criou o Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, com formato idealizado pelo consultor de comunicação José Pedro Martins e apoio do superintendente-executivo José Luiz Camargo Guazzelli, visando estimular a imprensa a abrir maior espaço para as questões do Terceiro Setor e temas sociais em geral. O tema do primeiro Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo foi *A inclusão social e sua relação com os vários modelos habitacionais*. O jornalista Gilberto Dimenstein participou do lançamento do Prêmio, no dia 27 de maio, na FEAC.

No mesmo ano de 1998, foi criado o Troféu Jornalista Solidário, dedicado a um profissional com vida totalmente marcada por preocupações sociais. A primeira a receber o Troféu foi a jornalista e educadora Célia Siqueira Farjallat. O Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo sempre teve a parceria da Fundação Educar DPaschoal. A partir de 2002 o Prêmio teve o co-patrocínio da CPFL. Em 2004, o Troféu Jornalista Solidário foi entregue a Francisco Isolino Siqueira, um dos primeiros jornalistas de Campinas a dar total apoio nos momentos inaugurais da FEAC.

O Prêmio FEAC de Jornalismo, primeiro prêmio com essas características no Interior de São Paulo, teve como temas anuais, desde a sua criação, assuntos relevantes para a comunidade de Campinas e região, em sintonia com os maiores desafios da realidade brasileira no momento. Estes foram os temas anuais:

- **1998** – A inclusão social e sua relação com os vários modelos habitacionais.

- **1999** – Ação social e cidadania - ações que promovem a inclusão social, fortalecendo a cidadania.
- **2000** – Empregabilidade e Geração de Renda como fatores de plena cidadania.
- **2001** – O voluntário como protagonista de transformação da sociedade (em função do Ano Internacional do Voluntário).



Jornalista Solidária Célia Siqueira Farjallat e ganhadores do Prêmio FEAC de Jornalismo de 1998.



Jornalista Gilberto Dimenstein, no lançamento do Prêmio FEAC de Jornalismo, a 27 de maio de 1998.

- **2002** – Ações comunitárias e de entidades sociais promovem a paz e inibem a violência.
- **2003** – Projetos sócio-educativos que promovem desenvolvimento sustentável e preservam o meio ambiente (como contribuição ao Ano Internacional da Água).
- **2004** – A Educação como instrumento de inclusão social (o tema da Educação foi escolhido para o ano das quatro décadas da FEAC, considerando a prioridade que a instituição sempre deu ao assunto).

O propósito do Prêmio FEAC de Jornalismo foi sempre o de estimular a Imprensa a mostrar as ações positivas que a comunidade tem feito para equacionar os seus desafios. O objetivo com isso era contribuir para a reversão da tendência de sempre se

ênfatar as denúncias como tema de produtos jornalísticos, em detrimento das alternativas existentes e de ações já executadas pela comunidade para resolver os respectivos problemas abordados.

A resposta sempre foi muito positiva e o número de participantes foi sempre crescente. Ao todo, mais de 500 profissionais e estudantes de jornalismo participaram nas sete primeiras edições do Prêmio FEAC de Jornalismo, que passou a permitir matérias jornalísticas, nas diversas categorias em disputa, referentes a ações desenvolvidas não apenas em Campinas, mas em todos os 19 Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba,

Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Ainda em 1998, na cerimônia de entrega do I Prêmio FEAC de Jornalismo, foi lançado o livro *Vocação solidária – Flashes da história da ação social em Campinas*, do jornalista José Pedro



José Pedro Martins, Luis Norberto Pascoal e José Luiz Guazzelli no lançamento do livro "Vocação Solidária", de Martins

Luis Norberto Pascoal, Darcy Paz de Pádua e José Luiz Guazzelli na cerimônia do I Prêmio FEAC de Jornalismo.

Martins, consultor da FEAC. O livro teve apoio da FEAC e Fundação Educar e reuniu um painel da história de solidariedade construída em Campinas.

Em 2000 e 2001, a FEAC também concedeu o título *Publicitário Cidadão*, a cargo do Núcleo de Imprensa. O objetivo foi reconhecer o trabalho dos profissionais em Publicidade e Propaganda que vêm se destacando por sua atuação social.

Prêmio Bem Eficiente

Em 1997, foi criado o Prêmio Bem Eficiente, voltado para reconhecer anualmente os 50 melhores trabalhos sociais do país, de acordo com vários critérios, de eficiência administrativa, eficiência no uso de recursos, transparência etc. Realizado em parceria entre a Kanitz & Associados e várias empresas e organizações apoiadoras, o Prêmio Bem Eficiente tornou-se um dos mais importantes no Brasil na área social. Em suas sete primeiras

edições, Campinas foi uma das cinco cidades com maior número de premiações no Brasil, fundamentalmente pela ação da FEAC (recebeu o Bem Eficiente três vezes no período) e suas filiadas. Estas foram as organizações de Campinas que ganharam o Bem Eficiente até 2003, a maioria delas filiada à FEAC:

- 1997 – Associação Hope (Cidade dos Meninos), CRAMI, Fundação FEAC, Fundação Síndrome de Down, Instituto Souza Novaes, Lar dos Velhinhos de Campinas.
- 1998 – Associação Beneficente Campineira, Centro de Orientação ao Menor de Campinas (Comec).
- 1999 – APAE, Grupo Primavera.
- 2000 – Associação Hope, CRAMI, FEAC, Fundação Síndrome de Down, Instituto Souza Novaes, Lar dos Velhinhos de Campinas.
- 2001 – Associação Beneficente Campineira, Centro Boldrini.

- 2002 – APAE, APOT, Grupo Primavera.
- 2003 – FEAC, Associação Hope.

Além do Bem Eficiente, entidades sociais de Campinas, a maioria delas filiada à FEAC, foram agraciadas com outros prêmios. Pelo Programa “Empreendedorismo Fazendo a Diferença”, o Grupo Primavera recebeu Menção Honrosa como um dos

10 melhores do Brasil, no Prêmio Itaú/Unicef 2001, na categoria Ações Complementares à Escola. A União Cristã Feminina foi finalista do Prêmio Criança 2002, organizado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Com o Programa de Atenção à Família, a União Cristã Feminina foi finalista na categoria Convivência Familiar e Comunitária, ganha pelo projeto Lua Nova – Atenção a Mães e Filhos, de Araçoiaba da Serra (SP).

Sob o espírito da responsabilidade social corporativa, a Fundação FEAC e o Grupo Vita passaram a realizar, a partir de 1999, a Noite Especial, nos salões do The Royal Palm Plaza Hotel, com o objetivo de arrecadar recursos para entidades filiadas. A Noite Especial contaria com o apoio de diversas empresas de Campinas e região.

A diretoria da Fundação FEAC no período 1999/2000, com reeleição para o



Leônicio Menezes, presidente da diretoria no biênio 1999-2000, quando foi criada a Noite Especial.



Diretoria e Conselho Curador para biênio 2001-2002.

período 2001/2002, foi composta por: Leônício Menezes (presidente), Darcy Paz de Pádua (Vice-presidente da Área Social), Donald Peter Graber (Vice-Área Administrativa-Financeira), Edmir Bertolaccini (Vice-Área Patrimonial), Luis Norberto Pascoal (Vice Relações Externas) e Flávio Eduardo Lopes (Vice-presidente Entidades Filiadas).

Terceiro Setor

O avanço do Terceiro Setor foi plenamente discutido e difundido em Campinas desde o início da década de 1990, quando o conceito tornou-se mais conhecido no Brasil. Várias organizações se dedicaram a debater de modo qualificado sobre o que seria, afinal, o Terceiro Setor, e o que o conceito representaria para a ação social no Brasil. A Fundação FEAC procurou contribuir de modo especial para essa reflexão.

Em 2000 a Fundação FEAC criou o Fórum Permanente do Terceiro Setor, em parceria com a Fundação Educar DPaschoal e Senac-Campinas, com a promoção de encontros mensais para debate dos temas mais importantes para o Terceiro Setor. Os encontros foram no auditório da FEAC. Depois o Fórum tomou o formato de Fórum de Entidades Sociais, sendo realizado em parceria com a Facamp (Faculdades de Campinas) e Oficina 3, no auditório do SESC-Campinas.

Ainda em 2000, a FEAC lançou o *Glossário do Terceiro Setor*. Produzido pelo Núcleo de Imprensa da instituição, o Glossário visava reunir os principais termos, expressões e siglas que passavam a fazer parte da linguagem do Terceiro Setor. Orientado inicialmente para a Imprensa, o Glossário também seria destinado a profissionais e voluntários das entidades sociais, empresas e setor público.

Em 2001 foi lançada, também a cargo do Núcleo de Imprensa, a *Revista FEAC*, visando promover o debate qualificado de temas de interesse do Terceiro Setor. Foi a primeira publicação do gênero na Região Metropolitana de Campinas.

Desde o início, a Revista FEAC procurou manter o pluralismo de idéias – a publicação não divulga somente a posição oficial da instituição.

Uma das principais seções da *Revista FEAC* é a Mesa-Redonda, em que temas cruciais para a sociedade civil são debatidos com os principais nomes de cada especialidade. O primeiro número da publicação, de novembro de 2001, debateu os rumos da inclusão social com Cenise Monte Vicente, um dos principais nomes do Terceiro Setor no Brasil.



Edson Seda, um dos responsáveis pelo ECA, entrevistado para Mesa Redonda da Revista FEAC.



Cenise Monte Vicente, primeira entrevistada da Mesa Redonda da Revista FEAC (Foto Humberto de Castro).



Mesa Redonda da Revista FEAC, com a participação da prefeita Izalene Tiene e dra. Sílvia Brandalise, debateu futuro de Campinas, em 2004.



Mesa Redonda que debateu rumos da ação social, em 2003, com participação de Iara Glória Areias Prado, da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social; a secretária municipal de Assistência Social de Campinas, Rita de Cássia Angarten Marchiore; a presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, dra. Sílvia Bellucci; e Arnaldo Rezende, superintendente executivo da FEAC, entre outros.



Arnaldo Rezende, superintendente executivo da FEAC, e Augusto Rodrigues, diretor de Comunicação e Relações Institucionais da CPFL, na Mesa Redonda sobre futuro de Campinas, em 2004.

Inclusão dos portadores de deficiência, combate ao trabalho infantil, os rumos da ação

social, da educação e da cidade de Campinas – estes foram alguns temas abordados pelas Mesas Redondas da Revista FEAC, que se tornaram importantes fóruns de discussão sobre temas de interesse relevante para o Terceiro Setor.

Em 2003, a FEAC, através do Núcleo de Imprensa, lançou a série *Tecnologia Social*, com o objetivo de registrar os principais projetos desenvolvidos com a participação da FEAC nos últimos anos, e suas respectivas metodologias, visando a sua eventual multiplicação em outros pontos do país. O primeiro volume foi dedicado à história do ISA – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, com o título “ISA – Parcerias e criatividade no combate à fome”. Em abril de 2004, nos 40 anos da Fundação FEAC, foi lançado o volume 2, com a história dos Grupos de Mulheres, desde a sua formação como Clubes de Mães. Foi um reconhecimento à importância do projeto na história da FEAC.

O *Jornal da FEAC* foi totalmente remodelado em 2004, com uma nova paginação e conteúdo editorial. O objetivo foi aprimorar o canal de comunicação que está a serviço da instituição e de suas entidades filiadas, com uma linguagem dinâmica e moderna.

Programa voluntários

Em estreita sintonia com os desafios representados pelo avanço do conceito de Terceiro Setor, e em coerência com o fomento pioneiro que deu ao voluntariado no Brasil desde os seus momentos iniciais, na primeira metade da década de 1960, a Fundação FEAC criou em 1996 o Programa Voluntários, motivada pela crescente demanda de iniciativas da sociedade civil e da responsabilidade social.

O Programa, sob a coordenação de Márcia Beatriz Leal Osório, foi criado então com o objetivo de fortalecer a ação voluntária no Brasil. Desde

a sua constituição, o Programa procurou se firmar como instrumento de promoção e fortalecimento do voluntariado, centro de capacitação e espaço de articulação com todos os segmentos da sociedade.

Como parte do Programa, foram desenvolvidas várias atividades desde então, como Censos do Voluntariado (foram 3435 cadastrados em entidades filiadas e programas próprios da FEAC em 2001), oferecimento de palestras de Introdução ao Trabalho Voluntário para centenas de novos voluntários, promoção de Gincanas de Cidadania (com a participação de jovens de várias escolas) e o Voluntário Gestor, que visa a capacitação de voluntários para atuar especificamente em áreas de gestão das entidades sociais.



Márcia Beatriz Leal Osório, à frente do Programa Voluntários, participa de Mesa Redonda da Revista FEAC, em março de 2002.

O Programa Voluntários teve ativa participação no Ano Internacional do Voluntário, em 2001. O trabalho desenvolvido pela FEAC em Campinas, ao longo de toda a sua história, foi citado pelo Comitê Brasileiro do Ano Internacional como modelo para o mundo.

Entre 1999 e 2001, a FEAC desenvolveu, com a PUC-Campinas, o Vestibular da Solidariedade, voltado para estimular a prática de cidadania dos candidatos a ingressar na Universidade, por meio da doação de materiais escolares usados ou não nos exames. Em três anos de campanha, mais de 80 mil unidades de materiais escolares foram arrecadadas e distribuídas, em benefício de milhares de alunos da rede pública e usuários de entidades sociais.



Capacitação para o Voluntário Jovem, na FEAC.



XXIV

Os Desafios do Século 21, o Século do Conhecimento

A preocupação central da área social no século 21 continua a ser a da melhoria permanente na esfera educacional, como meio de garantir a inclusão social plena no meio do desafiador cenário da Sociedade da Informação. Sem Educação para todos e de qualidade, será cada vez mais difícil assegurar a construção de um modelo de desenvolvimento igualitário e sustentável.

O desafio educacional é ainda maior, considerando que o planeta caminha cada vez mais rapidamente na Era da Informação e do Conhecimento. Sem capacitação adequada, a exclusão social continuará e pode se agravar em países como o Brasil. Inclusão digital, profissionalização na área dos portadores de deficiência e combate sem tréguas ao trabalho infantil são algumas das ações que tendem a merecer atenção cada vez maior da FEAC neste novo século.

Novos projetos e programas

Sempre com o foco na Educação, foram criados novos projetos e programas, geralmente em parceria, nos anos iniciais do século 21, para beneficiar os usuários das entidades filiadas e da comunidade em geral.

Em julho de 2003, foi firmada uma parceria entre a Fundação FEAC e o Instituto Camargo

Corrêa, para desenvolvimento do Programa Abrigar, com o objetivo de “formar, mobilizar e apoiar financeiramente projetos desenvolvidos em abrigos de crianças e adolescentes localizados em São Paulo, Campinas e Região Metropolitana”, segundo o DDSE.

Com o VITAE, Instituto C&A e Arcor foi estabelecido o *Programa Apoio a Projetos de Educação Complementar para Crianças e Adolescentes de 07 a 16 anos*, visando capacitar as entidades filiadas a oferecer uma educação complementar à escola de qualidade, contribuindo para o sucesso escolar dos jovens usuários.

O *Projeto para Abrigos* também foi criado em 2003, resultado da discussão levantada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude aos dirigentes e equipe técnica do DDSE/FEAC, quanto às condições e ao atendimento prestado pelo segmento de abrigos de crianças e adolescentes do município de Campinas. Frente a esse desafio, foi firmada uma parceria entre FEAC/DDSE e Vara da Infância e da Juventude para refletir e propor ações para atenuar essas questões. Foram desenvolvidas as seguintes ações: levantamento e apresentação de um diagnóstico da realidade institucional, desenvolvimento de projeto de sensibilização para capacitação de dirigentes, voluntários e equipe técnico-operacional dos 10 (dez) abrigos de crianças e adolescentes do município. Ainda foi

proposta a montagem de duas equipes, uma de divulgação e outra para arrecadação de recursos financeiros e materiais através de campanha na mídia, segundo o DDSE.

Foi igualmente iniciado o Programa Forças no Esporte, em parceria entre FEAC e 28º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), visando oferecer atividades esportivas e de cidadania complementares a escolas para 100 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos, do sexo masculino, encaminhadas pelas entidades sociais: Tia Ielde, CC Criança Feliz e SS Nova Jerusalém.

Transparência e modernização

Após o engenheiro Arnaldo Rezende assumir a superintendência-executiva da Fundação FEAC, em outubro de 2000, a instituição aprofundou o esforço permanente de modernização administrativa, visando a melhoria sistemática dos serviços prestados e a relação com as entidades filiadas e comunidade em geral.

O processo deflagrado seguiu um planejamento estratégico com ampla participação dos colaboradores, diretores e conselheiros. Em 2002, foram definidas *seis macro-estratégias*, que passaram a orientar as ações internas.

A primeira macro-estratégia era *Escrever os processos internos da FEAC*, e um grande esforço foi imprimido nesse sentido. Todas as atividades desenvolvidas por todos os departamentos e setores da FEAC foram mapeadas, passo a passo, desde a forma em que é feita a limpeza das salas ou como são preparadas as reuniões da diretoria e Conselho Curador, até como são tomadas as decisões sobre investimentos, incluindo obviamente as ações dos programas e projetos sociais da fundação.

Segundo o superintendente-executivo Arnaldo Rezende, a FEAC teve muitos ganhos com o *mapeamento de todos os seus processos*, como a maior transparência das ações, que se

tornaram de conhecimento tanto interno como público. Além disso, com os processos mapeados, todas as ações podem ser executadas normalmente, mesmo na ausência momentânea da pessoa responsável. As operações internas não ficam, então, prejudicadas. Para isso, foram mapeados os processos de ordem (1) gerencial, (2) operacional e (3) de suporte técnico.

A Fundação FEAC tornou-se, de fato, provavelmente a primeira organização do Terceiro Setor no Brasil a ter todos os seus processos internos mapeados. E o mapeamento foi viabilizado com a consultoria da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), uma das instituições mais destacadas no Brasil em desenvolvimento e difusão de novas tecnologias voltadas para sistemas de gerenciamento.

A reunião de lançamento da parceria entre FEAC e CPqD aconteceu em setembro de 2003. Desde então os facilitadores e gestores da FEAC foram capacitados em conceitos básicos de reorganização de processos. Em seguida, o CPqD analisou os procedimentos existentes na instituição, o que resultou em um mapa de relacionamento com as suas organizações parceiras.

Depois houve a elaboração do Mapa de Processos internos da FEAC.

O registro e mapeamento dos processos é fundamental em uma instituição como a FEAC, pois possibilitam a identificação de eventuais pontos de desajustes, de não-alinhamento entre os departamentos. Também é possível verificar o tempo de resposta a um procedimento, essencial para o ganho de produtividade. Com tudo isso fica mais fácil elaborar um plano de melhoria permanente dos processos, bem como colocar indicadores de avaliação em todas as atividades,

afirma o superintendente-executivo Arnaldo Rezende. O superintendente nota que, com a modelagem de processos, também ficam claramente definidos os papéis de cada setor ou

departamento. Está claro quem faz o quê, e isso é importante para evitar por exemplo a duplicidade de ação, esclarece.

Após o mapeamento dos processos, a FEAC começou a passar pelos primeiros ajustes apontados. O superintendente acredita que a modelagem de processos é essencial na atual etapa da ação social, caracterizada pela noção de que não basta uma grande missão, também é importante uma boa gestão e vice-versa. Com a qualificação da gestão operacional, os serviços prestados pelas organizações do Terceiro Setor serão cada vez melhores, acrescenta o superintendente-executivo.

O mapeamento de processos na FEAC resultou na criação/elaboração de 166 Modelos de Processos, 3441 Objetos (elementos de uma atividade), 6657 Ocorrências de Objetos e 19.185 Conexões entre Objetos.

O CPqD, contratado pela FEAC para o mapeamento de processos, é um dos símbolos do pólo de ciência e tecnologia sediado em Campinas e região. Entre 1976 e 1998, o Centro foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento de uma inteligência nacional em telecomunicações e tecnologia da informação no Brasil. O CPqD foi pioneiro no mundo, por exemplo, no desenvolvimento da tecnologia dos cartões indutivos, usados hoje por milhões de pessoas em telefonia.

Relação com entidades

De forma associada ao aprimoramento proporcionado pelo mapeamento dos processos internos – reforçado com a utilização de *softwares* modernos nos diversos níveis de operação, geridos pelo departamento de Tecnologia de Informação – foram desencadeadas outras ações, a partir de 2001, como a criação do **Departamento de Recursos Humanos** da FEAC. Antes havia somente o Departamento Pessoal, encarregado das operações tradicionais relacionadas aos

funcionários, como elaboração de folhas de pagamentos. O Departamento de Recursos Humanos foi idealizado para atuar com gestão pessoal, no sentido da melhor capacitação dos profissionais e de seu alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.

O Departamento de Recursos Humanos passou a atuar, entre outras áreas, em uma política de diversidade, com a contratação de colaboradores portadores de necessidades especiais e jovens originários dos programas sociais. Também tem atuado no oferecimento de serviços como ginástica laboral e atividades permanentes de integração dos funcionários. Houve ainda a implantação do plano de cargos e salários e de técnicas de avaliação de desempenho 270° e 360°. Ainda na linha de melhoria do ambiente interno de trabalho foram implantadas **reformas estruturais na sede**. As reformas também possibilitaram a implementação de medidas que resultaram em economia considerável no consumo de água, energia elétrica e papel, como parte da contribuição da FEAC com o desenvolvimento sustentável.

O relacionamento com as entidades filiadas passou, igualmente, por um processo de reformulação a partir de 2001. Passaram a ser estabelecidos **convênios anuais de cooperação**, com direitos e deveres recíprocos para a FEAC e filiadas. Planos de trabalho anuais passaram a ser formulados pelas entidades, e a partir deles verificadas as necessidades e aplicados os investimentos. O monitoramento é permanente, assim como a capacitação pela equipe técnica da FEAC, inclusive para a elaboração de planos de trabalho.

Na mesma linha, foi criado o **comitê de gestores** dos diversos departamentos da FEAC, possibilitando uma visão integral e holística das entidades. Um projeto de reforma estrutural em uma entidade, por exemplo, também é analisado sob o aspecto de seu impacto no plano de trabalho e no atendimento aos

usuários. É o comitê de gestores que verifica eventuais solicitações extras, e toma a decisão técnica a respeito. Resultados positivos passaram a ser observados, como a diminuição no tempo de resposta às solicitações das entidades conveniadas.

Consultoria em Moçambique

Nos primeiros anos do século 21, o Centro Corsini, entidade filiada à FEAC, prestou assessoria em capacitação de agentes comunitários na prevenção à AIDS em Moçambique. O país africano tem cerca de 15% de sua população estimada em 15 milhões de habitantes infectados com o vírus HIV.

Como fruto desse relacionamento, a FEAC foi visitada em 2002 por membros da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), organização presidida por Graça Machel, que foi esposa do grande líder moçambicano já falecido Samora Machel. Graça Machel é atual esposa do líder sul-africano Nelson Mandela.

Após esse contato, a FDC solicitou à FEAC, através de seu superintendente-executivo Arnaldo Rezende, consultoria em planejamento estratégico a ser aplicado na organização moçambicana. Em abril de 2003, o superintendente esteve em Maputo, capital de Moçambique, para ministrar a consultoria. No final de 2004 o alto *staff* da FDC esteve em visita à FEAC, tomando contato com todos os departamentos e conhecendo todos os processos internos.

Combate ao trabalho infantil

A inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, em contradição com a



Arnaldo Rezende durante reunião de trabalho na FDC, em Moçambique, com a presença de Graça Machel.

Doutrina da Proteção Integral que embasa o ECA, significa o adiamento do necessário ingresso no sistema escolar.

E de fato a preocupação com o trabalho infantil é antiga em Campinas, tendo sido alavancada já na década de 1990 em razão do ECA. Nesse sentido, a cidade buscou se preparar da melhor forma possível para a implantação local do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), desenvolvido a partir do governo federal e que teve experiências-piloto em áreas de corte de cana-de-açúcar em Pernambuco e Campos (RJ), Mato Grosso do Sul e de sisal no Nordeste, em 1996. O modelo do PETI previa a destinação de bolsas para as famílias, no sentido de que elas mantivessem seus filhos na escola, e não mais os encaminhando para o mercado de trabalho de forma precoce. Os recursos, originados do orçamento dos Ministérios do Trabalho e Previdência e Assistência Social, seriam complementados por verbas dos próprios municípios onde o PETI fosse instalado.

As estimativas oficiais foram as de que, entre 1999 e 2001, mais de 730 mil crianças foram afastadas do mercado de trabalho em todo o Brasil. Entretanto, os resultados da Pesquisa Nacional de

Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2002 mostraram que ainda existiam 2,3 milhões de crianças atuando no mercado de trabalho, com maior incidência numérica na zona urbana mas com grande resistência de ordem cultural nas áreas rurais.

Em Campinas, o PETI foi implantado em 2002, e sua estruturação contou com uma ampla articulação de várias instituições. A implantação teve como base os resultados de uma pesquisa universitária, com a participação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da UNICAMP e de estudantes da mesma instituição, participantes do grupo Mano a Mano. A pesquisa constou inicialmente da identificação das crianças em situação de rua em Campinas. Foram identificadas 252 crianças, de 181 famílias, sendo que 30% daquelas eram originárias de municípios como Hortolândia e Sumaré.

Com base nas informações coletadas na pesquisa, foram pensadas as ações do PETI, financiadas em parte pelo Grupo de Empresários Amigos da Criança (GEAC). As diretrizes passaram a ser discutidas por uma Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, formada entre outros pelo Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Serviço Nacional do Comércio, NEPP/UNICAMP, Sindicato dos Empregados no Comércio, Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, CUT e Fundação FEAC, representada pelo vice-presidente Flávio Lopes.

As bolsas concedidas pelo PETI de Campinas foram muito maiores em termos monetários do que as de outras partes do país. As bolsas eram de R\$ 180,00 mensais para cada família, independente do número de crianças inscritas. O governo federal contribuía com R\$ 40,00 e o Município complementava o valor mensal, até chegar aos R\$ 180,00 estipulados. As crianças tinham de deixar as situações de trabalho, retornar à escola e participar de atividades complementares nas organizações não-governamentais parceiras, integrantes de uma rede com 12 ONGs e cinco

núcleos comunitários. Somente em 2002, o PETI custou R\$ 500 mil em Campinas.

A 21 de novembro de 2002 foi realizado, no auditório da Fundação FEAC, o Encontro Combatendo o Trabalho Infantil, organizado pela Comissão Municipal do PETI e Conselhos Municipais da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Encontro reuniu alguns dos principais estudiosos do trabalho infantil do Brasil e fez um balanço e projeções para o PETI em esfera nacional e local. O Encontro teve apoio da Prefeitura de Campinas, PUC-Campinas, Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) e da própria FEAC.



Jovens na sala de Informática do Centro Comunitário Parque Itajaí I, que se integrou ao PETI (Foto Humberto de Castro).

A rede executora do PETI em Campinas, no momento de sua implantação, foi composta pelas organizações não-governamentais, grande parte delas filiadas à FEAC: Associação Beneficente Direito de Ser, Centro Comunitário da Criança Parque Itajaí, Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia, Associação de Assistência Social São João Vianney, Centro Promocional Tia Ileide, Centro Sócio Educativo Semente Esperança, Externato São João, Serviço Social Nova Jerusalém, Seara Espírita Joana de Angelis, Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA), Sociedade Feminina de Assistência à Infância (Creche Bento Quirino), Serviços Beneficentes Sociais Adven-

tistas de Campinas (Núcleo Social “Professora Cássia Rodrigues Lasca”). E pelas organizações governamentais: Núcleos Comunitários de Criança e Adolescente do Jardim Profilurb, Vida Nova, Carlos Lourenço e “Antônio da Costa Santos” e Núcleo Bosque dos Jequitibás.

Movimento Degrau

Outra decorrência do ECA e das modificações no olhar sobre a situação da Infância e Juventude no Brasil, na transição dos séculos 20 e 21, foi a preocupação com a inclusão adequada dos adolescentes no mercado de trabalho, nos termos da Lei 10.097, de dezembro de 2000. A Lei prevê que adolescentes de 14 a menos de 16 anos apenas poderiam ser contratados por empresas na condição de aprendizes, recebendo remuneração, orientação e formação técnico-profissional, por meio de cursos teóricos e acompanhamento de profissionais. A Lei determina que as empresas de médio e grande porte seriam obrigadas a disponibilizar de 5% a 15% das vagas em seus quadros para aprendizes, de modo proporcional ao número de trabalhadores do estabelecimento cujas funções demandassem formação profissional.

Para fazer garantir essa lei, através da mobilização e do estabelecimento de parcerias, nasceu em São Paulo o Movimento Degrau, com o propósito de colocar em prática o Programa Convivência e Aprendizado no Trabalho. O Programa foi concebido por uma parceria entre a Federação das Associações Comerciais de São Paulo (FACESP), Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e

Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas (Rebraf).

Em Campinas, as diretrizes do Movimento Degrau, lançado a 14 de maio de 2002 no auditório do CPqD (rodovia Campinas-Mogi Mirim, km 118,5), passaram a ser discutidas e implementadas por um Conselho constituído por representantes de diferentes segmentos sociais, como PUC-Campinas, ACIC, Facamp e Fundação FEAC. O Conselho tomou posse em solenidade a 14 de outubro de 2002 no auditório da FEAC.



Posse de conselheiros do Movimento Degrau, em outubro de 2002, na FEAC.

Ampliação do Shopping e desenvolvimento urbano da Fazenda Brandina

No período 1999-2002, em que a diretoria executiva da FEAC foi presidida por Leônicio Menezes, foi implementada a estratégia de viabilização de grandes empreendimentos na área da Fazenda Brandina, garantindo fluxo de caixa para os investimentos necessários à implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da área, por meio da execução de obras viárias, rede de água e esgoto e outras ações de infra-estrutura. Também foi o período de ampliação do Shopping

Iguatemi Campinas, em parceria entre Grupo Jereissati e Fundação FEAC, resultando em mais benefícios para a área social de Campinas.

Foram investidos R\$ 20 milhões para a ampliação do Shopping Iguatemi Campinas, o primeiro do Interior do Brasil que recebeu cerca de 100 novas lojas. As obras permitiram a ampliação da Área Bruta Locável (ABL) de 73 mil para 87 mil metros quadrados. A inauguração ocorreu em março de 2003.

A ampliação do Shopping Iguatemi é um exemplo de como a Fundação FEAC, pela ação da diretoria executiva e Conselho Curador, vem procurando desenvolver de forma sustentável a Fazenda Vila Brandina, em benefício das entidades e projetos sociais de Campinas, como era o desejo do doador, o casal Odila e Lafayette Álvaro.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da área foi outro esforço nesse sentido. O Plano Diretor, envolvendo as glebas Sede e Invernada, abrange uma área de 4 milhões de metros quadrados. No período 1999-2002, houve um grande empenho pela instalação na fazenda Brandina de empreendimentos de qualidade, de alto valor agregado. O primeiro deles, a terceira unidade da Leroy Merlin no Brasil, foi inaugurado no final de 1999. Depois veio a instalação da primeira loja da Decathlon no Brasil. Os dois empreendimentos, envolvendo importantes empresas francesas, foram instalados em duas áreas vendidas pela Fundação FEAC, em um total de 100 mil metros quadrados, o que representa cerca de 2,5% da Fazenda.

Várias ações foram realizadas no período 1999-2000, relacionadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Fazenda Vila Brandina. Algumas delas:

- A Fundação FEAC executou, em parceria com o Shopping Iguatemi, as obras de duplicação da avenida Mackenzie, em benefício de milhares de usuários de Campinas e região. A avenida liga o Shopping Iguatemi à Rodovia D. Pedro I.

Foram investidos R\$ 1,5 milhão, em obras executadas de 12 mil metros quadrados;

- A Fundação FEAC responsabilizou-se pelo desenvolvimento das obras do trevo na altura do km 132 da rodovia D. Pedro I, garantindo o acesso às unidades da Leroy Merlin e da Decathlon;
- A instalação da Leroy Merlin e da Decathlon repercutiu na significativa valorização do potencial comercial da área da Fazenda Brandina. Ao mesmo tempo, a instalação das duas unidades teve como consequência a emergência de um novo vetor de desenvolvimento na região leste de Campinas;
- Foram elaborados e executados os Relatórios de Impacto Ambiental e demais procedimentos legais e administrativos necessários ao poder público municipal e estadual, para a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Fazenda Brandina, consolidando o novo pólo de desenvolvimento na região leste de Campinas. A FEAC passou então a trabalhar pela obtenção dos pareceres finais dos órgãos competentes, visando dar continuidade à implantação do Plano Diretor, que representará a criação de milhares de empregos e a geração de renda e receita para o Município, além de novos recursos a serem aplicados pela instituição na área social. O Plano Diretor foi aprovado pela Prefeitura de Campinas em 2005;
- A implantação do Plano Diretor será feita em consonância com um Plano Diretor de Águas e Esgotos, em discussão com a Sanasa, que prevê a instalação de uma rede de 18 mil metros de água e de 12 mil metros de esgoto. No total, serão 30 km de rede de água e esgoto, quando o Plano estiver implantado. O Plano também estipula a instalação de reservatório de água na área de 2.500 metros cúbicos;

- A Fundação FEAC executou, em conjunto com a Sanasa, as obras de implantação de um interceptor entre a área da Fazenda Brandina e o Parque Brasília. O interceptor, de 1.400 metros, integra o sistema Anhumas do Plano Diretor de Esgotos de Campinas. Investimento de R\$ 400 mil;
- Renegociação do contrato com a Concima, destinado à viabilização de empreendimento imobiliário na área da Fazenda Brandina, foi feita. Foi garantida a antecipação de receita para a Fundação FEAC, por meio da entrega à instituição de sete apartamentos da primeira torre do empreendimento;
- De modo associado, foram executadas as obras de abastecimento de água e rede coletora de esgotos sanitários para atendimento das 4 torres residenciais da Concima e uma concessionária de veículos da GM Adara, igualmente instalada em área da Fazenda Brandina.

Em suma, foram criadas as condições para a futura implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Fazenda Vila Brandina. O Plano prevê a implantação de vários empreendimentos, todos de alto valor agregado, gerando emprego e renda para Campinas e repercutindo na geração de novos e importantes recursos para a área social da cidade. É mais uma contribuição da FEAC visando o século 21, que tudo indica que será o século do conhecimento, de grandes desafios na área da educação e informação, em razão dos impressionantes avanços das tecnologias de informação.

O Shopping Iguatemi e a ação social

Por sua própria origem, o Shopping Center Iguatemi tornou-se o “shopping da cidadania” por excelência em Campinas. Depois de iniciativas como a loja da FEAC e as Feiras de Artesanato

dos Grupos de Mulheres, o Shopping passou a sediar, no início do século 21, várias outras atividades importantes na área social.

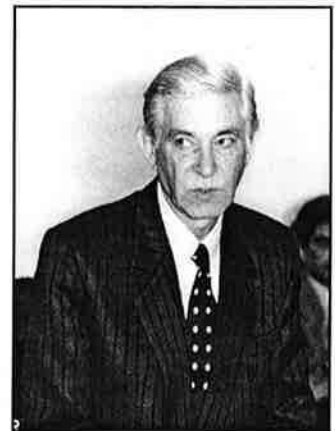
Foi criado por exemplo o Balcão da Cidadania, fruto da parceria entre Shopping e FEAC, constituindo-se em um espaço reservado às entidades filiadas, para que elas apresentassem à comunidade seus produtos e sua proposta de trabalho. Em cada mês, uma entidade ocupa o Balcão da Cidadania, inaugurado em 2002.

Outra tradicional iniciativa é o Estacionou, Doou, também em parceria com a FEAC, e que beneficia entidades escolhidas pelo público freqüentador do Shopping. Entidades como o CRAMI, CEI e Fundação Síndrome de Down já foram beneficiadas.

O Retrato de Natal é outra ação desenvolvida no Shopping Iguatemi, durante o período natalino, em benefício de alguma entidade social filiada à FEAC. Quem tira foto ao lado do Papai Noel colabora com essa entidade.

A ampliação do Shopping Iguatemi, ocorrida em 2003, com o apoio da FEAC, representou um novo passo no sentido de desenvolvimento da Fazenda Vila Brandina e conseqüentemente de geração de recursos para as entidades filiadas e de ação social de Campinas. O presidente da diretoria executiva da FEAC no biênio 2003/2004, Edmir Bertolaccini, que inaugurou a área ampliada do Shopping, ao lado de Carlos Jereissati, presidente do Grupo Jereissati, havia tido grande participação no processo preparatório das obras, como vice-presidente da FEAC na Área Patrimonial no período 2001/2002.

A diretoria executiva no biênio 2003/2004 foi composta ainda por: Leôn-



Rubens Andrade de Noronha, primeiro secretário da Mesa Diretora do Conselho Curador entre 1999 e 2004.

cio Menezes (Vice-presidente Área Patrimonial), Flávio Lopes (Vice Área Social), Donald Peter Graber (Vice Administrativo), Luis Norberto Pascoal (Vice Relações Externas) e Renê Ficker (Vice-presidente relações com entidades).

Inclusão digital e dos portadores de deficiência

Várias iniciativas criadas em Campinas, no início do século 21, indicam como a cidade sempre esteve afinada e atenta às novas demandas sociais, típicas de cada contexto histórico. É o caso da constituição da representação local do Comitê para a Democratização da Informática (CDI-Campinas).

Considerado um dos grandes pólos tecnológicos da América Latina, Campinas não poderia ficar de fora e em 2000 foi criado o núcleo local do CDI, a partir da iniciativa de profissionais como a economista e advogada Andréia Marques, que fez uma apresentação geral do projeto em encontro a 20 de maio daquele ano para potenciais parceiros. Os primeiros passos de Andréia na luta pela inclusão digital haviam sido dados quando ela, como voluntária do Lar da Criança Feliz, havia viabilizado a aquisição de dois computadores para a entidade.

Em pouco tempo, Andréia havia percebido que apenas a existência do equipamento não era suficiente para encantar os potenciais beneficiários das janelas abertas pela Informática. Mas logo Andréia passou a se relacionar com o CDI-São Paulo e a idéia de criação de um Comitê em Campinas foi consequência natural, com base na metodologia desenvolvida a partir do Rio de Janeiro.

Em pouco mais de dois anos, o CDI-Campinas montou 32 EICs,

principalmente locais mas também em cidades como Sumaré, Hortolândia e Rio Claro. O apoio de organizações como a Fundação Educar DPaschoal, Fundação FEAC e UNICAMP, e de empresas como a CPFL, Microsoft, IBM e Compaq, foi essencial para viabilizar a rápida expansão das atividades do CDI-Campinas.

As primeiras EICs montadas pelo CDI-Campinas foram as do Centro Assistencial Vedruna, no Jardim São Marcos, e da Escola Evangelho e Esperança, em Hortolândia. O propósito do CDI nunca foi o de montar escolas em espaço próprio. As EICs são estruturadas em espaços dos próprios parceiros, como escolas regulares de ensino, centros comunitários ou Igrejas. Várias entidades filiadas à FEAC fizeram parceria com o CDI-Campinas.

As próprias entidades sociais de Campinas também acentuaram, de fato, sua preocupação com o ingresso no mundo da Informática, e várias delas abriram cursos de profissionalização no início do século 21. Caso do Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, que instalou espaço para curso de Informática em 2001, a partir de doação de três



José Carlos Vannucchi, outro importante colaborador da FEAC.



Augusto Fernando Barros Pimentel Filho, ativo em várias diretorias executivas.

computadores pela Lucent. Um dos monitores, Carlos Eduardo Simões, foi usuário do Instituto.

Outra tendência importante é de consolidação dos esforços direcionados para a inclusão social de portadores de deficiência e necessidades especiais. Em Campinas, o Conselho Municipal de Direitos dos Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais (CMADENE) passou a aglutinar os esforços, debatendo as políticas públicas do setor. Fruto dos debates no CMADENE e no Orçamento Participativo foi o Centro de Referência de Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais.

A Fundação FEAC, entre outras iniciativas, criou o Projeto Vida Independente para Viver o Amanhã (VIVA), voltado para aproximar empresas e organizações de portadores e, com isso, facilitar a inclusão no mercado de trabalho. O foco do VIVA, sob a coordenação de Maria Estela Dante Weffort, seria a autonomia dos portadores.

Tecnologia social

Uma clara tendência da ação social no século 21 em Campinas é o desenvolvimento de importantes tecnologias no âmbito das organizações não-governamentais, em estreita sintonia com o destacado pólo científico e tecnológico sediado na cidade. E a tecnologia social gestada em território campineiro tende a ser exportada para outras cidades e regiões do país, assim como em âmbito internacional, como uma consequência natural da vocação solidária de Campinas.

Pesquisas desenvolvidas no Centro Infantil Boldrini são exemplares da sinergia entre ação social, atendimento à saúde e ao desenvolvimento científico e tecnológico, que são justamente as faces características dessa vocação solidária. Em 2001 o Boldrini passou a integrar o

Projeto Genoma Clínico do Câncer, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O Centro Infantil também passou a pesquisar a leucemia do lactente, com uma Universidade da Grã-Bretanha. Com a Sociedade Internacional de Oncologia Pediátrica, estudos de casos de tumores hepáticos em crianças.

O Centro Boldrini é um caso típico da vocação de Campinas para o eixo ensino/pesquisa – ação social – e saúde, como três pilares da vocação solidária local. O Centro Infantil de Investigação Hematológica “Dr.Domingos Boldrini” foi criado a 25 de janeiro de 1978, com grande impulso inicial da Fundação Robert Bosch do Brasil.

Com instalações construídas e ampliadas nos anos 80 e 90, e sob a direção de Silvia Brandalise, o Boldrini também se tornaria uma referência mundial no tratamento de diversas patologias sangüíneas (como doença falciforme, talassemia, hemofilias e anemias) e câncer em crianças.

No final dos anos 90, o Centro Boldrini tinha 9.500 pacientes cadastrados, atingindo índice de cura de até 70% em alguns tipos de câncer infantil. A estimativa é de que pelo menos mil crianças foram curadas de câncer em 20 anos de existência do Boldrini, que em 1996 inauguraria



Cerimônia de inauguração da unidade de transplante de medula óssea do Centro Boldrini, com participação de Luis Norberto Pascoal, presidente da FEAC, instituição que colaborou com a implantação do novo serviço da entidade que é exemplo de luta pela vida.

as obras de ampliação do seu hospital, incluindo a elevação do número de leitos de 10 para 70. Cerca de 80% dos pacientes têm tratamento gratuito.

Em 26 de setembro de 1998, foi inaugurada a Unidade de Transplante de Medula Óssea do Centro Boldrini, e a FEAC foi uma das principais financiadoras, com cerca de 20% dos mais de US\$ 300 mil previstos. A Bosch e organizações internacionais também auxiliaram. Com essa unidade, o Boldrini pôde aprimorar ainda mais os seus serviços, e o apoio dado pela FEAC foi mais uma demonstração da vocação de defesa da vida da instituição criada em 1964.

Outra entidade filiada, como exemplo significativo de tecnologia social, é a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio-Facial (Sobrapar). Criada em 1975, pelo cirurgião-plástico Cássio Raposo do Amaral, que acabava de se especializar na França, a Sobrapar em pouco tempo se tornou referência nacional e internacional no tratamento de

deformidades da face, sendo a única instituição do Brasil no gênero a fornecer tratamento gratuito.

Com a experiência adquirida, os especialistas da Sobrapar passariam, a partir do final dos anos 80, a analisar casos mais complicados de deformações sociais pela Internet, junto com pesquisadores da Universidade de Harvard. Em 1995, o hospital chegou a atender 10 mil consultas.

Em suma, a contribuição que a rede constituída pela FEAC e entidades filiadas vem dando em termos de tecnologia social está totalmente em coerência com a Era do Conhecimento, que deve caracterizar o século 21. E nesse sentido os esforços pela Educação e de qualidade devem ser ainda mais acentuados nos próximos anos.

Sem esquecer, obviamente, a enorme contribuição pessoal de cada um dos que ajudaram a construir a história da FEAC e de suas entidades filiadas. Dois nomes emblemáticos são os de (1) Eduardo de Barros Pimentel, o idealizador da Federação e que prosseguiu sua atuação social junto ao Rotary Club em São Paulo, e (2) Darcy Paz de Pádua, que sempre esteve em todos os momentos da história da FEAC nesses 40 anos de vocação para a defesa da vida.



Eduardo de Barros Pimentel, homem visionário e de total engajamento na ação social.

Conselho Curador: Racionalização

Papel igualmente fundamental, ao longo de toda história da FEAC, foi mantido pelo Conselho Curador, com seus membros vitalícios e temporários. Grande suporte da instituição, o Conselho sempre esteve atento aos desafios de cada época e, de forma coerente, no início de um novo século, adotou reformas importantes no período 1999-2002, quando presidido por Saulo Monte Serrat, tendo Rubens Andrade de Noronha como primeiro secretário e Rubens Duarte Segurado como segundo secretário.

Com o incremento do volume de decisões que deveriam ser tomadas pelos conselheiros, eventualmente em período reduzido de tempo, foram introduzidas modificações em sua metodologia de funcionamento. O objetivo era agilizar decisões, de modo a atender à continuidade do padrão histórico de atuação.

Nesse sentido, foram constituídas, a 6 de abril de 1999, quatro comissões de trabalho no Conselho Curador da FEAC: Comissão de Assuntos Institucionais, Comissão de Assuntos Jurídicos, Comissão de Assuntos Patrimoniais e Comissão de Orçamento.

Para cada Comissão, em seu período de atuação, passou a ser designado um coordenador, com a tarefa de reunir os membros e dirigir os trabalhos, no caso do exame de um tema específico dentro da incumbência da respectiva Comissão. Após o debate do assunto e da elaboração das propostas, estas são encaminhadas ao plenário do Conselho Curador, onde ocorrem

novas discussões e pedidos de esclarecimento, antes da votação final.

O Conselho Curador da Fundação FEAC reúne-se regularmente nas primeiras segundas-feiras de cada mês. A nomeação de Darcy Paz de Pádua como presidente do Conselho Curador no biênio 2003-2004, quando a instituição lembrou os 40 anos de atuação, não deixou de ser um reconhecimento ao seu papel histórico na organização.

O Conselho de Entidades Filiadas (CEF) também se reúne regularmente, nas últimas quartas-feiras de cada mês. O CEF reúne os dirigentes das entidades filiadas à FEAC, e suas reuniões são o momento de troca de informações, de discussão de temas relevantes para as organizações e para o Terceiro Setor em geral, além de espaço para a própria FEAC apresentar questões de interesse de suas parceiras. Profissionais de várias áreas são convidados eventualmente para apresentar palestras e conferências no CEF, como meio de contribuir para a capacitação das entidades.



*Palavras Finais:
FEAC, uma vocação
para a defesa da vida*

Os números superlativos da Fundação FEAC, aos 40 anos de atividades, aparentemente dizem tudo. Em 2004, eram 110 entidades filiadas, em comparação com as nove primeiras de 1965. O universo de filiadas correspondia a 100 mil pessoas beneficiadas direta e indiretamente pelos múltiplos serviços, em diversas áreas. As entidades correspondiam às áreas de educação complementar, abrigo, portadores de deficiência, Terceira Idade, saúde, entre outras, sempre envolvendo os usuários e respectivas famílias.

Um dado impressionante relacionado à rede de entidades filiadas é o de que elas, somadas, representam um dos maiores empregadores em Campinas. São mais de 2 mil funcionários atuando nas mais de 100 entidades sociais e departamentos, número que confirma o potencial de crescimento do Terceiro Setor no Brasil. Além disso, são também mais de 3 mil voluntários, nas várias atividades, o que torna a Rede FEAC uma referência nessa grande atividade de cidadania que é o voluntariado.

Entre os serviços prestados diretamente às entidades filiadas, a FEAC fazia em 2004 a contabilidade de cerca de 80 delas, organizando ainda a folha de pagamento mensal de mais de 70 delas – ou seja, são serviços em que as filiadas não

precisam investir recursos financeiros, que ficam disponíveis para aplicação em seus objetivos. A assessoria jurídica e de Imprensa, oferecida às entidades pelos respectivos departamentos na FEAC, está incluída na esfera do apoio direto às filiadas. O mesmo com relação à assessoria em Informática e em serviços de engenharia e arquitetura, pelos departamentos afins. Somente entre 2003 e 2004, o departamento de engenharia e arquitetura forneceu projetos executivos para 14 entidades filiadas, representando 7.500 metros quadrados de área construída.

Apenas nos primeiros quatro anos do século 21, a FEAC investiu mais de R\$ 20 milhões na ação social em Campinas, diretamente através das filiadas ou pelos programas próprios. Os projetos e programas educacionais beneficiavam mais de 40 mil jovens por ano. Mais de 110 mil passagens de ônibus e mais de 30 mil lanches eram disponibilizados anualmente para jovens de entidades filiadas, atendidos em cursos profissionalizantes. Na área do combate à fome, a parceria da FEAC com o ISA, que ajudou a criar, significava em 2004 a distribuição de alimentos para 40 mil pessoas por mês.

Ao todo a FEAC promovia, no ano em que completou quadro décadas, cerca de 30 projetos e



Diretoria executiva para biênio 2003-2004, quando foi inaugurada ampliação do Shopping Center Iguatemi Campinas: Darcy Paz de Pádua, Flávio Lopes, Leôncio Menezes, Edmir Bertolaccini e Peter Graber.

programas, além de ações como Projeto Cartão de Natal FEAC e Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo (que teve como tema em 2004: *A Educação como instrumento de inclusão social*). O mais antigo projeto em atividade, os Grupos de Mulheres, reunia mais de 500 mulheres, envolvidas em geração de renda, arte e cidadania.

Enfim, se a situação social de Campinas, no início do século 21, é marcada por múltiplos e graves desafios, como altos índices de violência (a cidade ocupou em 2004 o décimo lugar no *ranking* estadual de homicídios dolosos, com média de 35,48 por 100 mil habitantes, segundo levantamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo), o cenário provavelmente estaria muito pior se não fosse a atuação da Federação das Entidades Assistenciais de

Campinas. Basta lembrar as milhares de pessoas que passaram pelos cursos de capacitação em prevenção a drogas promovidos no casarão da Fazenda Vila Brandina, a partir do trabalho incansável do padre Haroldo Rahm.

A degradação social foi intensa nas últimas décadas do século 20, em decorrência de vários fatores, e os piores indicadores foram observados em áreas metropolitanas. E a FEAC serviu de alento, esperança e mobilização concreta, no sentido de fortalecer a cidadania a partir da ênfase na Educação como instrumento libertador e de desenvolvimento total do ser humano.

Infelizmente, muitas ações propostas e/ou efetivamente deflagradas pela FEAC ao longo de sua história, como de estruturas permanentes para reinserção social de mendigos e crianças e

adolescentes em conflito com a lei, entre outras, acabaram não tendo continuidade, geralmente por falta de apoio do poder público na época. Muitos dramas de Campinas, no início do século 21, estariam no mínimo mitigados, se tais ações tivessem sido viabilizadas e/ou tivessem permanecido. Ainda assim, essas ações despertaram, de qualquer modo, grande atenção e mobilização por parte da comunidade.

De fato, a participação comunitária, em vários momentos da história de 40 anos da FEAC, foi impressionante. E foi a resposta às propostas e ao empenho que homens e mulheres de coração puro e firmeza de ação dedicaram a essa página brilhante da história da solidariedade e da cidadania no Brasil.

Nesse sentido, a história da FEAC é muito mais do que números. São sentimentos, são paixões, são valores e conceitos compartilhados, difundidos e multiplicados, sempre na esperança de construção de uma sociedade justa, fraterna e digna da vida. Caso dos dirigentes e conselheiros que, ao longo de quatro décadas, trabalharam voluntariamente, e investindo grandes esforços pessoais, para ajudar a construir a grande obra da FEAC.

Esses dirigentes e conselheiros foram fundamentais para que a grande utopia que a FEAC representava, no momento em que foi criada, tenha sido transformada em realidade, no sentido da aglutinação de entidades sociais, da constituição de um fundo único e de prestação de serviços e assessoria para que elas pudessem desempenhar ainda melhor as suas funções.

Observações contidas no primeiro relatório produzido pela primeira diretoria, em dezembro de 1966, são excelentes subsídios para uma reflexão sobre o quanto a FEAC avançou e conquistou nesses 40 anos. Os dirigentes lembraram no relatório que, na etapa de discussão da idéia de uma federação de

entidades sociais, algumas reações apareceram em setores da opinião pública em Campinas, como essas, nas palavras usadas no documento:

O clima, no início dos trabalhos, era este:

1. aplauso incrédulo de muitos.
2. idéia excelente, mas utópica.
3. funciona nos Estados Unidos mas não no Brasil;
4. como pode um católico dar uma contribuição que vai beneficiar uma entidade protestante ou espírita e vice-versa?
5. como se sentarão no Conselho Administrativo padres, freiras, pastores protestantes, espíritas, judeus, homens de todas as religiões unidos no trabalho assistencial?
6. o problema é do governo e não nosso.
7. Será que os idealizadores da FEAC ou principais promotores não estarão pretendendo promoção política?

Em suas conclusões, os dirigentes que integraram a primeira diretoria já acentuaram que em pouco mais de dois anos todas essas reservas já haviam sido dissipadas ou, no mínimo, atenuadas. Pois 40 anos depois, é possível afirmar que nenhum dos sete principais "temores" elencados se concretizou. Pelo contrário, como se verificou em relação a cada um dos itens:

1. O aplauso incrédulo em pouco tempo deu lugar a uma grande euforia, com expressiva e progressiva adesão por exemplo dos contribuintes para o fundo único, que chegaram a 20 mil no início da década de 1970.
2. A idéia excelente era realmente utópica, no sentido de um sonho aparentemente distante da realidade brasileira, mas a utopia se fez realidade. A FEAC tornou-se concreta em pouco tempo, e no final do século 20 era

reconhecidamente uma das principais organizações do Terceiro Setor do Brasil, como registrado por exemplo no Guia.

3. De fato, a cultura brasileira na área social mantinha – e em certos aspectos ainda mantém – historicamente diferenças marcantes em relação a países como os Estados Unidos e mesmo países europeus. Mas a FEAC ajudou a quebrar paradigmas, principalmente em termos do rompimento com o mero assistencialismo, para dar lugar ao progressivo estímulo à cidadania e ao protagonismo por parte dos usuários das entidades sociais, especialmente quanto às crianças e aos adolescentes, incentivados a fazer a sua própria história a partir da inserção em um processo educacional de qualidade.
4. e 5. A FEAC cultivou e consolidou, ao longo de suas quatro décadas, um espírito ecumênico real e muito profícuo. Organizações de origem católica, espírita ou protestante sempre mantiveram uma convivência fraterna e pluralista. O diálogo inter-religioso, muito falado e louvado na transição dos séculos 20 e 21, traduzindo-se por exemplo em Campanhas da Fraternidade ecumênicas em 2000 e 2005, desde o início foi procurado e em pouco tempo alcançado pela FEAC.
6. Não, o “problema” social não é só do governo, é de toda a sociedade, incluindo as organizações não-governamentais e o setor empresarial. Essa máxima, muito defendida a partir do final do século 20, foi praticada pela FEAC ao longo de toda sua trajetória, pelo estímulo permanente

ao voluntariado, pela participação ativa do empresariado e pela busca de um diálogo produtivo com o setor público.

7. Não houve qualquer envolvimento da FEAC com a política partidária nas suas quatro décadas de atividades. A independência partidária foi uma constante, e nenhum membro das 20 diretorias ocupou cargo eletivo. Alguns dirigentes cultivaram o direito básico de pertencer a um ou outro partido, mas isso em nenhum momento interferiu no cotidiano da instituição. Pelo contrário, existe uma unanimidade de pensamento no sentido de que a independência partidária foi vital para a FEAC ter se tornado o que ela é.

E a FEAC é, basicamente, amor pelo ser humano e pela vida. Neste livro, citamos os nomes de centenas de pessoas que colaboraram para construir a vida da FEAC e de sua rede, nesses 40 anos de existência. Muitos outros nomes infelizmente acabaram não sendo citados, pois com certeza várias outras pessoas também deram de alguma forma a sua contribuição para consolidar essa grande obra coletiva de procura da inclusão social com métodos concretos e visão ampla e de perenidade. Com essa perspectiva de ampla participação pessoal e comunitária, tendo a Educação democrática e de alta qualidade como norte prioritário, os próximos 40 anos, da FEAC, de Campinas e do país, com certeza serão muito mais felizes e de respeito integral à vida.

É fundamental acentuar, finalmente, o papel destacado que o Conselho Curador da FEAC manteve nesses 40 anos. Foi o Conselho, com seus membros vitalícios e temporários (todos eles atuando de forma voluntária), a grande garantia

de continuidade dos projetos e programas da FEAC nessas quatro décadas. Foi o Conselho quem elegeu os membros das diretorias executivas, responsáveis pela aplicação prática das decisões tomadas e pelas ações do cotidiano da organização. Foi o Conselho quem discutiu e decidiu sobre os temas mais sensíveis, como a forma de ocupação da área da Fazenda Vila Brandina. Enfim, o Conselho Curador tem sido o sólido pilar a assegurar a sustentabilidade, o prosseguimento das ações em bases sustentáveis

Os desafios são enormes. As diferenças sociais e a desigualdade na distribuição de renda são sérios obstáculos à plena inclusão social e ao desenvolvimento humano integral. A violência avança. Mas existe otimismo e, com base no que foi conquistado na área social, como no caso da REDE FEAC, é consistente a esperança de construção de nova sociedade, com base no desenvolvimento sustentável, na ação em rede, no protagonismo da cidadania ativa, e em um novo marco civilizatório para o século 21.

Colaboradores da FEAC em 2005

Funcionários, Voluntários e Prestadores de Serviço

- ♦ Ademir Ramos Bernardo
- ♦ Adriana Marques Sant Ana
- ♦ Andrea Rebollo
- ♦ Antonio Carlos da Silva
- ♦ Antonio da Silva
- ♦ Arnaldo Aparecido Rezende
- ♦ Celia Maria Gomes Garcia Guimaraes
- ♦ Cristina de Almeida Quicoli
- ♦ Ederli Baldovinotti Iba
- ♦ Ednalva Soares Machado de Lima
- ♦ Emerson Andre Bulgarelli
- ♦ Erika Regina Perin Malvestiti
- ♦ Fabiano da Silva
- ♦ Frank Robert Woelfel
- ♦ Gabriela Toledo do Prado Secco
- ♦ Helida Adriana Archangelo
- ♦ Henrique Spanholeto da Silveira Bueno
- ♦ Izaias Modesto Garcia
- ♦ Jean Rodrigo Pereira da Silva
- ♦ João Carlos Coluci Filho
- ♦ Joao Roberto Fuini
- ♦ José Luiz Camargo Guazzelli

- ♦ Jose Luiz De Oliveira
- ♦ José Pedro Martins
- ♦ Julio Cesar Miatello
- ♦ Karen Fraga Cavallini de Oliveira
- ♦ Laercio Frezzato
- ♦ Loide da Silva Tabossi
- ♦ Luciano Truzzi
- ♦ Marcia Aparecida Degrecci
- ♦ Marcia Beatriz Leal Osorio
- ♦ Maria Aparecida Mansur Simoes de Lima
- ♦ Maria Bernadete Gonçalves de Souza
- ♦ Maria Jose Fonseca Diniz
- ♦ Mariana Pavesi Ariseto
- ♦ Mariana Zambon Helena
- ♦ Maristela Lara Dante Weffort
- ♦ Mauricio dos Santos
- ♦ Micmas Paulo Queiroz de Andrade
- ♦ Monica Amaral Azevedo
- ♦ Monica de Carvalho Luz
- ♦ Nadir Aparecida Semenzin Braga da Silva
- ♦ Nilza Maria de Resende Montanari
- ♦ Oswaldo Baglioni
- ♦ Priscila Pereira da Silva
- ♦ Renata Cristina Xavier
- ♦ Renata Gallo de Vasconcelos
- ♦ Rosa Evangelista de Oliveira
- ♦ Rosemari Simalha Scarabotto
- ♦ Silvia Elena Basetto Villas Boas
- ♦ Simone Aparecida Costa
- ♦ Simone Barbosa Bolognini
- ♦ Susely Venturin
- ♦ Telma Aparecida Allegretti Bonaparte Martins
- ♦ Thais Fernanda de Almeida Guidorisi de Carvalho
- ♦ Valeria Aparecida Rodrigues
- ♦ Vanda Matheus de Oliveira
- ♦ Vanessa Taufic Gallo Castro
- ♦ Walter Periotto Junior

40 anos de integração, apoio e solidariedade



Anexos

Anexo 1

Primeiro Conselho Administrativo da FEAC (Entidades e respectivos presidentes)

1. Sociedade Feminina de Assistência à Infância – Creche Bento Quirino (Zoe Valente Bellochio)
2. Casa dos Menores de Campinas (Luiz Roccato, serventuário da Justiça)
3. Ambulatório São Roque (Irmã Verônica, religiosa)
4. Sanatório Dr.Cândido Ferreira (Benedito Cruz Passos, comerciante)
5. Lar Escola Nossa Senhora do Calvário (Irmã Maria Cristina, religiosa)
6. Associação de Assistência e Proteção aos Menores – Instituto D.Nery (Gilberto Prado, comerciante)
7. Sociedade Beneficente Campineira Amiga dos Pobres – Albergue Noturno (Cel.João Fagundes Sobrinho, militar)
8. Asilo dos Inválidos de Campinas (Rafael de Queiroz, comerciante, sócio-gerente R.S.Queiroz Ltda.)
9. Associação Protetora da Infância Hospital Álvaro Ribeiro (Livio Tomas Pereira, professor secundário)
10. Associação Beneficente Campineira – Dispensário Elizabeth Nunes (Eliza Bittencourt)
11. Casa da Criança de Sousas (Maria Almeida Magalhães, funcionária municipal)
12. Lar Evangélico Alice de Oliveira (Acácio Nogueira, bancário e advogado)
13. Maternidade de Campinas (Roberto Franco do Amaral, médico)
14. Centro Social Presidente Kennedy (Padre Haroldo Rahm, religioso)
15. Sociedade Beneficente Adventista Dorcas (Pastor Geraldo Marski, religioso)
16. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Flávio Junqueira, agrônomo)

Primeiro conselho de contribuintes da FEAC

1. Bendix do Brasil – Representada por Eduardo de Barros Pimentel
2. Equipamentos Clark S/A
3. Singer do Brasil S/A
4. José Pugliesi Filho – Exator federal
5. Timóteo Vieira Rocha
6. Carlos Novais, corretor
7. Francisco Isolino Siqueira, advogado, jornalista, chefe Departamento Jurídico Associação Comercial e Industrial de Campinas
8. Eduardo Porto, industrial
9. Julio Oliveira Barreto, agrônomo
10. Ricardo Fanelli, comerciante
11. Ruy Rodriguez, presidente da ACIC
12. Messias Gonçalves Teixeira, professor e comerciante
13. Leopoldino Bueno Júnior, eletrotécnico
14. Augusto Nadalutti, comerciário
15. Alfredo Soares, gerente Galeria do Lar
16. Raul Guedes de Melo, médico
17. Rafael Gomes, industrial e proprietário da R.Gomes S/A
18. Waldemar Acceturi – Gerente agência Banco Brasileiro de Descontos
19. Mário Junqueira, funcionário federal
20. Olavo Barbosa Azevedo, corretor
21. Manuel Carlos Carreira Novaes
22. Moacyr Segurado
23. Curtume Cantúcio – Representado por Roberto Cantúcio
24. Alberto A Nassralla

(Obs.: esta relação inclui pessoas que substituíram outros conselheiros durante o primeiro mandato)

Mesas diretoras do Conselho Deliberativo (depois Conselho Curador) da FEAC

1958 -1964

Presidente: Edmundo Barreto

Secretário: Sylvio do Amaral

1965 - 1967

Presidente: Carlos Foot Guimarães

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1968 - 1970

Presidente: Eduardo Barros Pimentel

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1971 - 1974

Presidente: Heitor Nascimento

Secretário: Mário Cândido Pedroso

1975 - 1980

Presidente: Edmundo Barreto

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1980 – (falecimento do Sr. Edmundo Barreto)

Assume a presidência: Sérgio Barros Barreto

Secretário: Rubens Duarte Segurado

Biênio 83 - 84 – Conselho Deliberativo

Presidente: Raul Guedes de Melo

1º Secretário: Dr. José Carlos Penteado de Freitas

2º Secretário: Dr. Ricardo Tupinambá Freire

Biênio 85 - 86

Presidente: Gilberto Prado

1º Secretário: Octávio Bierrembach de Castro

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

Biênio 87 - 88

Presidente: Gilberto Prado

1º Secretário: Saulo Monte Serrat

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

Biênio 89 - 90

Presidente: Darcy Paz de Pádua

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Dr. Wilmar Feliz Trombeta

Biênio 91 - 92

Presidente: Roberto Mário Martins

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Gilberto Prado

Biênio 93 - 94

Presidente: Roberto Mário R. Martins

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Gilberto Prado

Biênio 95 - 96

Presidente: Osmar Gonçalves

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Gilberto Prado

Biênio 97 - 98

Presidente: José Carlos Penteado de Freitas

1º Secretário: Saulo Monte Serrat

2º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

Biênio 99 - 00

Presidente: Saulo Monte Serrat

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

Biênio 01 - 02

Presidente: Saulo Monte Serrat

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

Biênio 03 - 04

Presidente: Darcy Paz de Pádua

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: João Loureiro

Anexo 2

Mapas dos Conselhos Curadores Vitalício e Temporário

Mapa do Conselho Curador Vitalício da Feac

Conselho original	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - Edmundo Barreto	14/04/64	28/02/80 (F)	1 - José Carlos P. de Freitas	27/03/80		1 -
2 - Carlos Foot Guimarães	14/04/64	29/01/81 (F)	2 - Ricardo Tupinambá Freire	29/01/81	03/07/86 (R)	2 - Paulo de Abreu Ribeiro
3 - Sílvio Amaral	14/04/64	02/07/75 (R)	3 - Ruy Rodrigues	27/12/76	02/06/87 (F)	3 - Ophir Correa de Toledo
4 - Múcio Drumond Murgel	14/04/64	28/07/78 (R)	4 - Nelson Noronha G. Filho	25/09/78	26/03/98 (F)	4 - Leôncio Menezes
5 - João Lech Júnior	14/04/64	15/04/65 (F)	5 - Mário Penteado	15/04/65	24/02/84 (F)	5 - Lino Tatto
6 - Heitor Nascimento	14/04/64	20/07/77 (F)	6 - Saulo Monte Serrat	28/07/78		6 -
7 - Sérgio Barros Barreto	14/04/64	15/01/85 (F)	7 - Roberto Mário R. Martins	13/02/85		7 -
8 - José Mércio Xavier	14/04/64	12/12/73 (F)	8 - Raul Guedes de Melo	12/12/73	16/08/88 (F)	8 - Augusto F. B. Pimentel Filho
9 - Avelino Antero O. Valente	14/04/64	28/06/78 (R)	9 - Elvino Silva Filho	28/07/78	21/12/84 (R)	9 - Vilmar Feliz Trombela
10 - Mário Candido Pedroso	14/04/64	12/11/76 (F)	10 - Osmar Gonçalves	27/03/80	01/05/99 (F)	10 - Edwards de O. Demarco
11 - Cel. José F. Penteado	14/04/64	15/04/65 (F)	11 - Mons. Bruno Nardini	15/04/65	29/01/81 (F)	11 - Osvaldo Bagnoli
12 - Pedro Estevan Siqueira	14/04/64	12/12/73 (R)	12 - Gilberto Prado	29/01/75		12 -
13 - Paulo Nogueira Neto	14/04/64	29/03/85 (R)	13 - Arthur Paes L. Canguçu	27/12/85		13 -
14 - Guilherme P. Nogueira	14/04/64	29/01/75 (R)	14 - Rafael Souza Queiroz	25/07/75	24/06/82 (R)	14 - Antonio Orlando
15 - Eduardo B. Pimentel	14/04/64	06/02/87 (CF)	15 - Lincon da Silva Carvalho	27/10/88	28/06/90 (R)	15 - Antonio L. Carvalhaes
16 - Octávio B. de Castro	14/04/64	22/07/88 (F)	16 - José Augusto Marin	22/10/87		16 -
17 - Nivaldo Novaes	14/04/64	20/08/87 (CF)	17 - Rubens Andrade Noronha	26/03/92		17 -
18 - Marcos Álvaro Santos	14/04/64	26/12/74 (R)	18 - Angelo Mendes Correa	06/03/75	19/12/91 (E)	18 - Carlos Novaes
19 - Rubens Duarte Segurado	14/04/64	(CF)	19 -			19 -
20 - Darcy Paz de Pádua	14/04/64		20 -			20 -

Mapa do Conselho Curador Vitalício da Feac

Conselho original	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - José C. P. de Freitas	27/03/1980		1 -			
2 - Paulo de Abreu Ribeiro	24/10/1986	03/03/02 (F)	2 - Francisco Edmir Bertolaccini	07/10/2002		
3 - Ophir Correa de Toledo	02/07/1987	16/01/93 (F)	3 - João Loureiro	24/02/1994		
4 - Leônicio Menezes	02/02/1999		4 -			
5 - Lino Tatto	24/02/1984	30/06/97 (F)	5 - Donald Peter Graber	04/03/1997		
6 - Saulo Monte Serrat	28/07/1978		6 -			
7 - Roberto Mário R. Martins	13/02/1985		7 -			
8 - Augusto F. B. Pimentel Filho	28/02/1991		8 -			
9 - Vilmar Feliz Trombeta	13/02/1985	30/06/93 (F)	9 - Hélio de Oliveira Santos	24/02/1994		
10 - Edwards de O. Demarco	13/09/1999		10 -			
11 - Osvaldo Bagnoli	12/02/1981	07/12/84 (R)	11 - Luis Norberto Pascoal	11/12/1986		
12 - Gilberto Prado	29/01/1975		12 -			
13 - Arthur P. L. Canguçu	27/12/1985		13 -			
14 - Antônio Orlando	24/02/1984	23/06/04 (F)	14 - Marcos Haaland	01/02/2005		
15 - Antônio L. Carvalhaes	28/02/1991		15 -			
16 - José Augusto Marin	22/10/1987		16 -			
17 - Rubens Andrade Noronha	26/03/1992		17 -			
18 - Carlos Novaes	29/01/1975	12/03/87 (R)	18 - Renato Schroeder	09/12/1987	12/07/1993	18 - José Luiz Nadalin
19 - Rubens Duarte Segurado	14/04/1964	(CF)	19 -			
20 - Darcy Paz de Pádua	14/04/1964		20 -			

Mapa do Conselho Curador Vitalício da Feac

Conselho original	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - José C. P. de Freitas	27/03/1980					
2 - Francisco Edmir Bertolaccini	07/10/2002					
3 - João Loureiro	24/02/1994					
4 - Leônicio Menezes	02/02/1999					
5 - Donald Peter Graber	04/03/1997					
6 - Saulo Monte Serrat	28/07/1978					
7 - Roberto Mário R. Martins	13/02/1985					
8 - Augusto F. B. Pimentel Filho	28/02/1991					
9 - Hélio de Oliveira Santos	24/02/1994					
10 - Edwards de O. Demarco	13/09/1999					
11 - Luis Norberto Pascoal	11/12/1986					
12 - Gilberto Prado	29/01/1975					
13 - Arthur P. L. Canguçu	27/12/1985					
14 - Marcos Haaland	01/02/2005					
15 - Antônio L. Carvalhaes	28/02/1991					
16 - José Augusto Marin	22/10/1987					
17 - Rubens Andrade Noronha	26/03/1992					
18 - José Luiz Nadalin	07/02/2000					
19 -						
20 - Darcy Paz de Pádua	14/04/1964					

Mapa do Conselho Curador Temporário da Feac

Conselheiro temporário	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - João Loureiro	28/02/1991	28/02/1993	1 - Edwards de Oliveira Demarco	24/06/1993	24/06/1995	1 - Francisco Edmir Bertolaccini
2 - Hélio de Oliveira Santos	28/02/1991	28/02/1993	2 - Hermano Santamaria	24/06/1993	24/06/1995	2 - Jane Chiang Sieh
3 - Hélio Silva Carvalho	26/03/1992	26/03/1994	3 - Leôncio Menezes	02/04/1996	02/04/1998	3 - Salvador Zanghetin
4 - Gustavo S. Murquel	26/03/1992	26/03/1994	4 - José Carlos Vannuchi	04/03/1997	04/03/1999	4 - Elvino Silva Neto
5 - Donald Peter Graber	24/02/1994	24/02/1996	5 - José Luiz Nadalim	04/03/1997	04/03/1999	5 - Maria José Mangili

Conselho original	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - Francisco Edmir Bertolaccini	13/09/1999	13/09/2001	1 - Marcos Haaland	06/05/2002	06/05/2004	1 - José Bonifácio C.N. Filho
2 - Jane Chiang Sieh	13/09/1999	13/09/2001	2 - Silvia Regina Brandalise	06/05/2002	06/05/2004	2 - Takuo Hashizume
3 - Salvador Zanghetin	07/02/2000	07/02/2002	3- Flávio Eduardo Lopes	07/10/2002	07/10/2004	3- Rute Campo Dall'Orto Simões
3 - Elvino Silva Neto	28/11/2000	28/11/2002	4- Benedicto Jorge Farah	04/08/2003	04/08/2005	
4 - Maria José Mangili	28/11/2000	04/02/2002	5- Romeu Bornelli Filho	01/03/2004	01/03/2006	

Conselho original	Posse	Saída	Substituído por	Posse	Saída	Substituído por
1 - José Bonifácio C.N. Filho	04/10/2004	04/10/2006				
2 - Takuo Hashizume	04/10/2004	04/10/2006				
3- Rute Campo Dall'Orto Simões	04/04/2005	04/04/2007				
4- Benedicto Jorge Farah	04/08/2003	04/08/2005				
5- Romeu Bornelli Filho	01/03/2004	01/03/2006				

Sobre o autor

O mineiro José Pedro Soares Martins, de Itamogi, 44 anos, é jornalista e escritor. É autor de mais de 35 livros com temática ambiental, social e histórica. Entre outros:

- Ecologia ou Morte – FTD, São Paulo, SP – 1987
- Pó Ética da Paz (com Maria do Rosário Lino) – Sun Edições, Campinas, SP – 1993
- A luta pela água nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari (com João Jerônimo Monticelli) – Editora EME, Capivari, SP – 1993
- Journalism for world peace and development (com vários autores) – Éditions Universitaires, Fribourg, Suisse – 1993
- Vocação Solidária – Flashes da história da assistência social em Campinas – Campinas, SP – 1998
- História e Meio Ambiente – O impacto da expansão europeia (com vários autores) – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), Funchal, Ilha da Madeira, Portugal – 1999
- Actores de Cambio em América Latina (com vários autores) – Noticias Aliadas, Lima, Peru - 2000
- Campinas Século XX – 100 anos de história – Campinas, SP - 2000
- A Década Desperdiçada – O Brasil, a Agenda 21 e a Rio+10 – Editora Komedi, Campinas, SP – 2002
- Campinas, Vocação Solidária – Editora Educar, Campinas, SP – 2004
- Campinas no rumo das Comunidades Saudáveis, co-autor e co-organizador, com Humberto Rangel, IPES/Unicamp, 2004

- Água e cidadania em Campinas e região - O desafio do século 21 – Campinas, 2004
- Agenda 21 Local para uma Ecocivilização (Na Era da Nanocultura e da Ecopolítica) – Editora Komedi, Campinas, 2005
- Recebeu vários prêmios, entre eles:
- International Media Awards – Da União Católica Internacional de Imprensa (UCIP), Genebra, Suíça – 1992 e 1995
- Prêmio Amizade Norte-Sul – Menção Honrosa – Do Serviço de Imprensa do Governo da Alemanha, Associação de Imprensa Católica da Alemanha e Fundação Jansen-Cron Werk, Berlim – 1992
- 1º lugar no Concurso Nacional de Monografias “O papel das Câmaras Municipais de regiões metropolitanas no Século 21” – Da Câmara Municipal de Salvador, BA – 1999
- Prêmio Yara de Jornalismo, Categoria Mídia Impressa – Do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – 2000
- Prêmio Ethos de Jornalismo, Categoria Mídia Impressa – Do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, São Paulo, SP – 2003
- Diploma Menção Honrosa, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas – COMDEMA-Campinas, 2005



Apoio Cultural

iguateemi
campinas



BOSCH
Tecnologia para a vida



GRUPO
ESTRUTURAL

www.feac.org.br
www.atomoealinea.com.br

ISBN 85-7670-024-7



9 788576 700241